

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor

José Daniel Diniz Melo

Chefe do Departamento de Psicologia

Pedro Fernando Bendassolli

Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia

Isabel Fernandes de Oliveira

ESTUDOS DE PSICOLOGIA (NATAL)

ISSN (versão eletrônica): 1678-4669

Volume 27, Número 2, 2022

EDITORAS

Ana Ludmila F. Costa (UFRN)

Raquel Farias Diniz (UFRN)

EDITORES DE SEÇÃO

Psicobiologia e Psicologia Cognitiva:

Arrilton Araújo e Izabel Hazin

Psicologia Social do Trabalho:

Fellipe Coelho Lima, Cassio Adriano Braz de Aquino e Sabrina

Cavalcanti Barros

Temas em políticas sociais:

Assistência social e sistema de garantia de direitos

Tatiana Minchoni, Luana Cabral e Manuella Castelo Branco Pessoa

Aspectos psicossociais das interações entre pessoas e diversos

Contextos socioambientais:

Fernanda Fernandes Gurgel, Tadeu Mattos Farias e

Dayse da Silva Albuquerque

GERENTE EDITORIAL

Ana Ludmila F. Costa

COMISSÃO EDITORIAL

Psicobiologia e Psicologia Cognitiva: *Aline Beckmann de Castro Menezes, Briseida Dôgo de Resende, Cintia Azoni, Cláudia Berlim de Mello, Fabián Javier Marín Rueda, Fabíola da Silva Albuquerque, Marco Antonio Correa Varella, Nelson Torro Alves, Pablo Valdez Ramirez, Ronaldo Santos, Sebastião de Sousa Almeida, Verônica Sandra Valentinuzzi*

Psicologia Social do Trabalho: *Alicia Omar, Aline Venceslau Vieira de Lima, Jorge Tarcísio da Rocha Falcão, Lígia Carolina Oliveira Silva, Lívia de Oliveira Borges, Manoela Ziebell de Oliveira, Marcelo Afonso Ribeiro, Maria Nivalda de Carvalho-Freitas, Priscilla Martins Silva, Sonia Maria Guedes Gondim, Tatiana de Lucena Torres, Thais Augusta Cunha de Oliveira Máximo, Thais Zerbini, Thiago Drumond de Moraes*

Temas em políticas sociais: assistência social e sistema de garantia de direitos: *Antonio Euzébio Filho, Betanea Moreira de Moraes, Katia Maheirie, Luciana Maria Ribeiro de Oliveira, Luciana Souza Borges, Maria Juracy Filgueras Toneli, Pablo Queiroz, Raquel Guzzo*

Aspectos psicossociais das interações entre pessoas e diversos contextos socioambientais: *Gleice Azambuja Elali, Héctor Berroeta, James Ferreira Moura Jr., Soraya Souza de Andrade, Susana Batel*

PROPOSTA EDITORIAL

Estudos de Psicologia (Natal) é uma publicação eletrônica trimestral do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Publica trabalhos inéditos, sejam relatos de pesquisa empírica, estudos teóricos e de revisão. Os fascículos são publicados via portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issues&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso>

CONSELHO CIENTÍFICO

Acacia Aparecida Angeli dos Santos, Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Emma Otta Emmanuel Zagury Tourinho, Jorge Castellá Sarriera, José Carlos Zanelli, José de Queiroz Pinheiro, Leôncio Camino, Lucia Rabello de Castro, Luís Flávio Silva Couto, Maria Bernadete de Oliveira, Maria de Fátima Souza Santos, Maria do Carmo Guedes, Maria Emília Yamamoto, Nádia Maria Dourado Rocha, Oswaldo Hajime Yamamoto, Paulo Rogério Meira Menandro, Rosalina Carvalho da Silva, Sergio Ozella, Sergio Vasconcelos de Luna, Zeidi Araújo Trindade

EDITORACÃO ELETRÔNICA

Gustavo Nunes e Raquel Prado | Tikinet

APOIO EDITORIAL

Danielle da Silva Dantas

REVISÃO

Cláudia Maria de Farias Nóbrega

Marllam Mohtadi Ghanbarian

AValiação DOS MANUSCRITOS E DIREITOS AUTORAIS

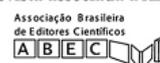
Os manuscritos encaminhados para Estudos de Psicologia devem seguir as diretrizes para autores disponíveis em <<http://pepsic.bvsalud.org/revistas/epsic/pinstruc.htm>>. Os trabalhos serão aceitos ou recusados pela Editoria, com base nas recomendações dos membros do Conselho Científico e/ou consultores ad hoc. A aprovação dos textos implica a cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação para a Estudos de Psicologia (Natal). O autor continuará, não obstante, a deter os direitos autorais para publicações posteriores.

INDEXADORES

Indexada em SCOPUS (Elsevier); Sociological Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); PSICODOC (Colegio Oficial de Psicólogos/ Universidad Complutense de Madrid); CLASE (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal) e INDEXPSI (CFP/PUCCAMP).



Revista associada à ABEC



Financiamento



Classificação CAPES (Qualis) – A1

ESTUDOS DE PSICOLOGIA (NATAL)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caixa Postal 1622, Natal/RN.

CEP: 59078-970. E-mail: revpsi@cchla.ufrn.br - Tel: (84) 3342-2236 (ramal 5).

Submissões e processo editorial: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso

Acervo de artigos em texto integral: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issues&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso

Catálogo: Liana Maria Nobre Teixeira (UFRN/DGE/Banco de dados)

Catálogo: Liana Maria Nobre Teixeira (UFRN/DGE/Banco de dados)

estudos de psicologia (Natal). - v. 27, n. 2 (maio a agosto 2022) - . - Natal: UFRN. Edufrn, 1996-

Quadrimestral

ISSN (versão eletrônica): 1678-4669

1. Psicologia - Periódico

Sumário

Psicobiologia e Psicologia Cognitiva

Transtornos Mentais Comuns, distress, ansiedade e depressão em idosos brasileiros no contexto da COVID-19
Pollyana Ludmilla Batista Pimentel (Instituto Federal de Pernambuco), Josevânia da Silva (Universidade Estadual da Paraíba), Ana Alayde Werba Saldanha (Universidade Federal da Paraíba)..... 137

MOVIE: Avaliando a preferência por filmes e os correlatos com personalidade
Renan Pereira Monteiro (Universidade Federal da Paraíba), Gabriel Lins de Holanda Coelho (University College Cork), Tatiana Medeiros Costa Monteiro (Universidade Federal de Mato Grosso), Carlos Eduardo Pimentel (Universidade Federal da Paraíba).. 146

Relações entre triangulação coparental, conflitos pais-filhos e ajustamento de adolescentes: Diferenças entre pais e mães
Clarisse Pereira Mosmann (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), Mariana Rodrigues Machado (Atitus Educação), Lídia Käfer Schünke (Grupo Uniftec), Mariana Cunha Schneider (Consultório Particular), Liana Pasinato (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões)..... 155

Psicologia Social do Trabalho

Fatores psicossociais no trabalho em Psicologia no Brasil
Fernando Faleiros de Oliveira (Universidade Federal Fluminense), Liliana Andolpho Magalhães Guimarães (Universidade Católica Dom Bosco) 167

Trabalhar de casa na pandemia: Sentimentos e vivências de gestores e não-gestores públicos
Luara Carvalho (Universidade Salgado de Oliveira), Luciana Mourão (Universidade Salgado de Oliveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Victor Hugo Soares Cardoso (Véli RH Consultoria), Gardênia da Silva Abbad (Universidade de Brasília), Hugo Sandall (Evolua Consultoria), Juliana Legentil (Secretaria-Geral da Presidência da República), João Otávio Passos Lima dos Santos (Universidade de Brasília), Eliane Almeida do Carmo (Fundação Oswaldo Cruz) 178

Temas em Políticas Sociais: Assistência Social e Sistema de Garantia de Direitos

As artimanhas da titularidade feminina: Análise a partir das histórias de vida das mulheres do Bolsa Família
Camila Borges Machado (Universidade Federal de Juiz de Fora), Fernando Santana de Paiva (Universidade Federal de Juiz de Fora)..... 192

O trabalho com famílias em situação de violência intrafamiliar no CREAS: O ponto de vista de profissionais psicólogos
Caroline Pöttker (Universidade de Cruz Alta), Dorian Mônica Arpini (Universidade Federal de Santa Maria), Catheline Rubim Brandolt (Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul/Universidade Federal de Santa Maria)..... 203

Atribuições dos operadores da rede de proteção na política de convivência: O poder familiar em foco
Leonam Amitaf Ferreira Pinto de Albuquerque (Universidade Federal da Paraíba), Maria de Fátima Pereira Alberto (Universidade Federal da Paraíba) 214

Narrativas sobre conjugalidade, feminilidade e vínculos familiares de mulheres de homens encarcerados
Sabrina Daiana Cúnico (Universidade Feevale), Frederico Pereira Balestro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Helena Salgueiro Lermen (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Adolfo Pizzinato (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) 225

Aspectos Psicossociais das Interações Entre Pessoas e Diversos Contextos Socioambientais

Adaptação transcultural de uma Escala de Satisfação dos moradores com os serviços das Residências Terapêuticas
Francisca Lucimar Pinheiro Parente (Instituto Casa de Gui/Clínica Dr. Dias Jr), Marina Bandeira (Universidade Federal de São João del-Rei), Mário César Rezende Andrade (Universidade Federal de São João del-Rei), Carlos Eduardo Leal Vidal (Faculdade de Medicina de Barbacena), Leandra Mara de Vilhena Melo Vidal (Secretaria Municipal de Saúde de Juiz de Fora) 237

As ruínas da Velha Jaguaribara: Impactos e prejuízos do deslocamento compulsório
Maria Lívia Pinheiro de Freitas (Centro de Apoio ao Sujeito no Luto), Renata Bezerra de Holanda Bessa (Hospital Monte Klinikum – Hospital Unimed Sul), Karla Patrícia Martins Ferreira (Universidade de Fortaleza), Luiza de Andrade Braga Farias (Clínica Espaço Grão) ... 249

Relacionamentos afetivo-sexuais de jovens rurais no Sertão de Pernambuco: Entre modos de subjetivação e resistências cotidianas
Fernanda Sardelich Nascimento (Universidade Federal de Pernambuco), Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro (Universidade Federal de Pernambuco) 261

Contents

Psychobiology and Cognitive Psychology

- Common Mental Disorders, distress, anxiety and depression in elderly Brazilians in the context of COVID-19*
Pollyana Ludmilla Batista Pimentel (Instituto Federal de Pernambuco), Josevânia da Silva (Universidade Estadual da Paraíba), Ana Alayde Werba Saldanha (Universidade Federal da Paraíba)..... 137
- The MOVIE model: Assessing movie preferences and personality correlates*
Renan Pereira Monteiro (Universidade Federal da Paraíba), Gabriel Lins de Holanda Coelho (University College Cork), Tatiana Medeiros Costa Monteiro (Universidade Federal de Mato Grosso), Carlos Eduardo Pimentel (Universidade Federal da Paraíba).. 146
- Relationships between coparental triangulation, parent-adolescent conflicts and adolescent adjustment: Differences between fathers and mothers*
Clarisse Pereira Mosmann (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), Mariana Rodrigues Machado (Atitus Educação), Lídia Käfer Schünke (Grupo Uniftec), Mariana Cunha Schneider (Consultório Particular), Liana Pasinato (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões)..... 155

Social Work Psychology

- Psychosocial factors of Psychology work in Brazil*
Fernando Faleiros de Oliveira (Universidade Federal Fluminense), Liliana Andolpho Magalhães Guimarães (Universidade Católica Dom Bosco) 167
- Working from home in the pandemic: Feelings and experiences of managers and non-public managers*
Luara Carvalho (Universidade Salgado de Oliveira), Luciana Mourão (Universidade Salgado de Oliveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Víctor Hugo Soares Cardoso (Véli RH Consultoria), Gardênia da Silva Abbad (Universidade de Brasília), Hugo Sandall (Evolua Consultoria), Juliana Legentil (Secretaria-Geral da Presidência da República), João Otávio Passos Lima dos Santos (Universidade de Brasília), Eliane Almeida do Carmo (Fundação Oswaldo Cruz) 178

Themes in Social Policies: Social Assistance and Assurance System of Rights

- The tricks of female ownership: Analysis from the life stories of “Bolsa Família” women (Brazilian Family Assistance Program women)*
Camila Borges Machado (Universidade Federal de Juiz de Fora), Fernando Santana de Paiva (Universidade Federal de Juiz de Fora)..... 192
- Working with families with intrafamily violence in CREAS (Reference Centers Specialized in Social Assistance): Psychologists’ perspective*
Caroline Pöttker (Universidade de Cruz Alta), Dorian Mônica Arpini (Universidade Federal de Santa Maria), Catheline Rubim Brandolt (Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul/Universidade Federal de Santa Maria)..... 203
- Attributions of network protection agents in policy of the right to live in an environment: Family power in focus*
Leonam Amitaf Ferreira Pinto de Albuquerque (Universidade Federal da Paraíba), Maria de Fátima Pereira Alberto (Universidade Federal da Paraíba) 214
- Narratives about conjugality, femininity, and family bonds of imprisoned men’s female partners*
Sabrina Daiana Cúnico (Universidade Feevale), Frederico Pereira Balestro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Helena Salgueiro Lermen (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Adolfo Pizzinato (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) 225

Psychosocial Aspects of Interactions Between People and Various Socio-Environmental Contexts

- Transcultural Adaptation of a Satisfaction Scale for the residents of therapeutic residences*
Francisca Lucimar Pinheiro Parente (Instituto Casa de Gui/Clinica Dr. Dias Jr), Marina Bandeira (Universidade Federal de São João del-Rei), Mário César Rezende Andrade (Universidade Federal de São João del-Rei), Carlos Eduardo Leal Vidal (Faculdade de Medicina de Barbacena), Leandra Mara de Vilhena Melo Vidal (Secretaria Municipal de Saúde de Juiz de Fora) 237
- The ruins of Velha Jaguaribara: Impacts and damages of compulsory displacement*
Maria Lívia Pinheiro de Freitas (Centro de Apoio ao Sujeito no Luto), Renata Bezerra de Holanda Bessa (Hospital Monte Klinikum – Hospital Unimed Sul), Karla Patrícia Martins Ferreira (Universidade de Fortaleza), Luiza de Andrade Braga Farias (Clínica Espaço Grão) ... 249
- Affective-sexual relationships of rural youth in the rural area of Pernambuco: Between modes of subjectivation and everyday resistance*
Fernanda Sardelich Nascimento (Universidade Federal de Pernambuco), Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro (Universidade Federal de Pernambuco) 261

Contenido

Psicobiología y Psicología Cognitiva

Trastornos mentales comunes, distrés, ansiedad y depresión en ancianos brasileños en el contexto del COVID-19
Pollyana Ludmilla Batista Pimentel (Instituto Federal de Pernambuco), Josevânia da Silva (Universidade Estadual da Paraíba),
Ana Alayde Werba Saldanha (Universidade Federal da Paraíba)..... 137

El modelo MOVIE: Evaluando la preferencia por películas y los correlatos con la personalidad
Renan Pereira Monteiro (Universidade Federal da Paraíba), Gabriel Lins de Holanda Coelho (University College Cork),
Tatiana Medeiros Costa Monteiro (Universidade Federal de Mato Grosso), Carlos Eduardo Pimentel (Universidade Federal da Paraíba).. 146

Relaciones entre la triangulación coparental, los conflictos padre/madre-hijos y el ajuste del adolescente: Diferencias entre padres y madres
Clarisse Pereira Mosmann (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), Mariana Rodrigues Machado (Atitus Educação),
Lidia Käfer Schünke (Grupo Uniftec), Mariana Cunha Schneider (Consultório Particular), Liana Pasinato (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões)..... 155

Psicología Social del Trabajo

Factores psicosociales del trabajo en Psicología en Brasil
Fernando Faleiros de Oliveira (Universidade Federal Fluminense), Lilians Andolpho Magalhães Guimarães (Universidade Católica Dom Bosco) 167

Trabajar desde casa en la pandemia: Sentimientos y vivencias de gestores y no gestores públicos
Luara Carvalho (Universidade Salgado de Oliveira), Luciana Mourão (Universidade Salgado de Oliveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Victor Hugo Soares Cardoso (Véli RH Consultoria), Gardênia da Silva Abbad (Universidade de Brasília), Hugo Sandall (Evolua Consultoria), Juliana Legentil (Secretaria-Geral da Presidência da República), João Otávio Passos Lima dos Santos (Universidade de Brasília), Eliane Almeida do Carmo (Fundação Oswaldo Cruz) 178

Temas en Políticas Sociales: Asistencia Social y Sistema de Garantía de Derechos

Las artimañas de la titularidad femenina: Análisis a partir de las historias de vida de las mujeres de “Bolsa Família” (Programa de Asistencia Económica Familiar)
Camila Borges Machado (Universidade Federal de Juiz de Fora), Fernando Santana de Paiva (Universidade Federal de Juiz de Fora)..... 192

El trabajo con familias en situación de violencia familiar en CREAS (Centros de Referencia especializados en Asistencia Social): El punto de vista de psicólogos
Caroline Pöttker (Universidade de Cruz Alta), Dorian Mônica Arpini (Universidade Federal de Santa Maria), Catheline Rubim Brandolt (Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul/Universidade Federal de Santa Maria)..... 203

Atribuciones de los operadores de la red de protección en la política de convivencia: El poder familiar en foco
Leonam Amitaf Ferreira Pinto de Albuquerque (Universidade Federal da Paraíba), Maria de Fátima Pereira Alberto (Universidade Federal da Paraíba) 214

Narrativas sobre conyugalidad, feminidad y vínculos familiares de mujeres de hombres encarcelados
Sabrina Daiana Cúnico (Universidade Feevale), Frederico Pereira Balestro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul),
Helena Salgueiro Lermen (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Adolfo Pizzinato (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) 225

Aspectos Psicosociales de las Interacciones entre Personas y Varios Contextos Socioambientales

Adaptación transcultural de una escala de satisfacción de residentes en cuanto a los servicios de Residencias Terapéuticas
Francisca Lucimar Pinheiro Parente (Instituto Casa de Gui/Clínica Dr. Dias Jr), Marina Bandeira (Universidade Federal de São João del-Rei), Mário César Rezende Andrade (Universidade Federal de São João del-Rei), Carlos Eduardo Leal Vidal (Faculdade de Medicina de Barbacena), Leandra Mara de Vilhena Melo Vidal (Secretaria Municipal de Saúde de Juiz de Fora) 237

Las ruinas de Velha Jaguaribara: Impactos y daños del desplazamiento forzoso
Maria Livia Pinheiro de Freitas (Centro de Apoio ao Sujeito no Luto), Renata Bezerra de Holanda Bessa (Hospital Monte Klinikum – Hospital Unimed Sul), Karla Patrícia Martins Ferreira (Universidade de Fortaleza), Luiza de Andrade Braga Farias (Clínica Espaço Grão) ... 249

Relaciones afectivo-sexuales de la juventud rural en el área rural de Pernambuco: Entre modos de subjetivación y resistencia cotidiana
Fernanda Sardelich Nascimento (Universidade Federal de Pernambuco), Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro (Universidade Federal de Pernambuco) 261

Transtornos Mentais Comuns, distress, ansiedade e depressão em idosos brasileiros no contexto da COVID-19

Pollyana Ludmilla Batista Pimentel. Instituto Federal de Pernambuco
Josevânia da Silva. Universidade Estadual da Paraíba
Ana Alayde Werba Saldanha. Universidade Federal da Paraíba

Resumo

O objetivo deste estudo foi analisar a presença de transtornos mentais comuns e sintomas de ansiedade e depressão em idosos brasileiros durante a pandemia da COVID-19. Participaram 237 idosos, com idades variando entre 60 e 88 anos, sendo 78,5% do sexo feminino, com 97,9% afirmando estar em quarentena. Os instrumentos utilizados foram questionário sociodemográfico, o *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20) e a *Escala Hospitalar de Ansiedade e Depressão* (HAD). Os transtornos mentais comuns foram mais frequentes em mulheres, idosos com renda mensal inferior a dois salários-mínimos e entre aqueles com maior percepção de vulnerabilidade à COVID-19. Pessoas com maior percepção de risco à COVID-19 também apresentaram maior ocorrência de *distress* e sintomas de ansiedade e depressão. Faz-se necessário o cuidado em saúde mental, sobretudo das mulheres idosas, das pessoas idosas com menor acesso à renda e daquelas que se percebem mais vulneráveis ao vírus.

Palavras-chave: idosos, transtornos mentais, distress, covid-19.

Abstract

Common Mental Disorders, distress, anxiety and depression in elderly Brazilians in the context of COVID-19. The aim of this study was to analyze the presence of common mental disorders and symptoms of anxiety and depression in Brazilian elderly during the COVID-19 pandemic. Two hundred thirty-seven elderly people, with ages varying between 60 and 88 years old, participated, being 78.5% female and 97.9% claiming to be in quarantine. The instruments used were a sociodemographic questionnaire, the Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) and the Hospital Anxiety and Depression Scale (HAD). Common mental disorders were more frequent in women, elderly people with monthly income below two minimum wages and among those with a greater perception of vulnerability to COVID-19. People with a higher perceived risk of COVID-19 also had a higher occurrence of distress and symptoms of anxiety and depression. In this sense, mental health care is necessary, especially for elderly women, elderly people with less access to income and those who perceive themselves as more vulnerable to the virus.

Keywords: elderly, mental disorders, psychological distress, covid-19.

Resumen

Trastornos mentales comunes, distrés, ansiedad y depresión en ancianos brasileños en el contexto del COVID-19. El objetivo de este estudio fue analizar la presencia de trastornos mentales comunes, síntomas de ansiedad y depresión en ancianos brasileños durante la pandemia del COVID-19. Participaron doscientas treinta y siete personas mayores, con edades que varían entre 60 y 88 años, siendo 78.5% mujeres y 97.9% afirmando estar en cuarentena. Los instrumentos utilizados fueron el cuestionario sociodemográfico, el Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) y la Escala de Ansiedad y Depresión Hospitalaria (HAD). Los trastornos mentales comunes fueron más frecuentes en mujeres, personas mayores con ingresos mensuales por debajo de dos salarios mínimos y entre aquellos con una mayor percepción de vulnerabilidad al COVID-19. Las personas con un mayor riesgo percibido ante el COVID-19 también tenían una mayor incidencia de distrés psicológico y síntomas de ansiedad y depresión. En este sentido, la atención a la salud mental es necesaria, especialmente para las mujeres de edad avanzada, las personas de edad avanzada con menos acceso a los ingresos y aquellas que se perciben a sí mismas como más vulnerables al virus.

Palabras clave: ancianos, trastornos mentales, distrés psicológico, covid-19.

Em dezembro de 2019, a cidade de Wuhan (China) notou um aumento do número de casos de pessoas acometidas por uma pneumonia inexplicável, sendo posteriormente confirmada como um novo tipo de infecção respiratória aguda, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, denominada COVID-19 (Liu, Chen, Lin, & Han, 2020). Com a acelerada propagação do vírus pelos países, em 11 de março de 2020 a COVID-19 foi caracterizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma pandemia (OMS, 2020), tornando-se a maior emergência internacional de saúde pública sem precedentes no mundo moderno (Ornell, Halpern, Kessler, & Narvaez, 2020).

No Brasil, o rápido alastramento de infecções por coronavírus justificou a adoção de diretrizes e recomendações sanitárias em todo o território brasileiro (P. D. Gonçalves, Rocca, & Lotufo Neto, 2020; Portaria nº 356/2020; Serdan et al., 2020). As medidas de isolamento social, como a quarentena, e de distanciamento social foram necessárias para mitigar a propagação do vírus, uma vez que o início da vacinação contra a COVID-19, no Brasil, ocorreu em janeiro de 2021.

O início da pandemia de COVID-19 foi marcado por elevados índices de sintomas mais severos da doença e o maior número de óbitos em pessoas idosas (Aung et al., 2020; Chhetri et al., 2020; Hammerschmidt & Santana, 2020). Para além das consequências clínicas, os agravos em saúde mental têm sido evidenciados nesse grupo etário (Aung et al., 2020; Vahia et al., 2020). Não obstante, ainda são escassos os estudos empíricos com a população idosa, no contexto brasileiro, que considere as repercussões na saúde mental durante o período das medidas de distanciamento e isolamento sociais.

Em uma população onde a solidão e o isolamento já foram descritos como uma epidemia, o impacto de medidas de distanciamento social a curto e longo prazos merecem uma atenção especial (Aung et al., 2020; Vahia et al., 2020). Neste sentido, a identificação de Transtornos Mentais Comuns, *distress*, sintomas de ansiedade e depressão é importante na avaliação da saúde mental das pessoas idosas.

O transtorno mental comum está relacionado a sintomas não psicóticos (insônia, fadiga, queixas somáticas, esquecimento, irritabilidade, dificuldade de concentração, entre outros), os quais podem gerar incapacitação funcional considerável (Santos, Alves, Goldbaum, Cesar, & Gianini, 2019), implicando em prejuízos psicossociais para os indivíduos, como absenteísmo (Santana, Sarquis, Brey, Miranda, & Felli, 2016), conflitos familiares

e afastamento do convívio social (Denardi et al., 2022). Os sintomas de transtorno mental comum nem sempre são identificados e tratados, chegando a atingir uma prevalência de quase 30% em indivíduos idosos (Borim, Barros, & Botega, 2013; Santos et al., 2019).

O *distress* psicológico, por sua vez, pode ser caracterizado como a reação de um indivíduo a elementos geradores de estresse internos e externos, envolvendo a vivência de um estado psicológico desagradável associado a um elevado desgaste emocional (Varela, Pereira, Pereira, & Santos, 2017). Nessa direção, o transtorno mental comum, o *distress*, e os sintomas de ansiedade e depressão são indicadores relevantes para identificar a presença e/ou desenvolvimento posterior de psicopatologia, da qualidade de vida, do delineamento adequado do tipo e forma de tratamento.

Considerando o contexto de pandemia e seus desdobramentos como um evento que influencia as emoções dos indivíduos, é cada vez mais urgente o desenvolvimento de pesquisas que abordem aspectos relacionados à saúde mental, como o *distress* e o transtorno mental comum, bem como sintomas de ansiedade e depressão, uma vez que estudos em países que já passaram pelo pico da epidemia de COVID-19 vêm alertando para níveis elevados de ansiedade e depressão durante e após a pandemia, principalmente entre a população idosa (Aung et al., 2020; Rajkumar, 2020; Vahia et al., 2020). A quantidade de pessoas cuja saúde mental é afetada tende a ser maior que a quantidade de indivíduos adoecidos pela própria infecção (P. D. Gonçalves et al., 2020; Ornell et al., 2020).

Diante disso, verifica-se que os idosos estão no cerne do debate da pandemia de COVID-19, necessitando da atenção de profissionais da saúde mental para compreender, antecipar e minimizar possíveis efeitos causados pelas consequências das estratégias de enfrentamento da COVID-19. Assim, o objetivo deste estudo foi analisar a presença de transtornos mentais comuns e sintomas de ansiedade e depressão em idosos brasileiros durante a pandemia da COVID-19.

Método

Tipo de Estudo

O estudo se caracteriza como exploratório, descritivo, de corte transversal, com abordagem quantitativa.

Participantes

Participaram, de forma não probabilística e acidental, 237 pessoas idosas, residentes em 16 estados

brasileiros, com idades variando entre 60 e 88 anos ($M = 65,21$; $DP = 5,26$), dentre os quais, 78,5% eram do sexo feminino e 97,9% afirmaram estar em quarentena em razão da COVID-19. A inclusão dos participantes no estudo considerou os seguintes critérios: ter idade igual ou superior a 60 anos; ser residente no Brasil e possuir acesso à internet. Foram excluídas da participação no estudo as pessoas idosas que não tivessem acesso ao link da pesquisa e/ou sem acesso à internet.

Instrumentos

Para a coleta dos dados, foram utilizados os seguintes instrumentos:

- a) *Questionário sociodemográfico*: teve por objetivo caracterizar os participantes em relação às variáveis sociodemográficas (sexo, idade, renda, estado civil, religião, atuação profissional, estado de moradia), bem como em relação à vivência da quarentena (se estava cumprindo a quarentena, número de pessoas residentes na casa, etc).
- b) *Questionário de Autorrelato (Self-Reporting Questionnaire [SRQ-20])*: este instrumento foi construído (Harding et al., 1980) para o rastreamento dos transtornos mentais comuns, já tendo sido validado no Brasil (D. M. Gonçalves, Stein, & Kapczinski, 2008). O questionário é formado por 20 itens, com escala de resposta dicotômica (sim ou não), os quais constituem quatro fatores (Humor Depressivo/Ansioso, Sintomas somáticos, Decréscimo de energia vital, Pensamentos depressivos). Neste estudo, considerou-se como ponto de corte sete ou mais respostas afirmativas (Carlotto, 2016; D. M. Gonçalves et al., 2008).
- c) *Escala Hospitalar de Ansiedade e Depressão, HAD (Hospital Anxiety and Depression Scale)*: trata-se de um instrumento validado no Brasil (Botega, Bio, Zomignani, Garcia Jr, & Pereira, 1995), desenvolvido, inicialmente, para identificar sintomas de ansiedade e depressão em pessoas hospitalizadas. A escala foi validada, posteriormente, para outros contextos (Marcolino et al., 2007), podendo ser aplicada em outras amostras não clínicas (Djukanovic, Carlsson, & Arestedt, 2017). O instrumento é formado por 14 itens, os quais constituem duas subescalas independentes: HAD-a (Hospital Anxiety and Depression Scale - Anxiety, formada pelos sete itens ímpares; e HAD-d (Hospital Anxiety and Depression Scale - Depression), formada pelos sete itens pares. Cada subescala possui pontuações que variam de

0 a 21. São conferidas pontuações em 0, 1, 2 ou 3 pontos para as respostas dadas a cada item, que são somadas para determinar o ponto de corte. Como ponto de corte, considerou-se pontuações iguais ou superiores a oito como indicativo de sintomas de ansiedade e sintomas de depressão (Olsson, Mykletun, & Dahl, 2005). Na avaliação do *distress*, a HAD é analisada como escala única, com pontuação entre 0 e 42, tendo como ponto de corte indicativo de *distress* pontuações iguais ou superiores a 15 (Djukanovic et al., 2017).

Procedimentos

A coleta de dados foi realizada através de questionário online, elaborado na ferramenta Formulários Google, e divulgado em redes sociais (Facebook, Instagram e WhatsApp) e através de e-mails. O início da aplicação do questionário só ocorria após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e confirmação da participação voluntária. Ademais, foi utilizada a técnica bola de neve para ter acesso aos participantes com menores níveis de escolaridade ou que não possuíam redes sociais, os quais foram abordados através de ligação telefônica (chamada de vídeo ou voz). Após a aplicação do instrumento, era solicitada a indicação de outra pessoa idosa que pudesse participar da pesquisa.

A pesquisa foi aprovada por comitê de ética em pesquisa (parecer nº 3.785.933), respeitando todos os procedimentos éticos dispostos na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. A coleta de dados ocorreu entre os dias 08 e 18 de maio de 2020. No último dia da pesquisa, o Brasil possuía 254.220 casos confirmados de COVID-19 e 16.792 óbitos relacionados à doença.

Análise dos Dados

Os dados decorrentes do questionário sociodemográfico foram analisados através de estatística descritiva (frequência, porcentagem, média e desvio padrão). Já os dados decorrentes das escalas SRQ-20 e HAD foram analisados através de estatísticas descritivas e bivariada [Qui-quadrado; correlação de Pearson (r)]. A frequência de transtorno mental comum, *distress* e sintomas de ansiedade e depressão foi estimada através do qui-quadrado, considerando-se como associações estatisticamente significativas aquelas com valores de $p < 0,05$. Através do teste de Kolmogorov-Smirnov, verificou-se a ocorrência de distribuição normal das variáveis dependentes (respostas dos participantes às escalas Self-Reporting Questionnaire e Escala Hospitalar de Ansiedade e Depressão), o que demandou a utilização de testes paramétricos.

Para a distribuição dos participantes em dois grupos critérios de comparação (com transtornos mentais comuns/ sem transtornos mentais comuns), considerou-se os pontos de cortes dos instrumentos utilizados para os rastreios dos construtos. Os dados foram processados através do SPSS, versão 22.

Resultados

O perfil sociodemográfico dos participantes caracteriza-se por pessoas idosas com variados níveis de renda, escolaridade, religião, dentre outros aspectos. Contudo, verificou-se maior frequência de pessoas com nível de escolaridade elevada e renda superior a dois salários-mínimos. A partir dos resultados, verificou-se que nenhuma pessoa idosa declarou morar sozinha, mas residiam, em sua maioria, com uma ou duas pessoas. A maioria dos participantes foi da região Nordeste do país, região de residência das pesquisadoras do estudo, o que colabora para que os contatos de redes sociais sejam, em maior parte, da mesma região. Estes e outros dados podem ser observados na tabela 1.

Tabela 1. Frequências e percentuais referentes aos dados socio-demográficos (n = 237)

Variáveis		f (%)
Sexo	Feminino	186 (78,5)
	Masculino	51 (21,5)
Região do país	Norte	03 (1,3)
	Nordeste	209 (88,2)
	Centro-oeste	03 (1,3)
	Sudeste	16 (6,8)
	Sul	06 (2,5)
Escolaridade	Sem escolarização	02 (0,8)
	Ensino Fundamental incompleto	15 (6,4)
	Ensino Fundamental completo	11 (4,7)
	Ensino médio incompleto	11 (4,7)
	Ensino médio completo	38 (16,1)
	Superior	79 (33,5)
	Pós-graduação	81 (33,8)
Estado civil	Casado/relacionamento estável	123 (51,9)
	Divorciado/separado	46 (19,4)
	Solteiro	33 (13,9)
	Viúvo	35 (14,8)
Situação laboral	Aposentado	155 (65,4)
	Empregado	46 (19,4)
	Desempregado	11 (4,6)
	Trabalhador informal/autônomo	22 (9,3)
	Outros	03 (1,3)

continua...

Tabela 1. Continuação

Variáveis		f (%)
Renda mensal	Sem renda	11 (4,6)
	Até R\$ 600,00	07 (3,0)
	R\$ 601,00 a R\$ 1.045,00	28 (11,8)
	R\$ 1.046,00 a R\$ 2.090,00	34 (14,3)
	R\$ 2.090,00 a R\$ 4.180,00	46 (19,4)
	R\$ 4.181,00 a R\$ 6.270,00	44 (18,6)
	Acima de R\$ 6.270,00	67 (28,3)
Religião (n = 201)	Cristão católico	158 (66,7)
	Cristão evangélico	31 (13,1)
	Espírita	22 (9,3)
	Não tenho religião	16 (6,8)
	Outras	10 (4,2)
Quantidade de pessoas com quem reside	1 a 2 pessoas	164 (69,2)
	3 a 4 pessoas	56 (23,6)
	5 ou mais pessoas	17 (7,2)

Nota: *f = frequência; % = porcentagem.

Em relação ao período da quarentena, 97,9% dos participantes afirmaram estarem cumprindo a quarentena. Além disso, 37% dos idosos afirmaram não sair de casa porque possuíam outras pessoas para resolverem suas demandas. Contudo, a maioria dos participantes afirmou precisar sair de casa, conforme a seguinte frequência: uma vez ao mês (6,8%), a cada 15 dias (13,9%), uma vez por semana (31,2%), em dias alternados na semana (5,9%) e todos os dias (5,1%). Numa escala de zero a dez, foi solicitado aos participantes que indicassem sua percepção sobre a própria vulnerabilidade à COVID-19. O escore médio foi igual a 3,32 ($DP = 2,91$), representando baixa percepção de vulnerabilidade em relação à COVID-19.

Na análise da presença dos Transtornos Mentais Comuns (TMC), do *distress* (HAD) e dos sintomas de ansiedade (HAD-a) e depressão (HAD-d), considerou-se a associação (Qui-quadrado) com variáveis independentes a partir dos seguintes grupos critérios: sexo (masculino/feminino), renda (abaixo ou igual a dois salários mínimos/ acima de dois salários), escolaridade (até o ensino médio/ ensino superior e pós-graduação) e nível de percepção sobre a própria vulnerabilidade à COVID-19 (baixa percepção de vulnerabilidade/ elevada percepção de vulnerabilidade). A variável dependente foi presença ou não de transtorno mental comum, *distress* e dos sintomas de ansiedade e depressão, que foi estimada a partir dos pontos de cortes das respectivas escalas.

Na amostra geral, a presença de transtorno mental comum foi de 21,1% (n = 50). Verificou-se diferenças estatisticamente significativas na associação com as

variáveis independentes, apresentando maior frequência em mulheres, idosos com renda mensal inferior a dois salários-mínimos e entre aqueles que se percebem com elevada vulnerabilidade à COVID-19.

Tabela 2. Associação entre transtorno mental comum e variáveis independentes

Variáveis	Sem TMC (n=187)		Com TMC (n=50)		p*
	f	%	f	%	
Sexo					
Feminino	41	75,8	45	24,2	0,017
Masculino	46	90,2	05	9,8	
Renda					
Até dois salários mínimos**	56	70	24	30	0,019
Mais de dois salários mínimos	31	83,4	26	16,6	
Percepção de vulnerabilidade à Covid-19					
Baixo	126	84	24	16	0,014
Alto	61	70,1	26	29,9	

Nota: * Qui-quadrado, considerando $p < 0,05$; ** Valor de referência = R\$ 2.090,00.

Em relação aos fatores da escala SRQ-20, os sintomas mais frequentemente assinalados, positivamente, pelos idosos foram: *Dorme Mal*, *Acha difícil apreciar (gostar de) suas atividades diárias*, *Cansa com facilidade* e *Perda de interesse pelas coisas*.

Tabela 3. Frequência de sintomas assinalados positivamente, segundo os fatores do SRQ-20

Grupo de sintomas		Sim f (%)
Humor depressivo/ansioso	Tenso/preocupado	130 (54,9)
	Sente-se infeliz/triste	99 (41,8)
	Fica com medo com facilidade	46 (19,4)
	Chora mais que o comum	31 (13,1)
Sintomas Somáticos	Dorme Mal	75 (31,6)
	Sensação desagradável no estômago	53 (22,4)
	Má digestão	44 (18,6)
	Dor de cabeça	30 (12,7)
	Tem falta de apetite	25 (10,5)
	Suas mãos tremem	19 (8,0)
	Acha difícil apreciar (gostar de) suas atividades diárias	71(30)
Decréscimo de Energia Vital	Cansa com facilidade	59 (24,9)
	Dificuldade de tomar decisões	50 (21,1)
	Sensação de cansaço o tempo inteiro	43 (18,1)
	Não consegue pensar com clareza	41(17,3)
	Seu trabalho diário é um sofrimento	21 (8,9)
Pensamentos Depressivos	Perda de interesse pelas coisas	46 (19,4)
	Não se sente capaz de ter um papel útil na vida	24 (10,1)
	Acha que é uma pessoa que não vale nada	22 (9,3)
	Pensamento de acabar com a sua vida	04 (1,7)

Em relação aos dados da escala HAD global, a frequência de *distress* nas pessoas idosas foi de 22,4%. Na associação com as variáveis independentes, foi observada diferença estatisticamente significativa apenas em relação à percepção sobre a própria vulnerabilidade ao contágio pela COVID-19 ($X^2(1)=13,940$; $p < 0,001$), com maior frequência entre os que se percebem mais vulneráveis (35,6%) quando comparado com as pessoas idosas que possuem baixa percepção de vulnerabilidade (14,7%).

Já em relação às subescalas HAD-a e HAD-d, neste estudo considerou-se como ponto de corte as pontuações iguais ou superiores a oito como indicativas de sintomas de ansiedade e depressão. Os resultados evidenciaram que as pessoas idosas apresentaram um percentual de sintomas de ansiedade e de depressão correspondentes a 23,2% e 21,5%, respectivamente.

Na associação com as variáveis independentes, foram observadas maiores frequências de sintomas de ansiedade entre as pessoas idosas com renda inferior a dois salários mínimos (31,3%) quando comparado com as pessoas com renda superior ($X^2(1)=4,384$; $p < 0,05$). A presença de sintomas de ansiedade (35,6%) também foi maior ($X^2(1)=11,909$; $p < 0,001$) entre os participantes que se percebem mais vulneráveis à COVID-19. Já em relação aos sintomas de depressão, os resultados evidenciaram diferenças estatisticamente significativas ($X^2(1)=13,679$; $p < 0,001$) apenas em relação à percepção de vulnerabilidade à COVID-19, com maior percentual (34,5%) entre os idosos que se percebem mais vulneráveis.

Discussão

No que se refere ao perfil sociodemográfico dos participantes, observou-se elevados níveis de renda e escolaridade, o que difere da média de renda e de escolaridade da maioria das pessoas idosas brasileiras (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2020). O fato de a maioria dos participantes apresentarem nível de escolaridade elevada e, conseqüentemente, uma maior renda, corrobora com a literatura, a qual aponta que existe uma relação linear positiva entre renda e escolaridade (Salvato, Ferreira, & Duarte, 2010). Contudo, destaca-se que a própria forma de acesso aos participantes, através do uso de plataformas online para a coleta de dados, justificada pelo momento de isolamento social em decorrência da pandemia de COVID-19, pode ter contribuído para o perfil dessa amostra.

Elevados níveis de escolaridade e renda têm caracterizado amostras de outros estudos de levantamento via

plataformas digitais (Bú, Alexandre, Bezerra, Serafim, & Coutinho, 2020; Holmes et al., 2020). Este dado evidencia que os mais excluídos digitalmente são as pessoas com piores condições financeiras, com menores níveis de escolaridade e as pessoas idosas. Em cenários de pandemia e, principalmente, pós pandemia, se faz necessário pensar o acesso à internet e às tecnologias digitais de comunicação como um direito fundamental humano, uma vez que este condiciona o acesso às informações em saúde, o acesso à benefícios da assistência social, à comunicação com familiares e amigos, à educação, dentre outros. As pessoas idosas são as mais excluídas do universo digital, embora seja este grupo etário a parcela da população que mais tem crescido entre os novos internautas (Krug, Xavier, & d'Orsi, 2018).

Foi evidenciado que, embora a maioria (97,9%) tenha afirmado estar cumprindo a quarentena, 63% dos participantes relatam precisar sair de casa para resolver determinadas demandas, mesmo que nenhum dos participantes tenha afirmado morar sozinho. Para os participantes, cumprir a quarentena não significou, necessariamente, ficar em casa. Somada às necessidades de saídas, também foi verificada uma baixa percepção de vulnerabilidade quanto ao contágio pelo coronavírus SARS-CoV-2.

Ressalta-se que a baixa percepção de risco quanto ao contágio, verificada entre os participantes, ocorre no período da pandemia (primeiro semestre de 2020) em que foram observados, no Brasil, os maiores índices de mortalidade entre as pessoas com 60 anos ou mais. Pesquisas realizadas na Espanha e no Irã também constataram percepção reduzida do risco de contágio da doença na população geral (Khosravi, 2020; Olmo, Martínez, Ramos, Maroto, & Diaz, 2020). Contudo, verificou-se que pessoas mais velhas e com maior nível de escolaridade apresentaram maior chance de adotar comportamentos protetores, e conseqüentemente possuir maior percepção de vulnerabilidade (Khosravi, 2020; Olmo et al., 2020).

Considerando o objetivo deste estudo, os índices de transtorno mental comum, *distress* e sintomas de ansiedade e depressão entre os idosos participantes tiveram frequências próximas às encontradas em estudos anteriores. Contudo, a maioria das amostras dos estudos foi constituída por idosos com demandas clínicas, como doenças crônicas (Fagundes, 2020), em contextos de vulnerabilidade e com renda menor que dois salários-mínimos (Rocha et al., 2012). Além disso, em alguns estudos o ponto de corte adotado para o SRQ-20 foi de 5/6 pontos. Neste estudo, considerou-se sete

pontos como indicativo de transtorno mental comum. Ademais, os participantes desta pesquisa foram, em sua maioria, de pessoas com elevados níveis de escolaridade e renda.

Entre aqueles que se perceberam com elevada vulnerabilidade à COVID-19, foi constatada maior presença de transtorno mental comum, *distress*, ansiedade e depressão. A imprevisibilidade dos desdobramentos da pandemia, a incerteza do controle doença, o cenário de instabilidade política e econômica, bem como a consciência sobre a própria vulnerabilidade são aspectos geradores de sofrimento psíquico (Ozili, 2021). Estes, juntamente com a falta de informação e a disseminação de *fake news*, podem aumentar a preocupação entre as pessoas, ampliando a probabilidade de desencadear transtornos mentais comuns e ansiedade (Zandifar & Badrfam, 2020).

A vulnerabilidade percebida ao COVID-19 pode servir como um caminho através do qual a exposição às notícias sobre o referido vírus, na grande mídia e em redes sociais, pode estar associada a sintomas de ansiedade e depressão (Olagoke, Olagoke, & Hughes, 2020). Neste estudo, as afirmativas mais frequentemente assinaladas no SRQ-20, instrumento que avalia o transtorno mental comum, evidenciaram que a maioria dos participantes apresenta sintomas relacionados ao sono, ao exercício das atividades diárias, à perda de interesse pelas coisas e à sensação de cansar com facilidade. Tais sintomas não podem ser confundidos como aspectos esperados para a idade, mas são indicativos de sofrimento psíquico, o que demanda manejo clínico precoce, evitando o agravamento dos sintomas.

Diferenças nos níveis de transtorno mental comum em razão do sexo também foram observadas neste estudo. Pesquisa realizada em Wuhan, província chinesa onde se deu o início das infecções por coronavírus, demonstrou que as mulheres apresentaram maiores alterações cognitivas e no humor, mais sintomas de estresse pós-traumático e maior desregulação do sono (Liu et al., 2020). Pesquisas anteriores à pandemia (Kuehner, 2016; Rossler, 2017) já apontavam para uma diferença de gênero quanto ao sofrimento psíquico, indicando que a prevalência de depressão, estresse, ansiedade e distúrbios relacionados a traumas eram mais frequentes entre as mulheres, o que tem relação com questões psicossociais, como a violência de gênero e a violência doméstica.

O próprio contexto de pandemia pode ter elevado o sofrimento psíquico das mulheres, não apenas

pela imposição do isolamento social, como também pela sobrecarga das mulheres nas atividades domésticas e de cuidado. A divisão sexual do trabalho, social e culturalmente construída e propagada, imputa às mulheres os trabalhos de manutenção do lar e de cuidado da família (Pires, 2020).

No contexto das pessoas idosas, pesquisas têm evidenciado que mulheres idosas são as cuidadoras de outros idosos (cônjuge, pais, irmãos), além de exercerem o cuidado com os netos (Flesch, Batistoni, Neri, & Cachioni, 2019; Oliveira, Souza, Luchesi, Inouye, & Pavarini, 2017; Orlandi et al., 2017;). Outrossim, tem sido verificado durante o período de pandemia da COVID-19, o aumento da violência doméstica por causa da coexistência forçada, do estresse econômico e de temores sobre o futuro do país (Vieira, Garcia, & Marciel, 2020), fatores que elevam a vulnerabilidade feminina ao sofrimento psíquico e Transtornos Mentais Comuns.

Outro aspecto que esteve associado com maiores frequências de transtorno mental comum e ansiedade foi a renda, com maiores prejuízos para o grupo das pessoas idosas com menor renda. Como consequência das medidas de isolamento social, ocorreu o aumento do desemprego e a perda de renda da população. Para muitos idosos, a redução da renda familiar ameaça a sustentação financeira e a sobrevivência de suas famílias. Estes aspectos são fatores que repercutem diretamente na saúde mental (Pires, 2020).

Somadas a todas as questões que apontam para as condições de vida, existem ainda o medo da morte, o sentimento de solidão devido à quarentena e o luto por possíveis perdas durante a pandemia. A associação entre solidão, luto e sofrimento psíquico em idosos, após a pandemia da COVID-19, tem sido apontada como demandas em saúde mental que necessitarão de maiores investigações (Holmes et al., 2020).

Conclusões

A análise da presença de transtorno mental comum, *distress* e sintomas de ansiedade e depressão em idosos no contexto brasileiro, durante pandemia da COVID-19, evidenciou índices próximos aos encontrados em períodos anteriores à pandemia. Contudo, nos estudos anteriores, as amostras foram constituídas, em sua maioria, por idosos com demandas em saúde (doenças crônicas não transmissíveis), com renda de até dois salários-mínimos ou em contextos de vulnerabilidade. Parte dos estudos adotou como ponto de corte para

o SRQ-20 pontuações iguais ou superiores a 5 pontos. Neste estudo, os idosos participantes foram, em sua maioria, pessoas com elevados níveis de escolaridade e renda, bem como foi adotado como ponto de corte sete ou mais afirmativas para o SRQ-20. Em parte, estas especificidades limitam a comparação dos achados com estudos anteriores.

Os maiores índices foram observados em mulheres idosas, pessoas com baixa renda e que se percebem mais vulneráveis ao contágio pelo coronavírus SARS-CoV-2. Os achados deste estudo indicam que além dos esforços dispendidos, em diferentes níveis, para impedir a propagação da COVID-19, se faz necessária atenção especial às questões de saúde mental de idosos brasileiros.

A maior parte da amostra apresentou reduzida percepção de vulnerabilidade, podendo influenciar na forma como as pessoas idosas se previnem. Além disso, para os participantes, afirmar que cumpriu a quarentena não esteve associado a permanecer em casa. Estes achados apontam para a necessidade de estratégias de prevenção específicas para este grupo etário.

Considera-se que medidas de prevenção e intervenção em crises pandêmicas devem ser pensadas e realizadas com urgência, objetivando reduzir o sofrimento psíquico e prevenir demandas de saúde mental, além de orientar intervenções psicossociais de emergência para reduzir possíveis consequências da pandemia de COVID-19. Como possibilidade, há que se pensar a própria noção de saúde mental, entendendo que aspectos como renda, inclusão digital e fortalecimento de grupos de ajuda mútua, mesmo virtual, serão fundamentais para os cuidados em saúde mental. Além disso, pensar a capacitação dos trabalhadores da atenção básica, agentes comunitários de saúde, lideranças comunitárias e os próprios idosos, tendo em vista promover o cuidado comunitário em saúde mental.

Ressalta-se a originalidade e relevância deste estudo por evidenciar achados no contexto da saúde mental da população idosa brasileira no primeiro semestre de pandemia da COVID-19, ou seja, quando o isolamento social (quarentena) foi uma das estratégias para mitigar a propagação do vírus. No entanto, como limitações, destaca-se que a pesquisa é de natureza descritiva, bem como possui a restrição de ter sido realizada de forma online, o que não permite a generalização dos dados. Em estudos futuros, sugerem-se pesquisas com amostras que contemplem os diversos modos de envelhecer na realidade brasileira, como idosos em contextos rurais e que moram sozinhos.

Referências

- Aung, M. N., Yuasa, M., Kouyanagi, Y., Aung, T. N. N., Moolphate, S., Matsumoto, H., & Yoshioka, T. (2020). Sustainable health promotion for the seniors during COVID-19 outbreak: A lesson from Tokyo. *The Journal of Infection in Developing Countries*, 14(4). doi: 10.3855/jidc.12684
- Borim, F. S. A., Barros, M. B. A., & Botega, N. J. (2013). Transtorno mental comum na população idosa: pesquisa de base populacional no Município de Campinas, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 29(7), 1415-1426. doi: 10.1590/S0102-311X2013000700015
- Botega, N. J., Bio, M. R., Zomignani, M. A., Garcia Jr, C., & Pereira, W. A. (1995). Transtornos do humor em enfermagem de clínica médica e validação de escala de medida (HAD) de ansiedade e depressão. *Revista de Saúde Pública*, 29(5), 359-363. doi: 10.1590/S0034-89101995000500004
- Bú, E. A., Alexandre, M. E. S., Bezerra, V. A.S., Sá-Serafim, R. C.V., & Coutinho, M. D. P. L. (2020). Representações e ancoragens sociais do novo coronavírus e do tratamento da COVID-19 por brasileiros. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 37, e200073. doi: 10.1590/1982-0275202037e200073
- Carlotto, M. S. (2016). Transtornos mentais comuns em trabalhadores de Unidades Básicas de Saúde: prevalência e fatores associados. *Psicologia Argumento*, 34(85), 133-146. doi: 10.7213/psicol.argum.34.085.A004
- Chhetri, J. K., Chan, P., Arai, H., Park, S. C., Gunaratne, P. S., Setiati, S., & Assantachai, P. (2020). Prevention of COVID-19 in older adults: a brief guidance from the International Association for Gerontology and Geriatrics (IAGG) Asia/Oceania Region. *The Journal of Nutrition, Health and Aging*, 24(5), 471-472. doi: 10.1007/s12603-020-1359-7
- Denardi, T. C., Lucchese, R., Silva, G. C., Lemos, M. F., Pagotto, V., Sousa, J. M., & Vera, I. (2022). Rastreo de trastorno mental común en ancianos residentes en el interior: estudio transversal. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 75(Suppl 3): e20210875. doi: 10.1590/0034-7167-2021-0875pt
- Djukanovic, I., Carlsson, J., & Arestedt, K. (2017). Is the Hospital Anxiety and Depression Scale (HADS) a valid measure in a general population 65-80 years old? A psychometric evaluation study. *Health and Quality of Life Outcomes*, 15(1), 193-193. doi: 10.1186/s12955-017-0759-9
- Fagundes, I. V. O., Oliveira, L. P. B. A., Barros, W. C. T. S., Magalhães, A. G., Medeiros, M. R. S., & Pereira, D. O. (2020). Transtorno mental comum em idosos com doenças crônicas não transmissíveis na atenção primária à saúde. *Ciência, Cuidado e Saúde*, 19, e50072. doi: 10.4025/ciencucuidsaude.v19i0.50072
- Flesch, L. D., Batistoni, S. S. T., Neri, A. L., & Cachioni, M. (2019). Fatores associados à qualidade de vida de idosos que cuidam de outros idosos. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 22(3), e180155. doi: 10.1590/1981-22562019022.180155
- Gonçalves, D. M., Stein, A. T., & Kpczinski, F. (2008). Avaliação de desempenho do Self-Reporting Questionnaire como instrumento de rastreamento psiquiátrico: um estudo comparativo com o Structured Clinical Interview for DSM-IV-TR. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(2). doi: 10.1590/S0102-311X2008000200017
- Gonçalves, P. D., Rocca, C. C., & Lotufo Neto, F. (2020). The impact of COVID-19 on Brazilian mental health through vicarious traumatization. *Brazilian Journal of Psychiatry*, (AHEAD). doi: 10.1590/1516-4446-2020-0999
- Hammerschmidt, K. S. A., & Santana, R. F. (2020). Saúde do idoso em tempos de pandemia COVID-19. *Cogitare Enfermagem*, 25, e72849. doi: 10.5380/ce.v25i0.72849
- Holmes, E. A., O'Connor, R. C., Perry, V. H., Tracey, I., Wessely, S., Arseneault, L., ... Ford, T. (2020). Multidisciplinary research priorities for the COVID-19 pandemic: a call for action for mental health science. *The Lancet Psychiatry*, 366, 1-14. doi: 10.1016/S2215-0366(20)30168-1
- Hawdwing, T. W., Arango, M. V., Baltazar, J., Climent, C. E., Hibrain, H. H., Ladrado-Ignacio, L., ... Wig, N. N. (1980). Mental disorders in primary health care: a study of their frequency and diagnosis in four developing countries. *Psychological Medicine*, 10(2), 231-241. doi: 10.1017/s0033291700043993
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Síntese de Indicadores Sociais. uma análise das condições de vida da população brasileira*. Brasília: Autor. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>
- Khosravi, M. (2020). Perceived risk of COVID-19 pandemic: The role of public worry and trust. *Electronic Journal of General Medicine*, 17(4). doi: 10.29333/ejgm/7856
- Krug, R. R., Xavier, A. J. & d'Orsi, E. (2018). Fatores associados à manutenção do uso da internet, estudo longitudinal EpiFloripa idoso. *Revista de Saúde Pública*, 52. doi: 10.11606/s1518-8787.2018052000216
- Kuehner, C. (2016). Why is depression more common among women than among men? *Lancet Psychiatry*, 4(2), 146-158. doi: 10.1016/S2215-0366(16)30263-2
- Liu, K., Chen, Y., Lin, R., & Han, K. (2020). Clinical Features of COVID-19 in elderly patients: A comparison with Young and middle-aged patients. *Journal of Infection*, 18(1), e14-e18. doi: 10.1016/j.jinf.2020.03.005
- Marcolino, J. Á. M., Mathias, L. A. S. T., Piccinini Filho, L., Guaratini, A. A., Suzuki, F. M., & Alli, L. A. C. (2007). Escala hospitalar de ansiedade e depressão: estudo da validade de critério e da confiabilidade com pacientes no pré-operatório. *Revista Brasileira de Anestesiologia*, 57(1), 52-62. doi: 10.1590/S0034-70942007000100006
- Olagoke, A. A., Olagoke, O. O., & Hughes, A. M. (2020). Exposure to coronavirus news on mainstream media: The role of risk perceptions and depression. *British Journal of Health Psychology*, 25(4), 865-874. doi: 10.1111/bjhp.12427
- Oliveira, N. A. D., Souza, É. N., Luchesi, B. M., Inouye, K., & Pavarini, S. C. I. (2017). Estresse e otimismo de idosos cuidadores de idosos que residem com crianças. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 70(4), 697-703. doi: 10.1590/0034-7167-2017-0088
- Olmo, M. J. G., Martínez, A. R. O., Ramos, B. D., Maroto, M. R., & Diaz, M. C. (2020). Perceived vulnerability to Coronavirus infection: impact on dental practice. *Brazilian Oral Research*, 34. doi: 10.1590/1807-3107bor-2020.vol34.0044
- Organização Mundial de Saúde. (2020). *Folha informativa COVID-19*. Recuperado de https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875
- Orlandi, A. A. S., Brito, T. R. P., Ottaviani, A. C., Rossetti, E. S., Zazzetta, M. S., Gratão, A. C. M., ... Pavarini, S. C. I. (2017). Perfil de idosos que cuidam de outros idosos em contexto de alta vulnerabilidade social. *Escola Anna Nery*, 21(1). doi: 10.5935/1414-8145.20170013

- Ornell, F., Halpern, S. C., Kessler, F. H. P., & Narvaez, J. C. M. (2020). The impact of the COVID-19 pandemic on the mental health of healthcare professional. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(4). doi: 10.1590/0102-311x00063520
- Ozili, P. K. (2021). Covid-19 pandemic and economic crisis: The Nigerian experience and structural causes. *Journal of Economic and Administrative Sciences*, 37(4), 401-418. doi: 10.1108/JEAS-05-2020-0074
- Pires, R. R. C. (2020). *Nota Técnica nº 33. Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da covid-19: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Portaria nº 356, de 11 de março de 2020. (2020, 11 de março). Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Rajkumar, R. P. (2020). COVID-19 and mental health: A review of the existing literature. *Asian Journal of Psychiatry*, 52, 102066. doi: 10.1016/j.ajp.2020.102066
- Rocha, S. V., Almeida, M. M., Araújo, T. M. D., Rodrigues, W. K. M., Santos, L. B., & Virtuoso Júnior, J. S. (2012). Prevalência de transtornos mentais comuns entre idosos residentes em município do Nordeste do Brasil. *Revista de Salud Pública*, 14(4), 620-629. Recuperado de http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-00642012000400007&lng=en&tlng=
- Rosler, A. R. (2017). Sex and gender differences in mental disorders. *The Lancet Psychiatry*, 4(1), 8-9. doi: 10.1016/S2215-0366(16)30348-0
- Salvato, M. A., Ferreira, P. C. G., & Duarte, A. J. M. (2010). O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 40(4). doi: 10.1590/S0101-41612010000400001
- Santana, L. D. L., Sarquis, L. M. M., Brey, C., Miranda, F. M. D. A., & Felli, V. E. A. (2016). Absenteísmo por transtornos mentais em trabalhadores de saúde em um hospital no sul do Brasil. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 37(1), e53485. doi: 10.1590/1983-1447.2016.01.53485
- Santos, G. B. V., Alves, M. C. G. P., Goldbaum, M., Cesar, C. L. G., & Gianini, R. J. (2019). Prevalência de Transtornos Mentais Comuns e fatores associados em moradores da área urbana de São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(11). doi: 10.1590/0102-311X00236318
- Serdan, T. D. A., Masi, L. N., Gorjao, R., Pithon-Curi, T. C., Curi, R., & Hirabara, S. M. (2020). COVID-19 in Brazil: Historical cases, disease milestones, and estimated outbreak peak. *Travel Medicine and Infectious Disease*, 38, 101733. doi: 10.1016/j.tmaid.2020.101733
- Vahia, I. V., Blazer, D. G., Smith, G. S., Karp, J. F., Steffens, D. C., Forester, B. P., ... Reynolds, C. F. (2020). COVID-19, Mental Health and Aging: A Need for New Knowledge to Bridge Science and Service. *The American Journal of Geriatric Psychiatry*, 28(7), 695-697. doi: 10.1016/j.jagp.2020.03.007
- Varela, A., Pereira, A., Pereira, A., & Santos, J. C. (2017). Distress psicológico: contributos para a adaptação portuguesa do sq-48. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 18(2), 278-286. doi: 10.15309/17psd180201
- Vieira, P. R., Garcia, L. P., & Marciel, E. L. N. (2020). Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23(22). doi: 10.1590/1980-549720200033
- Zandifar, A., & Badrfam, R. (2020). Iranian mental health during the COVID-19 epidemic. *Asian Journal of Psychiatry*, 51, 101990. doi: 10.1016/j.ajp.2020.101990

Pollyana Ludmilla Batista Pimentel, Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), assistente de aluno do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). Endereço para correspondência: Campus Igarassu - S/N, BR 101 Norte - Km 29, s/nº, Igarassu - PE, CEP 53.700-000. Email: pollypimentel09@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8112-0703>

Josevânia da Silva, Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Docente da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Email: josevaniasco@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3344-3791>

Ana Alayde Werba Saldanha, Doutora e Pós-Doutora pela Universidade de São Paulo (USP), Docente Titular da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Email: analayde@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7081-5497>

Recebido em 31.mai.20
Revisado em 20.jul.22
Aceito em 22.ago.22

The MOVIE model: Assessing movie preferences and personality correlates

Renan Pereira Monteiro. Universidade Federal da Paraíba
Gabriel Lins de Holanda Coelho. University College Cork
Tatiana Medeiros Costa Monteiro. Universidade Federal de Mato Grosso
Carlos Eduardo Pimentel. Universidade Federal da Paraíba

Abstract

Watching movies is a common fun form, generating billions of dollars annually. However, few studies explored individual differences that predict movie preferences, even considering that they reflect some personality features. One of the main limitations in the area is the lack of measures and models that operationalize the structure of movie preferences. Thus, in the present study, we proposed and tested a five-factor measure to assess movie preferences: the MOVIE (Melodrama, cOmic, Violent, Imaginative, and Exciting) model. The structure presented acceptable psychometric parameters besides meaningful associations with personality traits. These results, even with low magnitudes, show that the process of choosing a movie or content may reflect specific personality traits and reinforce the role that personality can play in the real world.

Keywords: movie preferences, personality, big five, measure.

Resumo

O modelo MOVIE: Avaliando a preferência por filmes e os correlatos com personalidade. Assistir a filmes é uma forma comum de diversão, gerando bilhões de dólares por ano a indústria do cinema. No entanto, poucos estudos exploraram as diferenças individuais que predizem as preferências por filmes, mesmo considerando que estas refletem algumas características da personalidade. Uma das principais limitações da área é a falta de medidas e modelos que operacionalizem a estrutura de preferências cinematográficas. Assim, no presente estudo, propusemos e testamos uma medida de cinco fatores para avaliar as preferências de filmes: o modelo MOVIE (Melodrama, cOmic, Violent, Imaginative e Exciting). Tal estrutura apresentou parâmetros psicométricos aceitáveis, além de associações significativas com traços de personalidade. Esses resultados, mesmo com magnitudes baixas, mostram que o processo de escolha de um filme ou conteúdo pode refletir traços específicos de personalidade e reforçar o papel que a personalidade pode desempenhar no mundo real.

Palavras-chave: preferência por filmes, personalidade, big five, medida.

Resumen

El modelo MOVIE: Evaluando la preferencia por películas y los correlatos con la personalidad. Ver películas es una forma común de diversión que genera millones de dólares al año. Sin embargo, pocos estudios están considerando las diferencias individuales que predicen las preferencias cinematográficas, incluso si reflejan algunos rasgos de personalidad. Una de las principales limitaciones en el área es la falta de medidas y modelos que operacionalicen la estructura de las preferencias cinematográficas. Por lo tanto, en el presente estudio, propusimos y probamos una medida de cinco factores para evaluar las preferencias cinematográficas: el modelo MOVIE (Melodrama, cOmic, Violent, Imaginative, and Exciting). Dicha estructura presentó parámetros psicométricos aceptables, además de asociaciones significativas con los rasgos de personalidad. Estos resultados, incluso con magnitudes bajas, muestran que el proceso de elección de una película o contenido puede reflejar rasgos de personalidad específicos y reforzar el papel que la personalidad puede desempeñar en el mundo real.

Palabras-clave: preferencias por películas, personalidad, big five, medida.

Watching movies is one of the most common forms of fun. For example, in 2019, the movie industry earned about \$100 billion, with 268 million people going to the cinema at least once in the United States and Canada (Motion Picture Association of America, 2019). With the development and popularization of streaming platforms (e.g., Netflix, Amazon Prime, HBO GO), access to hundreds of titles of various genres has been facilitated and expanded to various devices (e.g., TVs, notebooks, tablets, smartphones). For instance, Netflix and Amazon Prime have combined approximately 250 million subscribers worldwide (Statista, 2020a, 2020b).

However, when watching a movie, people are not merely passive receivers of information (Rentfrow, Goldberg, & Zilca, 2011). According to the paradigm of uses and gratification, people play an active role in selecting the media and its content (Katz, Blumler, & Gurevitch, 1974). Also, their individual differences mediate or moderate the effects of exposure to content conveyed in the media (Bartsch, Appel, & Storch, 2010; Krmar, 2017). Thus, myriad psychological variables influence this complex selection process (González-Vázquez & Igartua, 2018). Furthermore, the preference for a movie genre is consistent or expresses specific personality traits (Bowes, Watts, Costello, Murphy, & Lilienfeld, 2018).

For instance, people who prefer horror movies tend to have higher levels of psychoticism (Weaver, 1991), psychopathic traits and negative affect, and lower levels of detachment (Blagov, Von Handorf, Pugh, & Walker, 2019). On the other hand, a preference for comedy and science fiction movies has been associated with higher levels of extraversion (Bowes et al., 2018; Weaver, Brosius, & Mundorf, 1993) and psychopathy (Bowes et al., 2018). War and Western movies are preferred by people with low levels of emotionality, and high levels of extraversion, narcissism, and psychopathy (Bowes et al., 2018). According to these authors, this last personality trait is also negatively associated with the preference for romantic movies.

Nevertheless, research in this field frequently performs exploratory factor analyses, resulting in non-interpretable factors composed of genres that do not present theoretical similarities (e.g., war, westerns, and sports; Bowes et al., 2018), in addition to the low construct validity – such studies do not present internal consistency coefficients for such factors. Therefore, inadequate instruments to operationalize the preference for

movies can represent a barrier to progress in this field. Another problem is assessing the preference for movies through open questions, which has been done in the literature (Pimentel et al., 2014). This procedure may make it impossible to estimate the magnitude of such preferences, which would generate categorical variables for preference evaluation and reduce the possibilities of statistical analysis. Moreover, participants would be at the mercy of their memory and may forget to indicate some genres. Another commonly adopted practice is listing titles of different genres and asking participants to indicate their favorite (Weaver, 1991). However, familiarity with the title may vary among participants, which might be a bias (Wühr, Lange, & Schwarz, 2017).

The present research

Therefore, in the present study, we propose a new way of evaluating the preference for movies based on the *Short Test of Music Preference – STOMP* (Rentfrow & Gosling, 2003). We replaced music with movie genres, considering well-known types listed in previous studies (e.g., Bowes et al., 2018; Wühr et al., 2017). However, instead of adopting an exploratory approach that may result in meaningless factors, we analyzed the characteristics of 15 distinct genres, proposing a five-factor model based on their common characteristics (*MOVIE; Melodrama, cOmic, Violent, Imaginative, and Exciting*).

Specifically, romances (e.g., *City of Angels*), dramas (e.g., *The Fault in Our Stars*), and musicals (e.g., *Phantom of the Opera*) are usually movies that have plots centered on romantic relationships and conflicting situations around a romantic pair. Through the story, they pass situations that elicit strong sentimentality in the spectators, usually with happy endings. Because of such common characteristics, such genres would form the *melodrama* factor. Comedy (e.g., *Dumb & Dumber*) and animation (e.g., *Angry Birds*) movies operationalize the *comic* factor, marked by amusing stories that provoke laughter. Action (e.g., *John Wick*), war (e.g., *Apocalypse Now*), westerns (e.g., *Django*), and epics (e.g., *Gladiator*) movies present common aspects, such as explicit violence, with intense combat scenes, shootings, and bloody battles, leading them to operationalize the *violent* factor. Adventure (e.g., *The Lord of the Rings*), fantasy (e.g., *Chronicles of Narnia*), and science fiction (e.g., *Twenty Thousand Leagues Under the Sea*) movies usually

involve imaginary, parallel and/or fantastic universes, with plots about challenging journeys, with magical beings and characters facing several challenging situations to achieve specific goals. We hypothesize that such genres will cluster in a dimension named *imaginative*. Finally, horror (e.g., *Nightmare on Elm Street*), thriller (e.g., *The Suspects*), and mystery (e.g., *Se7en*) movies often raise sensations of fear, anxiety, and excitability, forming a dimension named *exciting*.

In addition to testing the suitability of the MOVIE model, we relate it with the Big Five Personality Factors (i.e., openness, conscientiousness, extraversion, agreeableness, and neuroticism) and the Dark Tetrad (i.e., psychopathy, narcissism, Machiavellianism, and sadism). People with high scores in neuroticism watch drama movies to experience more intense negative emotions via dramatic scenes (Kallias, 2012). They also prefer romantic and musical genres because they are predictable, usually with happy endings and hopeful messages, helping them to regulate their emotions (Chausson, 2010). In addition, people with high scores in neuroticism can watch romantic movies motivated by nostalgia, remembering, and reviving past emotional experiences (Chamorro-Premuzic, Kallias, & Hsu, 2014). Thus, we hypothesized that higher levels of neuroticism predict a preference for melodrama movies (Hypothesis 1).

People with high levels of extraversion tend to appreciate humor more (Moran, Rain, Page-Gould, & Mar, 2014), having a greater tendency to laugh, which is a characteristic of this trait (Ruch & Deckers, 1993). This leads us to hypothesize that this personality trait will predict the preference for *comic* movies (Hypothesis 2). Sadism is a dark personality trait that describes a tendency to pleasure seeing other people suffering (Paulhus, 2014). People with a high level of such traits tend to present a fascination for weapons and violent video games (Gonzalez & Greitemeyer, 2018). Such characteristics might indicate that this personality profile will prefer movies with the *violent* factor (Hypothesis 3). We also hypothesize that openness will predict the *imaginative* factor (Hypothesis 4), as this personality trait describes those most prone to fantasy, being more inventive and creative (DeYoung, Quilty, Peterson, & Gray, 2014), and having a greater propensity to be absorbed into the fantastic universes created in such movies. Finally, we hypothesize that openness (Hypothesis 5), psychopathy (Hypothesis 6), and sadism (Hypothesis 7) will predict the *exciting* factor. Those with

high levels of sadism and psychopath are characterized by low empathy. People with high empathy might dislike the genres that compose this factor, as these individuals tend to react negatively to the pain and ill-treatment of others (Tamborini, 1996). People with psychopathic traits are thrill seekers (Patrick, Fowles, & Krueger, 2009) and openness to experiences covers sensation seeking in the Big Five model (Chamorro-Premuzic et al., 2014). Sensation seekers like stimuli that elicit negative emotions (e.g., fear, anguish), because their intensity might help them reach their ideal levels of arousal (Hoffner & Levine, 2005).

Method

Participants and Procedure

Participants were 515 individuals, with age varying between 15 and 68 years old ($M = 24.46$; $SD = 9.19$), mostly women (70.5%), single (81.6%), with incomplete higher education (53%), and from middle class (42.7%). We collected the data using an online questionnaire, sharing the research link on social networks. To participate in the study, it was necessary to read and agree to the informed consent form. The participants were fully informed about the nature and aims of the study, as well as the anonymous and voluntary nature of their participation. Therefore, the resolutions 466/2012 and 510/2016 that guide research involving human participants in Brazil were taken into account.

Materials

Movie Preference Scale. Composed of 15 well-known genres, resulting in five factors: Melodrama (e.g., Romantic, Drama), cOmic (Comedy and Animation), Violent (e.g., Action, War), Imaginative (e.g., Fantasy, Sci-Fi), and Exciting (e.g., Horror, Suspense). Participants are instructed to indicate their preference using a seven-point scale (1 – *Dislike Strongly*; 7 – *Like Strongly*).

To assess the Five Factors of personality, we used the Brazilian adaptation (Pimentel, Ferreira, Vargas, Maynard, & Mendonça, 2014) of the *Ten-Item Personality Inventory* (Gosling, Rentfrow, & Swann Jr., 2003). This measure consisted of ten items, equally distributed among the Big-5 factors of personality. Participants must indicate to what extent each pair of adjectives describe them, using a seven-point scale (1 – *Strongly Disagree*; 7 – *Strongly agree*). For instance: “*Open to new experiences, complex*” (Openness), “*Dependable, self-disciplined*”

(Conscientiousness), “*Extraverted, enthusiastic*” (Extraversion), “*Sympathetic, warm*” (Agreeableness) and “*Anxious, easily upset*” (Neuroticism).

To assess the aversive personality traits, we used the Brazilian adaptation (Gouveia, Monteiro, Gouveia, Athayde, & Cavalcanti, 2016) of the *Dark Triad Dirty Dozen* (Jonason & Webster, 2010). We also added the four items with higher factorial loadings from the *Assessment of Sadistic Personality* (Plouffe, Saklofske, & Smith, 2017). Participants are asked to indicate their agreement (1 - *Strongly Disagree*; 5 - *Strongly Agree*) to items such as “*I tend to manipulate others to get my way*” (Machiavellianism), “*I tend to be cynical*” (Psychopathy), “*I tend to seek prestige or status*” (Narcissism) and “*Watching people get into fights excites me*” (Sadism).

Data Analysis

To assess data, we used the software R (R Core Development Team, 2015) and PASW. With R, a Confirmatory Factor Analysis was performed to test the fit of the proposed theoretical model for the Movie Preference Scale, using the *lavaan* package (Rosseel, 2012). Specifically, the Diagonally Weighted Least Squares (DWLS) estimator was used, considering the following recommended fit indices (in parentheses, values for an acceptable model; Hu & Bentler, 1999): χ^2/df ratio (< 3.0), Comparative Fit Index (CFI > .90), Gamma

Hat (> .90), Goodness of Fit Index (GFI > .90), Adjusted Goodness of Fit Index (AGFI > .90) Root Mean-Square Error of Approximation (RMSEA < .08), and Standardized Root Mean Square Residual (SRMR < .08). With PASW, we calculated Pearson’s correlations and hierarchical regressions to verify how much movie preference is related to and predicted by personality traits.

Results

Initially, we assessed the adequacy of the proposed five-factor model using the DWLS estimator. The model fit presented values slightly below the recommended: ($\chi^2/df = 4.07$, CFI = .89; GammaHat = .94; GFI = .99; AGFI = .99; RMSEA = .077 [IC90% .069 - .086]; SRMR = .075). Since movies are combinations of different genres (Choi, Ko, & Han, 2012), we analyzed the modification indices and correlated the pairs of errors of the action and adventure genres (M.I. = 44.77). After that, the updated model (Figure 1) presented acceptable fit indicators: ($\chi^2/df = 3.54$, CFI = .91; GammaHat = .95; GFI = .99; AGFI = .99; RMSEA = .070 [IC90% .062 - .079]; SRMR = .068). In addition, the internal consistency coefficients (Composite Reliability) were acceptable, except for Melodrama, slightly below the recommended (Bagozzi & Yi, 1988): *Melodrama* (CR = .59), *cOmic* (CR = .64), *Violent* (CR = .73), *Imaginative* (CR = .66), and *Exciting* (CR = .81).

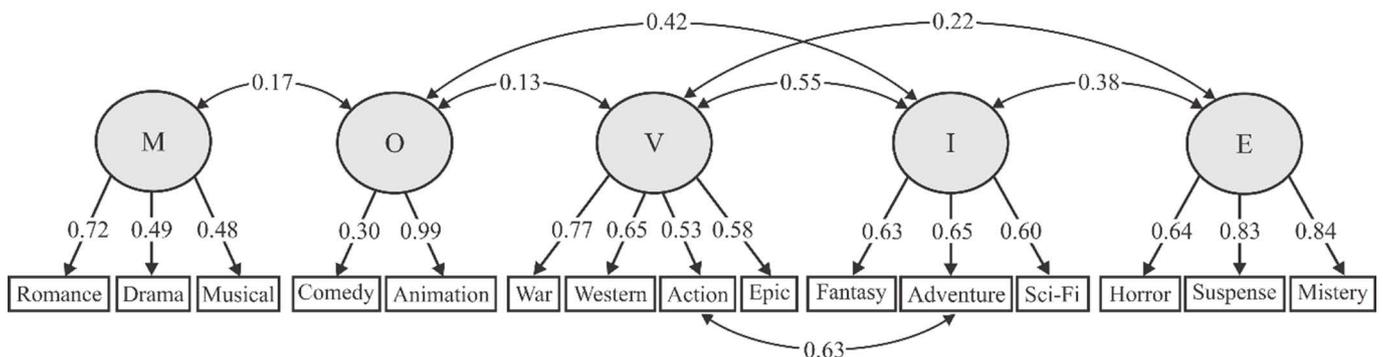


Figure 1. Structure of movie preferences.

After, we verified the correlations between preference for movies and personality traits. In general, the correlations were weak (Table 1), indicating, for instance, that extraversion is related with preference for comic movies ($r = .11$; $p < .01$), as well as agreeableness ($r = .10$; $p < .05$). On the other hand, openness ($r = .07$; $p < .05$) is related with preference

for imaginative movies, as well as sadism ($r = .12$; $p < .01$). This trait ($r = .16$; $p < .01$), as well as psychopathy ($r = .08$; $p < .05$) is associated with preference for exciting movies. Sadism ($r = .18$; $p < .01$) and psychopathy ($r = .20$; $p < .01$) also is related with preference for violent movies, and negatively with melodramatic ones ($r = -.14$; $p < .01$ for both).

Table 1. Zero-order correlations and standardized regression coefficients for the Movie Preferences

	r (β)				
	M	O	V	I	E
Big Five	(R2 = .024)	(R2 = .029)	(R2 = .009)	(R2 = .018)	(R2 = .045)
OP	.01 (.00)	-.04 (-.07)	.04 (.03)	.07* (.07)	.10* (.14**)
CO	.02 (.01)	.02 (.00)	.00 (.00)	-.07* (-.07)	-.06 (-.04)
EX	.08* (.06)	.11** (.12**)	.05 (.06)	.03 (.03)	-.09* (-.09*)
AG	.08* (.05)	.09* (.07)	.02 (.05)	.06 (.12*)	-.08* (.02)
NE	.08* (.09*)	-.07* (-.05)	-.08 (-.06)	.00 (.01)	.12** (.12**)
Dark Tetrad	(R2 = .045)	(R2 = .035)	(R2 = .043)	(R2 = .039)	(R2 = .090)
MA	-.04 (.03)	-.07 (-.05)	.03 (-.07)	.05 (-.03)	.11** (.00)
PS	-.14** (-.09)	-.05 (.03)	.08* (.04)	.07* (.06)	.20** (.16**)
NA	.03 (.06)	.00 (.04)	.03 (.00)	.02 (.00)	.00 (-.09)
SA	-.14** (-.10)	-.09* (-.06)	.16** (.20**)	.12** (.13*)	.18** (.11*)

Note: M = Melodrama; O = cOmic; V = Violent; I = Imaginative; E = Exciting; OP = Openness; CO = Conscientiousness; EX = Extraversion; AG = Agreeableness; NE = Neuroticism; MA = Machiavellianism; PS = Psychopathy; NA = Narcissism; SA = Sadism.

** $p < .01$; * $p < .05$ (Uni-tailed).

Finally, to assess the role of personality traits in predicting movie preferences, we performed five hierarchical regression analyses, having the five MOVIE factors as dependent variables. We included the Big Five personality traits in the first step of each analysis. In the second step, we included the Dark Tetrad to assess if these aversive traits explain additional variance in movie preference. The Big Five traits explained 2.4% ($p = .028$) of variance in the Melodrama factor and adding the Dark Tetrad traits accounted for significant variance above and beyond the Big Five ($\Delta R^2 = .021$, $p = .026$), but only neuroticism remain as a predictor ($\beta = .09$; $p < .05$). The Big Five explained 2.9% ($p = .011$) of variance in the Comic factor, but adding the Dark Tetrad did not result in more explained variance ($\Delta R^2 = .006$, $p = .539$), and extraversion was the only predictor of this factor ($\beta = .12$; $p = .01$). The Big Five traits explained 0.9% ($p = .453$) of variance in the Violence factor and adding the Dark Tetrad traits accounted for significant variance above and beyond the Big Five ($\Delta R^2 = .034$, $p = .002$), in the final step sadism was the only predictor of this preference ($\beta = .20$, $p < .01$). The Big Five traits explained 1.8% ($p = .108$) of variance in the Imaginative factor and adding the Dark Tetrad traits accounted for significant variance above and beyond the Big Five ($\Delta R^2 = .022$, $p = .024$), in the final step, agreeableness ($\beta = .12$, $p < .05$) and sadism ($\beta = .13$, $p < .05$) predicted this preference. Finally, the Big Five traits explained 4.5% ($p < .001$) of variance in the Exciting factor and adding the Dark Tetrad traits accounted for significant variance above and beyond the Big Five ($\Delta R^2 = .045$, $p < .001$),

in the final step, extraversion ($\beta = -.09$, $p < .05$), neuroticism ($\beta = .12$, $p < .01$), openness ($\beta = .14$, $p < .01$), psychopathy ($\beta = .16$, $p < .01$) and sadism ($\beta = .11$, $p < .05$) predicted this preference.

When we controlled for participant's biological sex (1 - Female; 2 - Male) in the regression analyses, we found that women show a preference for Melodrama ($\beta = -.32$, $p < .01$), and cOmic ($\beta = -.10$, $p < .05$). On the other hand, men prefer Violent ($\beta = .27$, $p < .01$), Imaginative ($\beta = .17$, $p < .01$), and Exciting ($\beta = .15$, $p < .01$) movies. Furthermore, after the insertion of sex, neuroticism ceased to predict preference for Melodrama, and sadism ceased to predict preference for Imaginative and Exciting. Finally, extraversion also ceased to predict Exciting.

General discussion

Watching movies is one of the most common forms of entertainment, which generates billions in profits for the movie industry (Motion Picture Association of America, 2019) and millions of subscribers to streaming services (Stastita, 2020a, 2020b). Nevertheless, studies in this area focus more on the effects of media on behavior than understanding which psychological variables predict the preference for a specific genre, even considering that the viewer has an active role in the content selection process (Katz et al., 1974; Rentfrow et al., 2011). One of the limitations is that there is no theoretically driven structure of preference for movies that contemplate the typical characteristics of the

different genres. Previously, researchers have conducted exploratory factor analysis considering only the statistical aspects, which resulted in questionable and theoretically unrelated factors (Blagov et al., 2019; Bowes et al., 2018). In addition, these studies propose different factorial solutions, which makes direct comparisons and meta-analytic studies impossible.

In the present research, we considered lists of well-known genres used in previous studies (Bowes et al., 2018; Wühr et al., 2017), analyzing the common aspects of each type and hypothesizing a five-factor structure (Melodrama, cOmic, Violent, Imaginative, Exciting). The MOVIE structure presented a good model fit (Hu & Bentler, 1999), being the first structure of movie preference to be assessed at a confirmatory level. In addition, its factors showed acceptable internal consistency values for research purposes (Bagozzi & Yi, 1988), demonstrating that the instrument has acceptable psychometric parameters for future studies in the area.

Regarding the role of personality traits in predicting movie preference, we confirmed six of our seven hypotheses. For instance, neuroticism was the only trait that predicted a preference for melodramatic movies, supporting hypothesis 1. Such movies have intensely dramatic scenes, and people high in neuroticism might watch them to experience negative emotions more intensely (Kallias, 2012). Furthermore, such movies tend to have predictable endings, leaving hopeful messages, which can help neurotics with their emotional regulation (Chausson, 2010), in addition to commonly portraying romantic couples, which might lead them to recall affective experiences from the past (Chamorro-Premuzic et al., 2014). However, it should be highlighted that this trait fails to predict the preference for melodramatic movies after controlling for participants' sex, which may indicate some interaction between such variables.

Extraversion was the only predictor of the preference for comic movies, confirming hypothesis 2. One of the characteristics of this trait is the greater tendency to laugh (Ruch & Deckers, 1993). Previous research found that people high in extraversion appreciate humor more (Moran et al., 2014), one of the main characteristics of comic movies, which tend to present hilarious stories.

Confirming hypothesis 3, sadism was the only predictor of the preference for violent movies. These tend to present plots marked by explicit violence, with scenes of shootings, battles and bloody fights, perfect ingredients for people with high levels of this trait. The unique aspect that characterizes sadism

is feeling pleasure in seeing or making other people suffer (Monteiro, Medeiros et al., 2020; Paulhus, 2014). This personality profile has a fascination for weapons (recurrent objects in such movies) and prefers other media with similar content, such as violent video games (Gonzalez & Greitmeyer, 2018).

Regarding imaginative movies, we did not confirm hypothesis 4, that the openness trait would predict its preference. In this case, the preference for such movies was predicted by agreeableness and sadism, but this dark trait fails to predict when controlling for participants' sex. The protagonists of imaginative movies are frequently at risk, facing challenging situations and physically and emotionally suffering before reaching their goals. Such developments might attract spectators with high levels of sadism. Whereas for agreeableness, in such movies, there are recurrent help behaviors and the establishment of strong bonds of friendship, loyalty, and cooperation between the main characters, an essential aspect for the protagonists to achieve their goals. Therefore, such aspects can arouse the preference of more agreeable people for such movies.

Finally, confirming hypotheses 5, 6 and 7, results showed that the preference for exciting movies is predicted by openness, psychopathy and sadism. Exciting movies are also predicted by extraversion and neuroticism, but these turn nonsignificant after controlling for sex. These movies elicit fear and anxiety and bring physiological excitement. In such movies, scenes of pain and suffering are recurrent, which generates a more sadistic interest in taking pleasure from the suffering of others and having low empathy (Paulhus, 2014; Tamborini, 1996). People with higher levels of psychopathy are thrill seekers (Patrick et al., 2009). Sensation seekers like stimuli that elicit negative emotions, helping them to reach their ideal levels of arousal (Hoffner & Levine, 2005), an explanation also valid for the openness trait, as it covers the sensation seeking in the Big Five model (Chamorro-Premuzic et al., 2014). Individuals with high neuroticism experience negative emotions (e.g., fear, anguish) more intensely, have stronger reactions to aversive stimuli (Weibel, Wissmath, & Stricker, 2011) and are more immersed in media with harmful content (Weibel, Wissmath, & Mast, 2010). Finally, more extraverts might prefer movies with funny stories that elicit laughter (Moran et al., 2014; Ruch & Deckers, 1993). Consequently, individuals that present lower scores on this trait (more introverts) might present a preference for movies that explore themes that involves pain, suffering, fear, and anguish.

Even though the effects have low magnitudes, it is worth mentioning that the process of choosing a media or content is multidetermined, influencing contextual and mood variables (Rentfrow et al., 2011). However, these authors point out that any observed relation indicates the role that personality traits can play in the real world, influencing preferences and behaviors, indicating that the viewer has an active role in choosing the content (Katz et al., 1974) that may reflect, to some extent, specific personality traits (Blagov et al., 2019; Bowes et al., 2018).

Implications and Future Studies

From a clinical point of view, movies can be used in a psychotherapeutic context (Wedding & Niemiec, 2003). For example, it is possible to psychoeducate the patient about their problem through movies (Oliva, Vianna, & Lotufo Neto, 2010), which elicit emotions and can lead the patient to come into contact with stifled emotions (Hesley & Hesley, 1998). Within this context, preference for movies can be an essential variable to understanding a patient's emotions better, increasing the chance of effectiveness of treatment if the chosen stimulus gravitates around the patient's preferences.

In the psychology of music, musical preference is associated with the perception of similarity between the personality profile of the fan and the artist (Greenberg, Matz, Schwartz, & Fricke, 2020). Paralleling the movie preference, which may express specific psychological characteristics, an individual may prefer a specific genre or factor because he perceives similarities between his personality and some character in the movie. In the clinical context, this can be useful when the patients relate to a movie character and their conflicts and problems. Thus, psychologists can help patients reflect on how they would act and face such problems, reducing distorted thoughts and increasing the behavioral repertoire since this type of media can influence behavior (Oliva et al., 2010).

Despite our study's robust evidence and potential applicability, we should highlight some limitations. It is worth mentioning the non-probabilistic nature of the sample used, making it impossible to generalize the results, with a prevalence of university students. Furthermore, because of their length, the instruments used to assess personality have some limitations, not covering the full range of characteristics of the evaluated traits (Maples, Lamkin, & Miller, 2014) and considering multidimensional traits as unidimensional (Monteiro, Nogueira, Reis, Monteiro, & Nascimento, 2022).

As future possibilities, it is important to assess to what extent continued exposure to such movie types can affect people's mental health. For instance, in the psychology of music, research has shown that a preference for intense music is related to internalizing problems (Monteiro, Coelho, Vilar, Pimentel, & Andrade, 2020). However, due to the lack of a solid model, little is known about the effects that different movie types could have on people's well-being, being an important topic to be explored in future possibilities. Another point is to test the MOVIE model with a larger and more heterogeneous sample from Brazil and other countries, gathering evidence of factorial invariance, as well as testing other psychometric parameters (e.g., test-retest stability), and checking whether the measure predicts behavioral tasks (e.g., choosing a movie).

References

- Bagozzi, R. P., & Yi, Y. (1988). On the evaluation of structural equation models. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 16, 74-94. Retrieved from <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/BF02723327.pdf>
- Bartsch, A., Appel, M., & Storch, D. (2010). Predicting emotions and meta-emotions at the movies: The role of the need for affect in audiences' experience of horror and drama. *Communication Research*, 37(2), 167-190. doi: 10.1177/0093650209356441
- Blagov, P. S., Von Handorf, K., Pugh, A. T., & Walker, M. G. (2019). Maladaptive personality and psychopathy dimensions as predictors of music and movie preferences in US adults. *Psychology of Music*, 47(6), 821-833. doi: 10.1177/0305735619864630
- Bowes, S. M., Watts, A. L., Costello, T. H., Murphy, B. A., & Lilienfeld, S. O. (2018). Psychopathy and entertainment preferences: Clarifying the role of abnormal and normal personality in music and movie interests. *Personality and Individual Differences*, 129, 33-37. doi: 10.1016/j.paid.2018.03.009
- Chamorro-Premuzic, T., Kallias, A., & Hsu, A. (2014). What type of movie person are you? Understanding individual differences in film preferences and uses: A psychographic approach. In J. C. Kaufman & D. K. Simonton (Eds.), *The social science of cinema* (pp. 87-122). New York: Oxford University Press.
- Chausson, O. (2010). Who watches what?: Assessing the impact of gender and personality on film preferences. *MyPersonality Project*. Retrieved from <https://www.semanticscholar.org/paper/Assessing-The-Impact-Of-Gender-And-Personality-On-Ersonality/682f92a3deedbed883b7fb7faac0f4f29fa46877>
- Choi, S. M., Ko, S. K., & Han, Y. S. (2012). A movie recommendation algorithm based on genre correlations. *Expert Systems with Applications*, 39(9), 8079-8085. doi: 10.1016/j.eswa.2012.01.132
- DeYoung, C. G., Quilty, L. C., Peterson, J. B., & Gray, J. R. (2014). Openness to experience, intellect, and cognitive ability. *Journal of Personality Assessment*, 96(1), 46-52. doi: 10.1080/00223891.2013.806327
- González-Vázquez, A., & Igartua, J. J. (2018). ¿ Por qué los adolescentes juegan videojuegos? Propuesta de una escala de motivos

- para jugar videojuegos a partir de la teoría de usos y gratificaciones. *Cuadernos Info*, 42, 135-146. doi: 10.7764/cdi.42.1314
- Gonzalez, J. M., & Greitemeyer, T. (2018). The relationship between everyday sadism, violent video game play, and fascination with weapons. *Personality and Individual Differences*, 124, 51-53. doi: 10.1016/j.paid.2017.11.045
- Gosling, S. D., Rentfrow, P. J., & Swann Jr, W. B. (2003). A very brief measure of the Big-Five personality domains. *Journal of Research in Personality*, 37(6), 504-528. doi: 10.1016/S0092-6566(03)00046-1
- Gouveia, V. V., Monteiro, R. P., Gouveia, R. S. V., Athayde, R. A. A., & Cavalcanti, T. M. (2016). Assessing the dark side of personality: Psychometric evidences of The Dark Triad Dirty Dozen. *Interamerican Journal of Psychology*, 50(3), 420-432. Retrieved from <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28450492010>
- Greenberg, D. M., Matz, S. C., Schwartz, H. A., & Fricke, K. R. (2020). The self-congruity effect of music. *Journal of Personality and Social Psychology*, 121(1), 137-150. doi: 10.1037/pspp0000293
- Hesley, J. W., & Hesley, J. G. (1998). *Rent two films and let's talk in the morning: Using popular movies in psychotherapy*. New Jersey, NJ: John Wiley & Sons Inc.
- Hoffner, C. A., & Levine, K. J. (2005). Enjoyment of mediated fright and violence: A meta-analysis. *Media Psychology*, 7(2), 207-237. doi: 10.1207/S1532785XMEP0702_5
- Hu, L. T., & Bentler, P. M. (1999). Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal*, 6, 1-55. doi: 10.1080/10705519909540118
- Jonason, P. K., & Webster, G. D. (2010). The dirty dozen: A concise measure of the dark triad. *Psychological Assessment*, 22(2), 420-432. doi: 10.1037/a0019265
- Kallias, A. (2012). *Individual differences and the psychology of film preferences* (Doctoral Dissertation, University of London, United Kingdom). Retrieved from https://eprints.goldsmiths.ac.uk/7813/1/PSY_thesis_Kallias_2012.pdf
- Katz, E., Blumler, J. G., & Gurevitch, M. (1974). *The uses and gratifications approach to mass communication*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Krcmar, M. (2017). Uses and gratifications: Basic concepts. In P. Rössler, C. A. Hoffner, & L. van Zoonen (Eds.), *The International Encyclopedia of Media Effects* (pp. 1997-2009). Malden, MA: John Wiley & Sons.
- Maples, J. L., Lamkin, J., & Miller, J. D. (2014). A test of two brief measures of the dark triad: The Dirty Dozen and Short Dark Triad. *Psychological Assessment*, 26(1), 326-331. doi: 10.1037/a0035084
- Monteiro, R. P., Coelho, G. L. D. H., Vilar, R., Andrade, W. S. B., & Pimentel, C. E. (2020). Indirect effects of preference for intense music on mental health through positive and negative affect. *Psychology of Music*, 49(6), 1737-1746. doi: 10.1177/0305735620961827
- Monteiro, R. P., Medeiros, E. D., Silva, C. L., Melo, I. M., Figueiredo, F. A. D., & Dorileo, B. B. (2020). Propriedades psicométricas da Comprehensive Assessment of Sadistic Tendencies (CAST) no Brasil. *PsicoUSF*, 25(4), 725-736. doi: 10.1590/1413/82712020250411
- Monteiro, R. P., Nogueira, G. C., Reis, T. B., Monteiro, T. M. C., & Nascimento, B. S. (2022). Ciúme romântico: analisando o papel preditor dos Cinco Grandes Fatores e da Tríade Sombria da Personalidade. *Interação em Psicologia*, 26(2). doi: 10.5380/riep.v26i2.87129
- Moran, J. M., Rain, M., Page-Gould, E., & Mar, R. A. (2014). Do I amuse you? Asymmetric predictors for humor appreciation and humor production. *Journal of Research in Personality*, 49, 8-13. doi: 10.1016/j.jrp.2013.12.002
- Motion Picture Association of America. (2019). *Theme report: A comprehensive analysis and survey of the theatrical and home/mobile entertainment market environment for 2019*. Retrieved from <https://www.motionpictures.org/wp-content/uploads/2020/03/MPA-THEME-2019.pdf>
- Oliva, V. H. S., Vianna, A., & Lotufo Neto, F. (2010). Cinematerapia como intervenção psicoterápica: características, aplicações e identificação de técnicas cognitivo-comportamentais. *Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)*, 37(3), 138-144. doi: 10.1590/S0101-60832010000300008
- Patrick, C. J., Fowles, D. C., & Krueger, R. F. (2009). Triarchic conceptualization of psychopathy: Developmental origins of disinhibition, boldness, and meanness. *Development and Psychopathology*, 21(3), 913-938. doi: 10.1017/S0954579409000492
- Paulhus, D. L. (2014). Toward a taxonomy of dark personalities. *Current Directions in Psychological Science*, 23(6), 421-426. doi: 10.1177/0963721414547737
- Pimentel, C. E., Ferreira, D. C. S., Vargas, M. M., Maynard, V. A. P., & Mendonça, D. C. (2014). Preferência por estilos de filmes e suas diferenças nos cinco fatores de personalidade. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 9(2), 233-243. Retrieved from http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/931
- Plouffe, R. A., Saklofske, D. H., & Smith, M. M. (2017). The assessment of sadistic personality: Preliminary psychometric evidence for a new measure. *Personality and Individual Differences*, 104, 166-171. doi: 10.1016/j.paid.2016.07.043
- R Development Core Team. (2015). R: A language and environment for statistical computing (Version 4.2.2). Retrieved from <https://cran.r-project.org/doc/manuals/fullrefman.pdf>
- Rentfrow, P. J., Goldberg, L. R., & Zilca, R. (2011). Listening, watching, and reading: The structure and correlates of entertainment preferences. *Journal of Personality*, 79(2), 223-258. doi: 10.1111/j.1467-6494.2010.00662.x
- Rentfrow, P. J., & Gosling, S. D. (2003). The do re mi's of everyday life: the structure and personality correlates of music preferences. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84(6), 1236-1256. doi: 10.1037/0022-3514.84.6.1236
- Rossee, Y. (2012). Lavaan: An R package for structural equation modeling and more. Version 0.5-12 (BETA). *Journal of Statistical Software*, 48(2), 1-36. doi: 10.18637/jss.v048.i02
- Ruch, W., & Deckers, L. (1993). Do extraverts 'like to laugh'? An analysis of the Situational Humor Response Questionnaire (SHRQ). *European Journal of Personality*, 7(4), 211-220. doi: 10.1002/per.2410070402
- Statista. (2020a). *Number of Amazon prime video subscribers by region*. Retrieved from <https://www.statista.com/statistics/693936/global-number-of-amazon-prime-video-subscribers-region/>
- Statista. (2020b). *Netflix: number of paid subscribers by region*. Retrieved from <https://www.statista.com/statistics/483112/netflix-subscribers/>
- Tamborini, R. (1996). A model of empathy and emotional reactions to horror. In J. B. Weaver & R. Tamborini (Eds.), *Horror films: Current research on audience preferences and reactions* (pp. 103-123). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

The MOVIE model: Assessing movie preferences and personality correlates

- Weaver III, J. B. (1991). Exploring the links between personality and media preferences. *Personality and Individual Differences, 12*(12), 1293-1299. doi: 10.1016/0191-8869(91)90203-N
- Weaver III, J. B., Brosius, H. B., & Mundorf, N. (1993). Personality and movie preferences: A comparison of American and German audiences. *Personality and Individual Differences, 14*(2), 307-315. doi: 10.1016/0191-8869(93)90128-P
- Wedding, D., & Niemiec, R. M. (2003). The clinical use of films in psychotherapy. *Journal of Clinical Psychology, 59*(2), 207-215. doi: 10.1002/jclp.10142
- Weibel, D., Wissmath, B., & Mast, F. W. (2010). Immersion in mediated environments: The role of personality traits. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking, 13*(3), 251-256. doi: 10.1089/cyber.2009.0171
- Weibel, D., Wissmath, B., & Stricker, D. (2011). The influence of neuroticism on spatial presence and enjoyment in films. *Personality and Individual Differences, 51*(7), 866-869. doi: 10.1016/j.paid.2011.07.011
- Wühr, P., Lange, B. P., & Schwarz, S. (2017). Tears or fears? Comparing gender stereotypes about movie preferences to actual preferences. *Frontiers in Psychology, 8*, 428. doi: 10.3389/fpsyg.2017.00428

Renan Pereira Monteiro, Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), é Professor adjunto da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Endereço para correspondência: Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, Departamento de Psicopedagogia, Cidade Universitária, Campus I, Castelo Branco, João Pessoa/PB. CEP 58.051-900. Email: renan.monteiro@academico.ufpb.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5745-3751>

Gabriel Lins de Holanda Coelho, Doutor em Psicologia Social pela Cardiff University, Reino Unido, Pesquisador de Pós-Doutorado na University College Cork, Irlanda. Email: linshc@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4744-3151>

Tatiana Medeiros Costa Monteiro, Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental pelo Centro de Estudos da Família e do Indivíduo (CEFI), Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Email: tat_med@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5873-5929>

Carlos Eduardo Pimentel, Doutor em Psicologia Social pela Universidade de Brasília (UnB), é Professor Associado da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Email: cep@academico.ufpb.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3894-5790>

Received in 01.mar.22

Revised in 19.jul.22

Accepted in 04.aug.22

Relationships between coparental triangulation, parent-adolescent conflicts and adolescent adjustment: Differences between fathers and mothers

Clarisse Pereira Mosmann. Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Mariana Rodrigues Machado. Atitus Educação
Lídia Käfer Schünke. Grupo Uniftec
Mariana Cunha Schneider. Consultório Particular
Liana Pasinato. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Abstract

The involvement of the adolescent in coparental conflict through triangulation impacts the development of emotional and behavioral symptoms. This article researched direct and indirect impacts of coparental triangulation relations and conflicts between parents and their adolescent children on internalizing and externalizing problems, controlling gender and age variables. As a quantitative, cross-sectional and explanatory study, it included 238 adolescents, aged 14 to 18 years old, and used structural equation modeling analysis. As a result, internalizing and externalizing problems were associated with father, mother, and coparental dyad triangulation, mediated by conflicts between father-adolescent conflict and mother-adolescent conflict. Father triangulation had direct and indirect connections with adolescents' externalizing problems. Mother triangulation was associated with adolescents' anxiety and depression, mediated by father-adolescent conflicts. There were no distinctions for gender and age regarding the level of impact between variables. The data provide greater depth and precision in understanding these relationships for practical applications looking for a healthy development of the offspring and their families.

Keywords: family relations, adolescence, emotional development, internalizing and externalizing problems.

Resumo

Relações entre triangulação coparental, conflitos pais-filhos e ajustamento de adolescentes: Diferenças entre pais e mães. O envolvimento de adolescentes nos conflitos coparentais por meio da triangulação impacta no desenvolvimento de sintomas emocionais e comportamentais. Este artigo investigou os impactos diretos e indiretos das relações de triangulação coparental e conflitos entre pais e filhos em problemas internalizantes e externalizantes dos adolescentes, controlando variáveis de gênero e idade. De caráter quantitativo, transversal e explicativo, incluiu 238 adolescentes de 14 a 18 anos e foi utilizada análise de modelagem de equações estruturais. Problemas internalizantes e externalizantes associaram-se à triangulação do pai, da mãe e da díade coparental, mediados por conflitos entre pai e filho e conflitos entre mãe e filho. Triangulação paterna teve relação direta e indireta com problemas externalizantes dos adolescentes. Triangulação materna associou-se à ansiedade e depressão dos adolescentes, mediada por conflitos entre pai e filho. Não houve distinções no modelo para gênero e idade quanto ao nível de impacto entre as variáveis. Os dados possibilitam maior precisão na compreensão dessas relações para aplicações práticas visando o desenvolvimento saudável da prole e suas famílias.

Palavras-chave: relações familiares, adolescência, desenvolvimento emocional, problemas internalizantes e externalizantes.

Resumen

Relaciones entre la triangulación coparental, los conflictos padre/madre-hijos y el ajuste del adolescente: Diferencias entre padres y madres. La participación de adolescentes en conflictos coparentales a través de la triangulación impacta en el desarrollo de síntomas emocionales y conductuales. Este artículo investigó los impactos directos e indirectos de las relaciones de triangulación coparental, y los conflictos entre padres e hijos, en los problemas de internalización y externalización de adolescentes, controlando las variables de género y edad. Siendo de carácter cuantitativo, transversal y explicativo, incluyó 238 adolescentes de 14 a 18 años y utilizó análisis de modelos de ecuaciones estructurales. Los problemas de internalización y externalización se asociaron con la triangulación de padre, madre y díada coparental, mediada por conflictos entre padre e hijo y madre e hijo. La triangulación paterna se relacionó directa e indirectamente con problemas de externalización de los adolescentes. La triangulación materna se asoció con ansiedad y depresión de los adolescentes, mediada por conflictos entre padre e hijo. No hubo distinciones en el modelo por género y edad en cuanto al nivel de impacto entre las variables. Los datos permiten una mayor precisión en la comprensión de estas relaciones para aplicaciones prácticas dirigidas al desarrollo saludable de la prole y sus familias.

Palabras clave: relaciones familiares, adolescencia, desarrollo emocional, problemas de internalización y externalización.

In the family context, the coparental subsystem has a powerful influence on children mental health (Mosmann, Costa, Einsfeld, Silva, & Koch, 2017). Coparenting means the joint involvement of parents or caregivers in the sharing of duties and care for their offspring, also in the decision-making and well-being of their children (Feinberg, 2003).

Triangulation of the coparental subsystem is expressed when there is an intergenerational coalition between one parent and the children, which leads to the rejection of the other member of the coparental dyad (Margolin, Gordis, & John, 2001). Diffuse or fragile boundaries between individuals do not help to control the permeability of emotions among family members and fail to account for the role of protection and differentiation between members (Wagner, Tronco, & Armani, 2011).

Triangulation puts the offspring in a place of negotiation between parents, generating conflicts of loyalty (Buehler & Welsh, 2009) and making them feel pressured to choose between one of the parents (Terres-Trindade & Mosmann, 2015). The excluded parent finds it difficult to put their educational principles into practice, since the other coparental partner participates and encourages their children to disregard their authority, with this phenomenon associated with high levels of interparental conflict (Margolin et al., 2001).

The incorporation of the child or adolescent into the conflict through triangulation impacts differently on their development. The first possibility is related to the impact on the relationship between the parental figures and the children caused by an unavailability of the parents for this relationship in the face of conflict with the spouse. The second, on the other hand, relates to the consequences for the children when they witness the conflict between the coparental pair (Davies & Cummings, 1994). Overworked parents facing conflicts with each other increase their emotional burden and decrease their level of availability for parenting. This process can appear in the form of severe or inconsistent discipline, neglect, psychological control of the children, excessive attention and subsequent withdrawal when the conflict is resolved, insecure attachment, and emotional unavailability on the part of the parents (Reynolds, Houlston, Coleman, & Harold, 2014). In this context it is noteworthy that coparenting has a significant influence on the individual interaction with the child, that is, on parenting (Teubert & Piquart, 2011).

The occurrence of triangulation involves different levels of conflict between the coparental dyad, but also between parents and children. Conflicts between parents and children are common in adolescence and young adulthood, with family everyday issues as their main theme, with more frequent ones related to domestic chores, time to return home and studies (Bernal, 2012). Terres-Trindade and Mosmann (2015) found that household chores had the highest means of conflict between young people and their mothers, followed by disagreements about money and the internet use. With the fathers, there were more frequently conflicts over money, which obtained a higher mean than in relation to household chores. The internet use also was identified as a reason for disagreement between fathers and their offspring, being the third one most frequent.

The terminology Parent-Adolescent Conflict describes a multidimensional construct of a dyadic relationship, which can comprise issues ranging from differences of opinion to aggressions (Weymouth, Buehler, Zhou, & Henson, 2016). The existence of conflicts does not translate into a risk factor, but rather their intensity and frequency. Opposition situations between adolescents and their parents can have positive effects, such as the possibility of learning conflict resolution strategies or the promotion of adolescent autonomy within the family system (Bernal, 2012). However, high degrees of tension between parents and adolescents can cause distance between the adolescent and the family, and environments permeated by aggressiveness increase the situation of vulnerability (Guimarães, Hochgraf, Brasiliano, & Ingberman, 2009). Otherwise, affection, a close bond between the offspring and the caregivers, is a protective condition considering the children's mental health (Cerutti & Argimon, 2015).

Thinking about the association between family conflict and triangulation, Brazilian and international studies show the significant impact of triangulation on the development of externalizing and internalizing problems in children (Buehler & Welsh, 2009; Etkin., Koss, Cummings, & Davies, 2014; Machado & Mosmann, 2020), with a deleterious and longitudinal impact on their lives. Externalization problems are understood as hyperactive, aggressive, and rule-breaking behaviors, which may be common and appear during adolescence in a transitory way or evolve into more complex personality disorders over time (Silva, Boff, Wendling, & Silva-Oliveira, 2016). Historically, externalization problems have been understood as those that

concerned only behavioral conducts. It is well known today that these are processes closely related to the individual's emotional issues, and, in the medium and long term, can cause damage to different areas of their lives (Barros & Silva, 2006).

On the other side, emotional problems in the internalization dimension are expressed in relation to the individuals themselves, being more centered on affections and the internal psychological environment. They are characterized by withdrawal, sadness, somatic complaints, and fear (Achenbach & Rescorla, 2003). There is evidence that Brazilian children and adolescents characterize a risk sample for the development of internalizing problems, as well as for possible long-term damage (Oliveira & Alvarenga, 2015). Internalizing problems deserve special attention, as they are emotional problems that are not so easily identified and, for this reason, undertreated (Bolsoni-Silva, Loureiro, & Marturano, 2016).

Regarding the development and maintenance of problems within family relationship, studies suggest that boys and girls develop internalizing and externalizing problems differently as result of coparenting issues (Margolin et al., 2001). These differences are maintained throughout the development. Boys have more externalizing behavioral problems and girls show more internalizing emotional problems in adolescence (Buehler & Gerard, 2002). This scenario points out to the need to consider the impact of personal variables such as the adolescent's gender and the father's and the mother's contributions on coparenting.

Buehler and Welsh (2009) carried out a longitudinal study about the influence of coparental triangulation on internalizing and externalizing problems in adolescents, evaluating 320 North American families annually, for four years. The results showed that triangulation was associated with an increase in internalization and externalization problems and with difficulty to control hostility between the couple, suggesting that adolescents' social and relational functioning may be negatively affected by coparental triangulation, even when observed parental harshness and marital hostility were controlled in the model.

Data from Brazilian literature suggest that the coparental triangulation has greater impact on both internalizing and externalizing problems (Machado & Mosmann, 2020), comparing to coparental conflict. This outcome can occur due to difficulties in supporting the parental pair, the misunderstanding of educational

practices, and the involvement of the offspring in these conflicts. These studies, however, present internalization and externalization problems separately, independently of each other. It is necessary to review this perspective considering that the symptoms can be expressed jointly in the same child or adolescent (Bolsoni-Silva & Loureiro, 2019).

Another relevant aspect in this dynamic is that the literature shows that there are differences in the adolescents' perceptions regarding the coparenting of the father, of the mother and of both as a couple (Teubert & Pinquart, 2011). Added to this is the fact that the gender of the parents also can be a moderator between coparental conflicts and psychological control of the parents, as well as insensitivity to the children's negative affect (Davies, Sturge-Apple, Woitach, & Cummings, 2009). These data advance the Spillover hypothesis (Hameister, Barbosa, & Wagner, 2015) showing that there are specificities of spillovers that are related to the parents' gender, however, they need to be better explored. These findings support a hypothesis of a paternal vulnerability, once the father parenting practices are more likely to be harmed when there is interparental conflict than maternal ones (Davies et al., 2009; Zemp, Johnson, & Bodenmann, 2018).

The age of the offspring can also impact differently on these variables. Mosmann et al. (2017), to evaluate the associations of conjugality, parenting, and coparenting with children's internalizing and externalizing symptoms, carried out an explanatory, quantitative and cross-sectional study with 200 individuals (100 men and 100 women), who lived with their children (4 to 18 years old). In the comparison between the symptoms and the age groups (children and adolescents), the authors found a statistically significant difference only between age and externalizing problems, with the highest means of these symptoms being presented by the group of children of up to 7 years old and by the group of adolescents between 11 and 15 years old, supporting the interdependence of symptoms and the offspring's age.

As the existence of conflicts is inherent to human relationships, the way disagreements are addressed it is important to understand their repercussions in the family context (Cummings & Davies, 2010). In this sense, coparenting presents itself with a predominant impact on the children and adolescent's adjustment. From a systemic perspective, it is understood that coparenting is modified and produces changes over time, acting on different stages of human development (Yan, Oslavsky,

Schoppe-Sullivan, & Dusch, 2018). In this study, we are interested in investigating the impact caused by coparental triangulation in a more specific way, such as mediated by the parent-adolescent conflicts.

This article explores the two forms of impact to understand effects caused by triangulation, specifically that mediated by parent-adolescent conflict, and the impact on the development of emotional and behavioral symptoms in the offspring from the adolescents' perception. Therefore, the aim of the study was to investigate the relationships between the coparental triangulation, the parent-adolescent conflicts (specifically the conflicts with the father and the conflicts with the mother), and internalizing and externalizing problems in adolescents, through a structural model. As a first hypothesis, it is conjectured that parent-adolescent conflicts mediate the relationship between coparental triangulation and adolescents' externalizing and internalizing problems (Davies & Cummings, 1994; Reynolds et al., 2014). The second hypothesis is that conflicts with the father and conflicts with the mother mediate this relationship differently (Cummings, Merrilees, & George, 2010). The third hypothesis assumes that there is a direct impact of coparental triangulation on the adolescents' problems (Buehler & Welsh, 2009; Etkin et al., 2014; Machado & Mosmann, 2020). Finally, as a fourth hypothesis, it is assumed that the age and gender of adolescents can modify the levels of impact between the variables (Oliveira-Monteiro, Nascimento, Montesano, & Aznar-Farias, 2013).

Method

Sample

It is a quantitative, cross-sectional and explanatory study (Creswell, 2010). The sample consisted of 238 adolescents who live in Rio Grande do Sul, selected by convenience. The adolescents should be at least 14 years old and a maximum of 18 years old (average age = 15.46; $SD = 1.25$). The number of participants was determined according to Hair, Black, Babin, Anderson, and Thatam (2009), who pointed a minimum number of 200 individuals to calculate structural equation modeling. Boys formed 46.2% ($n = 110$) of the sample, and girls 53.8 ($n = 128$). The adolescents were inserted in nuclear families, and 86.6% ($n = 206$) had siblings. As for the adolescents' level of education, 30.8% were in elementary school, 65.4% in high school, and 3.8% in higher education. Moreover, 70.6% ($n = 168$) of the

adolescents were enrolled in public schools, 25.6% ($n = 61$) in private schools, whereas the remaining 3.8% ($n = 9$) did not answer this question.

The adolescents indicated the family's socio-economic situation. According to this, 81.9% ($n = 195$) of the fathers and 73% ($n = 174$) of the mothers were employed. Regarding the social class, adolescents perceived their families as middle class (55.9%; $n = 133$), lower middle class (24.8%, $n = 59$), upper middle class (15.5 %, $n = 37$), upper class (1.7%, $n = 4$), and lower social class (0.8%, $n = 2$), and 1.3% ($n = 3$) did not answer this question.

Instruments

Socio-demographic Questionnaire. Containing 24 questions, which refer to socio-demographic data such as gender, age, education, place of residence, number of siblings, etc.

The Coparenting Inventory for Parents and Adolescents - CI-PA (Teubert & Pinquart, 2011) Adapted by Mosmann, Machado, Costa, Gross, & Abs (2018). We used the version for adolescents, in which the coparental dyad is evaluated, as well as the mother's and the father's contributions from three subscales (cooperation, conflict and triangulation), with four items each. Items are scored on a four-point Likert scale. For the present study, the scale was translated to Portuguese and back translated to English. Subsequently, it was evaluated by three bilingual translators who compared their versions to identify discrepancies, and with the original document to verify the adequacy of the translation. In this study, Cronbach's Alpha was 0.757 for the mother's coparental conflict, 0.833 for the mother's coparental triangulation, 0.773 for the father's coparental conflict, 0.892 for the father's coparental triangulation, 0.714 for dyad coparental conflict and, finally, 0.819 for coparental triangulation of the family.

Assessment of Problems. - Self-Assessment Inventory for 11 to 18-year-olds (YSR, Youth Self-Report, Achenbach & Rescorla, 2001). Developed by Achenbach and Rescorla (2001) and validated for use in Brazil by Rocha (2012), the YSR comprises eight scales of problems and behaviors. This instrument allows the classification of these problems and behaviors into three dimensions: Internalizing Problems (include anxiety and depression scales, somatic complaints, and withdrawal), Externalizing Problems (including aggressive behavior and rule-breaking scales) and Total Problems (including all the scales analyzed and the topic Other Problems).

In this study, Cronbach's Alpha was 0.880 for anxiety and depression, 0.750 for somatic complaints, 0.680 for withdrawal, 0.840 for aggressive behavior and 0.740 for rule breaking.

Parent-Child Conflict Scale (PCCS) (Buehler & Gerard, 2002, adapted by Terres-Trindade, 2014). The scale consists of nine items and is divided into two sub-scales called "conflict-disagreements" and "conflict-aggression". The first consists of six items referring to the frequency with which the individuals disagreed with their father and mother in the last year and is measured on a six-point Likert scale. The second sub-scale has three items, scored on a five-point Likert scale. One item measures the frequency with which the young person calmly faces conflicts (reverse coded) and two items assess the frequency of arguments and aggressions. Higher scores on the scale represent high levels of conflict (Buehler & Gerard, 2002). The Terres-Trindade study (2014) presented a Total Cronbach's Alpha coefficient of 0.75. In this study, Cronbach's Alpha was 0.780 for conflicts-disagreements with the mother, and 0.820 for conflicts-disagreements with the father.

Data Collection Procedures

Data collection took place in nine public and one private schools in different regions of Rio Grande do Sul. Contact was made with the direction of the schools, chosen by convenience, requesting authorization for the data collection. After the school's authorization, the research team selected classes according to the age of the study participants. In the first moment, the researchers explained to the students the procedures and objectives of the research and sent home the Informed Consent Form (ICF) to the guardians. In another day interested students signed an Assent Form about their agreement to participate and returned the Informed Consent Form (ICF) signed by their guardians, authorizing the adolescents to participate in the study. The participants answered the instruments collectively in the classes, in a meeting lasting approximately 90 minutes.

Data Analysis

The first stage of analysis consisted of a descriptive one and Pearson's bivariate correlations as the normality of the data was confirmed. To test the hypothesis that the conflict between parents and adolescents is a mediating variable between coparenting and emotional and behavioral problems in adolescents, structural

equation modeling (SEM) was used. The estimation method employed was Maximum Likelihood using the AMOS software. As a second hypothesis, it was also tested whether triangulation had a direct impact on adolescents' internalizing and externalizing problems.

The model variables were composed according to Byrne (2010). The model fit analysis of the structural equation model was performed using the main fit measures: chi-square (χ^2); Root Mean Square Error of Approximation (RMSEA); Normed Fit Index (NFI); Comparative Fit Index (CFI), and Tucker Lewis index (TLI). To adjust the model, the Root Mean Square Error of Approximation (RMSEA) value was less than 0.08. For the Normed Fit Index (NFI), Comparative Fit Index (CFI), and Tucker Lewis Index (TLI) values greater than 0.9 were considered satisfactory (Hair et al., 2009).

Finally, as a last hypothesis, multigroup factor analyses were performed to verify the moderating effect of sex and age of the adolescents for the relationships between the variables of the structural model. Initially, the relationships between the variables were first freely estimated in all the groups to later receive a constraint that fixes the values between the variables. The CFI and the NFI indices are used as a basis for analyzing the veracity of the moderation. Therefore, it is considered that the difference greater than 0.01 between the unrestricted and the restricted model confirms the hypotheses of moderation (Hair et al., 2009).

Ethical Considerations

The study met the regulations of the Brazilian Ministry of Health to research involving human beings and was approved by the ethics committee. Parents/guardians and adolescents were granted complete confidentiality regarding the data provided to research by signing the Informed Consent Form (signed for the guardians) and the Assent Term, signed by the adolescents themselves, assuring their participation. The researchers were aware of any adolescents' discomfort or demands arising from participation in the research. In case of adolescent's needs, any referral would be articulated with the school team and the families.

Results

Means, standard deviations and correlations for all study variables are shown in Table 1. As expected, positive correlations were found between variables.

Table 1. Means and standard deviations and correlations between the model variables

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1 Anx. and Dep.	1.0									
2 Withdrawal	.62**	1.0								
3 Somatic Complaints	.55**	.42**	1.0							
4 Rule Breaking	.21**	.13*	.28**	1.0						
5 Aggressive Behavior	.47**	.30**	.45**	.65**	1.0					
6 Mother CFT	.24**	.16**	.32**	.39**	.44**	1.0				
7 Father CFT	.22**	.17**	.32**	.40**	.47**	.76**	1.0			
8 Dyad TRG	.31**	.20**	.28**	.28**	.33**	.51**	.48**	1.0		
9 Mother TRG	.26**	.20**	.21**	.22**	.25**	.27**	.20**	.37**	1.0	
10 Father TRG	.18**	.08	.19**	.29**	.34**	.39**	.37**	.35**	.59**	1.0
Means	7.98	4.70	4.88	4.81	4.81	14.58	13.04	3.54	3.68	3.05
SD	4.67	2.87	3.39	3.39	3.71	6.27	6.57	2.15	2.78	1.75

Note. Anx. and Dep. = Anxiety and Depression; Mother CFT = Mother Conflict; Father CFT = Father Conflict.; Dyad TRG = Coparental Dyad Triangulation; Mother TRG = Mother Coparental Triangulation; Father TRG = Father Coparental Triangulation.

The structural equations were conducted to examine the impact of triangulation on the level of parent-adolescent conflict and the development of internalizing or externalizing problems, in addition to the direct impact of triangulation on this outcome. The initial model proposed, based on our hypothesis, did not show an adequate fit, presenting the following indices $\chi^2 = 454.35$ ($p < 0.001$); $\chi^2 / gl = 41.30$; Comparative Fit Index - CFI = 0.534; Normed Fit Index NFI = 0.544 and Root Mean Square Error of Approximation - RMSEA = 0.41.

Adjustments were made between the covariance of coparenting and adolescents' problems, according to the modification indices produced, in addition to excluding relations that were not significant. Figure 1 presents the final model with normed coefficients of the direct effects of the model. The final fit indices, for the structural model, were satisfactory: $\chi^2 = 62.420$ ($p < 0.01$); $\chi^2 / gl = 2.84$; Comparative Fit Index - CFI = 0.96; Normed Fit Index NFI = 0.94 and RMSEA 0.08 with a 90% confidence interval between 0.063 and 0.11.

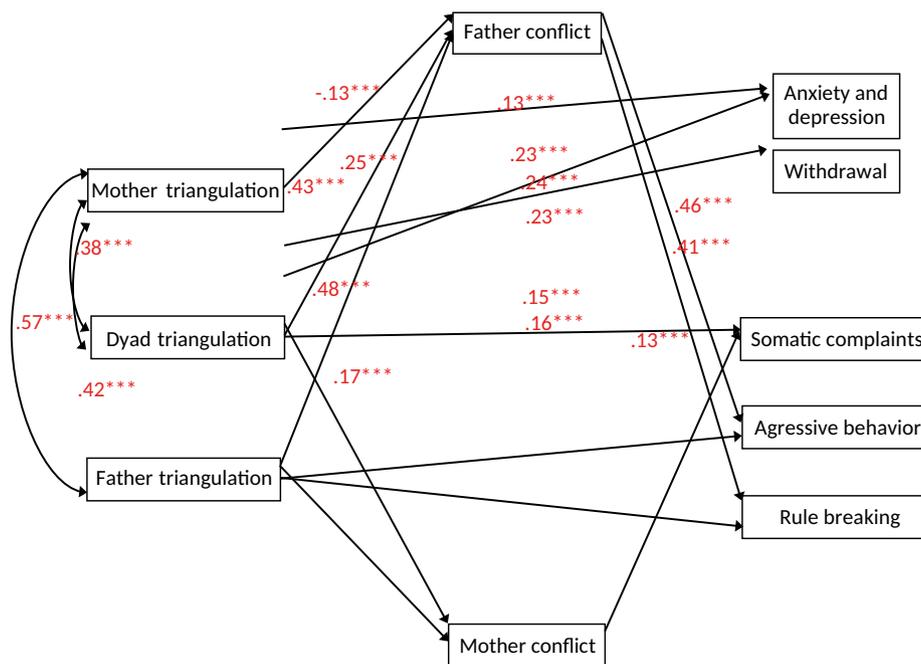


Figure 1. Final structural model.

Analyses of indirect effects were performed to specifically verify the hypothesis of conflict mediation between parents and their adolescent offspring. As an approach to check the indirect effects of the structural model, the bias-corrected accelerated bootstrap (BCa) was used, according to the guidelines by Falk & Biesanz (2016), as shown in Table 2.

It is possible to observe that the mediation of the parent-adolescent conflicts is not sustained by the following relationships: coparental dyad triangulation, mother-adolescent conflict and somatic complaints; father triangulation, mother-adolescent conflict and somatic complaints; mother triangulation, father and son conflict and aggressive behavior; mother triangulation, father and son conflict and rule-breaking. As a third hypothesis, triangulation was tested, directly impacting on the adolescents' problems.

Considering that age and gender were proposed as moderating variables, multigroup analyses were performed, and aimed at verifying whether there is significant variability in the perceptions of family phenomena according to adolescents' sex and age. When analyzing the invariance between groups, it is necessary to observe the appropriate fit specifically of the values of χ^2 and the CFI. These allow the verification of the extent to which the parameters operate in an equivalent way between the groups (Byrne, 2010). Multigroup analyzes for gender showed the following values: Unrestricted values $\chi^2 = 97.77$; $df = 44$; P-Value = 0.001; CFI = 0.94 and RMSEA (90%) = 0.07, restricted values: $\chi^2 = 113.00$; $df = 58$; P-Value = 0.001; CFI = 0.94 and RMSEA (90%) = 0.06. For the multigroup model for age, the unrestricted values were $\chi^2 = 250.66$; $df = 145$; P-Value = 0.001; CFI = 0.85 and RMSEA (90%) = 0.56, and the restricted values $\chi^2 = 338.49$; $df = 173$; P-Value = 0.001; CFI = 0.84 and RMSEA (90%) = 0.64.

Table 2. Indirect effects considering the mediation of father/mother conflicts and children

Indirect Effect	Lower	Upper	P-Value	Normed Estimate
Coparental Dyad Triangulation --> Mother Conflict--> Somatic Complaints	0.011	0.205	0.067	0.061
Coparental Dyad --> Father Conflict --> Aggressive Behavior	0.315	0.764	0.000	0.195
Coparental Dyad --> Father Conflict --> Rule Breaking	0.189	0.737	0.001	0.176
Father Triangulation --> Mother Conflict --> Somatic Complaints	0.002	0.106	0.071	0.02
Father Triangulation --> Father Conflict --> Aggressive Behavior	0.055	0.626	0.029	0.112
Father Triangulation --> Father Conflict --> Rule Breaking	0.048	0.584	0.021	0.101
Mother Triangulation --> Father Conflict --> Aggressive Behavior	-0.410	0.035	0.210 -	-0.058
Mother Triangulation --> Father Conflict --> Rule Breaking	0.397	0.014	0.159 -	-0.052

Discussion

This study aimed at understanding the relationships between coparental triangulation, parent-adolescent conflicts, and the emotional and behavioral symptoms of adolescents, controlling for adolescents' age and sex. The first hypothesis questioned whether conflicts between parents and their adolescent offspring mediate the relationship between coparental triangulation and emotional and behavioral symptoms in adolescents. Tests of indirect effects were performed, and the results found partially support this hypothesis.

Conflicts with the father mediate the relationship between coparental dyad triangulation and aggressive and rule-breaking adolescents' behaviors (externalizing behaviors), as well as between father triangulation and

adolescents' aggressive and rule-breaking behaviors. The results are consistent with previous studies that indicate that in families with adolescents, coparental discord is commonly expressed in punitive, contradictory, and inconsistent educational practices, which culminates in conflicts between caregivers and their offspring (Cummings & Schatz, 2012; Terres-Trindade & Mosmann, 2015). This scenario can generate an emotional unavailability of parents for parenting, resulting in higher levels of symptoms in adolescents. (Mosmann et al., 2017).

Another relevant aspect concerns the impacts of the parents' gender on the model. The effect size of the mother triangulation was significant but low only for conflict between father and son ($\beta = 0.127$, $p < 0.001$) compared to the triangulation effects of both parents

and of the father only. Also, when considering the mediation effects of the mother and adolescent conflict through calculations of indirect effects, the paths were not sustained, showing only mediation paths by aspects of the father's parenting. Considering both direct and indirect effects, it is possible to assume that the mother's impact is lower when compared to the effects of the father's impact and when both triangulate. Little is known about the specific impacts of the roles of fathers and mothers on coparenting, but current studies have shown constant changes in which mothers assume more responsibilities working outside the home and fathers getting more involved in childcare (Schoppe-Sullivan & Fagan, 2020).

The results allow us to conjecture that triangulation is a process in which the limits are blurred for all the members. The data confirm the father's vulnerability hypothesis: the father-adolescent relationship suffers greater losses when there are difficulties in the family environment when compared to the losses suffered in the mother-adolescent relationship (Cummings et al., 2010). Theoretically, fathers do not have their role as clearly defined as mothers do, which is intrinsically linked to pregnancy. This definition would make it easier for mothers to separate parental and coparental relationships, while fathers would not have this protective factor since they have less guidance on how to carry out this compartmentalization, so it can be complex to fathers to separate their role as father from the relationship with their partner, insofar as they insufficiently resolve conflicts between them.

From the parents' perspective, authors found that the mother has greater importance for coparenting than the father (Murphy, Gallegos, Jacobvitz, & Hazen, 2017). This study demonstrated a different perspective through the adolescents' perceptions, with the father showing a greater effect size on the model than the mother triangulation. This data confirms the differences between the perspectives of fathers and their own children and shows that the quality and quantity of involvement that the father has been performing in families has an equal or in some cases prominent impact than that of the mother, both positive and negative (Machado & Mosmann, 2020).

Surprisingly, conflicts with the mother did not have a mediating effect between triangulation and emotional and behavioral symptoms in adolescents, only direct effects on somatic complaints (internalizing symptoms) and are impacted by coparental dyad

triangulation and father triangulation. Studies show that the mother still takes on a more responsible role in the face of family needs (Wagner, Predebon, Mosmann, & Verza, 2005), which might make the frequency of conflictual situations with the mother higher in relation to the father, and, thus, less relevant for adolescents. Fathers have traditionally been more concerned with external protection, providing their children with a world view, which may explain the contrasts in parent-adolescent and mother-adolescent conflicts (Bögels & Perotti, 2011). This scenario suggests that the mother still has a more frequent role of guidance and discipline, and from the perception of adolescents, conflicts become trivial to the routine of the house.

The third hypothesis investigated was partially supported by the results, indicating that triangulation has a weak but significant direct effect on both internalizing and externalizing problems, which shows the existence of other variables that impact on their development. The result confirms that there is a direct impact of family difficulties on the psychological adjustment of adolescents (Davies & Cummings, 1994; Davies & Martin, 2013). Specifically, the effect sizes of the coparental dyad triangulation were weak but significant for all internalizing problems (anxiety and depression, withdrawal, and somatic complaints). The father triangulation, on the other hand, had significant relationships only with externalizing problems (aggressive behavior and rule-breaking). Finally, the mother triangulation had the lowest effect size and only with anxiety and depression ($\beta = 0.130, p < 0.001$). When considering the impact size of the regressions, the empirical model indicates that there are other variables of a different nature from coparenting, that also contribute to the emotional adjustment of adolescents. The present study did not investigate variables other than coparenting as predictor of emotional adjustment of adolescents, but findings in the literature demonstrate parental psychopathology and parenting styles play a role in this scenario (Bolsoni-Silva et al., 2016).

Namely, the results added data to the literature while, in addition to confirming that triangulation impacts externalizing problems (Murphy, Jacobvitz, & Hazen, 2016), it advances when analyzing the adolescent's relationships with each parent. Thus, the father triangulation has direct and indirect connections with externalizing problems, whereas the mother triangulation has only a significant direct relationship with internalizing problems (anxiety and depression). These data

corroborate a Brazilian study by Machado and Mosmann, (2020) in which triangulation and coparental conflict showed a significant association with externalizing problems. It can be considered that in environments with significant levels of triangulation, there is an increase in uncertainties among young people regarding family limits, which might generate behavior of questioning or disobeying rules, thereby increasing conflicts with their own parents, and increasing the likelihood of problematic behaviors (Etkin et al., 2014). In addition, children tend to repeat the behavior of caregivers. Thus, when the family model is one of disagreement and devaluation of the other, adolescents tend to respond similarly.

Furthermore, different studies have been investigating the specificities of the coparenting repercussions according to children's gender and age (Buehler & Gerard, 2002; Margolin et al., 2001; Weymouth et al., 2016). The last hypothesis of the study tested differences that may exist between the variables of the model when controlling age and gender. In opposition to our initial hypothesis, the relationships between coparental dyad triangulation, parent-adolescent conflicts and internalizing and externalizing problems did not show significant differences with respect to sex. This data is not a consensus in the international literature and some research corroborates our data (Sturge-Apple, Davies, Cicchetti, & Manning, 2010; Zou, & Wu, 2019).

One explanation for this result may be that this research evaluated the adolescents' perception of family phenomena as opposed to other studies that assessed the impact of coparenting through parents' perception (Margolin et al., 2001). Therefore, when boys and girls assess family phenomena, they do not perceive them differently. Another factor that may explain this result implies considering that the analyses performed involves independent, mediating, and dependent variables simultaneously, considering divergences in the perception of the relationships between the variables, in contrast to research that verifies divergences in the levels of symptoms by sex (Buehler & Gerard, 2002).

As for the adolescents' age, the results showed that there was no difference in the relationship between triangulation, parent-conflict and the development of internalizing and externalizing problems, also contradicting the initial hypothesis of the study (Oliveira-Monteiro et al., 2013). Considering aspects of human development, adolescence is a period of maturation of

different brain abilities and functions, which has impacts on the perception, understanding and way of processing the experiences to which they are exposed, as well as it causes greater emotional complexity (Newman & Newman, 2018). The results indicate that conflict and triangulation's perception from the perspective of the adolescents does not change significantly according to age, indicating that there is an adequate understanding of the family dynamics since the beginning of adolescence. This data sheds light on the relevance of family relationships for healthy and adaptive outcomes of individuals in the process of development.

This article draws attention to the harmful effects of involving adolescents in coparental conflict. Specifically, the results point out the father's role in parenting and coparenting. When considering coparental interventions, the systemic perspective of feedback from these interactions cannot be lost and the involvement and impact of the father on family processes should not be underestimated. So, it is necessary to redesign interventions to the population in a way that includes successful parents and couples (Panter-Brick et al., 2014) and the evidence from the present study supports the specificities to be worked with each one. Future research can expand the results found when assessing parents and adolescents simultaneously regarding the perception of coparenting, in addition to refining the different impacts that the maternal and paternal figures have on this context. Strategies that would make it possible to deepen understanding the specificities of this dynamic would involve jointly collecting data from fathers, mothers, and their adolescent offspring, enabling dyadic and triadic analyses, as well as comparisons between groups.

References

- Achenbach, T. M., & Rescorla, L. A. (2001). *Manual for the ASEBA School-Age Forms & Profiles*. Burlington, VT: University of Vermont, Research Center for Children, Youth, & Families.
- Achenbach, T. M., & Rescorla, L. A. (2003). *Manual for the ASEBA Adult Forms & Profiles for ages 18-59*. Burlington, VT: University of Vermont, Research Center for Children, Youth & Families.
- Barros, P., & Silva, F.B.N. (2006). Origem e manutenção do comportamento agressivo na infância e adolescência. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 2(1), 55-66. Retrieved from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872006000100006&lng=pt&tng=pt
- Bernal, A. C. L. (2012). Funcionamiento familiar, conflictos con los padres y satisfacción con la vida de familia en adolescentes bachilleres. *Acta Colombiana de Psicología*, 15(1), 77-85. Retrieved from <https://actacolombianapsicologia.ucatolica.edu.co/article/view/198>

Relationships between coparental triangulation, parent-adolescent conflicts and adolescent adjustment

- Bögels, S. M., & Perotti, E. C. (2011). Does father know best? A formal model of the paternal influence on childhood social anxiety. *Journal of Child and Family Studies, 20*(2), 171-181. doi: 10.1007/s10826-010-9441-0
- Bolsoni-Silva, A. T., & Loureiro, S. R. (2019). Boys with internalizing and externalizing behavior problems: A case control study. *Temas em Psicologia, 27*(1), 39-52. doi: 10.9788/TP2019.1-04
- Bolsoni-Silva, A. T., Loureiro, S. R., & Marturano, E. M. (2016). Comportamentos internalizantes: associações com habilidades sociais, práticas educativas, recursos do ambiente familiar e depressão materna. *Psico, 47*(2), 111-120. doi: 10.15448/1980-8623.2016.2.20806
- Buehler, C., & Gerard, J. M. (2002). Marital conflict, ineffective parenting, and children's and adolescents' maladjustment. *Journal of Marriage and Family, 64*(1), 78-92. doi: 10.1111/j.1741-3737.2002.00078.x
- Buehler, C., & Welsh, D. P. (2009). A process model of adolescents' triangulation into parents' marital conflict: The role of emotional reactivity. *Journal of Family Psychology, 23*, 167-180. doi: 10.1037/a0014976
- Byrne, B. M. (2010). *Structural equation modeling with AMOS: Basic concepts, applications, and programming*. New York, NY: Routledge, Taylor & Francis.
- Cerutti, F., & Argimon, I. I. L. (2015). Relacionamento pais e filhos e as implicações no uso de substâncias psicoativas: uma revisão sistemática. *Perspectivas em Psicologia, 12*(1), 57-65. Retrieved from https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9085/2/Relacionamento_pais_e_filhos_e_as_implicacoes_no_uso_de_substancias psicoativas_uma_revisao_sistemica.pdf
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre, RS: Bookman.
- Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2010). *Marital conflict and children: An emotional security perspective*. New York, NY: Guilford Press.
- Cummings, E. M., Merrilees, C. E., & George, M. W. (2010). *Fathers, marriages, and families: Revisiting and updating the framework for fathering in family context*. In M. E. Lamb (Ed.), *The role of the father in child development* (pp. 154-176). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons Inc.
- Cummings, E. M., & Schatz, J. N. (2012). Family conflict, emotional security, and child development: Translating research findings into a Prevention Program for community families. *Clinical Child and Family Psychology Review, 15*(1), 14-27. doi: 10.1007/s10567-012-0112-0
- Davies, P. T., & Cummings, E. M. (1994). Marital conflict and child adjustment: An emotional security hypothesis. *Psychological Bulletin, 116*(3), 387-411. doi: 10.1037/0033-2909.116.3.387
- Davies, P. T., & Martin, M. J. (2013). The reformulation of emotional security theory: The role of children's social defense in developmental psychopathology. *Development and Psychopathology, 25*(4pt2), 1435-1454. doi: 10.1017/S0954579413000709
- Davies, P. T., Sturge-apple, M. L., Woitach, M. J., & Cummings, E. M. (2009). A Process analysis of the transmission of distress from interparental conflict to parenting: Adult relationship security as an explanatory mechanism. *Developmental Psychology, 45*(6), 1761-1773. doi: 10.1037/a0016426
- Etkin, R. G., Koss, K. J., Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2014). The differential impact of parental warmth on externalizing problems among triangulated adolescents. *Journal of Genetic Psychology, 175*(2), 118-133. doi: 10.1080/00221325.2013.813437
- Falk, C. F., & Biesanz, J. C. (2016). Two cross-platform programs for inferences and interval estimation about indirect effects in Mediation Models. *SAGE Open, 6*(1). doi: 10.1177/2158244015625445
- Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting, 3*(2), 95-131. doi: 10.1207/S15327922PAR0302_01
- Guimarães, A. B. P., Hochgraf, P. B., Brasiliano, S., & Ingberman, Y. K. (2009). Aspectos familiares de meninas adolescentes dependentes de álcool e drogas. *Revista de Psiquiatria Clínica, 36*(2), 69-74. doi: 10.1590/S0101-60832009000200005
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre, RS: Bookman.
- Hameister, B. R., Barbosa, P. V., & Wagner, A. (2015). Conjugalidade e parentalidade: uma revisão sistemática do efeito spillover. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 67*(2), 140-155. Retrieved from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000200011&lng=pt
- Machado, M. R., & Mosmann, C. P. (2020). Coparental conflict and triangulation, emotion regulation, and externalizing problems in adolescents: Direct and indirect relationships. *Paidéia (Ribeirão Preto), 30*(2016), 1-9. doi: 10.1590/1982-4327e3004
- Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology, 15*(1), 3-21. doi: 10.1037//0893-3200.15.1.3
- Mosmann, C. P., Costa, C. B., Einsfeld, P., Silva, A. G. M., & Koch, C. (2017). Conjugalidade, parentalidade e coparentalidade: associações com sintomas externalizantes e internalizantes em crianças e adolescentes. *Estudos de Psicologia (Campinas), 34*(4), 487-498. doi: 10.1590/1982-02752017000400005
- Mosmann, C. P., Machado, M. R., Costa, C. B., Gross, P. R. C., & Abs, D. (2018). Propriedades psicométricas da versão brasileira do the coparenting inventory for parents and adolescents (CI-PA). *Revista Avaliação Psicológica, 17*(03), 399-406. doi: 10.15689/ap.2018.1703.14281.13
- Murphy, S. E., Gallegos, M. I., Jacobvitz, D. B., & Hazen, N. L. (2017). Coparenting dynamics: Mothers' and fathers' differential support and involvement. *Personal Relationships, 24*(4), 917-932. doi: 10.1111/pere.12221
- Murphy, S. E., Jacobvitz, D. B., & Hazen, N. L. (2016). What's so bad about competitive coparenting? Family-level predictors of children's externalizing symptoms. *Journal of Child and Family Studies, 25*(5), 1684-1690. doi: 10.1007/s10826-015-0321-5
- Newman, B. M., & Newman, P. R. (2018). *Development through life: A psychosocial approach* (13th ed.). Boston: CENGAGE Learning.
- Oliveira, J. M., & Alvarenga, P. (2015). Efeitos de uma intervenção com foco nas práticas de socialização parentais sobre os problemas internalizantes na infância. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 17*(2), 16-32. doi: 10.31505/rbtcc.v17i2.747
- Oliveira-Monteiro, N. R. D., Nascimento, J. O. G., Montesano, F. T., & Aznar-Farias, M. (2013). Competência, problemas internalizantes e problemas externalizantes em quatro grupos de adolescentes. *Psico-USF, 18*(3), 427-436. doi: 10.1590/S1413-82712013000300009
- Panther-Brick, C., Burgess, A., Eggerman, M., McAllister, F., Pruett, K., & Leckman, J. F. (2014). Practitioner review: Engaging fathers-recommendations for a game change in parenting interventions based on a systematic review of the global evidence. *Journal of Child Psychology Psychiatry, 55*(11), 1187-1212. doi: 10.1111/jcpp.12280

- Reynolds, J., Houlston, C., Coleman, L., & Harold, G. (2014). *Parental conflict outcomes and interventions for children and families* (Vol. 1). Chicago: Bristol University Press/Policy Press. doi: 10.2307/j.ctt1t6p6t4
- Rocha, M. M. (2012). *Evidências de validade do “Inventário para Adolescentes” (YSR/2001) para a população brasileira* (Doctoral Thesis, Universidade de São Paulo, São Paulo). Retrieved from <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-12062012-153735/en.php>
- Schoppe-Sullivan, S. J., & Fagan, J. (2020). The evolution of fathering research in the 21st century: Persistent challenges, new directions. *Journal of Marriage and Family*, 82(1), 175-197. doi: 10.1111/jomf.12645
- Silva, D. C., Boff, R. M., Wendling, M. I., & Silva-Oliveira, M. (2016). Sintomas internalizantes, externalizantes e relações interpessoais de adolescentes em tratamento para dependência química. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 16(3), 816-830. Retrieved from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812016000300009&lng=pt&tlng=pt
- Sturge-Apple, M. L., Davies, P. T., Cicchetti, D., & Manning, L. G. (2010). Mother's parenting practices as explanatory mechanisms in associations between interparental violence and child adjustment. *Partner Abuse*, 1(1), 45-60. doi: 10.1891/2F1946-6560.1.1.45
- Terres-Trindade, M. (2014). *Jovens online: praticas parentais, conflito familiar e dependencia de Internet* (Master's Dissertation, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo). Retrieved from <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4740>
- Terres-Trindade, M., & Mosmann, C. P. (2015). Discriminant profile of young internet dependents: The role of family relationships. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 25(62), 353-362. doi: 10.1590/1982-43272562201509
- Teubert, D., & Pinquart, M. (2011). The Coparenting Inventory for Parents and Adolescents (CI-PA): Reliability and validity. *European Journal of Psychological Assessment*, 27(3), 206-215. doi: 10.1027/1015-5759/a000068
- Wagner, A., Predebon, J., Mosmann, C., & Verza, F. (2005). Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(2), 181-186. doi: 10.1590/S0102-37722005000200008
- Wagner, A., Tronco, C., & Armani, A. B. (2011). Os desafios da família contemporânea: revisitando conceitos. In D. Levandowski, D. Falcke, E. P. Zordan, J. A. S. Neto, J. L. G. L. S. Puga, K. A. Demarchi, ... L. W. Rosa (Eds.), *Desafios psicossociais da família contemporânea? Pesquisas e reflexões* (pp. 19-38). Porto Alegre: Artmed.
- Weymouth, B. B., Buehler, C., Zhou, N., & Henson, R. A. (2016). A meta-analysis of parent-adolescent conflict: Disagreement, hostility, and youth maladjustment. *Journal of Family Theory & Review*, 8(1), 95-112. doi: 10.1111/jftr.12126
- Yan, J., Olsavsky, A., Schoppe-Sullivan, S. J., & Kamp Dush, C. M. (2018). Coparenting in the family of origin and new parents' couple relationship functioning. *Journal of Family Psychology*, 32(2), 206-216. doi: 10.1037/fam0000353
- Zemp, M., Johnson, M. D., & Bodenmann, G. (2018). Within-family processes: Interparental and coparenting conflict and child adjustment. *Journal of Family Psychology*, 32(3), 299-309. doi: 10.1037/fam0000368
- Zou, S., & Wu, X. (2019). Coparenting conflict behavior, parent – adolescent attachment, and social competence with peers: An investigation of developmental differences. *Journal of Youth and Adolescence*, 49, 267-282. doi: 10.1007/s10964-019-01131-x

Clarisse Pereira Mosmann, Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Pós-Doutora na Universidad de Girona, Espanha, Pós-doutora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Especialista em Terapia de Casal e Família na Clínica Stirpe/Madrid, é Professora do Programa de Pós-Graduação e do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), é Coordenadora do Núcleo de Estudos em Casais e Famílias da Unisinos (NECAF) em São Leopoldo/RS. Endereço para correspondência: Rua Dona Ondina 68 ap. 803 A, Menino Deus, Porto Alegre/RS. Cep 90.850-020. Telefone: 51 9327-3770. Email: clarissemosmann@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9275-1105>

Mariana Rodrigues Machado, Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), é Professora do Curso de Graduação em Psicologia da Atitus Educação, em Passo Fundo/RS. Email: mariana.rmachado@yahoo.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7111-3710>

Lídia Käfer Schünke, Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), é Professora do Curso de Graduação em Psicologia do Grupo Uniftec, em Novo Hamburgo/RS, é Membro do Núcleo de Estudos em Casais e Famílias da Unisinos (NECAF), em São Leopoldo/RS. Email: lidia.kafer@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3770-5982>

Mariana Cunha Schneider, Graduada em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), é Psicóloga em consultório particular. Email: mari.cunha.s@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7577-1710>

Liana Pasinato, Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), é Psicóloga Escolar da Escola de Educação Básica da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, em Erechim/RS. Email: lia.pasinato@yahoo.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1185-9537>

Received in 01.apr.22

Revised in 01.jun.22

Accepted in 30.jul.22

Fatores psicossociais no trabalho em Psicologia no Brasil

Fernando Faleiros de Oliveira. Universidade Federal Fluminense
Liliana Andolpho Magalhães Guimarães. Universidade Católica Dom Bosco

Resumo

A pesquisa teve como objetivo investigar fatores psicossociais presentes no trabalho em Psicologia no Brasil, no âmbito geral e nas diferentes áreas de atuação, por meio de estudo exploratório-descritivo, de corte transversal, com amostra probabilística, estratificada e proporcional. Foram validados e analisados protocolos de 1.659 respondentes do COPSQ II (versão curta) e do Questionário Sociodemográfico Ocupacional. Os principais Fatores de Risco encontrados foram exigências quantitativas, estresse, *Burnout* e conflito trabalho/família; e os principais fatores de proteção foram possibilidades de desenvolvimento na carreira e significado do trabalho. Houve correlações significativas entre fatores psicossociais, sexo dos participantes e realização de outras atividades além da Psicologia. Destacaram-se diferenças nos resultados de psicólogas/os clínicos, sociais e da saúde frente à amostra geral da profissão. Compreender as relações trabalho-trabalhador apresenta os desafios de utilizar os fatores psicossociais como mediadores protetivos e possíveis diretrizes para a construção de ambientes de trabalho saudáveis para psicólogas e psicólogos no Brasil.

Palavras-chave: condições de trabalho, organização do trabalho, fatores psicossociais, atuação do psicólogo.

Abstract

Psychosocial factors of Psychology work in Brazil. This research aimed to investigate psychosocial factors present in the work of Brazilian psychologists, in general and in different areas of expertise, by means of an exploratory-descriptive, cross-sectional study, with a probabilistic, stratified, and proportional sample. The protocols of 1,659 participants were validated and analyzed using the COPSQ II (short version), and a Sociodemographic Occupational Questionnaire. The main risk factors found were the quantitative demands of work, stress, *Burnout* and work/family conflict, and the main protective factors, the possibilities of development and the meaning of the work. There were significant correlations obtained from psychosocial factors, gender of participants and performing other activities. Differences in the results provided by Clinical, Social and Health Psychologists were also highlighted in relation to the general population. Understanding work-worker relationships introduces the challenges of using psychosocial factors as protective mediators and possible guidelines for building healthy work environments for psychologists in Brazil.

Keywords: working conditions, work organization, psychosocial factors, psychologist performance.

Resumen

Factores Psicosociales del Trabajo en Psicología en Brasil. La investigación tuvo como objetivo investigar factores psicosociales presentes en el trabajo de psicólogos brasileños, en el ámbito general y en las diferentes áreas de actividad, a través de un estudio exploratorio-descriptivo, transversal, con muestra probabilística, estratificada y proporcional. Se validaron y analizaron 1.659 protocolos del COPSQ II (versión breve) y del Cuestionario Sociodemográfico Ocupacional. Los principales Factores de Riesgo encontrados fueron: requerimientos cuantitativos, estrés, *Burnout* y conflicto laboral/familiar; y los principales factores de protección: posibilidades de desarrollo y significado del trabajo. Hubo correlaciones significativas entre factores psicosociales, sexo de los participantes y el desempeño de otras actividades además de la Psicología. Se destacaron las diferencias en los resultados de Psicólogos Clínicos, Sociales y de la Salud en relación con la muestra general. Comprender las relaciones trabajo-trabajador presenta los desafíos de utilizar los factores psicosociales como mediadores de protección y posibles directrices para la construcción de entornos de trabajo saludables para los psicólogos en Brasil.

Palabras clave: condiciones de trabajo, organización del trabajo, factores psicosociales, actuación del psicólogo.

Sobre o trabalho em Psicologia no Brasil

Desde o início de suas práticas, a Psicologia se organizou de modo polivalente como profissão e campo de trabalho, em virtude da pluralidade de demandas sociais, construindo tarefas e instrumentos específicos em cada uma das áreas e ambientes na qual se desenvolve.

Dessa forma, observa-se que a Psicologia tem atribuições determinadas a alguns de seus campos de atuação em três principais documentos: (i) a lei de regulamentação da Profissão Lei 4.119/1962; (ii) as atribuições profissionais do Psicólogo no Brasil – Catálogo Brasileiro de Ocupações (Ministério do Trabalho e Emprego [MTE], 2010); e (iii) a resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) sobre especialidades – que compila as informações das anteriores e também as revoga, para reorganizar o fluxo orientativo da profissão (Resolução n.º 03/2022). Destes documentos se

observam dois escopos de atribuições: (a) Uma atribuição geral aponta que o profissional de Psicologia: procede ao estudo e análise dos processos intrapessoais e das relações interpessoais, possibilitando a compreensão do comportamento humano individual e grupal, no âmbito das instituições de várias naturezas; promove em seu trabalho, em diferentes âmbitos, o respeito à dignidade e integridade do ser humano; analisa a influência de fatores hereditários, ambientais e psicossociais sobre os sujeitos na sua dinâmica intrapsíquica e nas suas relações sociais, para orientar-se no psicodiagnóstico e atendimento psicológico; promove a saúde mental, atuando para favorecer um amplo desenvolvimento psicossocial; participa da elaboração, adaptação e construção de instrumentos e técnicas psicológicas por meio da pesquisa; e outras possibilidades nas práticas psicológicas; (b) As atribuições por áreas de atuação estão representadas na Tabela 1.

Tabela 1. Atribuições por especialidade/área de atuação em Psicologia no Brasil

Área	Atribuições
Clínica	Atua considerando a complexidade do humano e sua subjetividade. As intervenções podem ocorrer no nível individual, grupal, social ou institucional. Realiza pesquisa, diagnóstico psicológico, acompanhamento e intervenção psicológica, em situações de crise, problemas do desenvolvimento ou quadros psicopatológicos.
Organizacional e do Trabalho	Atua nas relações de trabalho, visando compreender, intervir e desenvolver as relações e os processos intra e inter (pessoais e grupais), e articulações com as dimensões política, econômica, social e cultural, em atividades de análise da ação humana nas organizações, desenvolvimento de pessoas e equipes, consultoria, seleção e saúde do trabalhador.
Escolar/ Educacional	Atua no âmbito da educação e colabora para a compreensão e para a mudança do comportamento de educadores e educandos, no processo de ensino aprendizagem, nas relações e processos inter e intrapessoais. Participa também da elaboração de planos e políticas educacionais para promover qualidade, valorização e democratização do ensino.
Jurídica	Atua no âmbito da Justiça, no planejamento e execução de políticas de cidadania, direitos humanos e prevenção da violência, centrado na orientação do dado psicológico para possibilitar a avaliação das características de personalidade e fornecer subsídios ao processo judicial. Desenvolve estudos e pesquisa nos campos legislativo e criminal.
Social	Atua com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social, compreendendo o sujeito em uma perspectiva histórica, para compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, com permanente integração entre indivíduo e social. Operar nessa área significa desenvolver um trabalho desde esta perspectiva de homem e sociedade.
Trânsito	Atua com processos psicológicos, psicossociais e psicofísicos relacionados aos problemas de trânsito, analisa a estrutura dinâmica dos indivíduos e grupos nos aspectos afetivos, cognitivos e comportamentais para a elaboração e implantação de ações de tráfego. Realiza avaliações psicológicas para fins de obtenção/manutenção de CNH.
Esporte	Atua na identificação de padrões de comportamento de participantes de atividades físicas. Compreende teorias e técnicas que podem ser aplicadas ao contexto do esporte e do exercício físico, tanto em nível individual como grupal, com práticas diagnósticas e/ou interventivas (perfil, cognição, padrões de comportamento para atividade física).
Hospitalar	Atua em instituições de saúde, prestando serviços nos três níveis de atenção. Visa o aperfeiçoamento de profissionais da área ou a complementação da formação de outros profissionais de saúde. Avalia e acompanha demandas psíquicas de pacientes submetidos a procedimentos médicos, para promover e/ou a recuperar a saúde física e mental.
Psicopedagogia	Atua com processos de aprendizagem para a compreensão da cognição, emoção e motivação do sujeito. Articula o significado dos conteúdos do processo de ensino e a inserção no mundo cultural e social concreto. Possibilita a redução de índices de fracasso escolar e busca resgatar o ato de aprender.
Psicomotricidade	Atua nas áreas de Educação, Reeducação e Terapia Psicomotora, para o desenvolvimento, prevenção e reabilitação do ser humano. Planeja, elabora, programa, implementa, dirige, coordena, analisa, organiza, supervisiona e avalia atividades clínicas. Realiza parecer psicomotor e dá assistência e tratamento especializado na área.

continua...

Tabela 1. Continuação

Área	Atribuições
Neuropsicologia	Atua no diagnóstico, acompanhamento, tratamento e pesquisa da cognição, das emoções, da personalidade e do comportamento frente ao funcionamento cerebral. Utiliza instrumentos para avaliação dessas funções e estabelece parâmetros para emissão de laudos. Pesquisa modelos estabelecidos e cria hipóteses sobre interações cérebro-comportamentais.
Saúde	Atua em equipes multi e interdisciplinares no campo da saúde, utilizando princípios, técnicas e conhecimentos da produção de subjetividade para a análise, planejamento e intervenção nos processos saúde-doença, em diferentes contextos da rede de atenção à saúde. Estabelece estratégias de intervenção com populações e grupos específicos, contribuindo para a melhoria das condições de vida dos indivíduos, famílias e coletividades.
Avaliação Psicológica	Atua na avaliação de fenômenos psicológicos, compreende estudos a respeito de técnicas e procedimentos de avaliação, teoria da medida e psicometria, análise integrativa de planejamento, realização e redação de documentos resultantes da avaliação em diferentes contextos. Compreende a totalidade do processo avaliativo como resultado integrado de informações da realidade sócio-histórico-cultural de indivíduos, grupos e instituições.

Em qualquer local ou atividade à qual se dedique, a profissão tem por objetivo de trabalho promover a autonomia e resgatar a plenitude da subjetividade do(s) indivíduo(s), desempenhando essas atividades individualmente e em equipes multiprofissionais, ou seja, em áreas nas quais as questões concernentes à profissão se façam presentes e sua atuação seja pertinente (Borges-Andrade, Bastos, Andery, Guzzo, & Trindade, 2015; MTE, 2010).

A determinação de tais termos permite, em um foco mais estrito, relacionar ações entre diferentes campos e locais da prática profissional em Psicologia, de modo que se possa delinear um caminho que possibilite a compreensão de quais fatores psicossociais no trabalho podem atuar como demandas de risco ou proteção à saúde de psicólogas/os no Brasil.

Fatores psicossociais no trabalho

Das diferentes abordagens teórico-metodológicas que implicam práticas muitas vezes próximas e outras diferenciadas, pode-se observar que o conteúdo e o contexto do trabalho são amplos pela natureza das atividades profissionais desenvolvidas na atual realidade do mundo do trabalho.

Devido a inúmeras mudanças significativas na forma e conteúdo do trabalho nas últimas décadas, novos riscos à saúde do trabalhador começaram a surgir. Entre estes riscos estão os psicossociais e, nos últimos anos, eles ganharam marcada relevância dado o aumento de processos patológicos ocorridos com os trabalhadores (Costa & Santos, 2013).

Soma-se ao exposto uma tendência mundial no aumento dos casos de afastamento decorrentes de problemas psicossociais. A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta a depressão como a quinta maior questão

de saúde pública do mundo – e como a doença mental mais recorrente nos trabalhadores. Some-se a isso evidências de pesquisas realizadas em países desenvolvidos e em desenvolvimento – de que mais de 25% das pessoas apresentam um ou mais transtornos mentais e comportamentais durante a vida (OMS, 2001).

Assim, os fatores psicossociais são questão ampla e de grande relevância nas últimas décadas. Falar sobre esse fenômeno implica uma revisão da evolução conceitual, que começa na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, e as subsequentes e constantes mudanças no mundo do trabalho, como a crescente industrialização, que demandam a necessidade de se reconhecer a preocupação com a saúde dos trabalhadores, devido aos aspectos psicossociais presentes no trabalho. Tais aspectos são apresentados na literatura com diferentes denominações (ora como fatores psicossociais, ora como fatores de risco ou ainda como riscos ocupacionais), o que se constituiu como desafio e desvantagem para o estudo adequado desses temas (Gil-Monte, 2012; Jimenez, 2011). Apresentar a amplitude do construto e consolidar uma definição se fez fundamental para a presente pesquisa.

Para a Organização Internacional do Trabalho (ILO, 1986) os Fatores Psicossociais no Trabalho (FPT) são aqueles suscetíveis de influenciar a saúde, o rendimento e a satisfação no trabalho e que consistem em interações do ambiente de trabalho, do conteúdo, da natureza e das condições de trabalho, e as capacidades, necessidades, cultura e condições de vida do trabalhador fora do trabalho. Cox e Griffiths (1995) pontuam que os Riscos Psicossociais podem ser entendidos como aqueles aspectos do desenho e gestão do trabalho e dos contextos social e organizacional que têm potencial para causar danos físicos ou psicológicos.

Já para Ocaña e Rodríguez (2010) e Gollac e Bodier (2011), os Riscos Psicossociais se agrupam em função da ausência, escassez ou excesso de determinadas condições em termos do trabalho e das quais advêm consequências para a saúde do trabalhador e podem ser agrupados em seis aspectos: a intensidade do trabalho e o tempo de trabalho; as exigências emocionais; a falta/insuficiência de autonomia; a má qualidade das relações sociais no trabalho; os conflitos de valores; e a insegurança na situação de trabalho/emprego.

Em estudo europeu conduzido pela Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho (EU-OSHA) em 2014, esses riscos são vistos como aqueles aspectos do desenho, da organização e gestão do trabalho, e seu contexto social e ambiental, que têm o potencial para causar dano psicológico, social ou físico. Já em estudo latino-americano conduzido por Ansoleaga, Vézina, e Montañó (2014) no Chile, os Fatores Psicossociais no Trabalho são descritos como um aumento da carga psíquica e mental no trabalho que, se sustentado ao longo do tempo, provocará efeitos na saúde mental.

A composição do contexto sobre os FPT faz com que o estudo em tela também considere insumos advindos da: (i) Psicologia da Saúde Ocupacional (PSO) – que está relacionada à saúde do trabalhador na busca por melhorias na qualidade de vida no trabalho, proteção e promoção de um ambiente organizacional saudável e mitigação dos FPT frente a contextos de trabalho cada vez mais complexos, por meio de promoção, diagnóstico e intervenção (Guimarães et al., 2018; Liu, Mo, Song, & Wang, 2016); e, (ii) Psicossociologia do Trabalho (PST) – que pensa em possibilidades de transformação das situações de trabalho com vistas a promover saúde, segurança e bem-estar, e ampliar a consciência do trabalhador sobre o mundo do trabalho que vivencia (Cunha, 2014; Hamraoui, 2014).

Assim, o conceito a ser adotado no presente estudo será o de Fatores Psicossociais no Trabalho [FPT] como o conjunto de percepções e experiências do trabalhador resultantes da interação entre indivíduo, condições de vida e condições de trabalho – e que trazem risco ou proteção à saúde dos trabalhadores – impactam no desempenho, na satisfação no trabalho e na saúde do trabalhador, e se devem às mudanças e à evolução contínua da natureza e organização do trabalho.

Diante desse quadro e da falta de estudos sobre a relação da saúde de psicólogas e psicólogos, a partir de suas relações de e com o trabalho, esta pesquisa teve por objetivos: (i) verificar os principais Fatores

Psicossociais no Trabalho presentes nas práticas profissionais em Psicologia no Brasil, de forma geral e nas diferentes áreas de atuação; (ii) correlacionar FPT e dados sociodemográficos da amostra; (iii) para assim, possibilitar a compreensão de demandas de risco ou proteção à saúde de psicólogas/os no Brasil, e poder contribuir para questões de saúde e qualidade de vida, a partir do ambiente de trabalho.

Método

A pesquisa foi aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa e realizada com psicólogas e psicólogos brasileiros inscritos em todos os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) do país, por meio de protocolo *on-line*, construído na plataforma *SurveyMonkey*, disponibilizado de 1º de março a 31 de maio de 2020.

Tratou-se de um estudo exploratório-descritivo, de corte transversal, que objetivou avaliar os Fatores Psicossociais no Trabalho de profissionais de Psicologia no Brasil, os quais, no início da aplicação da pesquisa totalizavam 366,7 mil profissionais inscritos no Sistema Conselhos (CFP, 2020).

Foram realizados os convites para participação a uma base de endereços eletrônicos válidos ($N = 103.053$), de forma probabilística, por meio de amostragem estratificada proporcional (pela quantidade de inscritos por CRP, respectiva proporção na base total de profissionais do país, utilizando nível de confiança de 95% e erro amostral de 2%).

Após recebimentos das respostas e realizados os procedimentos de limpeza do banco de dados, desconsiderando *missing values* que pudessem afetar a aferição do resultado, foi constituída a amostra de protocolos válidos ($n = 1.659$), que passou pelas demais fases de análises de dados.

Os resultados foram coletados pela plataforma *SurveyMonkey* e depois analisados por meio dos sistemas R (v.3.5) e R-Studio, que são *softwares* livres para análise estatística, cujos testes têm como critério de significância um percentual de 95%. Foram realizadas análises descritivas (média, desvio padrão e frequência relativa) e inferenciais (comparação de médias e correlações) para consecução dos objetivos do presente estudo.

Por fim, os instrumentos utilizados foram:

(i) Questionário Sociodemográfico e Ocupacional (QSDO), construído para esse estudo e fundamentado em estudos do Conselho Federal de Psicologia (1988, 2004) e Bastos e Gondim (2010), e que abordou

questões sobre – sexo, idade, estado civil, cor da pele/etnia (autodeclarada), maior escolaridade completa, renda, atuação profissional em Psicologia, se exerce outras atividades profissionais além da Psicologia, tempo de atuação em Psicologia, carga horária semanal de trabalho, área/s de atuação prioritária em Psicologia, tipo de instituição em que trabalha, tipo de vínculo trabalhista, se está subordinada a algum tipo de gestor;

(ii) o Copenhagen Psychosocial Questionnaire II (COPSOQ II), em sua versão curta, que inclui somente as dimensões psicossociais com evidência epidemiológica relacionada à saúde, para mensuração de indicadores de exposição psicossocial e do seu efeito, por meio de questões voltadas para as práticas do ambiente de trabalho. Tem sete dimensões e 23 subescalas com consistência interna adequada para utilização em estudos científicos (Pejtersen et al., 2010; Rosário et al., 2017).

Este instrumento possibilita, a partir de uma proposta multiteórica, atender ao diagnóstico, avaliação e documentação dos FPT, e fornece informações sobre iniciativas para promover a saúde, segurança e bem-estar, com base em evidências no local de trabalho e dados coletados com a participação direta dos trabalhadores, e pode ser utilizado em qualquer tipo de trabalho/ocupação (Massuda, 2019; Silva et al., 2011; Vazquez, Pianezolla, & Hutz, 2018).

Faz-se importante ressaltar, também, que para a utilização do COPSOQ II (versão curta) no Brasil – e na presente pesquisa – foi seguido um modelo de adaptação transcultural (Hambleton & Zenisky, 2010; Oliveira et al., 2019), que garantiu a robustez do instrumento. No entanto, a descrição da adaptação e a subsequente validação psicométrica da escala, não constam do escopo deste artigo e serão apresentadas em manuscritos futuros.

Quanto aos resultados quantitativos obtidos a partir do COPSOQ II, as 23 subescalas que compõem o instrumento em sua versão curta foram analisadas pelo recorte tripartido (em tercís). Utilizou-se o padrão de 2,33 para o corte de baixo e 3,66 para o corte de alto. Assim, valores médios abaixo de 2,33 são considerados críticos (risco à saúde) e valores médios acima de 3,66 são considerados satisfatórios (ausência de risco/fator protetivo).

Resultados e discussão

Dos 1.659 profissionais de Psicologia participantes, as características sociodemográficas prevalentes e significativas ($p \leq 0,05$ – teste de uma proporção) foram: 83,7% mulheres; 41,9 anos de média de idade; tempo

médio de atuação/formação em 14,1 anos; 49,8% casados; 73,8% brancos; 55,7% com especialização completa; carga horária semanal média de 32 horas de trabalho; Psicologia como atividade profissional principal (84,8%); Psicologia como única atividade profissional (65,9%); principais áreas de atuação são: Clínica (45%), Políticas Públicas (Social, Saúde e Trânsito – 24%), Organizacional e do Trabalho (10%) e Escolar (6%); tipos de vínculo de trabalho predominantes são: autônomos (40,58%), estatutários (24,75%) e CLT (23,84%) e 59,6% atuam sob a subordinação de algum tipo de gestor.

Já para o COPSOQ II, em nenhuma das 23 subescalas houve valor médio inferior ao recorte do menor tercil (2,33). Existem 13 subescalas que apresentaram valor intermediário (menor do que 3,66), sendo o menor valor observado na E1 (exigências quantitativas) média de 2,7 com desvio-padrão de 1,1.

Os resultados da escala por análise do tercil podem ser comparados com o resultado geral do COPSOQ II para a amostra pesquisada, por meio da avaliação do diagrama de semáforo (escala tricolor) apresentada na Figura 1. A representação visual da figura apresenta os percentuais em cada partição e a distribuição, por escala, entre os diferentes níveis de risco: grave (preto), moderado (branco) e ausente (cinza).

Assim, destacam-se valores intermediários (risco moderado – entre 2,8 e 3,6 pontos, respectivamente) para Estresse; Conflito Trabalho-Família; *Burnout*; Qualidade da Liderança; Autoavaliação de saúde geral; Ritmo de Trabalho; Previsibilidade; Justiça e Respeito; Exigências Emocionais; Influência no Trabalho; Apoio social de superiores; e Recompensas/Reconhecimento.

Sobre os resultados observados na Figura 1, observa-se que as subescalas variam entre os níveis moderado e o de ausência de risco, com algumas altamente favoráveis, tendo percentuais superiores a 80%: possibilidades de desenvolvimento, significado do trabalho, assédio sexual, ameaças de violência, violência física e *bullying*.

Para a escala de exigências quantitativas, há uma maior ocorrência do nível moderado com 77% somado o valor de risco à saúde, superior a 20% (20,6%). Também se destacam como dimensões com valores de risco à saúde, superiores a 20%: Previsibilidade (23,4%), Ritmo de trabalho (23,7%) e Qualidade da liderança (25%). Ainda há de se ressaltar que três escalas apresentam valores de risco iguais ou superiores a 30%: *Burnout* (30%), Estresse (30,2%) e, o pior resultado do conjunto, Conflito Trabalho/Família com 35,3% de risco.

Fatores psicossociais no trabalho em Psicologia no Brasil

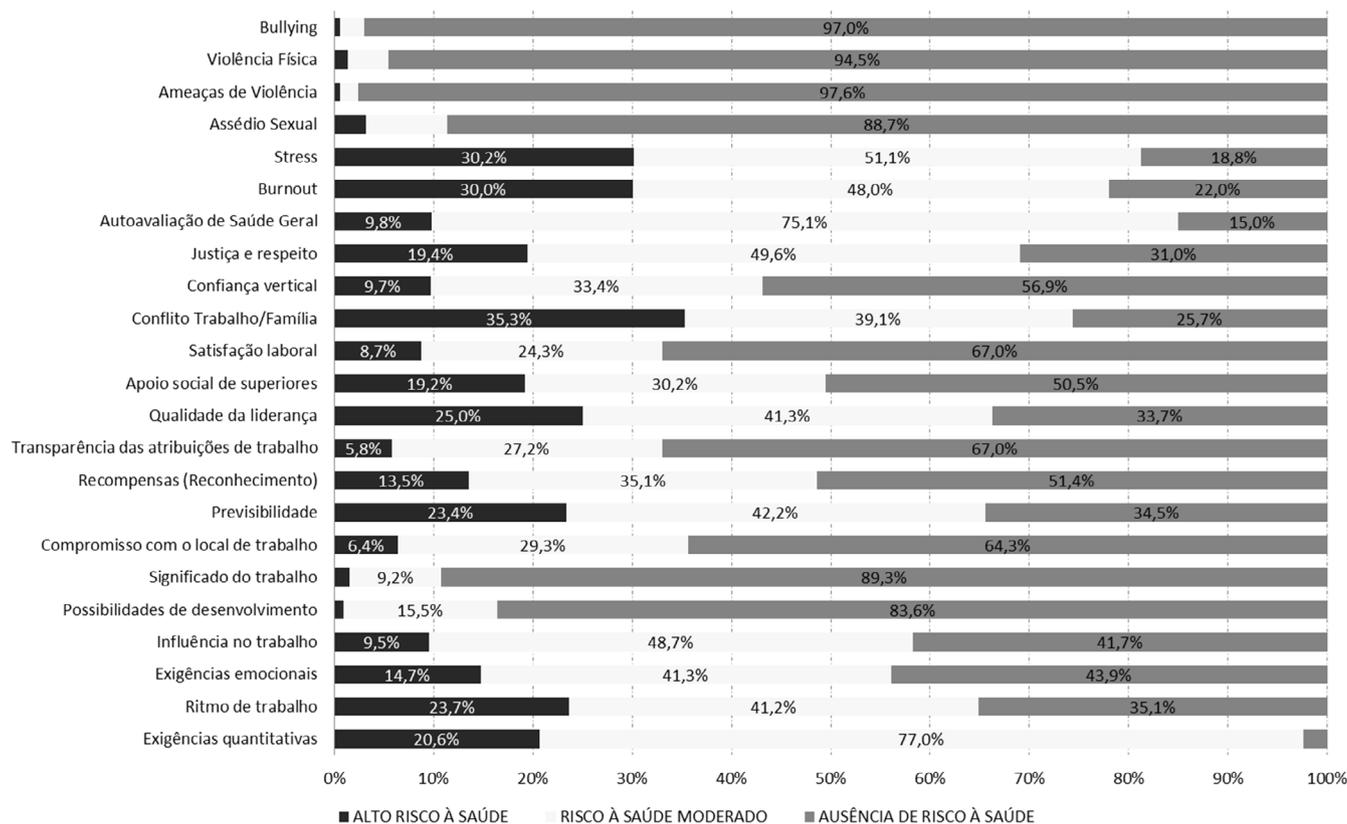


Figura 1. Resultados globais do COPSOQ II (em escala tricolor).

As possibilidades de desenvolvimento e o significado do trabalho podem ser vistos como preditores positivos, por se expressarem na multiplicidade de práticas e caminhos que o profissional pode seguir, e que permitem o uso da criatividade e geração de novas competências no exercício profissional, para a auto-percepção de importância da própria práxis (Abbad & Mourão, 2010; Castelar & Daltro, 2015).

Isto corrobora as definições do CBO (MTE, 2010), que apontam para a atuação generalista em Psicologia descrita com componentes de: (a) compreensão do comportamento humano individual e de grupo, no âmbito das instituições de várias naturezas; (b) promoção do respeito à dignidade e integridade do ser humano; (c) análise da influência de fatores psicossociais sobre os sujeitos, para orientar-se no psicodiagnóstico e atendimento psicológico; (d) promoção da saúde mental, atuando para favorecer um amplo desenvolvimento psicossocial; (e) elaboração, adaptação e construção de instrumentos e técnicas psicológicas.

No entanto, essa multiplicidade também pode ser vista como risco pela falta de previsibilidade das demandas de trabalho, bem como pela exigência

quantitativa que o preparo para atuação pode trazer. O atendimento constante a demandas emocionais de outrem caracteriza um trabalho emocional, que pode levar à exaustão e à baixa realização profissional, caracterizando Estresse, *Burnout* e, possivelmente, o conflito trabalho/família (Moraes & Cavalcante, 2009; Patterson-Hyatt, 2016).

Quanto ao conflito trabalho/família, foi possível observar, com outros grupos ocupacionais, que quando se configura como um fator de risco tende a reduzir a satisfação com a vida, a satisfação conjugal e o bem-estar psicológico, aumentando problemas de saúde mental, como depressão e *Burnout* (já relatadas como fatores de risco para a amostra estudada). A demanda de preparo profissional, o contato constante com questões emocionais e o sigilo profissional, podem interferir na forma como profissionais de Psicologia organizam as relações entre as demandas de trabalho e as relações familiares (Braunstein-Bercovitz, 2013; Jiménez Figueroa, Bravo Castillo, & Toledo Andaur, 2020).

Assim foram vistos, também comparando aos resultados gerais do COPSOQ II, conforme proposto nos estudos de Fischer (2012) e Guimarães (2015),

exemplos comuns de fatores de risco no trabalho, como a insegurança laboral, as crescentes exigências emocionais, o conflito entre as exigências do trabalho e da vida privada, e a carga de trabalho. E em contrapartida, como fatores de proteção foram observadas as relações sociais cordiais e produtivas, a vivência do significado pleno do trabalho e ambientes saudáveis de trabalho.

Como o modelo de FPT prevê características tanto do trabalho quanto do trabalhador em constante movimento para que se alcance a saúde, ao se observar a análise do *corpus* das principais atribuições da Psicologia descritas na Tabela 1 se evidencia a congruência de fatores incluídos nas atribuições das diferentes áreas de atuação em Psicologia, por meio dos termos: (i) avaliação, (ii) social, (iii) saúde, (iv) intervenção, (v) desenvolvimento, (vi) processos, (vii) psicológica e (viii) diagnóstico. Assim, observam-se as características sob as quais a Psicologia, em linhas gerais, estabelece bases para sua práxis.

Intervir em fatores como a imprevisibilidade, as crescentes demandas emocionais e o conflito trabalho/família consolidam a visão da PSO e da PST sobre a importância do diagnóstico dos FPT, pois assume o pressuposto da centralidade e do papel estruturante do trabalho na vida das pessoas, e aponta a necessidade de se buscar formas de reduzir os riscos ou danos à vida humana no trabalho (Enríquez, 2014; Guimarães et al., 2018).

Quanto às correlações entre os instrumentos da pesquisa (QSDO e COPSOQ II) foram apresentados resultados com diferenças estatisticamente significativas (p -valor $< 0,05$), para alguns dos testes realizados. A primeira correlação ocorreu entre seis subescalas e o sexo dos participantes (F para Feminino, M para Masculino), conforme resultados apresentados na Tabela 2.

Tabela 2. Valor médio das subescalas do COPSOQ II de acordo com o sexo

Subescalas	F	M	MÉD	DP	p-valor
Ritmo de trabalho	3,2	2,9	3,2	1,2	$<0,0001^*$
Possibilidades de desenvolvimento	4,4	4,3	4,4	0,7	0,007*
Significado do trabalho	4,6	4,4	4,6	0,7	$<0,0001^*$
Compromisso com o local de trabalho	4,0	3,8	4,0	1,0	0,005*
<i>Burnout</i>	2,9	2,7	2,9	1,1	$<0,0001^*$
Estresse	2,9	2,7	2,8	1,1	0,017*

Nota: F = participantes do sexo feminino; M = participantes do sexo masculino.
* $p < 0,05$

Nas categorias em que as diferenças foram estatisticamente significativas, após análise de variância (ANOVA), o valor médio para o sexo feminino se apresenta maior do que para o sexo masculino, nas seis escalas a seguir: (i) Ritmo de trabalho; (ii) Possibilidades de desenvolvimento; (iii) Significado do trabalho; (iv) Compromisso face ao local de trabalho; (v) *Stress*; e (vi) *Burnout*.

Da associação geral entre FPT, *Burnout* e trabalho em Psicologia, Spindler Rodriguez e Carlotto (2017) apontam a sobrecarga laboral como maior preditor explicativo de *Burnout* em psicólogas/os. Do trabalho emocional, quanto maior o esforço para controlar as emoções no trabalho, menor o entusiasmo pelo trabalho.

Para as diferenças entre os sexos se observam dois aspectos importantes: (i) relação direta com as exigências, organização e conteúdo do trabalho, nas quais mulheres se apresentam mais comprometidas, envolvidas e dedicadas ao trabalho que homens (Tanrikulu, 2017; Weymer, Schuber, & Eskenazi, 2018); e (ii) na saúde mental relacionada ao trabalho, mulheres se mostram mais suscetíveis que homens (numa razão 2:1) para transtornos mentais comuns (não-psicóticos), e homens são mais suscetíveis a transtornos mentais graves (psicóticos). Resultados mais destacados em Estresse e *Burnout*, para mulheres, se devem à maior disponibilidade ao autocuidado, à menor estigmatização para buscar ajuda, além de maior comprometimento com o trabalho (Amato, Pavin, Martins, Ronzani, & Batista, 2010; American Psychiatric Association, 2014; OMS, 1993; Spindler Rodriguez, Carlotto, & Barcinski, 2015).

Também houve correlação com a variável “desenvolve outra atividade além da Psicologia” que mostrou diferenças significativas em outras subescalas do COPSOQ II. Após a análise de variância (ANOVA), os resultados apresentaram: Influência no local de trabalho ($p = 0,001$), Possibilidade de desenvolvimento ($p = 0,001$), Previsibilidade ($p < 0,0001$), Recompensas ($p = 0,008$), Transparência nas atribuições de trabalho ($p = 0,009$), Qualidade da liderança ($p = 0,003$), Satisfação laboral ($p = 0,005$), Confiança vertical ($p < 0,0001$), e Justiça e Respeito ($p < 0,0001$), com valores médios menores para exclusivamente atuantes na área.

A insatisfação com a remuneração e reflexos das vivências ou dificuldades no exercício profissional, aliadas à baixa remuneração média da profissão, apontam para possíveis fatores que levam os profissionais a desenvolverem outra atividade profissional (CFP, 1998; Yamamoto & Costa, 2010).

Nessas correlações, a subescala Recompensas foi a única que apresentou diferença na escala tricolor entre participantes que realizam outra atividade profissional (ausência de risco à saúde) e participantes que atuam exclusivamente em Psicologia (risco moderado à saúde). Pode-se observar que o trabalho dessa profissão exige constante atualização, que houve mudança no sistema de formação e que há transformação no mercado de trabalho da área, o que pode levar a profissionais com mais de um vínculo de trabalho, como indicador da baixa remuneração na profissão e da sobrecarga de trabalho que impactam a saúde desses profissionais (Almeida, 2012; Bastos & Gondim, 2010).

Quanto às áreas de atuação, aquelas que apresentam resultados significativos e diferentes dos resultados gerais são as que mais concentram profissionais participantes: (i) Psicologia Clínica (42% [$n = 697$]); (ii) Psicologia Social (13,6% [$n = 225$]); e (iii) Psicologia da Saúde (11,4% [$n = 189$]). As subescalas da dimensão “exigências laborais” (ritmo de trabalho e exigências emocionais) contribuem com mais risco à saúde de Psicólogas/os Clínicas/os que nas demais áreas, e as subescalas da dimensão “valores no local de trabalho” (confiança vertical e justiça e respeito) impactam mais negativamente em Psicólogas/os Sociais e da Saúde.

Das diferenças entre as áreas que possam explicar os resultados apresentados, aponta-se que a Clínica está vinculada a uma atuação que pode ser vista como autônoma, voltada à intervenção psicoterápica para a compreensão de processos intra e interpessoais, por meio de diferentes abordagens teóricas (MTE, 2010; Resolução n.º 03/2022). Dos participantes da pesquisa que se denominaram Clínicos, 71,3% também se apresentaram como “autônomos” em relação ao seu principal tipo de vínculo trabalhista, característica que denota atuação emancipada de estruturas institucionais e organização do trabalho diferente de outras áreas de especialidade.

Para Spiendler Rodriguez, Carlotto, Ogliari, e Giordani (2015), os principais estressores no trabalho de psicólogos clínicos são a preocupação constante com pacientes, a longa duração da jornada de trabalho e o atendimento às expectativas de ser um modelo de saúde mental. Apontam uma diferença fundamental entre Clínicos assalariados e autônomos: assalariados, não percebem o reconhecimento pelo esforço no trabalho e autônomos denotam forte insegurança em dezembro e janeiro, devido às férias dos pacientes.

Já para as áreas social e de saúde, a perspectiva é de atuar com a dimensão subjetiva do fenômeno social,

da atuação em equipe multi e interprofissional, ou seja, há a perspectiva de uma atuação que condiz com a estrutura de um ambiente de organização de trabalho mais hierarquizado, com estrutura definida e relações com clientes internos e externos semelhantes a uma organização (MTE, 2010; Resolução n.º 03/2022).

Estudo de Sousa e Coleta (2012) com 66 psicólogas/os da saúde pública no estado de Minas Gerais apontou que aspectos negativos do trabalho afetam o bem-estar, a saúde física e mental, a vida pessoal e familiar, e o desempenho no trabalho. Assim, foram fatores de risco: problemas de gestão, problemas com a equipe e falta de condições adequadas de trabalho. Já no Espírito Santo, Duarte e Moraes (2016) estudaram 32 psicólogos de serviços públicos de atenção à saúde e observaram um nível elevado de adoecimento mental e baixa qualidade de vida dos participantes, destacada a influência da demanda psicológica do trabalho.

A pesquisa de Almeida (2012) com profissionais portugueses de instituições de saúde, identificou estressores resultantes da estrutura e organização do trabalho, como a sobrecarga de trabalho, a falta de tempo para realizar as tarefas profissionais, o envolvimento excessivo com as demandas burocráticas, as dificuldades derivadas da relação com os superiores, o ato de assumir papéis indesejados e a falta de desenvolvimento e promoção de carreira.

Apresentadas essas discussões, ressalta-se que as diretrizes que guiam as ações profissionais de psicólogas e psicólogos no Brasil, como o Código de Ética Profissional (Resolução n.º 010/2005), trazem características que reforçam o que foi apresentado até aqui: a constante atualização técnica (demandas cognitivas), a interação e preocupação com as demandas de outrem (demandas emocionais) e a ampla leitura de contexto e inserção de condicionantes sociais e culturais no preparo de sua atuação (carga de trabalho e conflito família/trabalho).

A amplitude de ações e práticas que profissionais de Psicologia podem realizar, aliadas à demanda ética de constante atualização, tendem a se tornar fatores que ampliam o risco à saúde desses profissionais pela atuação com demandas psicossociais de outras pessoas.

Esses fatores precisam ser observados com atenção para que possam ser acompanhados de modo a permitir o desenvolvimento de medidas de prevenção, pensando que aspectos como possibilidades de desenvolvimento, significado e satisfação laboral possam atuar como mediadores protetivos à saúde das/os Psicólogas/os.

Considerações finais

Compreender as relações trabalho-trabalhador da Psicologia pode permitir um conhecimento mais assertivo sobre estratégias que possam proporcionar um melhor repertório de condições de trabalho que atuem protetivamente na saúde dessas/es profissionais nas diferentes práticas profissionais, de modo que se possa pensar em ações preventivas a possíveis agravos à saúde que o ambiente laboral venha a causar.

O presente estudo identificou, a partir das respostas das/os próprias/os Psicólogas/os, os Fatores Psicossociais do Trabalho que lhes causam risco ou proteção à saúde em um espectro geral, bem como considerando diferenças e particularidades, notadamente, entre as áreas Clínica, Social e da Saúde.

A distribuição dos resultados em escalas, conforme a estrutura do instrumento utilizado, mostrou as prevalências e predominâncias frente à categoria profissional como um todo: o enfrentamento adequado das demandas apresentadas como Fatores de Risco, que precisam ser estudadas de forma mais detalhada para a devida prevenção/intervenção; bem como os principais fatores protetivos, compreendidos como uma direção na construção e/ou a implementação de estratégias de prevenção ao risco psicossocial para a profissão.

Ainda se ressaltam diferenças entre os variados ambientes de trabalho para as áreas com mais praticantes (Clínica x Saúde/Social), quando se percebe que o risco é maior para Psicólogas/os Clínicas/os em itens como: (i) Conflito Trabalho/Família, (ii) Estresse, e (iii) *Burnout*. E para Psicólogas/os Sociais e da Saúde em: (i) Satisfação Laboral, (ii) Autoavaliação da saúde geral, e (iii) Confiança vertical.

A considerar que tanto no âmbito geral como nas diferentes áreas de atuação obteve-se resultados positivos para as questões de organização e conteúdo do trabalho, sugere-se a ampliação e aprofundamento de estudos que demonstrem de forma mais detalhada fatores vinculados à essa temática, de modo a utilizá-los como mediadores protetivos e como possíveis diretrizes para a construção de ambientes de trabalho mais saudáveis para psicólogas e psicólogos no Brasil.

É determinante apontar que respostas de autorrelato também podem ser consideradas limitadoras devido ao viés da desejabilidade social, pela dificuldade em demonstrar ou admitir o risco frente a situações que tendem a ser reconhecidas pela sociedade como

questões em que psicólogas e psicólogos não se veem confrontados com tais percalços.

Adiante, realizar pesquisas longitudinais, consolidar o (re)conhecimento da realidade profissional e a adequada caracterização para buscar intervenções e mudanças adequadas nos ambientes de trabalho, pode potencializar a qualidade do trabalho da profissão e consolidar ações de promoção e prevenção psicossocial desse grupo ocupacional, se possível, por meio de uma construção coletiva advinda da sociedade, do poder público e da própria categoria profissional.

Referências

- Abbad, G. S., & Mourão, L. (2010). Competências Profissionais e estratégias de qualificação e requalificação. In A. V. B. Bastos & S. M. Gondim (Orgs), *O trabalho do Psicólogo no Brasil* (pp. 380-401). Porto Alegre: Artmed.
- Almeida, M. H. R. G. (2012). Stress, burnout and coping: um estudo realizado com Psicólogos algarvios. *Revista de Administração FACES*, 11(2), 131-155. doi: 10.21714/1984-6975FACES2012V11N2ART1217
- Amato, T. C., Pavin, T., Martins, L. F., Ronzani, T. M., & Batista, A. (2010). Trabalho, gênero e saúde mental: uma pesquisa quantitativa e qualitativa entre bombeiros. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 13(1), 103-118. doi: 10.11606/issn.1981-0490.v13i1p103-118
- American Psychiatric Association. (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5* (5ª.ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Ansoleaga, E., Vézina, M., & Montaña, R. (2014). Síntomas depresivos y distrés laboral en trabajadores chilenos: condiciones diferenciales para hombres y mujeres. *Cadernos de Saúde Pública*, 30(1), 107-118. doi: 10.1590/0102-311X00176912
- Bastos, A. V. B., & Gondim, S. M. (Orgs). (2010). *O trabalho do Psicólogo no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.
- Borges-Andrade, J. E., Bastos, A. V. B., Andery, M. A. P. A., Guzzo, R. S. L., & Trindade, Z. A. (2015). Psicologia brasileira: uma análise de seu desenvolvimento. *Universitas Psychologica*, 14(3), 865-879. Recuperado de <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21890>
- Braunstein-Bercovitz, H. (2013). A multidimensional mediating model of perceived resource gain, work-family conflict sources and burnout. *International Journal of Stress Management*, 20(2), 95-115. doi: 10.1037/a0032948
- Castelar, M., & Daltro, M. R. (2015). Multiplicidade da Psicologia Brasileira. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 4(1), 3-4. doi: 10.17267/2317-3394rpdsv4i1.753
- Conselho Federal de Psicologia. (1988). *Quem é o Psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon.
- Conselho Federal de Psicologia. (2004). *Pesquisa IBOPE Perfil Profissional*. Brasília: CFP/IBOPE.
- Conselho Federal de Psicologia. (2020). *A Psicologia brasileira apresentada em números*. Recuperado de <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>
- Costa, L. S., & Santos, M. (2013). Fatores psicossociais de risco no trabalho: lições aprendidas e novos caminhos. *International Journal*

- on *Working Conditions*, 5, 39-58. Recuperado de https://ricot.com.pt/artigos/1/IJWC.5_LSCosta.MSantos_39.58.pdf
- Cox, T., & Griffiths, A. (1995). The nature and measurement of work stress: Theory and practice. In J. Wilson & N. Corlett (Orgs.), *The evaluation of human work: A practical ergonomics methodology*. Londres: Taylor & Francis.
- Cunha, D. M. (2014). Ergologia e psicossociologia do trabalho: desconforto intelectual, interseções conceituais e trabalho em comum. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17 (spe1), 55-64. doi: 10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p55-64
- Duarte, L. C. B., & Moraes, T. D. (2016). Saúde mental de Psicólogos atuantes em serviços de atenção primária à saúde. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 7(2), 123-146. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072016000200008&lng=pt&tlng=pt.
- Enríquez, E. (2014). O trabalho, essência do homem? O que é o trabalho? *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17(spe1), 163-176. doi: 10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p163-176
- Eurofound, European Agency for Safety and Health at Work. (2014). *Psychosocial risks in Europe: Prevalence and strategies for prevention*. Publications Office of the European Union. doi: 10.2806/70971
- Fischer, F. M. (2012). Relevância dos fatores psicossociais do trabalho na saúde do trabalhador. *Revista de Saúde Pública*, 46(3), 401-406. doi: 10.1590/S0034-89102012000300001
- Gil-Monte, P. R. (2012). Riesgos psicosociales en el trabajo y salud ocupacional. *Revista Peruana de Medicina Experimental y Salud Publica*, 29(2), 237-41. Recuperado de http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1726-46342012000200012&lng=es&tlng=es
- Gollac, M., & Bodier, M. (2011). *Mesurer les facteurs psychosociaux de risque au travail pour les maîtriser*. Recuperado de <https://www.vie-publique.fr/sites/default/files/rapport/pdf/114000201.pdf>
- Guimarães, L. A. M. (2015). Fatores psicossociais de risco no trabalho: atualizações. In G. G. Feliciano, J. Urias, N. Maranhão, & V. S. Severo (Orgs.), *Direito ambiental do trabalho* (Vol. 2, pp. 569-581). São Paulo: LTr.
- Guimarães, L. A. M., Fontoura, E. E. F., Bueno, H. P. V., Minari, M., Cherchiar, E. A. N., Meneghel, V., ... Oliveira, F. F. (2018). Psicologia da saúde ocupacional e processos de intervenção nos fatores psicossociais do trabalho. In M. L. G. Schmidt, M. F. Castro, & M. M. Casadore (Orgs.), *Fatores psicossociais e o processo saúde/doença no trabalho* (1ª ed., Vol. 1, pp. 137-170). São Paulo: FiloCzar.
- Hambleton, R. K., & Zenisky, A. L. (2010). Translating and adapting tests for cross-cultural assessments. In D. Matsumoto & F. J. R. van de Vijver (Orgs.), *Cross-cultural research methods in Psychology* (pp. 46-70). Nova York: Cambridge University Press.
- Hamraoui, É. (2014). Trabalho vivo, subjetividade e cooperação: aspectos filosóficos e institucionais. *Caderno de Psicologia Social do Trabalho*, 17(spe1), 43-54. doi: 10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p43-54
- International Labour Organization. (1986). *Psychosocial factors at work: Recognition and control* (Relatório nº LO(05)/O151/no.56). Genebra: Occupational Safety and Health Series.
- Jiménez, B. M. (2011). Factores y riesgos laborales psicosociales: conceptualización, historia y cambios actuales. *Medicina y Seguridad del Trabajo*, 57 (Supl.1), 4-19. doi: 10.4321/S046(5)546X2011000500002
- Figuroa, J. A., Castillo, B. C., & Toledo, A. B. (2020). Conflicto trabajo-familia, satisfacción laboral y calidad de vida laboral en trabajadores de salud pública de Chile. *Revista de Investigación Psicológica*, (23), 67-85. Recuperado de http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2223-30322020000100006&lng=en&tlng=es
- Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962. (1962, 27 de agosto). Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Liu, Y., Mo, S., Song, Y., & Wang, M. (2016). Longitudinal Analysis in Occupational Health Psychology: A review and tutorial of three Longitudinal Modeling Techniques. *Applied Psychology*, 65, 379-411. doi: 10.1111/apps.12055
- Massuda, J. (2019). *Fatores de risco psicossociais e práticas de gestão em indústrias multinacionais de São Paulo e Mato Grosso do Sul, Brasil* (Tese de doutorado, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande). Recuperado de <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/1029037-tese-joao-massuda-jr.pdf>
- Ministério do Trabalho e Emprego. (2010). *Classificação Brasileira de Ocupações: CBO – 2010* (3ª Ed.). Brasília, DF: MTE, SPPE.
- Moraes, R. D., & Cavalcante, T. R. (2009). Vivências de prazer-sofrimento no trabalho de Psicólogos da área organizacional em Manaus. In Associação Brasileira de Psicologia Social, *XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Resumos (p. 384). Maceió: Autor.
- Ocaña, M. J. R., & Rodríguez, J. B. R. (2010). Factores de riesgo psicosociales en el profesorado de enfermería geriátrica de universidades españolas (1ª parte). *Gerokomos*, 21(4), 158-166. Recuperado de http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1134-928X2010000400004&lng=es&tlng=es
- Oliveira, F. F., Guimarães, L. A. M., Massuda, J., Demarch, R. B., Pina-Oliveira, A. A., ... Ogata, A. J. N. (2019). Cross-cultural adaptation of Indicators of Integration scorecard to the Brazilian Portuguese language. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, 17(2), 228-238. doi: 10.5327/Z1679443520190376
- Organização Internacional do Trabalho. (2011). *Sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho: um instrumento para uma melhoria contínua*. Lisboa: Autor.
- Organização Mundial da Saúde. (1993). *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10* (D. Caetano, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Organização Mundial da Saúde. (2001). *Relatório sobre a saúde no mundo – Saúde Mental: nova concepção, nova esperança*. Genebra: Autor.
- Patterson-Hyatt, K. G. (2016). *Distress among Psychologists: Prevalence, barriers, and remedies for accessing mental health care* (Tese de Doutorado, Antioch University Seattle, Seattle, USA). Recuperado de <https://aura.antioch.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1310&context=etds>
- Pejtersen, J. H., Kristensen, T. S., Borg, V., & Bjorner, J. B. (2010). The second version of the Copenhagen Psychosocial Questionnaire. *Scandinavian Journal of Public Health*, 38(suppl. 3), 8-24. doi: 10.1177/1403494809349858
- Resolução n. 010*. (2005, 21 de julho). Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Resolução n. 03/2022*. (2022, 16 de março). Institui condições para concessão e registro de psicóloga e psicólogo especialistas; reconhece as especialidades da Psicologia e revoga as Resoluções CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007, nº 3, de 5 de fevereiro

- de 2016, e nº 8, de 25 de abril de 2019. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Rosário, S., Azevedo, L. F., Fonseca, J. A., Nienhaus, A., Nübling, M., & Costa, J. T. (2017). The Portuguese long version of the Copenhagen Psychosocial Questionnaire II (COPSOQ II) – a validation study. *Journal of Occupational Medicine and Toxicology*, *12*, 24. doi: 10.1186/s12995-017-0170-9
- Seligmann-Silva, E., Bernardo, M. H., Maeno, M., & Kato, M. (2010). O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, *35*, 122. doi: 10.1590/S0303-76572010000200002
- Silva, C., Amaral, V., Pereira, A., Bem-haja, P., Pereira, A., Rodrigues, V., ... Nossa, P. (2011). *Copenhagen Psychosocial Questionnaire (COPSOQ) – versão portuguesa*. Aveiro: FCT. Recuperado de https://aciff.pt/uploads/Copenhagen%20psychosocial%20questionnaire_COPSOQ.pdf
- Sousa, A. A., & Coleta, M. F. D. (2012). O bem-estar no trabalho de Psicólogos em Serviços de Saúde Pública. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *32*(2), 404-421. doi: 10.1590/S1414-98932012000200010
- Spiendler Rodriguez, S. Y., & Carlotto, M. S. (2017). Predictors of Burnout Syndrome in psychologists. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, *34*(1), 141-150. doi: 10.1590/1982-02752017000100014
- Spiendler Rodriguez, S. Y., Carlotto, M. S., & Barcinski, M. (2015). Estratégias de enfrentamento utilizadas por Psicólogos: uma análise de gênero. *Salud & Sociedad*, *6*(2), 110-119. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=4397/439742867001>
- Spiendler Rodriguez, S. Y., Ogliari, D., & Giordani, K. (2015). Estressores ocupacionais em Psicólogos clínicos brasileiros. *Psicogente*, *18*(33), 104-116. doi: 10.17081/psico.18.33.59
- Tanrikulu, C. (2017). Diferenças de sexo e identidade de gênero em resultados psicológicos relacionados ao trabalho entre vendedores. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, *19*(66), 499-519. doi: 10.7819/rbgn.v0i0.2302
- Vazquez, A. C. S., Pianezolla, M., & Hutz, C. S. (2018). Assessment of psychosocial factors at work: A systematic review. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, *35*(1), 5-13. doi: 10.1590/1982-02752018000100002
- Weymer, A. S. Q., Schuber, K. J., & Eskenazi, A. S. (2018). A contribuição de mulheres líderes no nível de comprometimento organizacional. *Revista Gestão Organizacional*, *11*(3). doi: 10.22277/rgo.v11i3.4038
- Yamamoto, O. H., & Costa, A. L. F. (2010). Estudando a profissão de Psicólogo no Brasil: introdução. In O. H. Yamamoto & A. L. F. Costa (Orgs.), *Escritos sobre a profissão de Psicólogo no Brasil* (pp. 15-30). Natal, RN: EDUFRN.

Fernando Faleiros de Oliveira, Doutor em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), é Professor do Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda, da Universidade Federal Fluminense (VPS/ICHS/UFF). Endereço para correspondência: Rua Des. Ellis Hermydio Figueira, 783, Bl. A, Sl. 310, Atterrado, Volta Redonda/RJ. CEP 27.213-145. Telefone: (24) 3076-8700. Email: ffaleiros@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3953-6393>

Liliana Andolpho Magalhães Guimarães, Doutora em Saúde Mental pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pós-doutora em Saúde Mental pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e em Medicina do Estresse pelo Instituto Karolinska – Estocolmo/Suécia, é Professora Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Email: lguimaraes@mpc.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9355-4015>

Recebido em 14.mar.21
Revisado em 29.jul.22
Aceito em 10.ago.22

Trabalhar de casa na pandemia: Sentimentos e vivências de gestores e não-gestores públicos

Luara Carvalho. Universidade Salgado de Oliveira

Luciana Mourão. Universidade Salgado de Oliveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Victor Hugo Soares Cardoso. Véli RH Consultoria

Gardênia da Silva Abbad. Universidade de Brasília

Hugo Sandall. Evolua Consultoria

Juliana Legentil. Secretaria-Geral da Presidência da República

João Otávio Passos Lima dos Santos. Universidade de Brasília

Eliane Almeida do Carmo. Fundação Oswaldo Cruz

Resumo

O objetivo do presente estudo foi comparar e discutir as percepções de gestores e não-gestores do serviço público, com e sem experiência com teletrabalho, a respeito dessa modalidade de trabalho adotada compulsoriamente em resposta à pandemia da COVID-19. Participaram 1.749 trabalhadores (26% gestores), sendo 52% sem experiência em teletrabalho. A coleta de dados ocorreu nos primeiros meses da pandemia (abril a junho de 2020), a partir de uma pergunta indutora sobre os sentimentos em relação ao teletrabalho. Foi realizada análise de classificação hierárquica descendente no Iramuteq. Foram encontradas diferenças na percepção do teletrabalho de quem tinha ou não experiência com a modalidade remota, bem como diferenças nas percepções de servidores e gestores, sendo acrescentadas a estes últimos preocupações com suas equipes. A discussão apresenta implicações para o serviço público e indicações de estudos futuros.

Palavras-chave: pandemia, covid-19, serviço público, teletrabalho.

Abstract

Working from home in the pandemic: Feelings and experiences of managers and non-public managers. The aim of this study was to compare and discuss perceptions of public service managers and non-managers, with and without experience working remotely, in regards to the compulsory remote work adopted in response to the covid-19 pandemic. A total of 1,749 workers participated (26% managers), 52% of them with remote work experience. Data were collected during the first months of the pandemic (April to June 2020), based on an open question about their feelings about working remotely. We applied descending hierarchical classification on the Iramuteq software. Differences were found in the perceptions about working remotely among those with remote work experience and those with no experience, as well as differences in the perceptions of non-managers and managers who, in addition, were concerned about their teams. The discussion has implications for the public service and points to the need for further studies.

Keywords: pandemic, covid-19, public service, remote work.

Resumen

Trabajar desde casa en la pandemia: Sentimientos y vivencias de gestores y no gestores públicos. El objetivo del presente estudio fue el de comparar y discutir las percepciones de gestores y no gestores del servicio público, con y sin experiencia en teletrabajo, sobre el tipo de trabajo adoptado obligatoriamente en respuesta a la pandemia de COVID-19. Participaron 1.749 trabajadores (26% gestores), 52% sin experiencia con el teletrabajo. La colecta de datos ocurrió en los primeros meses de la pandemia (abril a junio del 2020), a partir de una pregunta inductora sobre los sentimientos en relación al teletrabajo. El análisis de clasificación jerárquica descendente se realizó en el programa Iramuteq. Fueron encontradas diferencias en la percepción del teletrabajo de quien tenía o no experiencia con la modalidad remota, así como diferencias en las percepciones de no gestores y gestores, siendo agregadas a estas últimas preocupaciones con sus equipos. La discusión presenta implicaciones para el servicio público e indicaciones de estudios futuros.

Palabras clave: pandemia, covid-19, servicio público, teletrabajo.

O teletrabalho pré-pandemia poderia ser realizado a partir de diferentes locais (trabalho móvel) e era em geral de adesão voluntária, estabelecido gradativamente por meio de estratégias de preparação de gestores e liderados, escolha de tecnologias digitais de mediação, regramento das características dos espaços, equipamentos, planejamento e gestão do tempo de trabalho. Havia, inclusive, uma sugestão de impulsionamento da adoção do modelo de teletrabalho em função de alguns estudos indicarem que o trabalho presencial apresentava mais condições de surgimento de quadros psicopatológicos (Fonseca & Pérez-Nebra, 2012).

Por um lado, pesquisas indicavam que pessoas com experiência no teletrabalho ressaltavam benefícios dessa modalidade à vida pessoal e profissional, tais como: diminuição do tempo gasto em deslocamentos para o trabalho; equilíbrio trabalho-família; redução de estresse e interferências dos colegas; aumento da flexibilidade de horários; maior autonomia para realização das tarefas; e maior satisfação com o trabalho (Filardi et al., 2020; Leite, Lemos, & Schneider, 2019). Por outro lado, mesmo num cenário de adoção planejada, a literatura também reúne queixas associadas ao teletrabalho como a não adaptação, dificuldade de comunicação, infraestrutura inadequada, perda de vínculo com a organização e problemas psicológicos (Filardi et al., 2020).

Com a pandemia, pessoas com experiência no teletrabalho relataram maior facilidade para enfrentar a condição imposta, além de exprimir satisfação (Maillot et al., 2022). No entanto, a crise sanitária trouxe relatos de sentimentos negativos de intensificação do trabalho profissional e de tarefas domésticas, falta de recursos de apoio para conciliar trabalho e cuidado de crianças, dificuldade de separar o espaço de trabalho da vida familiar, bem como diminuição do sentimento de pertencimento à organização, solidão e isolamento social pela falta de interação e compartilhamento com os colegas (Maillot et al., 2022; Mendonça et al., 2022). Há muitos relatos de que a crise sanitária trouxe consigo insegurança, medo e tensão em diferentes graus de intensidade (Peixoto, Vasconcelos, & Bentivi, 2020), com efeitos psicossociais (Silva, Coelho-Lima, & Barros, 2020). No entanto, há também relatos de percepções positivas do trabalho remoto neste período. Nesse sentido, teletrabalhar em casa suscitou economia financeira, sentimento de proteção ao contágio, um aumento na produtividade, a possibilidade de dormir por mais horas, inclusive por não gastar tempo no trânsito (Aguiar et al., 2022; Chow et al., 2022).

Assim, fica evidenciado na literatura, que a ambiguidade dos possíveis efeitos do teletrabalho não deriva exclusivamente de o trabalho remoto ter sido compulsório durante a pandemia. Por um lado, a autonomia para escolher o horário de trabalho pode contribuir para a redução do estresse e ampliar a produtividade do trabalhador. Por outro lado, essa condição pode provocar a ampliação do tempo dedicado ao trabalho, causando prejuízos à busca por equilíbrio entre vida pessoal e profissional (Staniec et al., 2022). Ademais, o uso massivo de tecnologias e o sequenciamento de tarefas, antes ou durante a pandemia, pode levar os trabalhadores ao esgotamento e ao desenvolvimento de defesas psicológicas, como o desengajamento (Maillot et al., 2022).

Diante de um contexto como este, a gestão de pessoas em teletrabalho configura-se como um desafio. Os gestores precisam lançar mão de ampliar os níveis de competências no que tange à percepção da saúde mental dos trabalhadores, bem como as boas práticas de comunicação e interação entre membros da equipe (Losekann & Mourão, 2020). No contexto pandêmico, a liderança precisou responder com agilidade e foi desafiada a garantir o acesso de sua equipe à tecnologia, priorizar a estabilidade emocional dos funcionários, sem perder de vista as metas e a saúde financeira da organização (Dirani et al., 2020). Os gestores tiveram que incentivar também maior autonomia no trabalho, com um esforço de estabelecimento de metas factíveis (Porto, Puente-Palacios, & Neiva, 2020; Sandall & Mourão, 2020). Nesse contexto, o apoio das chefias e o suporte organizacional foram fundamentais para garantir aos trabalhadores uma segurança psicológica para seguir com suas atividades laborais e manter o vínculo estabelecido com a organização (Lee, 2021).

Durante este período, os gestores necessitaram incentivar uma busca de independência de ação e pensamento dos trabalhadores e confiar no senso de responsabilidade e maturidade dos subordinados para atingir os objetivos do grupo. Também foi fundamental primar pela promoção do bem-estar dos funcionários e criar uma visão de futuro, de forma a estabelecer as coalizões necessárias para realizar as mudanças na direção desejada, redefinindo as metas de trabalho com critérios de acompanhamento claros e oferta de *feedback* (Mishima-Santos et al., 2021; Porto et al., 2020).

Diante disso, o objetivo do presente estudo foi comparar e discutir as percepções de gestores e não-gestores do serviço público, com e sem experiência com teletrabalho, a respeito dessa modalidade de trabalho adotada

compulsoriamente em resposta à pandemia da COVID-19. Para atingir tal objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (i) identificar os principais sentimentos e vivências de gestores e não-gestores do serviço público, com experiência com teletrabalho (CET) e sem experiência com teletrabalho (SET) na pandemia; (ii) comparar os principais sentimentos e vivências de gestores e não-gestores no teletrabalho na pandemia a partir do recorte de quem tinha ou não experiência com o trabalho remoto; e (iii) discutir semelhanças e dessemelhanças em relação aos sentimentos e às percepções, à luz das vivências do teletrabalho no período pandêmico.

Propusemos a comparação desses quatro grupos por diferentes motivos. Por um lado, porque as percepções e as vivências dos gestores em relação ao teletrabalho costumam ser distintas daqueles que não ocupam posição de chefia, inclusive pela diferença de papéis desempenhados, cabendo aos gestores não só manejar suas próprias tarefas, mas também orientar, cuidar e acompanhar o trabalho realizado por sua equipe (Dirani et al., 2020; Kniffin et al., 2020; Lee, 2021; Porto et al., 2020; Sandall & Mourão, 2020). Por outro lado, a pandemia foi um evento que trouxe uma transformação de grande magnitude para a vida das pessoas. O teletrabalho, que em muitas organizações era uma exceção, passou a ser uma regra e assumir caráter compulsório (Kossen & Berg, 2022). Nesse sentido, quem vivenciou o teletrabalho pela primeira vez durante a crise sanitária, pode ter enfrentado desafios adicionais, já que era uma adaptação dupla:

ao teletrabalho e às muitas restrições cotidianas que ocorreram durante a pandemia da COVID-19, afetando inclusive a saúde mental dos trabalhadores (Losekann & Mourão, 2020; Mendonça et al., 2022; Raišienė, Rapuano, Varkulevičiūtė, & Stachová, 2020).

Método

Participantes

A amostra foi de 1.749 trabalhadores com certa homogeneidade em termos de setor de atuação, uma vez que eles eram vinculados a dois órgãos públicos da esfera federal, sendo um deles um dos órgãos do Ministério Público da União e o outro do Poder Judiciário Federal. Entre os participantes, 74% eram não-gestores, (55%) mulheres, com idade entre de 38 a 47 anos (37%), e 52% sem experiência com o teletrabalho. Dentro do grupo de gestores, a maioria (51%) também era composta por mulheres, com idades entre de 38 a 47 anos (36%), e 55% com experiência com o teletrabalho. Nesses órgãos públicos, a autorização para o teletrabalho foi ampliada em caráter excepcional e provisório em razão da pandemia. Os critérios de inclusão na presente pesquisa foram ser gestor ou não-gestor público e estar em teletrabalho realizado de casa em tempo integral. Considerando que as análises foram realizadas a partir de quatro agrupamentos, apresentamos as características amostrais para cada um dos grupos (Tabela 1).

Tabela 1. Descrição da amostra para gestores e não-gestores, com recorte por experiência com o teletrabalho

Características da amostra	Não-gestores com experiência	Não-gestores sem experiência	Gestores com experiência	Gestores sem experiência	Total
Organização					
Órgão do Ministério Público	320	283	203	119	925
Órgão do Poder Judiciário Federal	259	424	51	90	824
Gênero					
Mulheres	330	392	125	107	954
Homens	248	315	129	102	794
Outro	1	0	0	0	1
Faixa etária					
Entre 18 e 27 anos	10	26	1	6	43
Entre 28 e 37 anos	172	191	54	38	455
Entre 38 e 47 anos	241	244	98	71	654
Entre 48 e 57 anos	129	209	83	78	499
Entre 58 e 67 anos	26	37	17	15	95
A partir de 68 anos	1	0	1	1	3

continua...

Tabela 1. Continuação

Estado civil					
Solteiro(a)	116	164	30	45	355
Casado(a)/União Estável	410	462	194	148	1.214
Separado(a)/Divorciado(a)	46	71	28	16	161
Viúvo(a)	4	4	2	0	10
Outros	3	6	0	0	9
Composição familiar					
Família com bebê	70	74	19	13	176
Família com criança/adolescente	260	278	130	96	764
Família com outros adultos	488	564	225	169	1.446
Família com idosos	83	110	44	43	280

Instrumentos

O questionário utilizado para a coleta de dados continha um conjunto de questões sociodemográficas para caracterização da amostra e um item de preenchimento livre com pergunta indutora de relatos dos sentimentos em relação ao teletrabalho. Para os gestores, a pergunta foi: “Como você está se sentindo diante do desafio de gerir a sua equipe nesse período de enfrentamento à pandemia da COVID-19?”. Ao conteúdo dessa pergunta, acrescentamos comentários livres que eram feitos quando gestores respondiam à pergunta objetiva “Você pretende permitir que parte da sua equipe continue trabalhando remotamente após o período de enfrentamento a pandemia da COVID-19?”. Essa pergunta foi seguida de uma lacuna para comentários livres que foram diretamente acrescentados às respostas da pergunta indutora apontada anteriormente. Já para os não-gestores, a pergunta foi “Como você está se sentindo diante do desafio de trabalhar remotamente nesse período de pandemia da COVID-19?”

Procedimentos Éticos e de Coleta dos Dados

Os participantes receberam um *e-mail* enviado pelas áreas de Gestão de Pessoas dos respectivos órgãos, convidando-os a participar da pesquisa. A coleta de dados foi realizada de forma *on-line* com auxílio da plataforma *Survey Monkey* e ocorreu nos primeiros meses da pandemia da COVID-19 (entre abril e junho de 2020), no período inicial de trabalho remoto compulsório como medida sanitária para conter a disseminação da doença. A coleta de dados foi guiada pelos procedimentos éticos de pesquisas com seres humanos recomendados pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), e diante das circunstâncias impostas pela emergência sanitária, compreendemos que, além dos cuidados adotados, avaliamos que havia amparo na Resolução do

Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 510/16 pesquisas consultivas, com o anonimato dos respondentes e a confidencialidade das respostas garantidos. A primeira página do instrumento *on-line* continha o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a informação de que a participação na pesquisa era anônima e voluntária, bem como uma declaração da coordenadora da pesquisa assegurando que os dados seriam divulgados de modo agrupado e solicitava a concordância do participante antes de prosseguir com o preenchimento.

Procedimentos de Análise de Dados

Para a análise de dados, as respostas dos participantes às questões abertas compuseram um *corpus* que foi segmentado em quatro partes a partir do cruzamento de duas variáveis dicotômicas, a saber: gestores com e sem experiência em teletrabalho e não-gestores com e sem experiência em teletrabalho. As análises foram realizadas com apoio da versão 0,7 Alpha 2 do *software Iramuteq (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)* que proporciona diferentes tipos de análises de dados textuais, dentre as quais análises multivariadas como a classificação hierárquica descendente (CHD) utilizada neste estudo.

Na etapa de preparação dos bancos de dados, foi estabelecida uma parametrização das classes de palavras ativas (adjetivos, substantivos comuns e verbos) e auxiliares (verbos e substantivos e advérbios) e foram eliminadas outras classes de palavras (adjetivos demonstrativos, indefinidos, interrogativos, numéricos e possessivos, artigos, conjunções, onomatopeias, pronomes e preposições). Esse processo seguiu o padrão usado em pesquisas da área de Psicologia, no sentido de priorizar classes com base no objeto da pesquisa e reduziu as formas ao lema, isto é, verbos são reduzidos

ao infinitivo e as demais classes gramaticais à forma singular masculina. Além disso, foram retiradas também palavras que assumiam no texto funções de adjetivos, preposições ou advérbios quando estes não compunham efetivamente a mensagem. Por exemplo, a palavra “via” que é mantida pelo *Iramuteq* por ter a possibilidade de ser um substantivo, na presente pesquisa aparece no discurso como preposição (trabalho via computador; reunião via celular), tendo sido retirada das análises. Outro exemplo é a palavra “bem”, que foi retirada quando adotada apenas para fazer ênfase.

Na etapa seguinte, foi realizada uma análise do significado das palavras para cada entrevistado, visando à identificação de termos ou palavras com sentidos comuns aos grupos de pesquisados. Por exemplo, quando um participante se referia a “tribunal” como sua instituição de trabalho, tal palavra foi substituída por “instituição”. A palavra *trabalho* apareceu com diferentes sentidos como: tarefa, atribuição, carga de atividades, demandas domésticas entre outros. Assim, foram feitas substituições no *corpus*, de acordo com o sentido da fala de cada respondente, de modo que a palavra “trabalho” foi substituída por “trabalho-atribuição”, quando se referia a incumbência, atribuição, coletivo de atividades. Da mesma forma, se o pesquisado utilizasse a palavra “trabalho” no sentido de carga de trabalho, esforço, quantidade ou volume, a substituiríamos por “trabalho-carga”. Também foram retiradas dos bancos de dados todas as menções a nomes de pessoas. Foram realizadas análises sucessivas dos hápax (formas que aparecem apenas uma vez no texto), para identificar erros de digitação ou possibilidades de junção tendo em vista os padrões acima descritos.

Na terceira etapa, foram realizadas análises baseadas na CHD, visando à identificação de conexões entre as palavras nos quatro bancos de dados textuais correspondentes aos gestores com e sem experiência em teletrabalho e não-gestores com e sem experiência em teletrabalho. As palavras destacadas pelo *Iramuteq* atendem a dois critérios sucessivos. O primeiro é o de selecionar palavras com frequência superior à frequência média por palavra. O critério seguinte é o de uma associação significativa ($p < 0,01$) da palavra com o conjunto de palavras, mensurada por meio do teste qui-quadrado. Nesse sentido, a referida estratégia de análise gerou insumos para a identificação das similaridades e das especificidades de cada grupo pesquisado, subsidiando uma análise dos elementos presentes nos discursos de gestores e não gestores acerca do teletrabalho em tempos de pandemia.

Resultados e discussão

No *corpus*, foram identificadas 39.771 ocorrências, 43,01% de hápax (palavras que aparecem apenas uma vez) das formas e 3,96% de hápax das ocorrências. Foram, então, analisados os quantitativos de hápax, de segmentos textuais, de ocorrências e de número de formas ativas de cada um dos conjuntos de depoimentos dos grupos pesquisados. Foram identificados um total de 688 segmentos de texto para não-gestores com experiência e 797 não-gestores sem experiência. Em relação aos gestores, os quantitativos de quem tinha ou não experiência com o teletrabalho foi ligeiramente menor, 288 e 244, respectivamente.

A leitura flutuante dos depoimentos dos participantes acerca do teletrabalho compulsório no período pandêmico sinalizou diferenças em termos de gestores e não-gestores e também em termos de quem tinha ou não experiência com o teletrabalho. Dessa forma, os dados da presente pesquisa confirmam o que a literatura da área já apontava no sentido de haver grupos com vivências distintas acerca do trabalho remoto (Dirani et al., 2020; Kniffin et al., 2020; Lee, 2021; Mendonça et al., 2022; Porto, Puente-Palacios, & Neiva, 2020; Raišienė et al., 2020; Sandall & Mourão, 2020). Dessa forma, decidimos por proceder com a realização da CHD para cada um dos quatro grupos inicialmente propostos. Tais análises confirmaram as diferenças de sentimentos e vivências do teletrabalho na pandemia, seja para gestores e não gestores, seja para quem tinha ou não experiência com o trabalho remoto, como poderá ser visto nas seções que se seguem.

Não-Gestores com e sem Experiência com o Teletrabalho

A análise de CHD realizada sobre os depoimentos dos dois grupos de servidores sem cargo de gestão que se encontravam em trabalho remoto compulsório mostrou algumas semelhanças. A Figura 1 apresenta palavras que caracterizam cada classe, fruto do desdobramento resultante da CHD nos *corpora* com e sem experiência com o teletrabalho. Palavras que concentram sentimentos propriamente ditos se concentraram em classes específicas nos dois *corpus* ao passo que as vivências se organizaram nas classes adicionais separando a conciliação com a vida doméstica e a adaptação ao trabalho remoto. No grupo com experiência as questões adaptativas ganharam contornos ainda discriminantes entre o que caracteriza o remoto em oposição ao presencial de novas experiências vivenciadas.

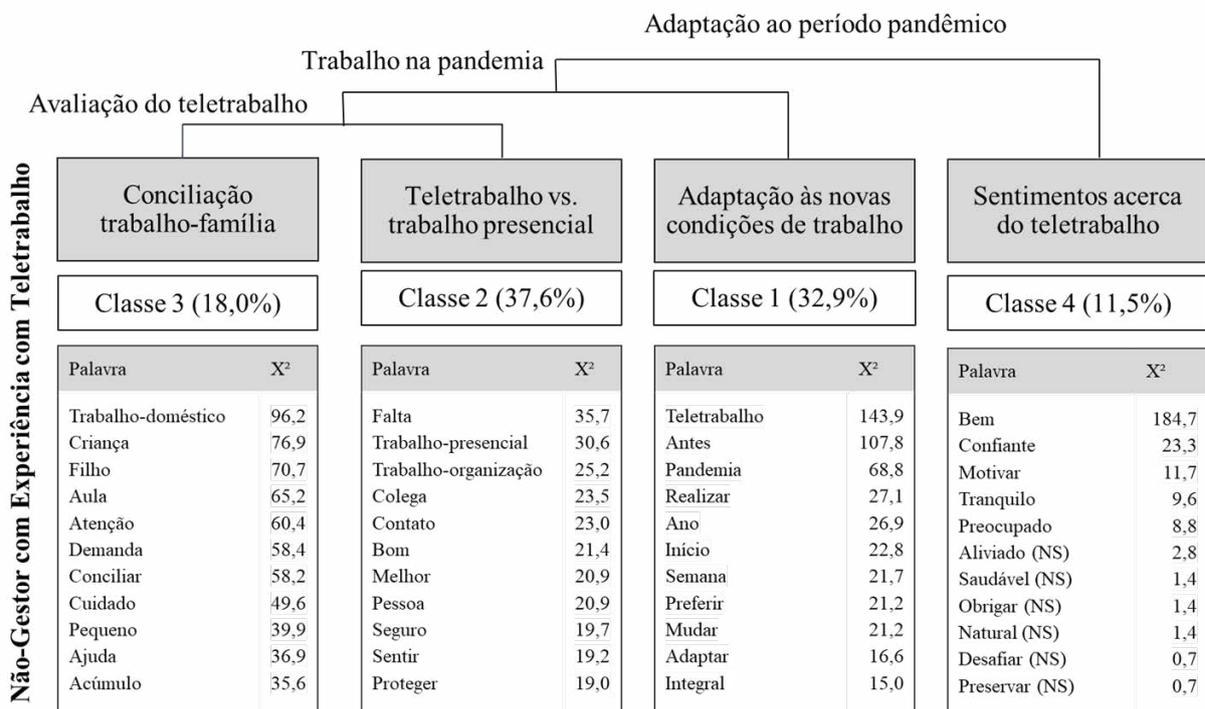
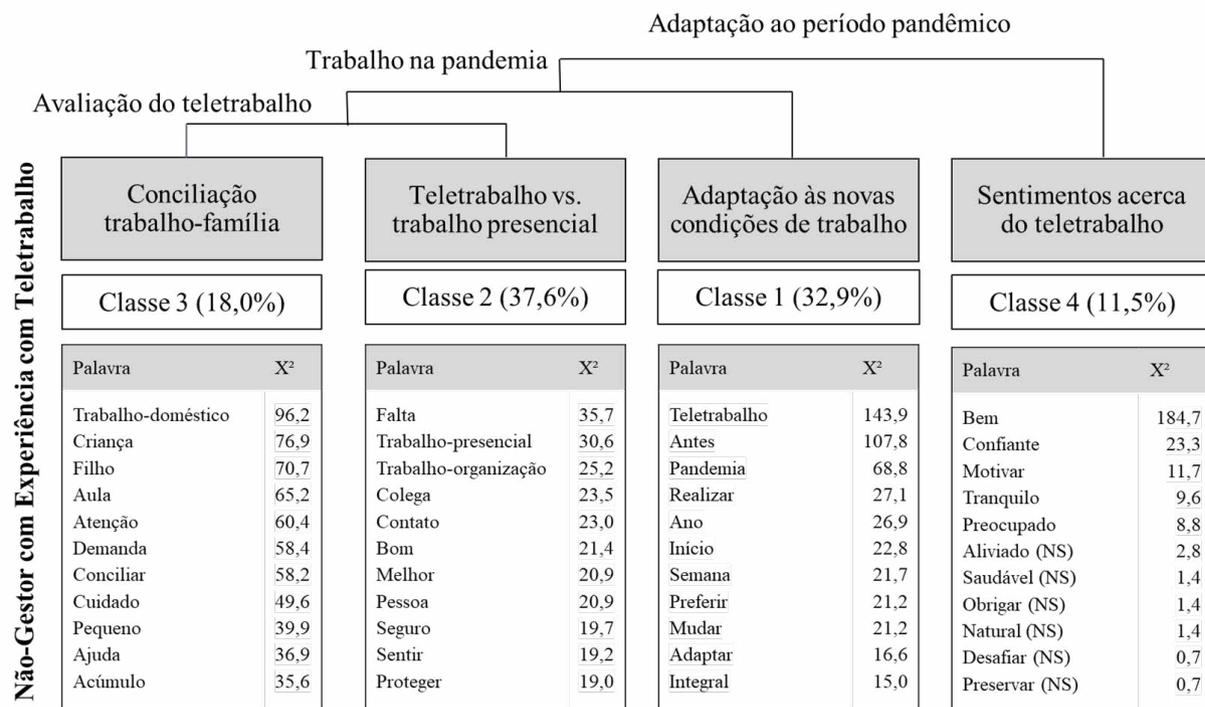


Figura 1. Classificação hierárquica descendente de não-gestores com e sem experiência com teletrabalho.

Ainda que tenham apresentado semelhanças nos eixos e nas classes que emergiram dos depoimentos, houve uma variação em alguns núcleos de sentido dos dois grupos. O painel resultante das análises de CHD de não-gestores apresentou falas que partem de um referencial experienciado para aqueles, ainda que em

parte e, desse modo, mais comparativas com vivências. Paralelamente, aquelas dos não-gestores sem experiência foram mais voltadas à adaptação ao novo contexto, a ponto de fazerem emergir uma classe adicional.

Nesse sentido, no grupo com experiência quatro classes de palavras emergiram a começar pela Classe

“Sentimentos acerca do teletrabalho” (11,5%) que abrigou palavras como “confiante”, “preocupado”, e “aliviado” no Eixo “Adaptação ao período pandêmico”. Em seguida, o segundo Eixo “Trabalho na pandemia” originou a Classe “Adaptação às novas condições de trabalho” (32,9%) cujas palavras englobam “teletrabalho”, “antes”, e “pandemia”. Finalmente, o terceiro Eixo “Avaliação do teletrabalho” entregou a Classe “Teletrabalho vs. trabalho presencial” (37,6%) composta de palavras como “colega”, “contato” e “seguro” que remeteu a ambiguidades típicas do momento crítico e complexo que abrigou sentimentos paradoxais. Em relação à organização em que trabalham, há uma ambiguidade, alguns estão gratos pelo fato de poderem fazer teletrabalho, mas outros se queixam do aumento da carga de trabalho e de a organização não compreender as condições desfavoráveis de trabalho em que eles se encontravam durante a pandemia. Esses resultados confirmam os apontamentos de Porto et al., (2020) e Lee (2021) que destacam a importância de os gestores revisarem as metas no contexto do teletrabalho compulsório, ampliarem o suporte organizacional e fortalecerem a segurança psicológica dos membros de suas equipes.

Outra classe evidenciada por esse eixo foi a Classe “Conciliação trabalho-família” (18,0%) caracterizada por “filho”, “aula”, e “atenção”. Além disso, a maior parte dos trabalhadores precisou assumir uma enorme quantidade de tarefas domiciliares e familiares nesse período e viver uma experiência de confinamento no lar (Losekann & Mourão, 2020). Como esses não-gestores já tinham outras experiências com o teletrabalho, sobressaem as novas condições associadas ao momento da pandemia, que traz consigo sentimentos de medo e de insegurança (Peixoto et al., 2020).

Nesse caso, a disrupção provocada pela adoção repentina do trabalho remoto que foi, em certa medida, suavizada pela experiência com o teletrabalho mostrou-se exacerbada entre aqueles sem experiência (Belzunegui-Eraso & Erro-Garcés, 2020; Peixoto et al., 2020). Essas palavras sugerem que, para quem entrou nessa modalidade de trabalho remoto de forma compulsória e sem preparação, há uma preocupação com a tarefa que eles realizam. O teletrabalho antes do período pandêmico estava associado a poder planejar melhor a realização das tarefas, bem como a maior satisfação do trabalho e a redução do estresse (Leite et al., 2019). Nesse sentido, os resultados obtidos na presente pesquisa reforçam os achados de estudos anteriores que apontavam maior estresse no período

pandêmico, seja por expectativas não atendidas, seja por estar trabalhando de casa, que é um ambiente social que gera outras demandas (Ferreira et al., 2020; Karani, Deshpande, Mall, & Jayswal, 2022). Os trechos de depoimentos ilustrativos de não-gestores com experiência encontra-se na Tabela 2.

O grupo de não-gestores sem experiência, por sua vez, revela uma experiência com um grau adicional no desafio como um todo. Isso é evidenciado por sentimentos e vivências mais centradas na pessoa, adaptando-se e enfrentando diferentes aspectos do novo contexto que nas relações profissionais. Nesse corpus, o primeiro Eixo “Adaptação ao período pandêmico” fez emergir também uma classe voltada a “Sentimentos acerca do teletrabalho” (15,2%) como “tranquilo”, “satisfeito”, e “confortável”. Em seguida, o segundo Eixo “Trabalho na pandemia” fracionou os textos restantes em duas classes. A primeira voltada à “Experiência com teletrabalho” (44,4%), que abrigou palavras como “teletrabalho”, “experiência”, e “produtividade”. A segunda classe, semelhante ao grupo anterior, “Demandas domésticas e pessoais” (40,4%) com falas marcadas por vocábulos como “filho”, “cansado”, e “sobrecarregar”, que revelam o fardo associado ao acúmulo de tarefas no ambiente doméstico combinado à demanda de adaptação ao teletrabalho sem arrefecimento das demandas profissionais. O distanciamento social como medida de prevenção à propagação do coronavírus fez com que muitas pessoas realizassem seu trabalho a partir de suas residências, com possibilidade de intensificação do trabalho, dificuldade de dissociação do ambiente familiar e perda de dimensão coletiva do trabalho (Silva et al., 2020).

Além disso, os resultados dos não-gestores que estavam na primeira experiência com o teletrabalho também ressaltam as palavras “experiência” e “adaptar”. Apesar da necessidade de adaptação, alguns apontam experiências positivas com o trabalho remoto, a despeito de ele requerer uma adequação e habituação com novas práticas laborais (Kniffin et al., 2020; Wang, Liu, Qian, & Parker, 2021). Assim, ainda que a pesquisa tenha sido realizada no início do período pandêmico, muitos servidores que nunca tinham experimentado o teletrabalho fizeram uma avaliação positiva da modalidade, apontando os mesmos benefícios citados por trabalhadores com experiência no trabalho remoto antes da pandemia (Leite et al., 2019; Raišienė et al., 2020).

Tabela 2. Depoimentos ilustrativos de não-gestores com e sem experiência com teletrabalho

Classes	Depoimentos ilustrativos
Não-gestores com experiência com teletrabalho	
Adaptação às novas condições de trabalho	Estou me adaptando muito bem, agora a equipe pegou o ritmo de trabalho-rotina (casada, 38 a 47 anos, com criança em casa) Estou amando essa experiência acredito que o trabalho-rotina flui muito bem (casada, 28 a 37 anos, com criança em casa)
Teletrabalho vs. Trabalho presencial	Sinto muita solidão, pois no trabalho-presencial a busca por orientação é mais fácil e dinâmica. Em teletrabalho mesmo que eu tenha dúvidas o acesso pelos meios eletrônicos à minha chefia é muito mais lento o que leva a uma completa falta de organização do tempo dedicado ao trabalho-rotina (separada, 48 a 57 anos, mora sozinha) Como já realizava teletrabalho antes da pandemia a adaptação não foi tão difícil, mas sinto falta do convívio social com meus colegas e do contato presencial com a chefia (casada, 38 a 47 anos, sem crianças e idosos em casa)
Conciliação trabalho-família	O fato de já realizar o teletrabalho integral antes da pandemia foi determinante para que eu pudesse manter a produtividade com três crianças em casa e acumulando as funções domésticas (casada, 38 a 47 anos, com crianças em casa) Nossa unidade já realizava o teletrabalho, entretanto nesse período de pandemia em virtude da demanda do trabalho-doméstico e as crianças em casa com aulas online o estresse aumentou, o que refletiu na redução do cumprimento das metas de trabalho-produto quotas de produção (casada, 38 a 47 anos, com crianças em casa)
Sentimentos acerca do teletrabalho	Bem tranquilo e confiante (solteiro, 28 a 37 anos, mora sozinho) Muito bem e aliviada por me preservar, às vezes preocupada com a qualidade da conexão, pois todas as empresas tiveram uma queda na qualidade do serviço prestado (separada, 48 a 57 anos, sem crianças e idosos em casa)
Não-Gestores sem experiência com teletrabalho	
Demandas domésticas e pessoais	Extremamente sobrecarregada acho que as metas poderiam ser reduzidas tendo em vista a peculiaridade do momento em que temos que nos desdobrar para conciliar o trabalho-tarefa com as tarefas de trabalho-doméstico casa e cuidado com as crianças além das tarefas escolares (casada, 28 a 37 anos e com criança em casa) Mais cansada do que em trabalho-presencial, pois não tenho trabalho-contexto-físico cadeira ergonômica e tive que conciliar com as trabalho-doméstico (casada, 28 a 37 anos e sem criança em casa)
Experiência com teletrabalho	Adorando a experiência gostaria de poder dar continuidade ao teletrabalho de um a dois dias na semana orgulhosa da oportunidade de colaborar com a trabalho-organização e com o momento vivido no país (separada, 38 a 47 anos e com crianças em casa) Confiante que é um desafio passageiro que nos possibilitará ver outras formas de interação, por exemplo o teletrabalho como plenamente viável em diversas áreas do trabalho-organização em especial da própria informática (casado, 38 a 47 anos e sem crianças em casa)
Sentimentos acerca do teletrabalho	Me sinto bem, tranquila, apesar de ser uma experiência nova (casado, 58 a 67 anos e sem crianças ou idosos em casa) Muito bem, tranquilo, estou gostando muito do teletrabalho (casado, 38 a 47 anos e com uma criança em casa)

Gestores com e sem Experiência com Teletrabalho

Os achados desta pesquisa confirmam a importância de uma atuação efetiva da liderança e do suporte organizacional para que se possa garantir o bem-estar dos teletrabalhadores e um desempenho satisfatório das equipes no trabalho remoto compulsório em tempos de COVID-19 (Dirani et al., 2020; Lee, 2021; Mishima-Santos et al., 2021; Sandall & Mourão, 2020). A preocupação com a questão das metas e da mensuração de resultados também esteve presente nos discursos dos gestores, sendo que muitos deles avaliaram que o teletrabalho favoreceu a produtividade, confirmando estudos anteriores no serviço público como os de Filardi et al. (2020) e de Nogueira Filho et al. (2020). Em paralelo, o contexto pandêmico demandou preocupação ainda maior com o bem-estar e o acompanhamento dos liderados (Mishima-Santos et al., 2021; Peixoto et al., 2020; Porto et al., 2020).

A respeito da gestão das tarefas que precisam ser realizadas pela equipe, as opiniões dos gestores

divergem, com avaliações positivas (essas predominantes) e negativas em relação ao teletrabalho, independentemente de o gestor já ter tido ou não alguma experiência anterior com a modalidade. No estudo de Abbad et al. (2019) com servidores públicos em teletrabalho antes da pandemia, foi encontrada menor autonomia de decisão, menor variedade de tarefa, identificação com a tarefa e significado atribuído à tarefa. Esses resultados sinalizam para um cuidado que os gestores necessitam ter com os teletrabalhadores (Mourão et al., no prelo). Depoimentos de ambos os grupos de gestores ilustram essa heterogeneidade de opiniões sobre a realização das tarefas laborais por parte dos servidores atuando de casa durante a pandemia.

Ainda que similaridades entre os dois grupos possam ser traçadas, os resultados da presente pesquisa indicam diferenças expressivas entre gestores com e sem experiência em teletrabalho (Figura 3). Para tanto, as análises dos depoimentos deste grupo foram

também divididas em dois *corpora*. O *corpus* de gestores com experiência em teletrabalho segmentou-se por meio da CHD em dois eixos, produzindo três classes,

enquanto os gestores sem experiência tiveram uma diversificação temática maior que gerou cinco classes segmentadas por meio de quatro eixos.

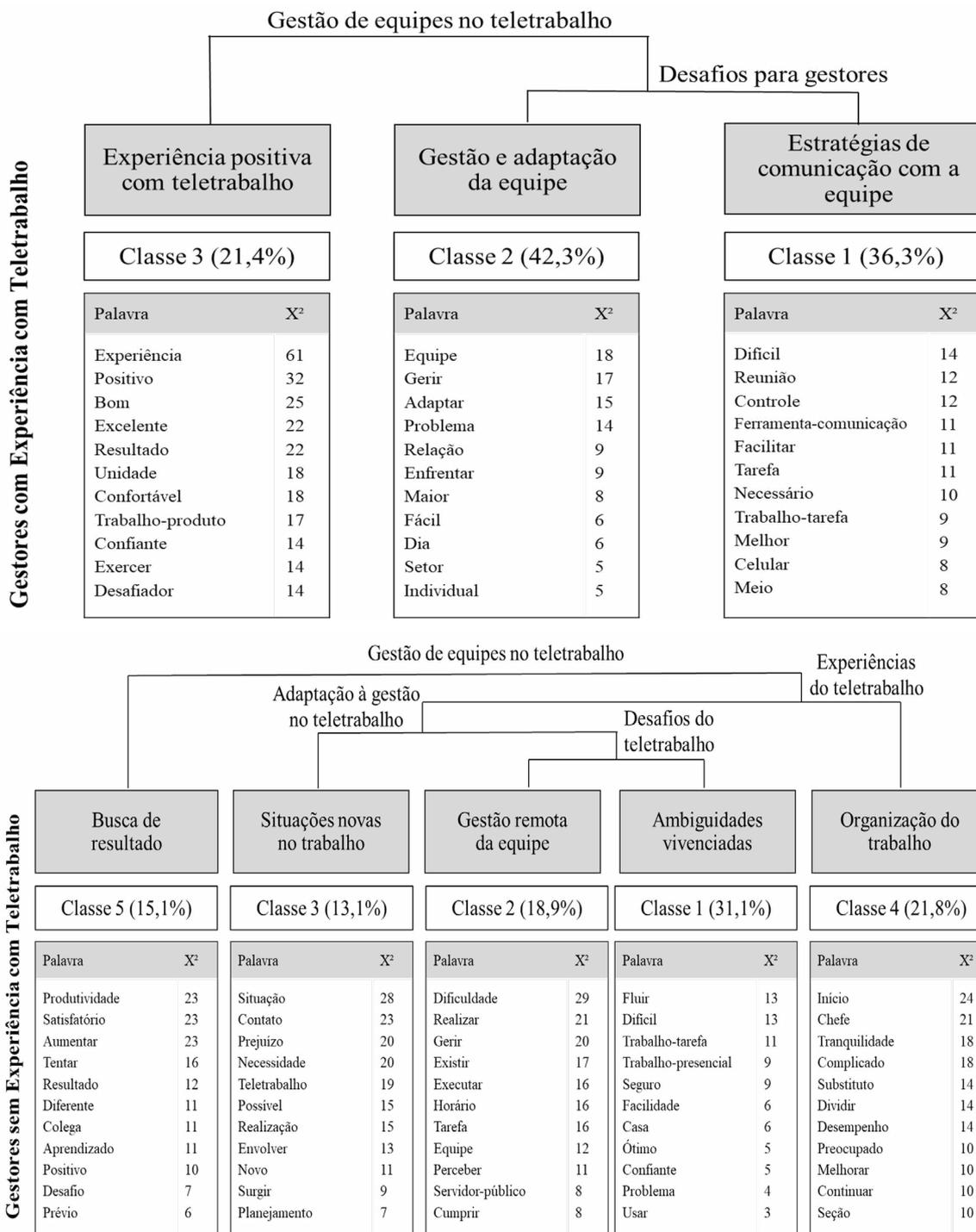


Figura 2. Classificação hierárquica descendente de gestores com e sem experiência em teletrabalho.

Em relação aos gestores com experiência, o primeiro eixo – “Gestão de equipes no teletrabalho” – destacou a Classe “Experiência positiva com teletrabalho” (21,4%), caracterizada por palavras como “excelente”, “confortável”, e “confiante”. O conjunto textual restante se dividiu em um segundo eixo – “Desafios para gestores” – entre a Classe “Gestão e adaptação da equipe” (42,3%) abrangendo os vocábulos “gerenciar”, “adaptar”, e “relação” e a Classe “Estratégias de comunicação com a equipe” (36,3%), que incluiu termos como “facilitar”, “necessário”, e “meio”. Para esses gestores a experiência anterior foi suficiente para lidar com o trabalho remoto durante a pandemia e permanecer com atitudes positivas gerais sobre o trabalho (Pereira et al., 2020). Para outros, esse contexto de restrições e cuidados impostos pelas medidas de prevenção à doença demandou atuação mais criteriosa, com maior especificação dos objetivos e metas e novos desafios de comunicação com a equipe (Porto et al., 2020; Sandall & Mourão, 2020). Os depoimentos da Tabela 3 ilustram essas opiniões dos gestores que tinham experiência em trabalho remoto, destacando a liderança virtual da equipe como elemento central no teletrabalho compulsório (Mourão, Abbad, & Legentil, 2021).

Por sua vez, a CHD do *corpus* de gestores sem experiência em teletrabalho revelou uma estrutura mais complexa, com quatro eixos, e produziu cinco classes. O primeiro eixo – “Gestão de equipes no teletrabalho” – deu origem à Classe “Busca de resultado” (15,1%) com destaque para vocábulos como “produtividade”, “satisfatório”, e “aprendizado”. Tal classe abriga uma pressão adicional sobre os gestores no sentido de manter resultados do trabalho de seus subordinados enquanto a modalidade é assimilada. Falas nesse agrupamento minimizam os efeitos esperados do processo de aprendizado, bem como da adaptação à modalidade em que quedas temporárias de produtividade seriam esperadas.

No segundo eixo – “Experiências do teletrabalho” – derivou a Classe “Organização do trabalho” (21,8%) com palavras como “complicado”, “desempenho”, e “preocupado” e cujos textos revelam o desenvolvimento acelerado do gestor diante de necessidades específicas do teletrabalho adotado de forma emergencial. Um terceiro eixo – “Adaptação à gestão no teletrabalho” – originou a Classe “Situações novas no trabalho” (13,1%): “situação”, “necessidade”, e “realização”, que concentra reações às descobertas desses gestores em relação à atuação das pessoas em um contexto desafiador como a pandemia.

Tais gestores que estão em sua primeira experiência com o trabalho remoto mostram algumas preocupações distintas do grupo de gestores que já atuavam com essa modalidade. Resultados como esses precisam ser discutidos, pois a despeito da expansão do teletrabalho no serviço público (Leite et al., 2019), muitos gestores ainda não tinham vivenciado tal realidade.

O quarto eixo – “Desafios do teletrabalho” – deu origem a duas classes. A Classe “Gestão remota da equipe” (18,9%) enfatiza os vocábulos “dificuldade”, “equipe”, e “cumprir”, enquanto a Classe “Ambiguidades vivenciadas” (31,1%) destaca termos como “fluir”, “difícil”, e “facilidade”. Sobre os servidores públicos, as falas dos gestores sem experiência mostram que eles buscam entender a realidade de seus subordinados. A maior parte deles considera que é possível para a sua equipe realizar trabalho remoto, mas alguns apontam dificuldades desse processo, seja em função da natureza da tarefa, seja pela dificuldade de algumas pessoas com as ferramentas de comunicação, seja ainda em função das condições físicas para o trabalho remoto que os servidores públicos precisam ter em suas residências. Essas preocupações são também discutidas por Mourão et al. (2021) e por Porto et al. (2020) no contexto do teletrabalho compulsório oriundo da pandemia da COVID-19. A Tabela 3 apresenta distintos depoimentos dos gestores sem experiência com teletrabalho acerca da atuação dos servidores públicos sob sua responsabilidade neste período pandêmico.

Em síntese, o estudo também revelou diferenças muito expressivas entre o teletrabalho repentino e compulsório do período pandêmico e o teletrabalho planejado. Nesse sentido, os depoimentos não só confirmam distinções entre o trabalho presencial e o remoto – na linha dos achados de Abbad et al. (2019), mas também dessemelhanças nas percepções de quem já fazia teletrabalho e quem estava experimentando essa nova modalidade pela primeira vez. Acreditamos que ao longo do tempo essas diferenças entre esses públicos devem ter se reduzido, uma vez que há relatos de adaptação ao teletrabalho, mesmo a pesquisa tendo sido realizada no período inicial da pandemia. De fato, a recém-construída familiaridade com a situação da pandemia e o desenvolvimento de algum domínio sobre como atuar no teletrabalho reduziram o impacto da pandemia sobre os trabalhadores, que pouco a pouco vão adquirindo experiência e manejo para a modalidade de trabalho remoto (Aguiar et al., 2022; Chow et al., 2022; Peixoto et al., 2020).

Tabela 3. Depoimentos ilustrativos de gestores com e sem experiência com teletrabalho

Classes	Depoimentos ilustrativos
Gestores com experiência com teletrabalho	
Experiência positiva com o teletrabalho	A experiência tem sido excelente e os resultados superados às expectativas as rotinas desta unidade não necessitam da presença física do servidor-público podendo serem executadas totalmente de forma remota (solteiro, 38 a 47 anos, mora sozinho) Está sendo uma experiência incrível com as ferramentas que o trabalho-organização disponibiliza tem sido fundamental em manter o trabalho-atribuição da minha unidade tem sido mais produtivo o teletrabalho (Gestor CET, casado, 38 a 47 anos e sem crianças em casa)
Gestão e adaptação da equipe	Sinto que é um grande desafio gerir uma equipe em teletrabalho mas estamos nos adaptando minha equipe já fazia teletrabalho alguns dias na semana pretendo manter (solteira, 38 a 47 anos e sem crianças em casa) Gerir a equipe via teletrabalho me causa uma certa angústia no trabalho-presencial normalmente eu era acionado apenas durante o horário do expediente e raramente fora dele por telefone agora no teletrabalho sou acionado cedo pela manhã até o início da noite (solteiro, 48 a 57 anos e mora sozinho)
Estratégias de comunicação com a equipe	A gestão da equipe está sendo tranquila faço uma reunião quinzenal por ferramenta-comunicação e me comunico com todos diariamente por diversos meios de contato ferramenta-comunicação em alguns casos o teletrabalho aumentou a produtividade em nenhum caso houve redução (casada, 28 a 37 anos e com crianças em casa) Sentimos falta do contato olho no olho mas estamos buscando meios alternativos para manter a integração a exemplo de um jornalzinho interno e de desafios semanais em um grupo interno de ferramenta-comunicação para que os servidor-público compartilhem sobre suas vidas pessoais em temas como animais de estimação (casado, 28 a 37 anos e sem crianças em casa)
Gestores sem experiência com teletrabalho	
Busca de resultado	Estou me sentindo cansada o preço da manutenção da produtividade tem sido alto como também passamos pela perda de uma colega devido à pandemia o desgaste emocional da equipe foi grande estamos tentando fazer um suporte emocional e entregar os resultados que nosso usuário merece (casada, 38 a 47 anos e com crianças em casa) Sinto-me desafiada diariamente mas não só por gerir a produtividade dos colegas mas também para incentivá-los nesse momento diferente sem estressá-los e sem me estressar também tem sido um valioso aprendizado de adaptação e perspectiva (casada, 38 a 47 anos e com criança em casa)
Organização do trabalho	No início foi complicado mas depois as coisas foram se ajustando e hoje já as tarefas da unidade já todas alinhadas entre os servidor-público estagiários e colaboradores (casado, 38 a 47 anos, sem crianças em casa) Inicialmente bem perdido agora depois de mais de um mês um pouco mais confiante porém devido à falta de mecanismos de medição das tarefas não dá para ter certeza da realização das tarefas dentro dos prazos (casado, 48 a 57 anos e com uma criança em casa)
Situações novas no trabalho	No início foi desafiador por ser uma situação nova mas com o tempo tanto a equipe quanto o gestor se adaptou à nova realidade e aos recursos disponíveis para o teletrabalho a experiência tem mostrado que é possível a realização das tarefas da unidade na modalidade de teletrabalho (casada, 48 a 57 anos, com crianças e idoso em casa) Altamente motivado nunca concordei que o teletrabalho fosse realizado em meu setor agora com o cenário atual vejo que a ida ao trabalho-organização não seja tão determinante na realização da lida diária onde tem havido ganhos na melhoria de entregas das demandas repassadas (casado, 48 a 57 anos, sem crianças e idosos em casa)
Gestão remota da equipe	E ainda as inerentes à gestão da divisão por perceber a dificuldade de envolver a equipe nas tarefas como um todo haver uma dependência para realizar o que é demandado mesmo atribuições simples requerendo frequentemente que o gestor revise o que não é frequente no modo presencial (separada, 48 a 57 anos, com idoso em casa) Tenho dificuldades para gerir questões relacionadas a trabalho-rotina pois na minha equipe não são todos que se dispõem prontamente a contribuir fora do horário de expediente e quando isso acontece sou fortemente cobrado a aceitar a hora extra trabalhada (casado, 38 a 47 anos, com crianças e idosos em casa)
Ambiguidades vivenciadas	Ouçoo música quando estou fazendo alguma tarefa mais direta [...] o lado negativo é que acho difícil ter a disciplina de atuar naquelas tarefas não tão urgentes ou cobradas (solteira, 28 a 37 anos, mora sozinha) Angustiada desconcentrada, insegura mas o trabalho-tarefa está fluindo muito bem com todos em teletrabalho (casada, 38 a 47 anos, com crianças em casa)

Considerações finais

O objetivo do presente estudo foi comparar e discutir as percepções de gestores e não-gestores do serviço público, com e sem experiência com teletrabalho, a respeito da modalidade de trabalho adotada compulsoriamente em casa e em tempo integral em resposta à

pandemia da COVID-19. Como conclusão geral, os depoimentos desses quatro grupos revelaram diferenças nas vivências e sentimentos relativos ao teletrabalho no período pandêmico. Tal achado encontra amparo no papel que as lideranças virtuais exercem sobre as equipes de trabalho (Mourão et al., 2021). Nesse sentido, além de gerir a própria rotina de trabalho, conciliando com as

novas tarefas domésticas e familiares do período pandêmico e manejando as incertezas que caracterizaram este período (Sandall & Mourão, 2020), os gestores tiveram que investir em maior suporte aos seus subordinados. Foi necessário cuidar de aspectos como repactuação de metas, adequação de condições de trabalho dos servidores, manejo de ferramentas de comunicação, bem como estratégias para manutenção do bem-estar dos teletrabalhadores (Dirani et al., 2020; Lee, 2021; Mourão et al., no prelo; Porto et al., 2020; Sandall & Mourão, 2020).

Para além das diferenças encontradas entre gestores e não-gestores públicos com ou sem experiência com o teletrabalho, há outros achados que merecem reflexão. Por um lado, predominam os sentimentos positivos em relação ao teletrabalho, com relatos de experiências benéficas e desejos de permanência nessa modalidade ou em um arranjo híbrido. Por outro lado, ainda que em menor grau, há também relatos de sentimentos de medo, isolamento social, acúmulo de tarefas, intensificação do trabalho, dificuldade de separação das esferas de vida pessoal e profissional.

Com a esperada ampliação do teletrabalho no período pós-pandêmico, é importante que sejam desenvolvidas estratégias para evitar os riscos de agravamento à saúde mental dos trabalhadores. O modelo de trabalho híbrido pode ser uma dessas alternativas, aliada a programas voltados ao bem-estar dos teletrabalhadores. Nesse sentido, entre as implicações oriundas do presente estudo, devem ser destacadas a necessidade de atenção ao grupo que atua em teletrabalho, sejam gestores ou não-gestores. É importante que seja feito um investimento no desenvolvimento de competências dos líderes para que ofereçam o adequado suporte às equipes virtuais e híbridas. Ademais, há também uma demanda por um planejamento completo do desenho do trabalho remoto ou de outros arranjos organizacionais que incluam essa modalidade.

Entre as limitações deste estudo está o fato de os dados terem sido coletados em duas organizações do serviço público federal, o que desaconselha generalizações. Novas pesquisas devem considerar amostras mais amplas de gestores e não-gestores, em termos de abrangência geográfica e de órgãos públicos contemplados, bem como maior diversificação do perfil socio-demográfico e laboral dos participantes. Também são indicadas pesquisas sobre o contexto de teletrabalho pós-pandemia com a realização de entrevistas e grupos focais que ampliem as possibilidades de investigações. Apesar de suas limitações, a presente pesquisa

apresenta contribuições que podem redirecionar as pesquisas sobre o tema, com o entendimento de que as vivências e sentimentos acerca do teletrabalho diferem entre gestores e não-gestores e que o tempo de experiência pode ter um papel decisivo nas percepções dos trabalhadores. Destacamos que os próprios participantes da pesquisa relatam uma rápida adaptação ao teletrabalho, nesse sentido, seria interessante que estudos longitudinais contemplassem o efeito do tempo sobre a avaliação que as pessoas fazem acerca da experiência do trabalho remoto ou híbrido. Entre as implicações práticas espera-se a ampliação do suporte social e organizacional aos gestores e não-gestores, bem como estratégias de desenvolvimento de competências que permitam melhorias no teletrabalho no serviço público.

Referências

- Abbad, G., Legentil, J., Damascena, M., Miranda, L., Feital, C., & Rabelo Neiva, E. (2019). Percepções de teletrabalhadores e trabalhadores presenciais sobre desenho do trabalho. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 19(4), 772-780. doi: 10.17652/rpot/2019.4.17501
- Aguiar, S., Oliveira, F., Hryniewicz, L., & Sant'Anna, A. (2022). O teletrabalho e as mulheres: percepções da conciliação da vida profissional e familiar. *Cadernos EBAPE.BR*, 20(6), 836-850. doi: 10.1590/1679-395120210244
- Aguilera, A., Lethiais, V., Rallet, A., & Proulhac, L. (2016). Home-based telework in France: Characteristics, barriers and perspectives. *Transportation Research Part A: Policy and Practice*, 92, 1-11. doi: 10.1016/j.tr.a.2016.06.021
- Anderson, D., & Kelliher, C. (2020). Enforced remote working and the work-life interface during lockdown. *Gender in Management: An International Journal*, 35(7/8), 677-683. doi: 10.1108/GM-07-2020-0224
- Antunes, E., & Fischer, F. (2020). A justiça não pode parar?! Os impactos da COVID-19 na trajetória da política de teletrabalho do Judiciário Federal. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 45, e38. doi: 10.1590/2317-6369000025920
- Belzunegui-Eraso, A., & Erro-Garcés, A. (2020). Teleworking in the context of the COVID-19 crisis. *Sustainability*, 12(9), 3662. doi: 10.3390/su12093662
- Boell, S., Cecez-Kecmanovic, D., & Campbell, J. (2016). Telework paradigms and practices: The importance of the nature of work. *New Technology, Work and Employment*, 31(2), 114-131. doi: 10.1111/ntwe.12063
- Camargo, B., & Justo, A. (2013). Iramuteq: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. doi: 10.9788/TP2013.2-16
- Chow, J. S. F., Palamidis, D., Marshall, S., Loomes, W., Snook, S., & Leon, R. (2022). Teleworking from home experiences during the COVID-19 pandemic among public health workers (TelEx COVID-19 study). *BMC Public Health*, 22(1), 1-10. doi: 10.1186/s12889-022-13031-0

- Dirani, K., Abadi, M., Alizadeh, A., Barhate, B., Garza, R., Gunasekara, N., ... Majzun, Z. (2020). Leadership competencies and the essential role of human resource development in times of crisis: A response to COVID-19 pandemic. *Human Resource Development International*, 23(4), 380-394. doi: 10.1080/13678868.2020.1780078
- Ferreira, K., Melo, C., Delabrida, Z., Costa, I., Moura, R., Oliveira, M., & Bessa, R. (2020). Social distancing and environmental stressors in homes during times of COVID-19: an Environmental Psychology perspective. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 25(2), 210-221. doi: 10.22491/1678-4669.20200021
- Filardi, F., Castro, R., & Zanini, M. (2020). Vantagens e desvantagens do teletrabalho na administração pública: análise das experiências do Serpro e da Receita Federal. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(1), 28-46. doi: 10.1590/1679-395174605
- Fonseca, R., & Pérez-Nebra, A. (2012). A epidemiologia do teletrabalhador: impactos do teletrabalho na saúde mental. *Cadernos Psicologia Social do Trabalho*, 15(2), 303-318. doi: 10.11606/issn.1981-0490.v15i2p303-318
- Golden, T., & Gajendran, R. (2019). Unpacking the role of a telecommuter's job in their performance: Examining job complexity, problem solving, interdependence, and social support. *Journal of Business and Psychology*, 34(1), 55-69. doi: 10.1007/s10869-018-9530-4
- Karani, A., Deshpande, R., Mall, S., & Jayswal, M. (2022). Testing the link between psychological contract, innovative behavior and multidimensional well-being during the COVID-19 pandemic. *International Journal of Sociology and Social Policy*, 42(5/6), 509-525. doi: 10.1108/IJSSP-02-2021-0032
- Kniffin, K., Narayanan, J., Anseel, F., Antonakis, J., Ashford, S., Bakker, A., ... Vugt, M. V. (2020). COVID-19 and the workplace: Implications, issues, and insights for future research and action. *The American Psychologist*, 76(1), 63-77. doi: 10.1037/amp0000716
- Kossen, C., & van der Berg, A. M. (2022). When the exception becomes the norm: A quantitative analysis of the dark side of work from home. *German Journal of Human Resource Management*, 36(3), 213-237. doi: 10.1177/23970022221083695
- Lee, H. (2021). Changes in workplace practices during the COVID-19 pandemic: The roles of emotion, psychological safety and organisation support. *Journal of Organizational Effectiveness: People and Performance*, 8(1), 97-128. doi: 10.1108/JOEPP-06-2020-0104
- Leite, A., Lemos, D., & Schneider, W. (2019). Teletrabalho: uma revisão integrativa da literatura internacional. *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 17(3), 186-209. doi: 10.19094/contextus.v17i3.42743
- Losekann, R., & Mourão, H. (2020). Desafios do teletrabalho na pandemia COVID-19: quando o home vira office. *Caderno de Administração*, 28, 71-75. doi: 10.4025/cadadm.v28i
- Mendonça, I., Coelho, F., Ferrajão, P., & Abreu, A. (2022). Telework and mental health during COVID-19. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(5), 2602. doi: 10.3390/ijerph19052602
- Mishima-Santos, V., Sticca, M., & Pérez-Nebra, A. (2021). Wellbeing and work design in Brazilian teleworkers. *Frontiers Psychology*, 12, 733640. doi: 10.3389/fpsyg.2021.733640
- Mourão, L., Abbad, G., & Legentil, J. (2021). E-Leadership: Lessons Learned from Teleworking in the COVID-19 Pandemic. In M. Mohiuddin, B. Khalid, M. S. A. Azad, & S. Ed-dafali (Eds.), *Leadership in a Changing World - A Multidimensional Perspective*. IntechOpen. Doi: 10.5772/intechopen.100634
- Mourão, L., Costa, R., Abbad, G., Legentil, J., Martins, L., & Sandall, H. (no prelo). Escala breve de suporte gerencial ao teletrabalhador. *Revista Psico-USF*, 28(1).
- Nogueira Filho, J., Oliveira, M., Sâmy, F., & Nunes, A. (2020). O teletrabalho como indutor de aumentos de produtividade e da racionalização de custos: uma aplicação empírica no Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Revista do Serviço Público*, 71(2), 274-296. doi: 10.21874/rsp.v71i2.3173
- Peixoto, A., Vasconcelos, E., & Bentivi, D. (2020). COVID-19 e os desafios postos à atuação profissional em psicologia organizacional e do trabalho: uma análise de experiências de psicólogos gestores. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e244195. doi: 10.1590/1982-3703003244195
- Pereira, M., Marçulo, A., Chinelato, R., & Ferreira, M. (2020). Anxiety and coping strategies during the Covid-19 pandemic: The mediating role of positive attitudes at work. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 25(2), 167-176. doi: 10.22491/1678-4669.20200017
- Porto, J., Puente-Palacios, K., & Neiva, E. (2020). Ajustes e mudanças organizacionais em tempos de pandemia da COVID-19. In F. Queiroga (Org.), *Orientações para o home office durante a pandemia da COVID-19* (pp. 59-65). Porto Alegre: Artmed. Recuperado de <https://bit.ly/3d2v4yT>
- Raišienė, A., Rapuano, V., Varkulevičiūtė, K., & Stachová, K. (2020). Working from home - who is happy? A survey of lithuania's employees during the COVID-19 quarantine period. *Sustainability*, 12(13), 5332. doi: 10.3390/su12135332
- Sandall, H., & Mourão, L. (2020). Desempenho no trabalho: desafios para trabalhadores e gestores em teletrabalho compulsório. In F. Queiroga (Org.), *Orientações para o home office durante a pandemia da COVID-19* (pp. 21-30). Porto Alegre: Artmed. Recuperado de <https://bit.ly/3d2v4yT>
- Silva, A., Coelho-Lima, F., & Barros, S. (2020). The Covid-19 pandemic in the world of work: Psychosocial effects for the working class. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 25(2), 177-187. doi: 10.22491/1678-4669.20200018
- Staniec, I., Kaczorowska-Spychalska, D., Kalinska-Kula, M., & Szczygiel, N. (2022). The study of emotional effects of digitalised work: The case of higher education in the sustainable development. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(1), 576. doi: 10.3390/ijerph19010576
- Wang, B., Liu, Y., Qian, J., & Parker, S. (2021). Achieving effective remote working during the COVID-19 pandemic: A work design perspective. *Applied Psychology*, 70(1), 16-59. doi: 10.1111/apps.12290

Luara Carvalho, Doutora em Psicologia e Pós-doutora pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), Coordenadora do curso de graduação em Psicologia e de Pós-Graduação em Terapia Cognitivo Comportamental da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Endereço para correspondência: Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), Campus Niterói, Rua Marechal Deodoro, 217, Niterói, Rio de Janeiro/RJ, CEP 24.030-060. Email: luaracarvalhomotta@gmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3852-3133>

Luciana Mourão, Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB), Pós-doutora no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), é Professora titular da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) e Professora Visitante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: mourao.luciana@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8230-3763>

Victor Hugo Soares Cardoso, Graduado em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB), é consultor na empresa Véli. Email: hugocardoso3x3@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5103-4716>

Gardênia da Silva Abbad, Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB), é professora Titular da Universidade de Brasília (UnB). Email: gardenia.abbad@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0807-3549>

Hugo Sandall, Doutor em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), é diretor na empresa Evolua Consultoria. Email: hugo@evolua.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6500-2678>

Juliana Legentil, Mestre em Administração pela Universidade de Brasília (UnB), é coordenadora de Pesquisas em Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional na Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR). Email: julianalegentil@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9512-983X>

João Otávio Passos Lima dos Santos, Graduando em Psicologia na Universidade de Brasília (UnB). Email: joaoopds@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6721-0323>

Eliane Almeida do Carmo, Doutora em Administração pela Universidade de Brasília (UnB), é Analista de Gestão em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz / Fiocruz Brasília. Email: eliane.adm@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8926-5571>

Recebido em 24.jun.21
Revisado em 11.jun.22
Aceito em 25.jul.22

As artimanhas da titularidade feminina: Análise a partir das histórias de vida das mulheres do Bolsa Família

Camila Borges Machado. Universidade Federal de Juiz de Fora
Fernando Santana de Paiva. Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo

Este artigo objetivou evidenciar as concepções das mulheres do Bolsa Família acerca da titularidade feminina. Para tanto, quatro entrevistas semiestruturadas, baseadas no método da história de vida foram realizadas, cuja técnica de análise dos dados empregada foi do tipo temática. Dentre os resultados, identificamos que para as mulheres, a titularidade é compreendida como um avanço político importante por contribuir nas tomadas de decisão no espaço doméstico. Elas também não identificaram problemas no tocante ao cumprimento das condicionalidades, o que tencionamos tratar de ações compreendidas como da ordem “materna”. Ademais, elas pouco se compreenderam enquanto sujeitos ativos do processo de transformação da realidade, o que nos exige repensar a nossa prática profissional. Por fim, conclui-se que as artimanhas da titularidade feminina tendem a retroalimentar a fusão entre a ideologia patriarcal e o neoliberalismo, na medida em que o Estado se ausenta e transfere para as titulares-mães responsabilidades na erradicação da pobreza.

Palavras-chave: patriarcado, neoliberalismo, mulheres, programa bolsa família, assistência social.

Abstract

The tricks of female ownership: Analysis from the life stories of “Bolsa Família” women (Brazilian Family Assistance Program women). This article aimed to highlight the conceptions of Bolsa Família women (Family Assistance Program women) about female ownership. Therefore, four semi-structured interviews were carried out, based on the life history method, which data analysis technique was of the thematic type. Among the results, we identified that for women, ownership is understood as an important political advance for contributing to decision-making in the domestic space. They also did not identify problems regarding the fulfillment of conditionalities, which we intend to deal with actions understood as of the “maternal” order. Furthermore, they were poorly comprehended as active subjects in the process of transforming reality, which requires us to rethink our professional practice. Finally, it is concluded that the tricks of female ownership tend to feed back the fusion between patriarchal ideology and neoliberalism, insofar as the State is absent and transfers responsibilities in the eradication of poverty to the owner-mothers.

Keywords: patriarchy, neoliberalism, women, bolsa família program, social assistance.

Resumen

Las artimañas de la titularidad femenina: Análisis a partir de las historias de vida de las mujeres de “Bolsa Família” (Programa de Asistencia Económica Familiar). Este artículo tuvo como objetivo resaltar las concepciones de las mujeres de Bolsa Família (Programa de Asistencia Económica Familiar) sobre la titularidad femenina. Para ello, se realizaron cuatro entrevistas semiestruturadas, basadas en el método de historia de vida, cuya técnica de análisis de datos fue de tipo temático. Entre los resultados, identificamos que para las mujeres la titularidad es entendida como un avance político importante para contribuir a la toma de decisiones en el espacio doméstico. Tampoco identificaron problemas en cuanto al cumplimiento de condicionalidades, que pretendemos atender con acciones entendidas como de orden “materno”. Además, fueron poco comprendidas como sujetos activos en el proceso de transformación de la realidad, lo que nos obliga a repensar nuestra práctica profesional. Finalmente, se concluye que las artimañas de la titularidad femenina tienden a retroalimentar la fusión entre la ideología patriarcal y el neoliberalismo, en la medida en que el Estado está ausente y transfiere las responsabilidades de la erradicación de pobreza a las madres-titulares.

Palabras clave: patriarcado, neoliberalismo, mujeres, programa bolsa família, asistencia social.

O presente trabalho surge diante da necessidade de ampliar o debate acerca dos efeitos da titularidade feminina na política de transferência de renda. Com isso, resgata reflexões oriundas da dissertação de mestrado defendida em julho de 2019, que teve como objetivo compreender os efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) na vida das mulheres titulares no âmbito familiar, buscando, ainda: 1) Analisar o papel desempenhado pelas mulheres beneficiárias no arranjo familiar; 2) Compreender como a titularidade interfere no cotidiano de suas relações familiares; 3) Refletir em que medida a titularidade do PBF pode reforçar ou tensionar os papéis tradicionais de gênero; e 4) Analisar como a condição de titular pode interferir nas estratégias de enfrentamento em relação à situação de pobreza.

Em vista disso, este artigo se debruça, fundamentalmente, nas histórias de vida de quatro mulheres que se propuseram a participar da pesquisa, a fim de evidenciar suas trajetórias, sentimentos e percepções acerca da titularidade, bem como o lugar que a política ocupa em seus cotidianos. A construção dessa pesquisa está ancorada no referencial teórico da Psicologia Social Crítica, um campo plural de perspectivas epistemológicas e teóricas que corroboram com uma perspectiva sócio-histórica-cultural de desenvolvimento humano (Lane & Codo, 2006; Martín-Baró, 2017; Vigotski, 1930). Junto a isso, trabalhos de pesquisadoras feministas foram adotados para sustentar todo o processo de investigação, desde a inserção no campo até as análises do material construído, tendo como principais referências: Cisne (2014), Federici (2017), Saffioti (2004), Davis (2016) e hooks (2019).

Ao acompanhar as pesquisas feitas no Brasil, em consonância com a literatura latino-americana, observa-se o crescimento da miséria e pobreza em gênero, raça e classe, ao ponto de falar-se de uma feminização da pobreza. Contudo, em concordância com Davis (2016), Federici (2017) e hooks (2019), compreende-se que a feminização da pobreza não é um fenômeno recente, mas fruto histórico das mazelas sociais intensificadas pela dinâmica capitalista, patriarcal e racista, bem como acirrada pela política neoliberal de Estado. Em nome do “progresso” brasileiro, a agenda neoliberal privilegia o Estado Mínimo, isto é, a redução de gastos federais com serviços e políticas sociais, o que agrava a situação de miséria, fome e desemprego no país (Machado & Paiva, 2021).

O debate no campo político para atenuar os efeitos da pobreza nos países da América Latina e

Caribe se concentra, sobretudo, nos programas de transferência de renda. No Brasil, o PBF, foi instituído pela Medida Provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003, transformada na Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004, sob o controle do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

O PBF, desmontado em 2021 pelo governo Bolsonaro e substituído pelo então provisório Auxílio Brasil, apresentava uma densa estrutura política de continuidade que visava: 1) combater à fome e à pobreza; 2) reforçar o acesso à rede de serviços públicos, principalmente de educação, saúde e assistência social; 3) promover a intersetorialidade e sinergia das políticas públicas; e 4) estimular a emancipação das famílias (MDS, 2018).

O PBF estabelecia os seguintes valores de transferência: I- benefício básico, de R\$89,00, concedido apenas às famílias em situação de extrema pobreza, independentemente de sua composição familiar; II- benefício variável, de R\$ 41,00, pago às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, desde que tenham gestantes, nutrizes, crianças de até 15 anos em sua composição, sendo permitido cadastrar no máximo cinco crianças por grupo familiar; III- benefício variável jovem (16 e 17 anos), de R\$ 48,00, concedido às famílias que tenham adolescentes frequentando a escola, sendo permitido somente até dois jovens por grupo familiar. Logo, o valor a ser recebido dependia da renda mensal por pessoa e da composição familiar (MDS, 2018).

A permanência no PBF vinculava-se ao cumprimento de algumas contrapartidas: I- matricular e garantir a frequência mensal às aulas de 85% para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e 75% para jovens de 16 e 17 anos; II- manter atualizado o calendário de vacinação de crianças menores de sete anos, além de levá-las para pesar, medir e realizar exames clínicos, conforme o calendário do Ministério da Saúde (MS); III- gestantes e nutrizes devem ser inscritas no pré-natal e comparecer às consultas na unidade de saúde, fazer o acompanhamento pós-parto, apresentar o Cartão da Gestante; IV- participar das atividades educativas propostas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e alimentação saudável (MDS, 2018).

Embora enseje um conjunto amplo de controvérsias, as condicionalidades do PBF podiam incentivar a educação de crianças e adolescentes, além de estimular os cuidados com a saúde de crianças, mulheres grávidas ou em situação de aleitamento, somando esforços na

direção da constituição da cidadania e fortalecimento dos direitos sociais (Bartholo, Passos, & Fontoura, 2017; Rego & Pinzani 2014). Entretanto, algumas críticas são apontadas em relação à exigência das condicionalidades. Lavinhas, Cobo, e Veiga (2012) e Silva, Yazbek e, Giovanni (2004), por exemplo, apontam o caráter de vigilância das condicionalidades, que podem negar o direito básico à alimentação e acesso a serviços públicos, tal como a perda do caráter universalista do sistema de proteção social brasileiro. Junto a isso, as condicionalidades do programa podem acarretar efeitos negativos diante da oferta de serviços públicos precários, o que intensifica a lógica de inversão de responsabilidades entre o Estado e a pessoa titular do benefício (Mariano & Carloto, 2009; Marins, 2017).

A política de transferência de renda, no bojo da agenda neoliberal, direciona a preferência pela figura da mulher na titularidade do benefício, atribuindo obrigações na administração do espaço doméstico e responsabilidades na superação do ciclo geracional da pobreza, envolvendo-as em uma rede de condicionalidades impostas. As mulheres, portanto, são eleitas responsáveis pelo andamento da política, seja na gestão e execução das esferas públicas (política) ou na gestão das esferas privadas (espaço doméstico) (Biroli, 2018; Cisne, 2014; Ferreira, 2017).

Diante disso, na ausência de medidas efetivas e/ou na diminuição dos direitos sociais, quem sente o maior peso, visto a conformação de um quadro de feminização da assistência, são as mulheres. São elas, especialmente as mulheres negras e em situação de pobreza, que estão em sua grande maioria no cotidiano da assistência social para garantir condições mínimas de sobrevivência para si e seu núcleo familiar.

O trabalho de reprodução social realizado na vida cotidiana das mulheres está longe de se constituir como escolhas voluntárias. A responsabilização feminina pelos cuidados é um problema político que implica desvantagens na participação das mulheres na sociedade, dada a ideologia patriarcal que enfatiza o papel da mulher como expressão do espaço doméstico, familiar e de cuidados (Biroli, 2018; Davis, 2016; Duque-Arrazola, 2008; Saffioti, 2004).

Na sociedade patriarcal, desde a mais tenra idade, as crianças recebem uma educação de perspectiva binária baseada no sexo biológico: meninas são educadas para lavar, cozinhar, passar, cuidar e serem submissas, passivas e tímidas; meninos são criados para serem fortes, provedores e valentes. hooks (2019),

nessa direção, elabora a tese de que o espaço familiar, nos moldes patriarcais, se caracteriza enquanto espaço primário na rede de opressões, por conferir naturalidade a opressão sexista e por reforçar valores hierárquicos de controle que podem favorecer o fortalecimento das demais opressões, como a de raça e classe.

A consideração das mulheres como unidade de intervenção central das políticas sociais também tem sido endossada pelo pensamento conservador que se corporifica no discurso de defesa da família. A pastora Damares Alves, ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo Bolsonaro, em cerimônia que marcou o início de sua gestão em 2019, afirmou que no seu governo *“menina será princesa e menino será príncipe*. Ninguém vai nos impedir de chamar as meninas de princesa e os meninos de príncipe. *Vamos acabar com o abuso da doutrinação ideológica”* (Carvalho & Valente, 2019, grifo nosso).

Em nome de uma suposta defesa da família, o movimento conservador e reacionário brasileiro propaga a valorização das mulheres através do ideário cor de rosa, as submetendo nos moldes de feminilidade, fragilidade, cuidado e passividade, o que acaba por reforçar a atribuição do trabalho reprodutivo, doméstico e de cuidado às mulheres. Logo, em nome do combate à falácia conservadora da “ideologia de gênero”, os conservadores atuam não só na manutenção, como também no aprofundamento da verdadeira ideologia de gênero: a própria ideologia patriarcal (Machado & Paiva, 2021).

Na tentativa de mapear estudos acerca da titularidade feminina na política de transferência de renda, Machado e Paiva (2020), em artigo de revisão sistemática da literatura, identificaram estudos que trazem reflexões sobre a forma como as beneficiárias vivenciam o programa em seus cotidianos, haja vista que estas são as principais interlocutoras do Estado nas políticas de combate à pobreza. Assim, pôde-se observar algumas lacunas na complexidade do debate que se concentra, pelo menos, em dois pontos de natureza contraditória.

Por um lado, os referidos autores expõem estudos que apontam determinadas nuances de transformações da titularidade feminina na vida das mulheres, tais quais: ampliação no leque de escolhas, alterações nas percepções de si, questionamentos de relações conjugais indesejadas, diminuição dos índices de violência doméstica contra a mulher e maior participação nas esferas públicas. Concomitantemente, outras pesquisas apontam que a titularidade feminina pode reforçar

o papel social de mãe-cuidadora, o que pode acirrar, inclusive, a face negra e feminina da pobreza.

Nesse aspecto, a autonomia das mulheres pode ser limitada ao manejo do benefício e a titularidade pode se resumir à possibilidade de assegurar necessidades básicas e pontuais para a alimentação dos filhos e filhas no dia de amanhã, não efetivando espaços para as mulheres desempenharem papéis efetivamente autônomos (Bartholo et al, 2017; Cruz, 2013; Cunha, 2016). Por fim, Machado e Paiva (2020) apontam a necessidade de estudos que considerem as percepções das próprias titulares, a fim de compreender suas histórias e as possíveis reverberações da titularidade em suas vidas.

Método

A abordagem de pesquisa utilizada se baseia na perspectiva qualitativa, pois busca compreender um nível da realidade não mensurável ou quantificado. Ao reconhecer a singularidade dos sujeitos, a pesquisa qualitativa torna-se adequada para compreender a realidade social em questão, uma vez que é caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação de um determinado grupo sociopolítico (Minayo, 2009).

A pesquisa foi realizada junto a um grupo de mulheres coordenado por um dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Juiz de Fora, entre os meses de setembro de 2018 a abril de 2019. Importante destacar que a pesquisa de campo se consolidou somente após a submissão e aceitação do protocolo de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa Humana e as devidas assinaturas dos termos de compromisso e responsabilidade dos órgãos competentes.

O primeiro contato formal¹ com o campo foi no dia 19/09/2018. Neste dia, além de participar de uma reunião com as famílias atendidas pelo Programa de Segurança Alimentar (PSA), soube junto à coordenadora do CRAS que o grupo de mulheres estava em fusão com o projeto chamado Costurando Vidas, ministrado pelo Serviço Social do Comércio (Sesc). O projeto, aberto a toda a comunidade, já estava em andamento na Paróquia do bairro, localizada próxima ao CRAS em questão. De posse dessas informações, busquei apresentar a proposta de pesquisa para as mulheres que frequentavam o grupo na Igreja e, assim, passei a participar desta atividade. Além de ser o principal espaço de encontros das mulheres da comunidade, configurou-se como lugar primordial de acompanhamento destas mulheres.

A partir desta inserção e permanência em campo, que durou aproximadamente sete meses, pude construir alguns vínculos com as mulheres ali presentes, bem como conhecer melhor suas perspectivas em relação a temas de seus interesses, como as relações familiares, o cenário político vigente, o papel social de mãe, bem como o que pensam sobre o próprio PBF e a questão envolvendo a titularidade do mesmo. É importante assinalar que a construção dos dados da pesquisa ocorreu a partir de um percurso em campo realizado em diálogo com as sujeitas da pesquisa, tendo sido utilizadas diferentes estratégias: observação-participante, diário de campo, grupos de discussão e entrevistas. Neste artigo, contudo, será apresentado o material produzido a partir das entrevistas semiestruturadas orientadas pelo método da história de vida, realizadas individualmente, após o período de inserção no grupo de mulheres da Igreja.

O método da história de vida é um método amplamente empregado nas ciências humanas e sociais, pois visa compreender as histórias de vida dos sujeitos, a partir de sua inserção na realidade sócio-histórica, tendo como objetivo apreender os processos, relações sociais e códigos simbólicos e de valores construídos por e entre os sujeitos. Tal método, portanto, possibilita a compreensão das representações e significações que cada participante atribui a sua história, ao mesmo tempo em que enuncia a dimensão da totalidade coletiva (Bertaux, 2011).

As questões abordadas nas entrevistas versaram sobre o cotidiano familiar das mulheres titulares do PBF, enfatizando determinados eixos pertinentes à pesquisa: história de vida; titularidade feminina; relações familiares; questões contextuais e projetivas. As participantes foram quatro mulheres titulares do PBF, localizadas a partir do processo de inserção em campo. A fim de melhor armazenamento dos dados, as entrevistas foram gravadas em áudio em equipamento celular e, posteriormente, integralmente transcritas. Para análise dos dados qualitativos das entrevistas, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo do tipo temática (Minayo, 2009).

O termo de consentimento livre e esclarecido (assinado por mim e pela participante) e o objetivo geral da pesquisa foram ressaltados no início das conversas, cujo tempo de duração variou de 50 minutos a 1 hora. A escolha do local para a realização das entrevistas se deu de forma livre mediante a vontade das participantes e, assim, todas as quatro entrevistas foram realizadas no CRAS e de maneira individual.

Quem são as Mulheres do Bolsa Família?

Mesmo ciente das infinitas singularidades que compõem a história de vida de cada uma das mulheres que se propuseram a participar da entrevista, buscamos traçar uma identificação de cada uma delas. Como forma de garantir o anonimato, seus nomes verdadeiros foram substituídos por nomes fictícios (nem tão fictícios assim), representando a história que a história não conta das Marias, Mahins, Marielles e Malês².

Conheci Maria, autoidentificada negra, 28 anos de idade, no final de setembro de 2018, nos encontros do grupo de mulheres. É casada e possui três filhos pequenos de 10, 7 e 4 anos de idade, sendo dois meninos e uma menina. Recebe o PBF desde o nascimento do primeiro filho e, atualmente, seu benefício é no valor de R\$117,00. Ela diz não entender o valor, pois antes de cadastrar a sua filha caçula, ela recebia R\$217,00. Conheceu o CRAS através da sua sogra que também recebia o PBF.

Às vezes, Maria pega reciclagem, lava roupa e faz faxina “na casa dos outros”. Também já trabalhou de carteira assinada, mas hoje está difícil arrumar um emprego, “porque eles escolhem a pessoa no modo de se vestir”. Ela me conta sobre o seu arrependimento de ter parado de estudar na 7ª série, tem vontade de retomar os estudos, mas está sem tempo, “por causa dos meninos”. Sua casa foi construída pelo marido no terreno da família dele. Antes disso, em 2014, eles moravam em um quarto-cozinha cedido na casa de sua sogra, “aí a rua cedeu, empurrou o muro, o muro caiu em cima da minha casa e a gente perdeu tudo”.

Mahin, autoidentificada branca, 30 anos de idade, também a conheci nas primeiras participações no grupo. Ela me conta que cresceu em outro bairro, na casa de seus pais. Seu pai era muito rígido e a batia muito e, por isso, confessou que seu maior sonho era o de casar, “porque eu já não suportava mais ficar dentro de casa, aquela pressão”. No entanto, foi seu pai quem a expulsou de casa. Na época, ela estava namorando com o seu atual marido, “mas meu pai não queria que eu namorasse ele. Aí começou a me ameaçar dentro de casa, falando que se eu continuasse com ele, ele ia me matar, essas coisa assim ... Aí um dia ele me expulsou”. Ela mora com seu marido há nove anos e está oficialmente casada há dois anos, sua união se deu através do casamento comunitário da Prefeitura. Eles têm uma filha de 7 anos de idade.

Seu contato com o PBF é desde quando morava na casa de seus pais, que sempre receberam o auxílio. Contudo, foi somente em dezembro de 2018 que ela conseguiu regularizar o seu cadastro no CRAS e,

atualmente, seu benefício é no valor de R\$42,00. Relata ter dificuldades de arrumar emprego, por causa do tempo exigido com os cuidados domésticos. Além disso, tem vontade de voltar a estudar, diz ter parado no 1º ano do ensino médio, mas não percebe incentivo ou apoio do marido.

Marielle, autoidentificada negra, 33 anos, também frequentava o grupo desde o início, com exceção de um período em que ela conseguiu emprego, mas logo retornou, pois devido a uma exigência de troca de turno, precisou pedir demissão. “Ainda bem que não chegaram assinar a minha carteira”, ela diz aliviada por não ter comprometido o PBF. Mora junto com o seu marido há 12 anos, sendo 5 anos de casamento civil. Eles têm uma filha de 11, um filho de 4 anos e a guarda de um sobrinho de 5 anos de idade. Possui 16 diplomas formativos, embora não tenha completado o ensino médio.

Durante anos, sofreu violência doméstica e acredita que o nascimento da sua filha mais velha foi um milagre, pois “eu só almoçava. Não tinha janta, não tinha café, não tinha nada. Eu falo assim, minha filha viva hoje é um milagre de Deus”. A mãe de Marielle é usuária de drogas (crack), tem sífilis e HIV, “cheguei a morar um tempo com ela na rua”. Nunca teve uma família, ela conta. Além disso, cresceu trabalhando e morando “na casa dos outros”.

Desde 2014, Marielle mora em um terreno que estava abandonado, ela e seu marido ocuparam e começaram a construir. Orgulhosa, ela me contou que conseguiu regularizar a posse do terreno com a Prefeitura. Ela conheceu o CRAS através de uma carta convite para o programa Família 2000, recebe o PBF há 11 anos e, atualmente, o valor total de seu benefício é de R\$358.

Conheci Malê, autoidentificada negra, 21 anos, assim como Maria, Marielle e Mahin, no grupo de mulheres da Igreja. Ela mora com o companheiro há seis anos e eles têm uma filha de 4 anos de idade. Seu marido é ex-presidiário e no momento eles estão desempregados. Seu sustento, primordialmente, vem do PBF no valor de R\$232,00. Além disso, trabalha como catadora nos dias de segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira, o que garante, mais ou menos, o valor de R\$30 a 50 mensais.

Também faz faxina, unha, “o que aparecer, eu faço, até capino”. Relata que já trabalhou com carteira assinada, mas sua filha era muito pequena e apresentava muitos problemas de saúde e, por isso, precisou sair do serviço. Nessa época, foi morar em um cômodo de pau a pique cedido pela sogra, que depois veio a dividir o terreno entre eles. Ela conheceu o CRAS através de um projeto

que acontecia na praça. Há quatro anos recebe o PBF por indicação de sua mãe, que também era beneficiária do programa. Quando realizou o cadastro, seu marido estava preso e “a situação piorou, assim, apertou mais”.

As histórias de vida das Marias, Mahins, Marielles e Malês

Ao propor pesquisar os efeitos do PBF na vida destas mulheres, na perspectiva adotada nesta investigação, tornou-se necessário resgatar o momento de suas trajetórias em que se deu o acesso ao programa:

Quando eu fiz... foi minha sogra que me trouxe, porque ela já tinha os filhos dela. ... Não demorou nem 1 ano pra mim conseguir. Tem 10 anos que eu recebo bolsa família. Eu pegava reciclável / e pego até hoje, não minto ... Aí depois veio o bolsa família, eu diminuí um pouco na reciclagem porque... o menino era pequeno, como eu carregava ele aí, assim, ele... começou a dar uma dermatite de pele. ... Eu levava muito ele pra pegar reciclado, então eu colocava muito na mão dele com a mão suja. Eu tinha que dá mamã no peito (Maria).

Só ele [marido] que trabalha lá em casa. E eu dei mais entrada no pedido por causa disso. ... E assim... praticamente eu não tenho dinheiro. Pra eu pedir dinheiro ele nossa, até hoje. Peço dinheiro ele, ele me dá dois reais. O que que eu vou fazer com dois reais? a minha filha tem as necessidades dela e a gente que é mãe, a gente vê mais que o pai, né (Mahin).

Nesta mesma direção, os relatos a seguir também reforçam como estas mulheres se inseriram no PBF, bem como o lugar que a política ocupa em suas vidas:

Tava passando esse período, assim que minha menina nasceu eu fiz o bolsa família, o período de violência doméstica. ... Nessa época morava eu, ele, as duas / as três irmãs dela. Duas meninas, um rapaz. Meu sogro e minha sogra. Todo mundo. Aí vai todo mundo dormir no mesmo quarto. Aí minhas cunhadas não queriam que a gente ficava no quarto. Aí... no quarto da minha sogra tinha uma porta que tinha um corredor, mas o corredor destampado. Corredor mesmo, de passagem. A gente tampou uma passagem, a gente foi morar / dessa, dessa largura aqui assim / a gente foi morar eu, ele e minha filha. Aí moramos até ela fazer um ano de idade. Lá... lá eu deitava, meu marido ficava em pé. E as vezes eu... as vezes eu ficava em pé e ele deitava. Não dava pra deitar nós dois. A gente não dormia porque cada gambazão que passava.

Aí esse período foi muito difícil também pra mim. Mas depois foi melhorando... Antigamente o banheiro era muito grande nas casas, aí meu sogro deu esse banheiro pro meu marido pra gente morar, aí meu marido reformou e fomos morar dentro desse banheiro. Aí fui mudando a minha vida. ... E eu tinha o bolsa família, o que pra mim foi muito bom porque. Porque eu, na época, eu lavava roupa na mão. A minha cunhada tinha um cartão, aí que que eu fiz. Com o dinheiro do bolsa / eu recebia pouco. Com 22 / eu recebia 22 reais. Com os 22 reais eu pagava minha cunhada e ela tirou um tanquinho pra mim. Esse tanquinho me ajudou muito, porque eu lavava roupa na mão. E onde que eu morava não tinha tanque, era a pia do banheiro, né. Cê lavar naquela pia de banheiro era muito difícil, aí ela comprou tanquinho, eu paguei o tanquinho tudinho com o dinheiro do bolsa família. O tanquinho durou até ano passado, cê acredita? (Marielle).

A partir das narrativas, podemos pensar que o acesso ao PBF está fortemente marcado pela condição de pobreza e opressão que a teia de suas vidas desenvolveu (e se desenvolve). O acesso ao dinheiro concedido pelo PBF para Maria e Mahin, por exemplo, permitiu uma certa renda regular feminina, o que coaduna com alguns estudos apontados pela literatura (Bartholo et al, 2017; Rego & Pizani, 2014). Dessa forma, mesmo observando as contradições inerentes ao Programa, alguns pressupostos levantados em torno da relação estabelecida entre as mulheres e a titularidade do PBF foram confirmados, sobretudo em relação às condições materiais de gestão e destino dos recursos do benefício que permitem sobreviver ao dia de amanhã. Maria, inclusive, diz que o PBF possibilitou diminuir a necessidade do trabalho precário de reciclagem, visto que seu filho desenvolveu uma dermatite grave.

Maria, assim, narra momentos em que a participação no programa, ainda que de forma tênue, se fez esteio para rejeitar trabalhos mal remunerados, o que dialoga com as pesquisas realizadas por autoras como Bartholo et al. (2017) e Rego e Pizani (2014). Ao mesmo tempo, o trabalho precário não formal, por meio dos “bicos”, se faz presente no desenrolar de sua vida e na vida das demais, de modo a complementar a transferência de renda concedida.

Quando questionadas sobre o sentimento de receber o PBF, a relação ambígua entre favor, ajuda e direito também se apresentou como um importante elemento de discussão:

Assim, a bolsa família não é ruim... ele é um adiantamento que se pode ter pra merenda, cê pode comprar material escolar, se tiver que comprar algum remédio. Daí eu me sinto grata porque... eu acho que se não fosse o bolsa família eu acho que meus filhos / a maioria das coisas eles não tinham... (Maria).

Mas eu dei entrada no bolsa família achando que era mais, entendeu? Porque ajuda / eu recebo 40 reais, 42. Mas eu achei que era mais porque tipo assim, 40 reais é uma ajuda, né? É praticamente a merenda agora dela [filha]... (Mahin).

O meu sobrinho toma um remédio. É 50 reais dois comprimidos. Então é uso contínuo, então que eu faço, eu ponho eu tiro a maior parte pra comprar remédio pra ele. E a outra parte eu compro leite, compro um biscoito... (Marielle).

A merenda da escola, material, acabou um caderno eu vou e compro. Eu compro mais as coisas pra ela e me ajuda muito. Nossa senhora. Sem falar no remédio, igual agora o remédio e o médico. A bombinha dela [filha] é 120 reais. Os remédios dela por mês dá quase 200 reais... E ela não pode ficar sem remédio. Ela não pode. Graças ao bolsa família que me ajuda (Malê).

As narrativas acima também expressam a forma como se utiliza o dinheiro do benefício, evidenciando dois pólos distintos: “jeito certo” e “jeito errado”. Marins (2017) aponta que poderíamos pensar o PBF como “uma maneira de adestrar o pobre para ser um bom pobre, ou seja, ser eficiente (com o uso do auxílio) e ser responsável com as crianças fazendo com que frequentem a escola e façam visitas ao posto de saúde” (p. 134). Nesse aspecto, é como se o PBF cobrasse moralmente do público beneficiário que eles sejam “bons pobres” ou “boas mães”, e esse tipo de discurso é justificado como uma maneira eficaz de combate à pobreza. Podemos perceber esses pólos em diversos momentos das entrevistas, como em:

Acho que me pareço com algumas mulheres que recebem o bolsa família e outras não, tem umas que usam pra usar merda, né. Então... eu já penso o contrário. Eu prefiro pensar nos meus filhos do que pensar em mim própria. Porque tem mulher que pega o bolsa família, quer arrumar cabelinho, quer comprar shortinho, comprar sainha, andar bonitinha. ... Eu acho que realmente eles [governo] deviam rever o processo do Bolsa Família, e ver realmente quem precisa, igual falaram assim que eles iam começar a fazer visita / VAI fazer visita mesmo nas casa, porque tem tanta família aí que

passa fome, que precisa e não consegue o bolsa família. Aí as outras ficam atoa o dia inteiro e consegue. É muito desigual nisso aí (Maria).

Tal fato, também aponta para a existência de práticas fiscalizatórias entre as próprias titulares do Bolsa Família. Da mesma maneira, o estudo realizado por Euzébios (2016) revela que a focalização pode desviar o foco do que precisa ser mudado, enfraquecendo o sentimento coletivo e laços de solidariedade, “colocando o pobre contra o pobre, não contra a pobreza” (p. 263). Nessa lógica, para avaliarem o grau de merecimento, a ideia do “bom” e do “mau” pobre também se concretiza.

Dito de outra forma, as titulares não demonstraram compreender o PBF como um direito, mas, sim, como um favor ou até mesmo um “adiantamento” que deve ser concebido somente para quem merece, interiorizando a própria lógica meritocrática em relação ao auxílio. Esse cenário indica uma lógica de política contributiva, onde o PBF é percebido na esfera do merecimento e contribuição, sendo destinado para “quem merece”, para quem utiliza o dinheiro de forma “honesto” e “correto”. Logo, “as boas mães”, no caso mulheres em situação de pobreza condicionadas ao papel de cuidado e submissão.

Ao indagar sobre a operacionalização do PBF, a relação das mulheres titulares com as condicionalidades do programa apareceu com bastante intensidade. De modo geral, as condicionalidades, assim como a titularidade feminina, não foram problematizadas, mas compreendidas como da ordem do natural, necessário, mínimo e indispensável. Nesse sentido, elas pontuam:

Acho certo. Porque a escola independente do bolsa família ou não é obrigatória. E eu prefiro na escola do que na rua. ... Porque querendo ou não eles [governo] não tão pedindo nada demais. É uma coisa que a gente já tem obrigação de fazer, porque a saúde e a escola vêm em primeiro lugar né... (Maria).

Eu acho que tá certo, tem que fazer isso mesmo porque tem gente que é muito relaxado, né. Senão / quer ter o benefício, mas não quer que as coisas sejam direitas, entendeu? É pra ver também se tá usando aquele dinheiro direito, pra ver se tá indo pra uma coisa boa, porque senão não adianta (Mahin).

A “boa” relação com as condicionalidades do PBF pode indicar um quadro ilustrativo dos processos de representação social sobre ser mulher, mãe e assistida pela política de assistência social. Isso porque, através das narrativas das mulheres, podemos perceber o eco das vozes sociais como a que diz que cuidar da educação

e saúde é mais do que obrigação, no caso, da mãe. Há ainda aquela voz que acusa se os filhos ficarem fora da escola ou “soltos” na rua, bem como aquela que diz, ainda que implicitamente, que a pessoa em situação de pobreza é relaxada ou acomodada (Marins, 2017).

Sob argumentos relacionados à finalidade do benefício para a criação de seus filhos e filhas, ratifica-se, assim, o pressuposto sobre a contradição estabelecida pelo PBF no tocante à titularidade feminina. Ao mesmo tempo que o poder decisório da mulher no âmbito familiar é consideravelmente ampliado, o Estado acaba por delegar à figura da mãe como representante legal no combate à pobreza, reforçando atribuições vinculadas ao trabalho doméstico de cuidado. Em outras palavras, se por um lado o PBF pode fortalecer certos aspectos na vida das mulheres, por outro, não só mantém, mas tende a retroalimentar a lógica conservadora do patriarcado, sob a qual as tarefas cotidianas de cuidado continuam naturalizadas e de responsabilidade feminina, o que inviabiliza reais transformações no ciclo geracional da pobreza, assim como no combate às opressões de gênero, raça e classe (Machado & Paiva, 2021).

Todavia, as mulheres entrevistadas reforçaram os efeitos positivos do programa em suas histórias, vinculando a titularidade feminina a uma maior autonomia e independência no cotidiano de suas relações familiares e, sobretudo, conjugais:

Muita... muita coisa que mudou na minha vida foi depois do bolsa família. Eu passei a ser um pouco mais dependente de mim, sem ser dependente de um homem. Porque pra falar “ah, tem que comprar um chinelo pros meninos” eu tinha que pedir dinheiro pro pai deles. Então agora quando recebo o bolsa família eu já não peço, eu vou e compro o que tenho que comprar pra eles (Maria).

Tipo... eu sei que nem agora / apesar de ser pouco / nem tudo eu preciso depender 100% dele [marido] mais, entendeu? ... Porque isso já dá uma, tipo, uma autori / não é autoridade, mas que palavra que eu vou usar... Mas... tipo, é meu. É da mulher. ... Igual ele [marido]... primeiro mês que eu fui receber, ele falou que se eu quisesse ele podia receber pra mim. Não que ele fosse gastar, porque ele não faz isso, entendeu. Mas eu falei assim “não, eu que tenho que ir. Desde a primeira vez o dinheiro tá no meu nome. Então sou eu que tenho que ir”. E também é um meio de eu sair mais, nem que seja pra eu ir no centro buscar o dinheiro, entendeu? Porque eu fico mais dentro de casa do que ele, e eu ainda sou nova, tenho

30 anos só. ... Agora as mulheres podem falar: eu tô indo buscar (Mahin).

Aí o bolsa família mudou muito muito a minha vida é o meu dinheiro pra comprar as coisas, ne? Porque antigamente, mesmo ele [marido] me dando as coisas, ele... ele jogava na cara, sabe. ... Isso pra mim mudou muito, porque igual eu falei, eu tenho a minha independência. Se eu quiser comprar isso, eu vou comprar isso. Porque o dinheiro, ele é meu e dos meus filhos. Entendeu? (Marielle).

Ah, pra mim mudou ne. Porque.... pelo cartão ser meu, eu já sei o que fazer com ele. ... Eu sei lá, ele [cartão] tá comigo sabe. Tem que saber valorizar ele. Eu te falo que se não tivesse o programa da bolsa família no caso a minha situação hoje em dia estaria ainda mais difícil (Malê).

A partir da titularidade feminina, Maria, Mahin, Marielle e Malê, apontaram mudanças materiais e concretas em suas vidas. Mahin, em específico, traz relato de que a titularidade reflete na sua participação na vida pública, na medida em que ter a posse do cartão implica ir ao banco sacar o dinheiro, o que a tira do contexto familiar e amplia a sua participação na sociedade. Ao enfatizar determinados aspectos econômicos, elas pontuaram melhorias em suas condições de vidas, produzindo, inclusive, efeitos significativos através da gestão dos recursos para a compra dos itens de alimentação, material escolar, vestuário e remédios para seus filhos e filhas, o que dialoga com as pesquisas que trazem reflexões sobre a autonomia feminina advinda da titularidade do cartão (Bartholo et al, 2017; Cruz, 2013; Cunha, 2016; Rego & Pizani, 2014).

Contudo, conforme apontado anteriormente, em função da realidade em que estão imersas que, dentre outros elementos, está marcada pelo próprio casamento entre ideologia patriarcal e agenda neoliberal, elas não demonstraram maiores questionamentos sobre a titularidade feminina. Isso significa que elas percebem como da ordem materna a responsabilização feminina pelos cuidados domésticos, embora as dificuldades em relação a isso sejam sentidas cotidianamente.

De certa maneira, o Bolsa Família e demais políticas sociais que elegem a mulher enquanto principal interlocutora, são associadas a uma suposta “sensibilidade de gênero”. No entanto, em que perspectiva as mulheres, enquanto sujeitos singulares e categoria coletiva, são concebidas por estas políticas? A resposta reside, sobretudo, a partir da função materna, assim como o próprio nome Bolsa Família já designa,

compreendendo, aqui, a família enquanto instituição conservadora e patriarcal (Duque-Arrazola, 2008; Ferreira, 2017; hooks, 2019).

Ao mesmo tempo em que a titularidade feminina pode representar determinados ganhos no âmbito doméstico, conforme as próprias mulheres entrevistadas reconheceram, a titularidade também pode contribuir no ofuscamento das raízes da barbárie capitalista, na medida em que se torna um alibi para o neoliberalismo. A partir da gestão do Estado, a política de transferência de renda, nos moldes em que se encontra, transfere para as titulares-mães responsabilidades não só na erradicação da pobreza, mas também nos cuidados de desenvolvimento de seus filhos e filhas (Ferreira, 2017; Machado & Paiva, 2021).

Cabe ainda ressaltar que as mulheres participantes da pesquisa não se reconheceram como trabalhadoras, seja pela falta do vínculo legal empregatício e ou pelo próprio processo de naturalização de suas funções sociais, tão perversamente convertido em “obrigação da mãe” e “dedicação de amor”. Além do mais, elas pouco se compreendem enquanto sujeitos ativos do processo de transformação da realidade, o que nos exige repensar sobre nossas práticas como profissionais e como pesquisadoras/es da política (Euzébios, 2016; Lane & Codo, 2006; Martín-Baró, 2017; Vigotski, 1930).

Dessa constatação, podemos aferir que a titularidade feminina no PBF, nos moldes como estão, afasta a ideia do “nós” enquanto um todo, não colaborando com processos de tomada de consciência ou ainda com análises mais críticas sobre a realidade em que vivem e, portanto, afasta possibilidades de mobilização coletiva para fazer valer seus direitos, discutindo, por exemplo, melhorias para o Programa no qual são titulares.

Considerações finais

De modo a pontuar um fim, embora limitado, ressaltamos que o projeto neoliberal do Estado de reduzir investimentos sociais, sobretudo na atual conjuntura, sobrecarrega a figura da mulher. Em outras palavras, essa tendência interfere cotidianamente na vida das Marias, Mahins, Marielles e Malês do Bolsa Família. Elas, as mulheres, dentre outros confrontos e tensões, vivem uma vida marcada pelo trabalho de reprodução social, além das marcas da exploração do trabalho precário, quando muitas vão para o mercado informal (fazem faxina, unha, capinam, reciclam lixo, etc.), em busca de uma vida digna de ser vivida.

Desdobram-se, ainda, limites na constituição de si, na ausência de reconhecimento enquanto trabalhadoras não-assalariadas e nas dificuldades de acesso ao trabalho formal e outros direitos sociais básicos. Desdobram-se, inclusive, relações de opressão no grupo doméstico familiar e situações de violência doméstica e de gênero, conforme narrado por elas.

Contudo, embora o cotidiano das mulheres titulares do Bolsa Família revele o quanto suas trajetórias são estruturadas pelas relações de cuidado aos outros (filhos e marido, sobretudo), a forte realidade de pobreza em que vivem também revela uma certa posição de poder no âmbito familiar, mediante a administração do benefício no orçamento doméstico, mesmo limitada a sua tradicional posição de “boa mãe” e com um valor irrisório para garantir sustento familiar digno.

Em vista disso, este artigo buscou tensionar que tal posicionamento, embora significativo, se mostra insuficiente para transformar as relações sociais que subordinam as mulheres no próprio espaço familiar, uma vez que a política é influenciada pela fusão entre a ideologia neoliberal e patriarcal presente em nossa sociedade. A crença de que a mãe é a única responsável pelo desenvolvimento dos filhos e filhas afasta quaisquer possibilidades de se compartilhar os cuidados das crianças com outras figuras, sejam figuras masculinas ou até mesmo com o próprio Estado, que deveria assegurar o acesso a creches, farmácias, escolas, hospitais, restaurantes, lavanderias, dentre outros serviços, que poderiam amenizar a responsabilidade feminina e contribuir nos cuidados de desenvolvimento social.

No tocante ao trabalho e pesquisa no âmbito da política de assistência social, alguns desafios e direcionamentos para a nossa atuação profissional merecem destaque: 1) as esferas governamentais e, de forma geral, a sociedade civil, necessitam aprofundar o conhecimento acerca das configurações familiares, visto que esta tem sido o foco de unidade de ações políticas; 2) as políticas sociais não devem reforçar o papel social de mãe, tão pouco invisibilizar o trabalho doméstico de reprodução social e de cuidados; 3) a política deve caminhar em direção à universalização dos direitos sociais, não o contrário, visto que tal focalização legitima uma série de violências e opressões, bem como reforça o controle, fiscalização e a lógica meritocrática; 4) a política e os profissionais devem repensar suas práticas de modo a colaborarem com a organização coletiva e propiciar uma maior aproximação com o processo de transformação da realidade social.

Referências

Desdobram-se, ainda, os desafios frente à conjuntura de desmonte da política do PBF, marcada por um cenário de pandemia da COVID-19 e acirramento da fome e miséria, que atinge a população brasileira conforme gênero, raça e classe. Nesse contexto, o governo Bolsonaro, em novembro de 2021, sem qualquer diálogo com a população beneficiária e até mesmo sem nenhum debate com profissionais e pesquisadores em políticas de transferência de renda, desmontou a política do PBF em prol da criação do Auxílio Brasil.

Dentre certas proximidades e distanciamentos na operacionalização de ambos os programas, destaca-se a indefinição orçamentária do Auxílio Brasil, cujo orçamento previsto vai somente até o fim de 2022. Tal caráter provisório explicita a frágil continuidade de ações no âmbito das políticas públicas, o que tenciona o fato de não se tratar de uma política de transferência de renda do Estado, mas, sim, do governo Bolsonaro.

Sendo assim, o Auxílio Brasil expressa e aprofunda a racionalidade ultraneoliberal em voga, além de não propor uma superação ou até mesmo uma atualização do PBF, como por exemplo, melhorias nas problemáticas no tocante à titularidade feminina. Nessa direção, estudos e pesquisas futuras podem contribuir em análises a respeito dos efeitos da transição do Bolsa Família (política de Estado de continuidade) com o Auxílio Brasil (política de governo de caráter provisório).

Por fim, ressaltamos que analisar a história das mulheres trabalhadoras é olhar para a história da classe trabalhadora, sendo um caminho para pensar transformações sociais que se fazem urgentes quando olhamos a face negra e feminina da pobreza. Todavia, torna-se necessário ressaltar que a realidade marcada pela extrema pobreza e miséria não anula a relevância dos programas de transferência de renda, por apresentar efeitos significativos para as famílias inseridas que não dispõem, muitas vezes, de qualquer alimentação mínima. Contudo, acredita-se que os processos de combate à pobreza permanecem ocultos se não articulados com avanços e lutas políticas, de modo a garantir uma educação gratuita e universal, moradias a baixo custo, direitos trabalhistas, serviços de saúde assegurados e demais serviços públicos de caráter universal de qualidade. E, por isso, urge a construção de um caminho de transformação do sistema econômico e social, de modo a garantir uma alternativa de confronto ao sistema de exploração e opressão, que afeta de maneira singular e coletiva a vida de todas as pessoas e, em especial, as mulheres.

- Bartholo, L., Passos, L., & Fontoura, N. (2017). *Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?* Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Bertaux, D. (2011). A abordagem biográfica: sua validade metodológica, suas potencialidades. *Atos Sociológico*, 56, 61-93. doi: 10.22201/fcpys.24484938e.2011.56.29458
- Biroli, F. (2018). *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Carvalho, D., & Valente, R. (2019, 2 de janeiro). Acabou a doutrinação de crianças e adolescentes, diz Damares em posse. *Folha Uol*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/acabou-a-doutrinação-de-crianças-e-adolescentes-diz-damares-em-posse.shtml>
- Cisne, M. (2014). *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Cruz, L. R. (2013). *As portas do Programa Bolsa Família: vozes das mulheres beneficiárias do município de Santo Antônio do Pinhal/SP* (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo). Recuperado de <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281988>
- Cunha, C. O. (2016). *O Programa Bolsa Família e as representações de pobreza na visão das beneficiárias* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <http://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/46387/Cinthia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Duque-Arrazola, L. S. (2008). O sujeito feminino nas políticas de assistência social. In A. E. Mota (Org.), *O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade* (pp. 225-253). São Paulo: Cortez.
- Euzébios, A. F. (2016). Sobre ideologias e programas de transferência de renda no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 257-266. doi: 10.1590/1807-03102016v28n2p257
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.
- Ferreira, V. M. (2017). *Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências* (Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife). Recuperado de <https://www.ufpe.br/documentos/40086/1906110/TESE++Ver%C3%B4nica+Maria+Ferreira.pdf/dc08b4a2-9b55-4241-91a1-e8d1a6b4f159>
- hooks, B. (2019). *Teoria Feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva.
- Lane, S. T. M., & Codo, W. (Orgs.). (2006). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Lavinas, L., Cobo, B., & Veiga, A. (2012). Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. *Revista Latinoamericana de Población*, 6(10), 35-56. doi: 10.31406/relap2012.v6.i1.n10.2
- Machado, C. B., & Paiva, F. S. (2020). As mulheres na política de transferência de renda: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Psicologia Política*, 20(48), 295-210. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000200004&ing=pt&tlng=pt
- Machado, C. B., & Paiva, F. S. (2021). *O que cabe às mulheres no Bolsa Família?: uma história de muitas Marias, Mahins, Marielles e Malês*. Juiz de Fora: UFJF.

- Mariano, S. A., & Carlotto, C. M. (2009). Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. *Estudos Feministas*, 17(3), 901-908. doi: 10.1590/S0104-026X2009000300018
- Marins, M. T. A. (2017). *Bolsa Família: questões de gênero e moralidades*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Martín-Baró, I. (2017). *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais*. Petrópolis: Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2009). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Ministério do Desenvolvimento Social. (2018). *Manual do Pesquisador – Programa Bolsa Família*. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Recuperado de https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsp/ferramentas/docs/manual_do_pesquisador_gestao_bolsa_familia.pdf
- Rego, W. L., & Pinzani, A. (2014). *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Unesp.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Silva, M. O. S., Yazbek, M. C., & Giovanni, G. (2004). *A Política Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez.
- Vigotski, L. S. (1930). *A transformação socialista do homem*. Recuperado de http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/01072013_a_transformacao_socialista_dos_homens.pdf

¹ Somente a autora Camila Borges Machado foi a campo e, por isso, justificam-se os relatos em primeira pessoa.

² Ao recontar o processo de ocupação do país sob a perspectiva do povo brasileiro, o samba-enredo da Estação Primeira de Mangueira, no carnaval de 2019, levou para a Marquês de Sapucaí uma leitura crítica sobre a história do Brasil. Nesse sentido, a escola homenageou Maria, Mahin, Marielle e Malê, mulheres que marcaram a história brasileira pela resistência e atuação política.

Camila Borges Machado, Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Endereço para correspondência: Universidade Federal de Juiz de Fora, Rua José Lourenço Kelmer, S/n, Martelos, Juiz de Fora/MG. CEP 36.301.160. Telefone: (32) 21023102. Email: psicamilabm@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9378-6713>

Fernando Santana de Paiva, Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é Professor de graduação e pós-graduação de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Email: fernandosantana.paiva@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6030-9777>

Recebido em 29.jun.20
Revisado em 19.out.22
Aceito em 06.dez.22

O trabalho com famílias em situação de violência intrafamiliar no CREAS: O ponto de vista de profissionais psicólogos

Caroline Pöttker. Universidade de Cruz Alta

Dorian Mônica Arpini. Universidade Federal de Santa Maria

Catheline Rubim Brandolt. Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Maria

Resumo

Este artigo buscou compreender como profissionais de psicologia inseridos nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) percebem sua atuação nas situações de violência intrafamiliar. Foram realizadas entrevistas com 12 psicólogos que trabalham nesses centros, em 7 municípios do interior do Rio Grande do Sul. O material foi analisado a partir da análise qualitativa proposta por Minayo (2012) e os resultados evidenciaram que o trabalho desenvolvido nos CREAS apresenta diversos desafios, dentre eles: a compreensão de que a forma de trabalhar tem relação com o entendimento acerca da distribuição de responsabilidade, especialmente entre Estado e família, oscilando entre uma perspectiva familista e protetiva, não havendo uma forma única que generalize algo tão complexo como a violência intrafamiliar. No entanto, estratégias de enfrentamento foram mencionadas, dentre elas a educação permanente e a discussão de casos, ambas fomentam diálogo e reflexão ampliando o conhecimento, auxiliando a tomada de decisão.

Palavras-chave: família, política pública, assistência social, psicologia.

Abstract

Working with families with intrafamily violence in CREAS (Reference Centers Specialized in Social Assistance): Psychologists' perspective. This article aimed to comprehend how psychologists working in *Centros de Referência Especializado de Atenção Social - CREAS* (Brazilian Reference Centers Specialized in Social Assistance) perceive their practice in intrafamily violence situations. There were performed 12 interviews with psychologists that work in those centers, in 7 counties across the state of *Rio Grande do Sul*. Data were analyzed through the qualitative analysis proposed by Minayo (Minayo, 2012) and the results demonstrated that the work developed in CREAS presents several challenges, such as: the comprehension that the work has to deal with the understanding of the responsibilities distribution, especially between State and Family, varying between a familiar and protective perspective, having no unique way that generalizes something as complex as intrafamily violence. Nevertheless, strategies of confrontation were mentioned, such as permanent education and case discussions, both encourage dialogue and reflection, widening knowledge, which helps on decision making.

Keywords: family, public policies, social assistance, psychology.

Resumen

El trabajo con familias en situación de violencia familiar en CREAS (Centros de Referencia especializados en Asistencia Social): El punto de vista de psicólogos. Este artículo tuvo como objeto comprender cómo los psicólogos de los *Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS* (Centros de Referencia Especializados en Asistencia Social), perciben sus prácticas en situaciones de violencia familiar. Fueron hechas 12 entrevistas con psicólogos trabajadores de esos centros, en 7 municipios de la provincia de *Rio Grande do Sul*. Los datos fueron analizados según el análisis cualitativo de Minayo (Minayo, 2012). Los resultados apuntan a que el trabajo desarrollado en CREAS presenta varios desafíos como: la comprensión de que la manera de trabajar se relaciona al entendimiento sobre la distribución de responsabilidad, sobre todo entre Estado y Familia, variando entre una perspectiva familiar y protectora, no teniendo una manera que generalice algo tan complejo como la violencia familiar. Sin embargo, estrategias de enfrentamiento fueron planteadas, como la educación permanente y la discusión de casos, que estimulan el diálogo y reflexión, ampliando el conocimiento y favoreciendo la toma de decisiones.

Palabras clave: familia, políticas públicas, asistencia social, psicología.

Os direitos humanos fundamentais são aqueles que pertencem ou deveriam pertencer a todas as pessoas. No Brasil, parte deles são chamados de direitos sociais e constam no Art. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sendo: “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados”. Tais direitos têm a pretensão de proteger e promover o ser humano, proporcionando melhores condições de vida à população, mediante a universalização do acesso e garantias a determinados direitos. No entanto, não basta apenas a previsão ou positividade desses direitos, o que aliás já existe no país. É necessário que haja um processo de efetivação destes, sendo que o Estado é o sujeito de Direito capaz de produzi-los e efetivá-los (J. E. S. Santos, Calsing, & Morais, 2017).

Nessa perspectiva, a Política de Assistência Social começa a ser alicerçada quando passa a fazer parte do tripé da seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência, sendo destinada àqueles que dela necessitem, sem a exigência de contribuição (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). Diante disso, o seu público alvo corresponde a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social, e por objetivo o enfrentamento dessas situações por meio da garantia e universalização dos direitos sociais (Ministério do Desenvolvimento Social [MDS], 2005). Assim, a Assistência Social configura um importante meio de acesso aos direitos sociais básicos (Cavagnoli & Guareschi, 2018).

Essa política organiza-se a partir de níveis de Proteção Social: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), esta última, por sua vez, é subdividida em alta e média complexidade. Como um dos serviços da média complexidade, destaca-se o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o qual tem por objetivo reconstruir vínculos rompidos ou fortalecê-los, buscando que as violações de direitos, dentre elas as situações de violência intrafamiliar, sejam enfrentadas (MDS, 2005, 2011).

Nas orientações para o trabalho no CREAS, as violações de direitos aparecem mais exemplificadas do que conceituadas. Por esse motivo, tomaremos o conceito de violência adotado no âmbito da saúde, o qual refere que a violência consiste em ações humanas individuais, de grupos, de classes, de nações que ocasionam a morte de seres humanos ou afetam sua integridade e saúde física, moral, mental ou espiritual (Ministério da Saúde [MS], 2001). Quando se refere a relações de

abuso praticadas no contexto privado da família, contra qualquer um de seus membros, tem-se uma situação de violência denominada intrafamiliar (MS, 2001).

A partir disso, cabe aos profissionais da Assistência Social procurar inserir essas famílias nas redes sociais secundárias (organizações do poder público e da sociedade civil), com a busca de sua proteção e o fomento de processos emancipatórios (Gueiros, 2010). Tendo por objetivo, o enfrentamento de tais violências, para que sejam cessadas ou diminuídas (MDS, 2011, 2016a).

Considera-se, ainda, que as desigualdades características da estrutura social aumentam as pressões sobre as famílias, que precisam encontrar alternativas de sobrevivência, as quais por vezes podem colocar em risco seus membros (MDS, 2005). Deste modo, ao compreender as tensões a que estão submetidas as famílias, a política buscará estimulá-las a organizarem-se como unidades de referência e lugar de proteção para seus membros, administrando seus riscos e supostos déficits. Porém, esse investimento na família como local privilegiado para solucionar seus problemas, reconhecidamente (re)produzidos no/pelo social, pode intensificar uma lógica de responsabilização da família. Tal pressuposto reafirma a perspectiva neoliberal, em que o Estado (e suas políticas públicas) busca assumir o mínimo de responsabilidade sobre o bem-estar social, priorizando os interesses econômicos ao invés dos direitos fundamentais (Cavagnoli & Guareschi, 2018).

Desta forma, parecem existir contradições na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e no modo como a família é incorporada, ora como sujeito de direitos, ora como agente de Proteção Social de seus membros, podendo embasar práticas que promovem a proteção e emancipação, ou o seu inverso: as que reforcem a lógica do controle do Estado sobre as famílias, com reiteração de práticas de caráter disciplinador (Carvalho & Teixeira, 2019; Mioto, 2010). Assim, a materialização da PNAS dependerá da interpretação dos seus trabalhadores a respeito dos documentos norteadores de sua prática, da compreensão que desenvolverão sobre o objetivo de sua atuação e da forma como entendem que podem intervir em determinada situação. Nessa direção, Andrade (2018) menciona como esse entendimento e reflexão sobre a política e seus programas/serviços contribuem para o questionamento a respeito do papel dos trabalhadores, bem como do encontro destes com os usuários, e das intervenções propostas em prol da construção da autonomia.

Nesse contexto, torna-se pertinente levar em conta que a psicologia é a segunda profissão com maior representatividade no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Brandolt, Silva, Coelho-lima, & Motta, 2020) e nos CREAS (MDS, 2018). No entanto, a formação acadêmica ainda desenvolve pouco os conhecimentos e habilidades necessários para o trabalho nas políticas públicas (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2016; Oliveira, 2017).

Ainda nessa conjuntura, os psicólogos se depararam com um dos eixos estruturantes da gestão do SUAS, a matricialidade sociofamiliar (MDS, 2005). A centralidade na família, ou matricialidade sociofamiliar, tem sido pauta de intenso debate, uma vez que se compreende que há diferentes instâncias encarregadas pela provisão do bem-estar social, a saber: o Estado, a família e o Mercado. A partir disso, diferentes concepções teórico-metodológicas debaterão a forma como a responsabilidade será dividida entre essas três instâncias. Isto poderá influenciar na vida da população (Mioto & Campos, 2016), uma vez que faz emergir, nos profissionais que materializam essas políticas, formas por vezes distintas de pensar e realizar o trabalho, pois a interpretação desse debate é permeada também pela subjetividade e valores de cada trabalhador. Assim, por meio de entrevistas realizadas com psicólogos trabalhadores dos CREAS, procurou-se compreender como estes profissionais percebem a sua atuação nas situações de violência intrafamiliar.

Metodologia

Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo, a qual adotou como perspectiva epistemológica o Paradigma da Complexidade, uma vez que este preconiza o senso do caráter multidimensional de toda a realidade (Morin, 2011). O estudo foi realizado em sete unidades de CREAS de diferentes municípios do interior do estado do Rio Grande do Sul, que foram selecionados por critério de conveniência, considerando a distância física entre eles. Foram entrevistados 12 psicólogos que estavam atuando nos CREAS. Em relação ao instrumento e aos procedimentos para a coleta das informações, foi utilizada uma entrevista semiestruturada norteada por um roteiro que possibilitou flexibilidade na sua condução, uma vez que os participantes tinham papel ativo no processo.

Para a realização das entrevistas foram agendados encontros nos locais de trabalho dos profissionais que aceitaram participar do estudo, em local adequado e resguardado o sigilo. Salienta-se que todas as

entrevistas foram precedidas de explicação e esclarecimentos, e após a leitura e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas tiveram duração de aproximadamente uma hora, foram gravadas em áudio e depois transcritas integralmente. A fim de garantir o anonimato e sigilo, foram adotados nomes fictícios como estratégia de não identificação dos participantes. Cabe ressaltar que o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade na qual as pesquisadoras estão vinculadas sob parecer CAAE 10773219.0.0000.5346.

Para análise dos dados optou-se pela proposta de Análise qualitativa do material (Minayo, 2012), quando, a partir da análise das entrevistas, emergiram as temáticas centrais que se relacionavam com o objetivo da pesquisa, as quais foram interpretadas a partir da discussão de referências teóricas relacionadas a cada uma delas. Sendo assim, ao longo do artigo serão exploradas duas categorias: “Violência intrafamiliar e os desafios para seu enfrentamento” e “Estratégias utilizadas por psicólogos nos CREAS” as quais foram construídas a partir do procedimento de análise, não sendo definidas a priori.

Resultados e discussões

Violência Intrafamiliar e os Desafios para seu Enfrentamento

O presente estudo buscou trabalhar mais especificamente sobre a demanda de violência intrafamiliar atendida nos CREAS. Nesse sentido, torna-se pertinente refletir sobre o que os profissionais participantes compreendem a respeito da temática. A fala a seguir nos permite uma compreensão, ilustrando tal aspecto: “É todo e qualquer tipo de desentendimento, dificuldade de comunicação, violência, mesmo, física, a psicológica também. Que acontecem na maioria das famílias, e muitas delas nem chegam até aqui... independente de classe social” (Antonella).

A participante mencionada traz um fator relevante no momento em que refere que a violência intrafamiliar tem grande prevalência (MS, 2001). No entanto, muitas delas não chegam aos serviços públicos, apontando que, apesar de haver um esforço no sentido de tornar obrigatórias as notificações de violência e haver um crescimento nesse sentido, essas ainda são subnotificadas e se constituem num desafio no Brasil (Assis, Avanci, Pesce, Pires, & Gomes, 2012; Cezar, Arpini, & Goetz, 2017). Além do mais, reitera-se que a violência intrafamiliar atinge todas as classes sociais e assume

diversas formas (Deslandes & Barcinski, 2010). Os participantes ressaltam a diversidade das formas de violência, concatenando-as com as relações de poder e pontuando que a mesma traz consequências para todos os membros, inclusive para aqueles que “apenas” a testemunham: “A gente, geralmente, inicia os atendimentos dando ênfase às crianças, ou adolescentes, mas no atendimento tu vai ver que toda essa família passou pela violência” (Tábata).

Neste sentido, compreende-se que as situações de violência contra a mulher, por exemplo, surgem associadas a outras demandas de atendimento do CREAS, especialmente àquelas focadas nas questões dos filhos (Grossi, Coutinho, & Bitencourt, 2015). Além disso, observa-se que a violência na família é um fenômeno complexo, multifacetado e transversal, que afeta vários de seus membros, à medida que inclui em suas vivências todos que convivem na mesma casa, de maneira que seu efeito dependerá do papel que cada membro ocupa na estrutura familiar (P. I. Santos, Nunes, Silva, & Brito, 2013). Por certo, traz consequências para as mais diversas áreas da vida e da sociedade, ao passo que se constitui em “sério problema de saúde, grave obstáculo para o desenvolvimento social e econômico e uma flagrante violação aos direitos humanos” (MS, 2001, p. 10).

Considerando as peculiaridades da violência intrafamiliar e suas múltiplas formas, é necessário, porém complexo, propiciar aos usuários espaços e oportunidades de escuta, reflexão, bem como encaminhamentos para sua inclusão na rede de Proteção Social, de modo a contribuir efetivamente para a superação da situação vivida, a qual, muitas vezes, está relacionada, dentre outros aspectos, à falta de acesso a serviços e direitos assegurados nas normativas vigentes (MDS, 2011). A seguir, destacamos uma fala, na qual tal questão foi mencionada pela participante.

Nós atendemos o mesmo público em determinados, em momentos da vida diferentes, então a gente atende a criança, o adolescente, quando vê vai atender pessoas em situação de rua que eram essa criança e esse adolescente que nós não demos conta. Que a gente não conseguiu. Nós não, mas toda, toda uma falha das políticas públicas. (Marta)

A partir da fala da participante é possível inferir que, em algumas situações, se não houver um suporte adequado do Estado para que a família possa dar conta dos seus conflitos, interrompendo um ciclo de violências, ela irá se perpetuar. Dessa forma, é necessário refletir a respeito da falta de referências, no que

se refere ao atendimento psicossocial, e a constante ênfase em documentos que afirmam que não se devem realizar atendimentos clínicos no CREAS (CFP, 2016; Gomes, Chaud, & Kluge, 2020; Nascimento & Moraes, 2020). Contudo, questionamentos apontam se o distanciamento dessa atuação clínica não poderia levar a um afastamento do profissional da psicologia da sua habilidade de olhar para a subjetividade dos sujeitos. Nessa direção, indaga-se se não caberia ao psicólogo sentir-se autorizado a afastar-se brevemente das necessidades materiais e de resolução de risco, para compreender histórias e com isso ampliar possibilidades de compreensão, buscando encontrar a potência dos sujeitos (Susin & Poli, 2012), este poderia ser o diferencial para a não perpetuação das situações de violência. Pois a falta desse suporte e de uma reflexão a partir da escuta dos sujeitos, pode levar os profissionais a possivelmente reencontrar os membros dessas famílias em outros períodos das suas vidas, como refere a participante a seguir: “A impressão que eu tenho é que são vivências que vão passando de geração para geração” (Penélope).

Com base nisso, percebe-se que quando a violência ocorre de forma constante no ambiente familiar, esta adquire caráter transgeracional, sendo repetida em suas novas formações familiares. Entende-se que a criação em um ambiente permeado pela violência pode tornar o sujeito mais agressivo em relação às pessoas em posição de autoridade e aos seus pares, na medida em que não adquiriu outras habilidades relacionais (P. I. Santos et al., 2013). Por essa razão, caberá um exercício de maior reflexão a respeito de qual trabalho as políticas públicas, como representantes do Estado, poderão oferecer.

Nesse sentido, cabe considerar que em 1990 a Convenção sobre os Direitos da Criança trouxe, em seu texto, a família como grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o crescimento e bem-estar de seus membros e que, por este motivo, deve receber proteção e assistência necessárias a fim de assumir plenamente suas responsabilidades no seio da comunidade (Decreto nº 99.710/1990). Trecho que poderia dar o entendimento de que seria a família a única ou maior responsável pelo bem-estar de seus membros. No entanto, em 2016 o MDS traz de forma mais contundente que não haveria mais sustentação para concepções que apostariam na família como principal fonte de provisão do bem-estar social (MDS, 2016a).

E, nessa perspectiva, o participante a seguir refere compreender que a família seria o primeiro lugar a dar conta da proteção e desenvolvimento de

seus membros; entretanto, pondera que ela também é permeada por situações que, por vezes, seguem na contramão dessas demandas.

A família, no meu entender (...) é o primeiro lugar de proteção digamos, para o desenvolvimento do ser humano (...), mas a gente sabe que ela também gera, pela própria convivência, situações que às vezes são contrárias a esse desenvolvimento. A gente não pode pensar numa visão utópica de família assim, uma visão... romanceada da família, a gente sabe que ela tem também os seus problemas, os seus defeitos. (Carlo)

Com efeito, considera-se que o contexto familiar é um espaço contraditório e marcado por conflitos, os quais podem se tornar violentos, estabelecendo-se, assim, uma situação de violência intrafamiliar (MDS, 2009). Estas são as situações que chegam no CREAS para acompanhamento, sendo necessário um posicionamento do profissional diante da demanda, se é o caso de ser inserida, permanecer ou não, em acompanhamento pelo serviço. Para esse posicionamento não há uma forma única, e parece que não seria bom que houvesse, pois generalizar algo tão complexo como a violência intrafamiliar poderia desconsiderar a variedade de seus possíveis contextos. Para elucidar a questão, toma-se a fala de uma das participantes em um momento de avaliação da demanda: [é desligado do CREAS] “Quando a gente verifica que, no momento não tem mais uma situação de risco, para aquela pessoa que foi a vítima (...) mas a gente sabe, que daqui a pouco pode ser que retorne essa família” (Celeste).

Ao final de sua contribuição, a participante reconhece que, apesar de perceber que naquele momento não estariam mais ocorrendo violências, ela pode se fazer presente novamente, por entender que a família é dinâmica, podendo retornar a pontos de conflito e violência. Assim, nem sempre é simples decidir se a família continua tendo uma “situação de risco pessoal e social” (MDS, 2005, 2011) para permanecer em acompanhamento pelo CREAS. Dessa maneira, alternativas precisam ser construídas na busca da Proteção Social, foco da Assistência Social. À vista disso, aponta-se a continuidade da entrevista da participante, a qual exemplifica que, em seu trabalho, quando há o desligamento de uma família do CREAS, organiza-se para que permaneça inserida em outros serviços da rede.

[quando entende-se] que a violação de direito conseguiu ser cessada, rompida.

Então a gente encaminha para Ministério Público e é desligada aqui do serviço. Mas não necessariamente desligada da rede de atendimento. O CRAS [Centro de Referência de Assistência Social] continua dando suporte, se às vezes vai para atendimento psicológico na saúde, também continua participando e o Ministério Público às vezes não arquiva de imediato, e pede para o Conselho Tutelar monitorar para verificar se a família continua, protegendo a criança. (Celeste)

Destaca-se que a participante refere dois olhares para a situação familiar, um deles é o de “promoção dos direitos”, que é oferecido pelas políticas públicas. Neste caso, ela aponta a Assistência Social e a Saúde, visto que tais políticas atuam como Proteção Social à família, a fim de que suas forças não se esgotem (Assis, Fonseca, & Ferro, 2018; MDS, 2016a), o que poderia recair em nova violação de direitos. Cita, ainda, o olhar de “defesa dos direitos”, neste caso dirigido ao Ministério Público em atuação com o Conselho Tutelar. Estes “olhares” apontados são definidos como dois dos eixos estratégicos de ação do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e dos Adolescentes (Resolução nº 113/2006). No excerto em análise, reconhece-se que haveria a distinção desses papéis, o que colabora positivamente para que não recaia sobre os profissionais do SUAS a execução de processos de responsabilização ou investigação, pois estes extrapolam os limites de sua atuação, uma vez que podem fragilizar ou inviabilizar o caráter protetivo do sistema (CFP, 2016; MDS, 2016b).

Assim, considerando que a Assistência Social como política pública objetiva, por meio da Proteção Social, empreender esforços para garantir e promover o acesso aos direitos sociais do seu público alvo, a fim de que lhes seja garantido o estado de bem-estar social, faz-se pertinente a reflexão a respeito da distribuição de responsabilidades entre Mercado, Estado e família, no que se refere a este bem-estar social. Para isso, destaca-se um excerto para discussão:

Hoje é muito comum, os pais entregarem os seus filhos ou os pais abrirem mão de ficarem com os seus filhos... Se não tem vínculo, ou tem vínculos muito enfraquecidos, eu acho que é muito fácil de existir uma situação de violência. Tanto a questão da fragilização dos vínculos como a questão da desresponsabilização das famílias com os seus. Desde com os seus, crianças, adolescentes, como os seus idosos também. (Ionara)

Com base nesse trecho, pode-se pensar na perspectiva da família com uma concepção naturalizada

de obrigações e papéis familiares, sobre a qual recairia a responsabilidade maior, de forma que o Estado exerceria uma forma de compensação a partir de sua falência nas provisões necessárias aos seus membros. No entanto, compreende-se que as transformações pelas quais passam as famílias, ao mesmo tempo em que possibilitam uma maior convivência entre gerações, pela maior expectativa de vida, em contrapartida provocam a fragilização dos vínculos familiares e maior vulnerabilidade delas no contexto social, especialmente pela redução do tamanho das famílias e dos processos de empobrecimento e desterritorialização (Mioto, 2010).

Nesse contexto, reconhecer as famílias reinventadas, nas quais o casamento legal já não é a fonte primária de compromissos e cuidados entre os membros é o que dará sustentação às políticas protetivas ou para a família. Pois, considerando que nestes casos a necessidade de Proteção Social pode crescer, buscar-se-ia novas articulações entre Mercado, família e Estado, sendo que este último assumiria maior responsabilidade pelo bem-estar social, o que seria fundamental para a preservação da convivência e do bem-estar das famílias (Mioto & Campos, 2016).

Além disso, é pertinente considerar que na PNAS existe uma incongruência entre a presença simultânea da concepção de cidadania, que implica na titularidade individual e intransferível de direitos, com uma perspectiva de garantia de direitos filtrada pela dependência, que é permeada pela solidariedade familiar (Mioto & Campos, 2016), a qual aparece nesta fala: “Ou seja, ninguém mais se responsabiliza por aquilo que é do outro. Tem uma questão que é muito individualista, ou seja, são as minhas questões, o que eu quero pra mim, as minhas escolhas, independente do outro” (Ionara).

A profissional expressa que nas famílias, por vezes, haveria a busca da individualidade, inexistindo desejo de exercer a solidariedade familiar. Nesse caso, é pertinente questionar até que ponto se possibilita uma política pública capaz de garantir direitos individualmente a seus cidadãos. À vista disso, a participante a seguir reflete sobre a função da família permeada pelas mudanças que algumas delas vivenciam:

A questão de suprir, de manter, de prover, de dar segurança... De oferecer um lar, de cuidado, de proteção, acho que toda essa coisa do laço, que envolve. Esse fornecimento da sensação de pertencimento... Da pessoa, do acolhimento em si. E talvez por isso que as nossas famílias, elas sejam tão mutantes e tão rápidas, porque essa sensação de

pertencimento, também, ela é muito... Ela muda muito rápido, (...). (Marta)

A mesma participante sustenta que nessas situações a Assistência Social assumirá uma maior responsabilidade. E acrescenta que, se o conjunto de políticas públicas não acolher esta responsabilidade, o Estado permanecerá falhando na provisão do bem-estar em tais situações. Como aponta o trecho abaixo:

No nosso caso, mais uma vez, na questão da assistência, muitas vezes o que seria papel da família, por falha dessas políticas públicas anteriormente, o Estado acaba por ter que suprir essas carências que deviam ser da família. Do cuidado, da tutela, da orientação... Da educação... E isso falha e falha de novo. Falha no final, falha no meio. (Marta)

Com base nestes trechos, percebe-se uma tendência dos profissionais em colocar sobre a família um papel central na provisão do bem-estar de seus membros e, em razão disso trabalhariam sob uma perspectiva familista, onde a política pública, por meio de seu trabalho, atuará apenas de forma compensatória, em decorrência da falência da família em dar conta de seus problemas de sobrevivência (Mioto, 2010; Mioto & Campos, 2016). Entretanto, há também a percepção das participantes sobre o aumento crescente da vulnerabilidade das famílias associadas às mudanças e as transformações sociais, que acarretam mudanças rápidas e profundas contradições nas maneiras de viver da população, o que vem a relacionar-se com a perspectiva protetiva. Percebe-se assim, certa oscilação entre as perspectivas familista e protetiva, por vezes alternando-as.

Diante do exposto, compreende-se que a forma de trabalhar com as famílias na Assistência Social, mais especificamente no CREAS, terá relação com o entendimento dos profissionais a respeito da distribuição de responsabilidades, especialmente entre Estado e família, na provisão do bem-estar de seus membros. Isso porque, ao considerar que a família tenha maior responsabilidade sobre a proteção de seus membros, é concebível atribuir a este profissional que a atende o papel de apenas “cobrar” tal responsabilidade, por meio da orientação de que não deve recorrer à violência como forma de enfrentar seus conflitos e de que a família deve buscar outras alternativas para enfrentá-los. No entanto, quando se considera que existem fatores históricos e contextuais que pressionam essa família e que sozinha ela talvez não dará conta de suas necessidades de bem-estar, o Estado (por meio das políticas

públicas) poderia assumir uma maior responsabilidade, tanto na efetivação do acesso a serviços necessários quanto no trabalho com a família (Miotto & Campos, 2016).

Estratégias Utilizadas por Psicólogos nos CREAS

O trabalho do CREAS é realizado com o objetivo de desenvolver “estratégias de atenção sociofamiliar que visem a reestruturação do grupo familiar e a elaboração de novas referências morais e afetivas, no sentido de fortalecê-la para o exercício de suas funções de proteção básica” (MDS, 2005, p. 37). A respeito desse ponto, os participantes referem o quanto torna-se desafiador este trabalho: “Elas não sabem funcionar de outra forma, e aí entra o nosso desafio, como é que você vai ensinar um novo funcionamento? [...] Diante daquela realidade que, daqui a pouco, quantas gerações já viveram” (Penélope). Aqui cabe, refletir sobre as expressões “estratégias ... que visem a reestruturação do grupo familiar” (MDS, 2005, p. 37) e “ensinar um novo funcionamento” (Penélope). Pois, pode-se pensar a partir de uma normatização da vida familiar, onde, a partir dos profissionais, o Estado poderia exercer controle sobre as famílias a partir de práticas disciplinadoras; ao invés de buscar práticas que promovam a proteção, através da garantia dos seus direitos básicos, e a participação cidadã das famílias, possibilitando assim novas formas de enfrentamento às situações vivenciadas (Miotto, 2010).

Destaca-se, ainda, que para escutar tais situações, e mesmo para compreendê-las, se faz necessário um profissional acolhedor, que esteja atento à história de vida das famílias e tenha vínculo com elas (CFP, 2016). Sendo fundamental que estes trabalhadores possam buscar o desenvolvimento de uma política pública “para as famílias” onde se possa encontrar uma maior participação do Estado nas necessidades das mesmas, ao invés de uma “política de família” voltada a “intervir na modelação de estruturas familiares, a partir de um modelo ideal” (Miotto & Campos, 2016, p.175), pois entende-se que somente assim, as pessoas poderão sentir-se à vontade para compartilhar com o profissional situações de violência que fazem parte de seu contexto, como foi percebido pela participante Marta em determinada situação:

E foi, foi chocante o que a gente percebeu, é que todas tinham sofrido violência ao longo da vida e aquilo era algo muito comum, muito normal, muito naturalizado, inclusive a violência sexual. Então isso nos chocou muito... Até que ponto fazer um trabalho de reelaborar, de cortar esse ciclo de violência, se é algo que tá tão... Tão amarrado, tá tão presente, tão... Internalizado, nas relações, nas práticas. (Marta)

Além disso, para buscar a compreensão das situações de violência, é necessário chamar a atenção para o contexto social (CFP, 2016) no qual a família está inserida. Visto que, existem fatores externos que implicam nas situações que ocorrem dentro das famílias, como menciona o participante: “São fatores multi. Muitas vezes uma violência pode acontecer numa família por negligência do próprio Estado. De fatores fora da família também” (Carlo).

Assim, o profissional precisa manter-se atento e considerar as pressões que têm origem nas desigualdades da estrutura social (MDS, 2005). Além do mais, sua atuação e intervenção profissional devem levar em consideração o território dos usuários que acompanham, buscando conhecer a sua história, aspectos geofísicos, estruturais, sociopolíticos, além das necessidades daqueles que ali habitam (CFP, 2016; MDS, 2011; Oliveira, 2017). Nesse sentido, as necessidades geralmente superarão as possibilidades de intervenção da equipe técnica do CREAS, razão pela qual uma das atribuições do CREAS é a articulação com a rede socioassistencial e a interlocução com outras instituições (MDS, 2011, 2016b; Resolução nº 113/2006).

Nessa perspectiva, ressalta-se que os profissionais do CREAS não devem ocupar lacunas provenientes de atendimentos que devem ser ofertados por outras políticas públicas da rede, tornando-se necessário o correto encaminhamento para outros serviços ou instituições, uma vez que essas demandas transbordam o trabalho do CREAS (MDS, 2011, 2016b). Entretanto, nem sempre esse posicionamento diante das solicitações de outros colegas ou instituições será simples, como demonstra a participante:

Conforme quem está, de coordenador ou de secretário da pasta se tem um certo receio do judiciário e quer obrigar os profissionais a fazer atribuições que não são da competência daquele serviço. E outros já compreendem, respeitam o entendimento do profissional e daí bancam junto com os outros órgãos, o que é atribuição ou não. (...). (Celeste)

Nestas situações, percebe-se a evidente importância do trabalho do Órgão Gestor da Assistência Social, tanto no fortalecimento dos seus trabalhadores no que se refere às suas atividades, quanto no processo de articulação com a rede intersetorial e interinstitucional, especialmente no que diz respeito a definição de protocolos, fluxos e pactuações (CFP, 2016; MDS, 2016b; Resolução nº 113/2006). Nesse contexto, a interlocução dos trabalhadores com o Órgão Gestor da Assistência

Social, constitui-se em um importante dispositivo para a efetivação da política pública.

Tendo em vista o exposto, considera-se pertinente aos psicólogos que atuam nos CREAS uma prática em constante reflexão, pois entende-se que a subjetividade dos profissionais envolvidos em cada situação e, invariavelmente, de outras políticas e instituições que também acompanharão tais famílias interferirá nos diversos acompanhamentos que serão propostos. Além do mais, deve-se levar em conta que os documentos oficiais não têm um caminho teórico e metodológico apontado ou mesmo especificado para ser seguido. No entanto, em decorrência do exercício reflexivo e da prática de diálogo entre os profissionais, novas possibilidades podem emergir.

Nessa lógica, podemos considerar que a educação permanente pode proporcionar momentos não somente para absorver novos conhecimentos, mas também para refletir sobre a prática do trabalho e promover a interação entre os profissionais. Isto posto, questionou-se aos psicólogos a respeito da participação em capacitações, sendo que a maior parte deles referiu que pouco participam, o que vem ao encontro dos dados apresentados no CensoSUAS 2017 CREAS (2018), o qual expõe que menos de 50% das equipes foram alcançadas pelo CapacitaSuas. Assim, considerando-se que o questionamento do Censo se refere às equipes, e, se somente um dos membros participou de alguma capacitação, a unidade de CREAS à qual pertence já pode responder de forma positiva ao questionamento. Pode-se inferir que, do total dos trabalhadores da política, o percentual sem acesso às capacitações pode ser ainda maior. Além disso, os participantes mencionam que o acesso às capacitações está associado à importância que a gestão atribui à educação permanente, como menciona a participante: “A gente sabe que tem a política do SUAS que coloca a formação continuada, mas dependendo muito do entendimento da gestão que está no momento... então, é muito mais eu fui atrás do que foi proporcionado pela prefeitura” (Celeste).

Percebe-se assim, que a busca pelo conhecimento parece não possuir um direcionamento por parte da gestão da Assistência Social nos municípios pesquisados, o que contribui para que recaia predominantemente sobre os profissionais a responsabilidade pelo seu processo de capacitação para o trabalho. Este aspecto foi apontado em trabalhos que discorrem sobre a precarização do trabalho na Assistência Social, principalmente quando associado à terceirização dos vínculos de trabalho (Brandolt et al., 2020). No caso do presente

estudo, percebe-se que há uma tendência a manter-se os vínculos de trabalho de forma mais consolidada. Entretanto, parece que a precarização do trabalho, relacionada à formação dos trabalhadores ainda está presente, como também apontado em pesquisa realizada nos CREAS de Santa Catarina (Gomes et al., 2020), havendo assim, um longo caminho a percorrer no seu enfrentamento. Nesse contexto, foi possível perceber a busca de estratégias dos profissionais no desenvolvimento de suas habilidades, constituindo um exemplo o acolhimento de estagiários no serviço, como mencionado a seguir: “Então tem estágio de psicologia, tem estágio de serviço social (...) e a gente sempre pede: nós queremos um *feedback* disso.” (Ísis).

Essa atuação é prevista desde que o estagiário seja supervisionado por um técnico de nível superior na instituição (MDS, 2011). Assim, a presença deles no serviço pode ter uma dupla contribuição, à medida que proporciona tanto um *feedback* às equipes, conforme mencionado pela participante, como poderá constituir-se em uma experiência para a formação do acadêmico, oportunizando conhecer o SUAS e a atuação profissional ainda na graduação.

Outra prática identificada no estudo, e esperada para os profissionais do CREAS, é a discussão de casos (MDS, 2011). Pois, sendo um momento de estudo e reflexão, constitui-se em ferramenta para a formação dos profissionais. Tal aspecto pode ser contemplado na fala da participante a seguir:

É nos intervalos do atendimento, termina um atendimento, geralmente, a dupla que tá senta “bah, que que tu achou do atendimento, que que tu observou”? E daí a gente pontua num relatório. “Que que tu acha de nós trabalhar sobre tal coisa”? “Não, eu também percebi isso”. É, é... Tipo, o estudo de caso vem, geralmente, depois do atendimento. (Tábata)

O estudo de caso pode envolver somente a equipe ou outros profissionais que acompanham a situação, tendo por objetivo estudar, analisar e avaliar as particularidades e especificidades das situações atendidas, de modo a ampliar a compreensão e possibilitar a definição de estratégias e metodologias de atendimento mais adequadas (CFP, 2016; MDS, 2011). Compreende-se, assim, que as discussões de casos em equipe, bem como o próprio exercício da pesquisa, através das entrevistas, podem contribuir para a formação dos profissionais, uma vez que tais oportunidades de fala e reflexão possibilitam problematizar as práticas de trabalho, afirmando a possibilidade de mudanças,

de formação de novas composições e relações. Inclusive, essa reflexão aparece na experiência relatada por Gomes et al. (2019) sobre o curso de capacitação ofertado aos trabalhadores das políticas públicas de Santa Catarina, o qual viabilizou um lugar de fala, escuta e de trocas de experiências, bem como ampliação do conhecimento técnico. Logo, esses momentos são potentes para uma política em construção, uma vez que são geradores de perguntas, as quais podem ter capacidade de desnaturalização e desacomodação (Rosa & Amador, 2019). Destaca-se que algumas equipes parecem estar tendo êxito nesse exercício, o que pode ser percebido no relato que segue:

Mas a gente se questiona bastante. Então quando a gente tá fazendo algumas auto avaliações, a gente consegue ter uma relação de confiabilidade entre os técnicos (...). Acho que aqui não tem aquela coisa de que eu não posso mostrar fragilidade para o colega porque vai acontecer um problema, eu não sinto isso, ao menos, estou falando por mim. (Ísis)

Acrescenta-se que a discussão de casos nem sempre se dará no sentido de haver concordância de opiniões, mas sim no exercício de se questionar e refletir coletivamente. Isso pode ser percebido no relato de outra profissional: “Eu acho que é muito rica. Claro que, em muitos momentos a gente tem uma discrepância de ideias, e você tem que discutir, tem que ver o outro ponto de vista” (Penélope).

Nesse sentido, Rosa e Amador (2019) ao investigarem os modos de trabalhar e subjetivar nos CREAS, entendem que é possível atingir um plano de análise crítico-clínico no momento em que os trabalhadores têm a possibilidade de analisar suas atividades, por meio do debate de diferentes formas de trabalhar e de formular perguntas aos seus modos de trabalhar, inclusive em meio aos imprevistos e restrições com os quais se deparam na prática. Assim, no coletivo, tais problematizações podem ser potencializadas, produzindo novos modos de trabalhar, com regras pré-ordenadas coletivamente que nortearão a maneira de ação individual de cada trabalhador, possibilitando relativa segurança para exercer o seu papel (Nascimento & Moraes, 2020).

Dessa forma, considerando a complexidade da violência intrafamiliar e suas diversas motivações, histórias e contextos, entende-se que o exercício reflexivo decorrente de processos de educação permanente, que promovam a interação com colegas de profissão da mesma política, além dos espaços de discussão dentro da própria equipe, poderiam apontar caminhos para

não congelar conceitos ou pontos de vista. Destarte, o exercício de discussão e interlocução entre os saberes, incluindo o das famílias, poderia contribuir para melhor desenvolver o trabalho, possibilitando a criação de uma prática transdisciplinar, a qual expressa o desejo da interação entre as fronteiras dos saberes formais e informais, a partir do reconhecimento da existência de complexas pluralidades no mundo da vida (Moreira, Rena, Bolaños, & Oliveira, 2019).

Considerações finais

Este estudo buscou compreender a percepção dos psicólogos quanto à sua atuação nas situações de violência intrafamiliar, e, nesse sentido, não se encontrou uma resposta clara e uniforme, embora tenha sido possível refletir e desenvolver algumas elaborações. O trabalho na PNAS parece ser uma constante tomada de posição, ainda mais quando se trata do CREAS, por ser este um serviço que trabalha com famílias e indivíduos em situação de risco por violação de direitos, sendo constante o exercício reflexivo.

Nesse sentido, a psicologia, que constitui uma profissão que historicamente trabalhou com a subjetividade sem necessariamente tomar como referência o contexto social, acaba por enfrentar certos desafios, principalmente no que se refere a considerar o cenário e não individualizar questões que precisam ser compreendidas socialmente. Com efeito, a subjetividade dos profissionais, construída ao longo de sua formação e também de sua história pessoal, principalmente no que se refere ao quanto acreditam que seja responsabilidade da família o bem-estar social de seus membros, parece implicar diretamente no trabalho que desenvolvem.

A partir da compreensão de que as tomadas de decisão são muito presentes na atividade do profissional que atua no CREAS, além de perceber-se que as normativas e legislações que deveriam trazer um direcionamento para o trabalho por vezes deixam lacunas abertas, esses posicionamentos dos profissionais acabam por ser colocados, muitas vezes, em cheque. De fato, para a mesma decisão pode haver incentivos e apoio, ou críticas contundentes, ambos com certo embasamento normativo.

Dessa forma, percebe-se que a prática do diálogo exercida com constância pode constituir-se como uma das possibilidades de educação permanente, além de potencializar a efetividade da política pública. Nesse sentido, identificou-se que existem esforços por parte dos profissionais na busca por estratégias para

promover espaços de diálogo e permanecer neles apesar das diferenças, o que parece apontar um caminho para a reflexão da prática e o planejamento em conjunto do trabalho a ser desempenhado. Assim, compreende-se que a discussão de ideias em espaços colaborativos, nos quais os profissionais (tanto da área da psicologia, como de outras áreas que permeiam o trabalho no CREAS) possam se abrir ao novo, com a exposição, inclusive de suas diferenças, podem fazer emergir questionamentos e reflexões que ampliariam o olhar. Para isso, espaços de educação permanente, com envolvimento das equipes de gestão parecem ser uma alternativa.

Nesse contexto, a interlocução entre a subjetividade do trabalhador e o saber profissional (em suas diferentes disciplinas), o que, adicionalmente, inclui a escuta atenta e acolhedora do saber dos usuários e famílias a respeito de si, de suas histórias e do ambiente que os envolve, seria potente para novas construções. Esse diálogo pode ultrapassar as fronteiras do saber de cada um, de modo a transcender o entendimento individual e derrubar as barreiras de um saber único, criando um novo conhecimento a partir de um processo coletivo, contributivo e ao mesmo tempo singularizado.

Referências

- Andrade, J. L. P. (2018). *Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI): um espaço social para a construção de autonomia?* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte). Recuperado de <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B94JPF>
- Assis, S. G., Avanci, J. Q., Pesce, R. P., Pires, T. O., & Gomes, D. L. (2012). Notificações de violência doméstica, sexual e outras violências contra crianças no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(9), 2305-2317. doi: 10.1590/S1413-81232012000900012
- Assis, S. G., Fonseca, T. M. A., & Ferro, V. S. (2018). *Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos - fortalecimento da rede socioassistencial*. Brasília: Fundação Oswaldo Cruz/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.
- Brandolt, C. R., Silva, S., Coelho-lima, F., & Motta, R. F. (2020). Psicologia na assistência social e a atuação por via de contratos terceirizados. *Revista Psicologia: Organizações & Trabalho (RPOT)*, 20(2), 1033-1039. doi: 10.17652/rpot/2020.2.17987
- Carvalho, P. D. O., & Teixeira, S. M. (2019). Dimensão pedagógica da intervenção profissional no trabalho com famílias. *O Social em Questão*, 21(43), 303-324. Recuperado de <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=674&post%5Fdata=user%3Dnil%26UserActiveTemplate%3Dnil%26sid%3D58&sid=58>
- Cavagnoli, K. C., & Guareschi, N. M. F. (2018). Itinerários possíveis da política de assistência social: garantia de direitos e governamentalidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(1), 114-126. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000100007
- Cezar, P. K., Arpini, D. M., & Goetz, E. R. (2017). Registros de Notificação Compulsória de Violência envolvendo crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 432-445. doi: 10.1590/1982-3703001942015
- Conselho Federal de Psicologia. (2016). *Nota Técnica com Parâmetros para atuação das e dos profissionais de Psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*. Brasília, DF: Autor.
- Constituição da República Federativa do Brasil. (1988, 5 de outubro). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Decreto n. 99.710. (1990, 21 de novembro). Promulga a convenção sobre os direitos da criança. *Diário Oficial da União, seção 1*. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm
- Deslandes, S. F., & Barcinski, M. (2010). Família Contemporânea e Violência: significados e práticas de atendimento. In L. A. B. Trad (Org.), *Família Contemporânea e Saúde: significados, práticas e políticas públicas* (pp. 291-309). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Gomes, M. A., Chaud, L. P., & Kluge, B. (2020). A atuação das psicólogas no serviço PAEFI (Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) na região da Grande Florianópolis (SC). In L. C. E. C. Soares & L. E. Moreira (Orgs.), *Psicologia Social na trama do(s) direito(s) e da justiça* (pp. 79-105). Florianópolis: ABRAPSO.
- Gomes, M. A., Lima, A., Guerra, A. S., Corrêa, B., Nascimento, V. N., & Favaretto, V. (2019). Como lidar com os efeitos psicossociais da violência?: o curso de capacitação como um dispositivo clínico e político. In M. L. Lopodote, D. S. Mayorca, D. Negreiros, M. A. Gomes, & T. Tancredi (Orgs.), *Corpos que sofrem - como lidar com os efeitos psicossociais da violência?* (p. 392). São Paulo: Elefante.
- Grossi, P. K., Coutinho, A. R. C., & Bitencourt, J. V. (2015). Desafios do atendimento à mulher em situação de violência no âmbito dos CREAS. In Universidade Federal de Santa Catarina (Org.), *I Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais* (pp. 1-12). Florianópolis, SC: Autor. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180850>
- Gueiros, D. A. (2010). Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social. *Revista Katálysis Florianópolis*, 13(1), 126-132. doi: 10.1590/S1414-49802010000100015
- Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3). doi: 10.1590/S1413-81232012000300007
- Ministério da Saúde. (2001). *Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2011). *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2016a). *Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2016b). *Nota Técnica n.o 02/2016/ SNAS/MDS Assunto: Nota Técnica sobre a relação entre o Sistema Único de Assistência Social- SUAS e os órgãos do Sistema de Justiça*. Brasília, DF: Autor. Recuperado

- de https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nota_tecnica_120520016.pdf
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2018). *CENSO SUAS 2017*. Recuperado de <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>
- Mioto, R. C. T. (2010). Família como referência nas políticas públicas: dilemas e tendências. In L. A. B. Trad (Org.), *Família Contemporânea e Saúde: significados, práticas e políticas públicas* (pp. 51-66). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Mioto, R. C. T., & Campos, M. S. (2016). Matricialidade Sociofamiliar. In R. M. C. Fernandes & A. Hellmann (Orgs.), *Dicionário Crítico - Política de Assistência Social no Brasil* (pp. 174-177). Porto Alegre: UFRGS/CEGOV.
- Moreira, J. O., Rena, A. C. C. B., Bolaños, D. F., & Oliveira, L. C. P. (2019). Teoria Crítica e Transdisciplinaridade: uma aposta no projeto emancipatório. *Psicologia em Revista*, 25(1), 330-347. doi: 10.5752/p.1678-9563.2019v25n1p330-347
- Morin, E. (2011). *Introdução ao pensamento complexo* (4ª ed.). Porto Alegre: Sulina.
- Nascimento, I. L., & Moraes, T. D. (2020). Atividade de trabalho e saúde de psicólogos do SUAS: aproximações. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(2000), 1-16. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000100015
- Oliveira, É. C. S. (2017). Uma "monstra perigosa": pistas de Carolina Maria de Jesus para a intervenção psicossocial. *Estudos de Psicologia*, 22(4), 378-388. doi: 10.22491/1678-4669.20170039
- Resolução no 113*. (2006, 19 de abril). Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da União, seção 1*. Recuperado de <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acao-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucao-no-113-de-19-04-06-parametros-do-sgd.pdf/view>
- Rosa, H. R., & Amador, F. S. (2019). O trabalho na política de Assistência Social - Contribuições da análise do trabalho como atividade. In L. R. Cruz, N. Guareschi, & B. M. Battistelli (Orgs.), *Psicologia e Assistência Social: encontros possíveis no contemporâneo*. (pp. 66-87). Petrópolis: Vozes.
- Santos, J. E. E. S., Calsing, R. A., & Morais, A. G. (2017). A construção dos direitos sociais: panorama histórico, social, jurídico e perspectivas no Brasil atual. *Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor*, 4(1), 662-699. doi: 10.31501/repats.v4i1.7803
- Santos, P. I., Nunes, L. M., Silva, V., & Brito, T. (2013). Família, violência e transgeracionalidade: estudo de caso. *AGIR - Revista Interdisciplinar de Ciências Sociais e Humanas*, 1(3), 1-14. Recuperado de https://www.academia.edu/10167384/Fam%C3%ADlia_viol%C3%Aancia_e_transgeracionalidade_estudo_de_caso
- Susin, L., & Poli, M. C. (2012). O singular na assistência social: do usuário ao sujeito. In L. R. Cruz & N. Guareschi (Orgs.), *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social* (2ª ed., pp. 195-204). Petrópolis: Vozes.

Caroline Pöttker, Mestra em Psicologia pela Universidade de Santa Maria (UFSM), é Psicóloga, Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Endereço para correspondência: Rua Alfredo Brenner, 435 Sala 5, Bairro Centro, Panambi/RS. CEP: 98.280-000. Telefone: (55) 9 9168 9109. Email: cpottker@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0242-909X>

Dorian Mônica Arpini, Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Email: monica.arpini@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1667-5112>

Catheline Rubim Brandolt, Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Santa Maria (UFSM), é Psicóloga (Especialista em Saúde) na Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (SES/RS) e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Santa Maria (UFSM). Email: cathelinerb@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6000-8563>

Recebido em 01.fev.21
Revisado em 06.jul.22
Aceito em 11.nov.22

Atribuições dos operadores da rede de proteção na política de convivência: O poder familiar em foco

Leonam Amitaf Ferreira Pinto de Albuquerque. Universidade Federal da Paraíba
Maria de Fátima Pereira Alberto. Universidade Federal da Paraíba

Resumo

O objetivo deste estudo foi analisar os papéis atribuídos aos operadores da rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes pela política nacional de garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Foi desenvolvida uma análise documental do plano nacional de convivência familiar e comunitária. Para analisar os dados coletados, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo Temática. Foi visto que a preservação dos vínculos familiares naturais de crianças e adolescentes requer a implementação de políticas de apoio sociofamiliar. A violação dos direitos está atrelada às dificuldades de acesso aos bens públicos e os programas sociais de preservação de vínculos não funcionam como deveriam. Os segmentos sociais fiscalizam as ações governamentais, gerenciam os recursos públicos e compartilham a responsabilidade pela proteção dos direitos de crianças e adolescentes. Esses e outros pontos discutidos neste estudo têm repercussões sobre a efetivação da política de convivência familiar em nível nacional.

Palavras-chave: direitos da criança, programas sociais, relações familiares, vínculo emocional, laço social.

Abstract

Attributions of network protection agents in policy of the right to live in an environment: Family power in focus. The aim of this study was to analyze the roles assigned to network protection agents of the rights of children and adolescents by the national policy to guarantee the right to live in a family and community environment. A documentary analysis of the national plan for the right to live in a family and community environment was carried out. To analyze the collected data, it was used the Thematic Content Analysis technique. It was seen that the preservation of the natural family bonds of children and adolescents requires the implementation of social and family support policies. The violation of rights is linked to difficulties in accessing public goods, and social programs to preserve bonds do not work as they should. The social segments oversee government actions, manage public resources and share responsibility for protecting the rights of children and adolescents. These and other points discussed in this study have repercussions on the implementation of the policy for the right to live in a family environment at the national level.

Keywords: children rights, social programs, family relations, emotional bond, social ties.

Resumen

Atribuciones de los operadores de la red de protección en la política de convivencia: El poder familiar en foco. El objetivo de este estudio fue analizar los roles asignados a los operadores de la red de protección de los derechos de la niñez y la adolescencia por la política nacional para garantizar el derecho a la vida familiar y comunitaria. Se realizó un análisis documental del plan nacional de convivencia familiar y comunitaria. Para analizar los datos recolectados se utilizó la técnica de Análisis de Contenido Temática. Se vio que la preservación de los lazos familiares naturales de los niños y adolescentes requiere la implementación de políticas de apoyo social y familiar. La violación de derechos está vinculada a las dificultades para acceder a los bienes públicos, y los programas sociales para preservar los vínculos no funcionan como deberían. Los segmentos sociales supervisan las acciones del gobierno, administran los recursos públicos y comparten la responsabilidad de proteger los derechos de la niñez y la adolescencia. Estos y otros puntos discutidos en este estudio repercuten en la implementación de la política de vida familiar a nivel nacional.

Palabras clave: derechos del niño, programas sociales, relaciones familiares, vínculo emocional, lazos sociales.

Este estudo teve por objetivo analisar os papéis atribuídos aos operadores da rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes pela política nacional de garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Nesse sentido, foi empregado o referencial teórico histórico-crítico, o qual problematiza o significado da questão social e os limites das políticas públicas nos marcos constituintes do sistema de produção capitalista (Behring, 2014).

Partiu-se do pressuposto de que os agentes sociais da rede de proteção têm como atribuições efetivar a política de convivência familiar em âmbito nacional, priorizar a manutenção e reintegração à família de origem ou extensa, atuar de forma integrada nos eixos do Sistema de Garantia de Direitos, agenciar parcerias com setores do Estado e segmentos organizados da sociedade. Compreendem-se por agentes os órgãos públicos e as organizações sociais responsáveis pela promoção, proteção e defesa das prerrogativas infantojuvenis.

A preservação dos vínculos familiares e comunitários é prioritária na Constituição Federal de 1988, enquanto obrigação da família, sociedade e Estado, em local isento de violência. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, reforça o compromisso de crianças e adolescentes serem educados no seio familiar e, excepcionalmente, em lares substitutos, na tentativa de assegurar o desenvolvimento em ambiente propício. Assim, pautada na proteção integral, essa legislação propiciou garantias ao público infantojuvenil, como o convívio em família e na comunidade (M. L. N. Souza, Brito, & Monteiro, 2021).

Entretanto, na prática, são observadas diversas situações de violação desse direito, como o avanço da institucionalização e da adoção, crianças e adolescentes em contexto de rua, negligência, abandono e violência, judicialização das relações familiares, escassez de políticas e programas de apoio. Neste momento, existem no país 4.806 serviços de acolhimento, 33.301 pretendentes à adoção e 30.887 acolhidos, dos quais somente 9.189 estão aptos para a adoção (Conselho Nacional de Justiça [CNJ], 2021). Ou seja, há mais adotantes do que sujeitos em situação de acolhimento, nem todos esses estão aptos para serem adotados e a quantidade de serviços de acolhimento é desproporcional ao número de acolhidos.

Esse cenário tem suas raízes atreladas à reforma do Estado brasileiro, iniciada na década de 1990, sob os moldes do neoliberalismo, a qual contribuiu para o crescimento do terceiro setor, enquanto via alternativa às atividades econômicas estatais e de mercado, herdada da tradição filantrópica das comunidades eclesiais de

base e formada por entidades da sociedade civil, que operam recursos públicos e privados para fins não lucrativos (Yazbek et al., 2012). Diante da expansão desse segmento, amparado no repasse de responsabilidades sociais e na formação de parcerias público-privadas, os movimentos sociais cederam à pressão do Estado e construíram alianças com o governo em troca de participação nas arenas políticas e da manutenção dos benefícios conquistados pela classe trabalhadora (Behring, 2014).

Esse associativismo diferencia as Organizações Não Governamentais (Ongs) tradicionais da década de 1980, com fortes características reivindicativas, participativas e militantes, das entidades emergentes, que contribuem para transformar a garantia de direitos através de políticas públicas do Estado em prestação de serviços por meio de ações sociais isoladas ou solidárias, de caráter voluntário. Ante os riscos da privatização e filantropização, essas alianças ocorrem no vácuo da inação estatal, não constituem políticas, negam a pólis e a universalização, dirigem-se a grupos especiais, privatizam o bem público e substituem as políticas sociais sob a alegação de ineficácia e corrupção do aparato estatal (Gohn, 2016).

Entre as linhas estratégicas de ação da política intersetorial de atendimento aos direitos da infância e adolescência estabelecidas pelo ECA, estão os programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento familiar e a garantir o efetivo exercício do direito ao convívio em família e na comunidade (Lei n. 8.069/1990). A formulação dessa política pública foi intensamente influenciada pelas ações das frentes de organização dos movimentos sociais, em um cenário marcado por disputas de interesses entre diferentes forças no interior da sociedade brasileira, com destaque para os segmentos progressistas, os quais pressionaram os órgãos governamentais por meio de reivindicações em favor das necessidades do público infantojuvenil (Crestani & Rocha, 2018).

Fruto de mobilizações e reivindicações da sociedade civil organizada, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [Conanda] & Conselho Nacional de Assistência Social [Cnas], 2006) foi elaborado com o objetivo de integrar os serviços que compõem a política nacional. Esse instrumento de planejamento contribuiu para inovar as formas de construção de programas voltados para o segmento infantojuvenil no Brasil, uma vez que se distanciou da cultura de institucionalização e impulsionou a proteção

das concessões legais e a preservação dos laços familiares (Mastroianni, Sturion, Batista, Amaro, & Ruim, 2018).

Embora as medidas protetivas de colocação em família substituta e acolhimento institucional configurem recursos essenciais para a preservação dos laços familiares e comunitários, as estratégias de manutenção e reintegração de crianças e adolescentes em suas famílias de origem ou ampliadas têm prioridade, por tais ambientes ofertarem condições mais favoráveis ao seu desenvolvimento (Gabatz, Schwartz, & Milbrath, 2019). Nesses termos, antes do ingresso de uma criança ou adolescente em alguma instituição de acolhimento, o foco deveria ser sua manutenção no ambiente familiar e comunitário, o que levanta a discussão sobre a lógica liberal de proteção, controle e pacificação social que permeia as relações institucionais entre o Estado ordenador e as famílias tuteladas, consideradas negligentes e perigosas, cuja liberdade é objeto de restrições (Nascimento, 2017).

Os pontos em comum dos marcadores jurídicos mencionados são a descentralização da tutela do Estado sobre as questões da infância e adolescência e o matriciamento da instituição familiar. Essa última tem sido deslocada da condição tradicional de subjugada por setores da sociedade para ocupar espaços de proteção dos direitos da infância e adolescência, sob a tônica de um regime social familista, no qual é atribuída à família a responsabilidade primária pelo bem-estar de seus membros. Sob tal viés, concerne ao Poder Público zelar pelo bem-estar social através de políticas de assistência e prover condições para que as famílias possam cumprir com seus deveres (Crestani & Rocha, 2018; Mastroianni et al., 2018).

A despeito do tipo de arranjo familiar em análise, as políticas sociais ainda atribuem às mulheres – mães, madrastas, avós, tias e irmãs – a responsabilidade pela criação e a educação de crianças e adolescentes, o que remete à discussão acerca das diferenças acentuadas na distribuição dos papéis sociais entre homens e mulheres e da provisão de cuidados enquanto uma questão privada da figura feminina (Kappler & Mendes, 2019). Diante de situações que inviabilizem a proteção dos direitos infantojuvenis e em meio aos limites orçamentários das políticas de apoio familiar, cabe ao Estado intervir junto às famílias, através da oferta de condições materiais que possibilitem o exercício de seu papel, e implantar políticas de combate às ocorrências de ameaça ou violação de garantias (A. C. O. L. Souza & Dias, 2022).

Em outra vertente, os movimentos populares lutaram pela democratização dos órgãos estatais e abriram espaço para a emergência dos conselhos gestores,

enquanto instrumentos representativos de institucionalização da participação social na gestão pública (Gohn, 2016). Outra expressão dessa mobilização social foi a formalização pelo Conanda do papel das entidades não governamentais de controlar os serviços oferecidos pelos órgãos governamentais (Resolução n. 113/2006). Buscou-se assim integrar as políticas setoriais e a de atendimento aos interesses infantojuvenis, seus serviços e planos, cuja execução exige formação permanente, gestão compartilhada, agenda política e projeto societal (Gohn, 2016).

Como poderá ser observado no decorrer deste estudo, o PNCFC atribui aos operadores da rede de proteção os papéis de garantir os direitos de crianças e adolescentes, realizar ações intersetoriais, apoiar a família, conceder atenção especial às novas gerações, exercer o controle social e superar as situações de violação de direitos. Essas atribuições parecem revelar o intento dos formuladores do plano de implementar a política de convivência familiar em âmbito nacional, integrar os eixos estratégicos de atuação, estimular a formação de parcerias entre Estado e sociedade e preservar o poder familiar. Convém, portanto, questionar: Que interesses circundam a manutenção ou extinção do poder familiar? Quais os obstáculos para o exercício do direito ao convívio em família? Que importância tem a intersetorialidade nesse processo? Que configurações assume a incidência política exercida pela sociedade civil sobre o Estado? Quais os desdobramentos da formação de alianças público-privadas?

Método

A coleta de dados deu-se por meio da análise documental, um tipo de estratégia que possibilita a exploração tanto de fontes documentais primárias, que ainda não receberam tratamento analítico, como de materiais secundários, que podem ser reelaborados de acordo com o objeto de pesquisa (Gil, 2019). Essa técnica tem como desvantagens as ocorrências em que os documentos não traduzem as informações reais sobre o fenômeno pesquisado; as escolhas arbitrárias de temáticas e percursos metodológicos em razão da escassez de recursos; e as situações de objetividade precária, as quais suscitam questionamentos sobre a fidedignidade dos dados coletados (Lima Junior, Oliveira, Santos, & Schnekenberg, 2021).

Foi submetido a essa modalidade de análise das informações o PNCFC, documento formulado pelo

Poder Público com o objetivo de implementar políticas que assegurem a garantia do direito de crianças e adolescentes ao convívio familiar e comunitário, de forma integrada e articulada com outras políticas de governo (Conanda & Cnas, 2006). Com alcance nacional, esse plano constitui material secundário, de natureza estratégica, pois auxilia a traçar metas no campo da preservação dos vínculos afetivos e sociais, estando disponível no sítio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Social (<https://mds.gov.br/>).

Convém registrar que a implementação de políticas públicas depende, entre outros fatores, da construção de um plano de ação, pois tal instrumento reúne contribuições de governos, segmentos sociais e conselhos gestores, que auxiliam a definir ações prioritárias em campos de interesse da população. Não há consenso sobre suas fases de planejamento, mas essas costumam ser divididas em: Diagnóstico; Envolvimento e compreensão; Elaboração; Implementação; e Avaliação (Ministério da Cidadania, 2019). Outros aspectos podem ser considerados, como a definição dos agentes envolvidos, o emprego de grupos e metodologias de trabalho, o estabelecimento de fontes de recursos, parâmetros de revisão, formas de registro e monitoramento (Fundação Abrinq, 2017).

A partir da análise do preâmbulo do PNCFC, foram identificados os agentes sociais governamentais e não governamentais, representantes do Estado e da sociedade civil, que participaram efetivamente de seu processo de elaboração. Em seguida, foi realizada uma leitura integral e atenta do texto desse plano, por meio da qual foram retirados trechos, pertinentes ao objeto desta pesquisa, para compor o corpo de análise. Os fragmentos recortados desse material foram transformados em unidades de análise e seus conteúdos, distribuídos em classes temáticas e categorias elaboradas *a posteriori*.

Para esmiuçar os dados coletados, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo Temática (Bardin, 2015; Minayo, 2012), uma estratégia de exploração qualitativa de informações em pesquisa social, que se divide em três fases, abrangentes e flexíveis entre si, as quais norteiam a trajetória analítica: (1) leitura compreensiva dos objetos selecionados ou pré-análise; (2) exploração desses materiais; (3) tratamento dos resultados e elaboração de sínteses interpretativas. Esses procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo permitiram obter indicadores qualitativos, que tornaram possível a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção dos elementos levantados (Minayo, 2012).

Na primeira etapa, a partir da distribuição das unidades analíticas, foi estruturado um *corpus* de análise, que fundamentou a descrição e a interpretação dos objetos elencados. Na segunda etapa, os fragmentos de texto foram distribuídos no esquema de classificação inicial e reagrupados por classes temáticas e categorias. Na terceira etapa, foi elaborada uma síntese das interpretações realizadas, de modo a estabelecer o diálogo entre os temas levantados e os pressupostos pertinentes ao objeto desta pesquisa. Vale assinalar que estudos desenvolvidos mediante informações de acesso e domínio públicos não precisam ser avaliados pelo sistema de ética em pesquisa do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (Resolução n. 510/2016).

Resultados e discussão

Fizeram parte do processo de elaboração do PNCFC, de modo paritário, 22 instituições governamentais e 31 entidades não governamentais, entre titulares e suplentes, do Conanda e do Cnas. No grupo dos representantes do governo estavam Ministérios e Secretarias de Estado e mandatários dos Estados e Municípios. Por sua vez, a sociedade civil foi representada por entidades ligadas à promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Convém destacar a participação efetiva e majoritária desse último segmento nas reuniões de formulação do plano nacional, enquanto herança da luta travada pelos movimentos sociais em busca da democratização dos espaços deliberativos (Gohn, 2016).

O texto do plano foi dividido em oito seções com objetivos distintos, a fim de abarcar a apresentação e os antecedentes da política nacional de convivência familiar e comunitária, seus marcos legal, conceitual e situacional, suas diretrizes e seus objetivos gerais, os resultados programáticos, a implementação, o monitoramento, a avaliação e o plano de ação. Esse último aspecto ramifica-se em quatro eixos, com propostas de ações permanentes e de curto, médio e longo prazo: Análise da Situação e Sistemas de Informação; Atendimento; Marcos Normativos e Regulatórios; Mobilização, Articulação e Participação. Vale registrar que a efetivação das ações previstas no PNCFC está relacionada à implementação da política nacional, pois esse instrumento reuniu contribuições dos agentes sociais para a definição de prioridades no campo dos direitos infantojuvenis (Ministério da Cidadania, 2019).

Por meio da análise de conteúdo de trechos retirados do plano nacional, tomados como unidades de

análise, foram identificadas as seguintes classes temáticas *a posteriori*: a) Garantia dos direitos de crianças e adolescentes; b) Ações intersetoriais; c) Apoio à família; d) Atenção especial às novas gerações; e) Controle social; f) Superação das violações de direitos, como pode ser observado na Tabela 1. Nos tópicos que seguem, as classes e suas respectivas categorias são delimitadas e discutidas com base no referencial teórico adotado neste estudo.

Tabela 1. Papéis atribuídos aos operadores da rede de proteção pela política nacional de convivência familiar e comunitária

Classes temáticas	Categorias
Garantia dos direitos de crianças e adolescentes	Proteção social
	Defesa dos direitos
	Concepção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos
Ações intersetoriais	Agentes sociais
	Políticas sociais
Apoio à família	Políticas públicas
	Reconhecimento da autonomia familiar
Atenção especial às novas gerações	Adolescência e juventude
	Desenvolvimento infantojuvenil
Controle social	Sociedade civil
	Conselhos de direitos
Superação das situações de violação de direitos	

Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Essa classe temática diz respeito à responsabilidade do Estado, sociedade e família, amparados no reconhecimento das prerrogativas e dos deveres de cidadania da população infantojuvenil, de garantir o acesso dessa e de seus familiares a serviços básicos, com fins de proteger os vínculos familiares e comunitários naturais ou, não sendo isso possível, construir relações familiares substitutivas. Nessa classe, estão presentes as categorias proteção social, defesa dos direitos e concepção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

A proteção social corresponde às medidas adotadas pelos agentes sociais governamentais e não governamentais para garantir a preservação dos vínculos familiares naturais e, nos casos de afastamento, a manutenção do direito à convivência familiar e comunitária, independentemente do contexto. A defesa dos direitos contempla as ações desenvolvidas pelos operadores da rede de proteção no sentido de resguardar, por meio de políticas públicas específicas, as garantias fundamentais de crianças e adolescentes, a exemplo da convivência familiar e comunitária. A concepção de crianças e

adolescentes como sujeitos de direitos abarca a compreensão compartilhada pelos agentes sociais de que tais indivíduos são cidadãos, cujos benefícios e deveres devem ser garantidos por lei e através de políticas públicas, em especial a preservação dos vínculos familiares e comunitários de origem.

Conforme indica a análise de trechos do plano nacional de convivência familiar e comunitária, o Estado e a sociedade devem dividir a responsabilidade pela conservação de crianças e adolescentes nas suas famílias de origem, principalmente nas situações de risco e enfraquecimento dos laços afetivos, por meio de providências que aliem “o apoio sócioeconômico à elaboração de novas formas de interação e referências afetivas no grupo familiar” (Conanda & Cnas, 2006, p. 15). Compete aos agentes sociais governamentais e não governamentais compartilhar o compromisso pela preservação dos vínculos familiares naturais, a fim de evitar seu rompimento, através de ações de suporte social, econômico e emocional; no entanto, segundo Crestani e Rocha (2018), como a legislação preconiza a manutenção de crianças e adolescentes em suas famílias de origem, é responsabilidade do Estado prover as condições necessárias para efetivação dessa garantia, sendo reservado um papel complementar à sociedade.

Nos casos de ruptura dos elos familiares, em razão da exposição de crianças e adolescentes a situações de risco, os operadores da rede de proteção detêm o ônus de propor medidas de “restauração dos laços familiares ou de criação de novos vínculos” (Conanda & Cnas, 2006, p. 49), no intuito de preservar o direito fundamental ao convívio em família e na comunidade. Quando os vínculos afetivos são violados, em contextos de vulnerabilidade social, cabe aos agentes sociais intervirem com o objetivo de reconstruí-los ou dispor sobre alternativas para garantir a convivência em ambientes familiares e comunitários, sem deixar de considerar, tal como sustentam Mastroianni et al. (2018) e M. L. N. Souza et al. (2021), que a culpabilização das figuras parentais pelos problemas familiares é atravessada por questões de classe, gênero, etnia e apenas mascara as falhas apresentadas pelas políticas de assistência.

A manutenção dos vínculos familiares e comunitários naturais está amparada no acesso de crianças, adolescentes e suas famílias a serviços básicos e a políticas voltadas ao atendimento de suas necessidades específicas, como “viver e conviver com o vírus HIV/AIDS ou ser portadora de sofrimento mental [...] situações [...] ameaçadoras aos direitos” (Conanda & Cnas, 2006, p. 52).

Embora a preservação dos laços afetivos e sociais esteja atrelada ao nível de acessibilidade dos membros familiares a políticas públicas, não é esclarecido qual o papel dos operadores da rede de proteção junto à política de atenção aos interesses infantojuvenis, o qual, conforme argumentam Mastroianni et al. (2018), pode ser sintetizado na busca pelo fortalecimento das bases familiares e comunitárias de apoio às crianças e adolescentes.

A efetivação da garantia ao convívio em família e na comunidade exige a divisão de responsabilidades entre as instituições governamentais e entidades não governamentais “por meio do apoio técnico e/ou financeiro dos órgãos do Poder Executivo e Judiciário” (PNCFC, 2006, p. 60) e a descentralização dos órgãos de defesa das prerrogativas infantojuvenis, com a “implementação, em todos os municípios brasileiros, dos Conselhos de Direitos e Tutelares” (Conanda & Cnas, p. 60). A distribuição de funções entre Estado e sociedade é mais uma vez reforçada, sendo operacionalizada através da oferta de subsídios pelos diferentes setores de gestão, ao mesmo tempo que é lançado um olhar sobre a interiorização dos conselhos tutelares e de direitos, sem elucidar a contribuição desse processo para o resguardo da convivência familiar e comunitária. Sobre esse último aspecto, Mastroianni et al. (2018) explicam que a descentralização das instituições em defesa dos anseios infantojuvenis auxilia, entre outros feitos, a diminuir os casos de destituição do poder familiar, uma vez que a rede de proteção pode ser acionada com antecedência e de forma estratégica.

As instituições governamentais e entidades não governamentais devem ampliar seu olhar sobre as questões da infância e adolescência, “implicando a capacidade de ver essas crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e de maneira indissociável do seu contexto sócio-familiar e comunitário” (Conanda & Cnas, p. 15), o que também gera repercussões em sua atuação junto a esses sujeitos. Cria-se a expectativa de que os agentes sociais contemplem, em suas práticas, a visão do segmento infantojuvenil a partir do viés da cidadania e da preservação dos vínculos familiares e comunitários, sem assumir que tais concepções coexistem no Brasil com noções tradicionais de infância e adolescência, de cunho caritativo, clientelista e menorista (Crestani & Rocha, 2018).

A defesa das necessidades da infância e adolescência ultrapassa as diferenças de formação cultural entre as regiões do país e “exige que se amplie a concepção de cidadania para incluir as crianças e adolescentes e suas

famílias, com suas necessidades próprias” (Conanda & Cnas, p. 20). A questão do reconhecimento dos direitos e deveres do público infantojuvenil emerge novamente, porém, a ênfase agora recai sobre as semelhanças entre as ações desenvolvidas, no território nacional, em prol dos direitos desse segmento, as quais se aproximam, entre outros fatores, em função das diretrizes observadas no plano nacional de convivência familiar e comunitária, já que esse instrumento constitui um marco na formulação e implementação de políticas públicas no país (Mastroianni et al., 2018).

Ações Intersetoriais

Essa classe temática corresponde à articulação entre o Estado, a família, a sociedade e setores das políticas públicas com o intuito de garantir as necessidades fundamentais de crianças e adolescentes, além de concretizar as estratégias adotadas no PNCFC. Nessa classe, foram identificadas as categorias agentes sociais e políticas sociais.

Os agentes sociais contemplam a corresponsabilidade adotada pelos setores do Estado e da sociedade, organizados de forma articulada, pela implementação e monitoramento das medidas de garantia dos direitos, previstas no plano nacional. As políticas sociais abarcam a integração das políticas de Estado por meio de ações conjuntas a fim de garantir o acesso de crianças e adolescentes e suas famílias a serviços básicos e aperfeiçoar a política de promoção, proteção e defesa dos direitos, inclusive, à convivência familiar e comunitária.

A transversalidade e a intersectorialidade “dentro do poder público e da articulação com a sociedade” (Conanda & Cnas, p. 13) são características necessárias à concretização das ações propostas, as quais precisam ser tomadas em conjunto pelos diferentes agentes sociais envolvidos. A integração entre os operadores da rede de proteção apresenta-se como fator determinante para a efetivação da política nacional de garantia do direito à convivência familiar e comunitária, o que é corroborado tanto por Crestani e Rocha (2018) como por Mastroianni et al. (2018), cujos estudos apontam para a necessidade de conexão e comunicação entre as instituições governamentais e entidades não governamentais em defesa das prerrogativas infantojuvenis.

A implementação das diretrizes aludidas no plano nacional depende do grau de participação dos segmentos sociais e dos setores das políticas públicas nesse processo, os quais “assumem de forma renovada o compromisso pela promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar

e comunitária” (Conanda & Cnas, p. 13). A sociedade e o Estado são convocados a contribuir diretamente para o alcance das metas traçadas pela política de incentivo à preservação dos vínculos afetivos e sociais em âmbito nacional, o que remonta à expansão do terceiro setor, ocorrida no Brasil na década de 1990, em razão da reforma liberal do Estado, pautada no repasse de responsabilidades para as entidades sociais sem fins lucrativos e na formação de parcerias público-privadas (Behring, 2014; Yazbek et al., 2012).

A garantia do direito ao convívio em família e na comunidade depende do potencial de articulação entre as políticas estatais disponíveis, as quais viabilizam o acesso das famílias e de seus membros a “serviços de saúde, educação de qualidade, geração de emprego e renda, entre outros” (Conanda & Cnas, p. 19) e o exercício da cidadania. A responsabilidade pela manutenção de crianças e adolescentes em ambientes familiares e comunitários é restringida a setores integrados do governo, uma vez que a implementação de políticas voltadas para os interesses do público infantojuvenil e de seus familiares exige sua aprovação; entretanto, o próprio Estado tem pressionado os movimentos sociais para construir alianças com setores do governo, em troca de participação nas arenas políticas e da garantia dos benefícios conquistados pela classe trabalhadora (Behring, 2014).

Ao lado de outras modalidades de ação pública, como “projetos, serviços e ações intersetoriais” (Conanda & Cnas, p. 76), a implementação de políticas sociais é uma das principais vias de consolidação das necessidades básicas do público infantojuvenil, tal como previstas na legislação, “o que antes se constituía em expectativa de direito” (Conanda & Cnas, 2006, p. 76). As políticas públicas ofertadas pelo Estado figuram entre os instrumentos de gestão necessários para atender aos anseios de crianças e adolescentes, a fim de que seja cumprido o texto da lei, em especial, o princípio da prioridade absoluta de atendimento, o qual também inclui, em suas dimensões de proteção social, a instituição familiar (A. C. O. L. Souza & Dias, 2022).

Apoio à Família

Essa classe temática abrange a responsabilidade assumida pelos agentes sociais governamentais e não governamentais de implementarem políticas que garantam condições básicas de sobrevivência e cidadania às famílias para que essas continuem a exercer suas funções de proteção e cuidado para com seus membros. Nessa classe, podem ser apontadas as categorias políticas públicas e reconhecimento da autonomia familiar.

As políticas públicas abarcam o suporte oferecido às famílias pela sociedade e pelo Estado, por meio de políticas sociais, de modo que essas tenham acesso às condições necessárias para cumprirem seu papel constitucional junto à garantia dos direitos básicos de crianças e adolescentes. O reconhecimento da autonomia familiar compreende o respeito às possibilidades das famílias de se organizarem para cumprir com efetividade sua função de proteção dos interesses do segmento infantojuvenil, por meio da disponibilidade de serviços básicos e com o apoio necessário das políticas sociais.

As políticas de apoio à família são dispositivos previstos nas normativas dos diferentes níveis de atuação governamental e não governamental, que têm como objetivo fornecer aos membros familiares “um mínimo de condições para que possam exercer suas responsabilidades parentais” (Conanda & Cnas, p. 54). Os programas de suporte sociofamiliar podem surgir de iniciativas tanto do Estado quanto da sociedade e se destinam a auxiliar os integrantes das famílias de origem ou extensas por meio do desenvolvimento de sua autonomia e potencialidades, cujo avanço contribui para os processos de socialização e subjetivação de crianças e adolescentes (Gabatz et al., 2019).

Nos casos de perda do poder familiar, o foco ainda continua na família natural, cuja manutenção ou reconstrução dos vínculos é incentivada através de políticas específicas, “os Programas de Apoio Sócio-Familiar [articulados] com os serviços especializados de prestação de cuidados alternativos” (Conanda & Cnas, 2006, p. 40), que acompanham os envolvidos nesse processo durante todo o período de afastamento. A institucionalização de crianças e adolescentes devido a situações que ameacem seus direitos não representa a ruptura total dos vínculos familiares, uma vez que, junto ao acompanhamento dessa medida, reside a tentativa de restaurar os elos afetivos por meio de políticas especiais de assistência à família, as quais reconhecem nessa instituição possibilidades de acolhimento, proteção e atenção aos anseios de seus membros (Kappler & Mendes, 2019).

Ao modelo de família nuclear tradicional se somam inúmeros formatos de arranjos familiares, com características e organizações diversas, que potencializam seus membros no exercício da “função de proteção e socialização de suas crianças e adolescentes” (Conanda & Cnas, 2006, p. 23) e de seus interesses fundamentais. A responsabilidade pela defesa dos direitos infantojuvenis, atribuída até então aos segmentos do Estado e da sociedade, é estendida para os integrantes das famílias,

as quais se apresentam arranjadas sob diferentes configurações, o que abre espaço para o debate sobre a ascensão de um regime social familista no Brasil, caracterizado pela imputação à instituição familiar, sobretudo às mulheres (Kappler & Mendes, 2019), do compromisso primário pelo bem-estar de seus membros (Crestani & Rocha, 2018; Mastroianni et al., 2018).

A manutenção dos laços afetivos junto às famílias de origem está diretamente relacionada às possibilidades de acesso dessas últimas às políticas públicas e de apoio do Estado e da sociedade, uma vez que esses abonos possibilitam aos membros familiares encontrarem “condições propícias para bem desempenhar as suas funções afetivas e socializadoras, bem como para compreender e superar suas possíveis vulnerabilidades” (Conanda & Cnas, p. 27). Tal como já foi apontado, os agentes sociais governamentais e não governamentais compartilham o dever de oferecer suporte aos integrantes das famílias naturais para que esses possam transpor obstáculos e exercer seus papéis junto ao segmento infantojuvenil; no entanto, os esforços despendidos não condizem com as mais de 30 mil crianças e adolescentes em situação de acolhimento no país, as quais possuem informações escassas sobre suas origens (CNJ, 2021) e, por isso, carecem do apoio de políticas e programas sociais (Crestani & Rocha, 2018).

Atenção Especial às Novas Gerações

Essa classe temática inclui o dever do Estado e da sociedade de auxiliar as famílias em meio às necessidades específicas dos períodos da adolescência e juventude e na garantia do desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes no contexto familiar, mediante a criação de políticas que considerem as peculiaridades desse público. Nessa classe, estão presentes as categorias adolescência e juventude e desenvolvimento infantojuvenil.

A categoria adolescência e juventude abrange a divisão de responsabilidades entre os agentes sociais governamentais e não governamentais no sentido de apoiar as famílias diante das demandas próprias dessas etapas do desenvolvimento humano, assim como garantir aos adolescentes e jovens o acesso a benefícios e serviços básicos, por meio de políticas públicas adequadas. O desenvolvimento infantojuvenil inclui a corresponsabilidade assumida pelos agentes sociais governamentais e não governamentais de formularem políticas públicas que garantam as condições necessárias para o incremento das capacidades de crianças e adolescentes junto às suas famílias.

Os membros da instituição familiar deveriam acompanhar as mudanças no desenvolvimento dos adolescentes, os quais, em razão dessas crises e das especificidades de suas demandas, também precisam de apoio das políticas públicas e dos setores sociais organizados, sendo “a responsabilidade, portanto, [...] dividida entre a família, o Estado e a sociedade” (Conanda & Cnas, p. 28). O monitoramento dos ciclos de avanço da adolescência não é um papel exclusivo dos componentes familiares, pois, dada a sua complexidade, requer o auxílio especializado de instituições governamentais e entidades não governamentais, as quais devem dispor de medidas que estimulem a autonomia e promovam as diferentes facetas do desenvolvimento humano (Mastroianni et al., 2018), principalmente, nos casos de jovens acolhidos, com histórico de institucionalização prolongada (Gabatz et al., 2019).

O debate sobre as questões próprias da adolescência e juventude “em torno da sexualidade, da vida reprodutiva e das relações de gênero” (Conanda & Cnas, p. 28) é enriquecido com a participação direta desse público, das famílias e dos diferentes setores das políticas públicas, os quais, em conjunto, devem propiciar condições pertinentes ao desenvolvimento integral desses sujeitos. Não se mostra razoável desenvolver políticas específicas para as necessidades de alguns segmentos sem a colaboração direta desses sujeitos e de seu entorno no processo de discussão e implementação dessas medidas, sob o risco de se retroceder a momentos históricos em que o Estado brasileiro não considerava as condições peculiares do crescimento de crianças e adolescentes e não atendia aos seus interesses básicos, como saúde, educação, assistência social e convívio familiar (Mastroianni et al., 2018).

Diante de ameaças ao “desenvolvimento moral [...] cognitivo [...] e afetivo” (Conanda & Cnas, 2006, p. 27), o qual pode ser prejudicado em suas facetas por fatores internos e externos, a instituição familiar, as políticas públicas e os segmentos sociais compartilham o papel de reverter essas situações a partir de alternativas que contemplem o respaldo aos interesses infantojuvenis. A garantia de condições favoráveis ao desenvolvimento integral e o enfrentamento de situações que ameacem ou violem os interesses de crianças e adolescentes são alguns dos compromissos assumidos concomitantemente pela família, pelo Estado e pela sociedade, como consequência da elevação da população infantojuvenil à condição de sujeito de direitos e

deveres, os quais estão previstos no texto constitucional e na legislação em vigência (Crestani & Rocha, 2018).

Além de aspectos mais pontuais do crescimento, as ações conjuntas devem considerar, de forma mais ampla, as repercussões das possibilidades de acesso das famílias e dos seus membros a serviços básicos sobre o “desenvolvimento das novas gerações e da cidadania” (Conanda & Cnas, 2006, p. 34). Pressupõe-se que os agentes sociais governamentais e não governamentais contemplem, em suas intervenções, as características imediatas do desenvolvimento e as mais abrangentes, como os desdobramentos do alcance das políticas públicas quanto aos sucessores familiares, estando essa última perspectiva atrelada à promoção da autonomia dos sujeitos, em detrimento de sua dependência em relação ao aparato estatal (Mastroianni et al., 2018).

Controle Social

Essa classe temática corresponde às ações desenvolvidas pela sociedade organizada e pelos conselhos deliberativos com o objetivo de monitorar a implementação de políticas públicas pelo Estado que atendam aos anseios de crianças e adolescentes, entre os quais, o direito à convivência familiar e comunitária. Essa classe contempla as categorias sociedade civil e conselhos de direitos.

A sociedade civil abrange a cobrança exercida por setores organizados da sociedade sobre o Estado, nos espaços democráticos de representação e participação social, pela implementação de políticas públicas que garantam os interesses fundamentais da população infantojuvenil. Os conselhos de direitos incluem o papel desempenhado pelos conselhos setoriais e os voltados para os interesses infantojuvenis de fiscalizarem, de forma articulada e integrada, a implementação da política de convivência familiar e comunitária nos estados e municípios, além de incentivar a participação da sociedade nesse processo.

O fortalecimento da participação social nos debates a respeito da proteção dos benefícios de crianças e adolescentes e do controle das políticas de Estado requer transformações estruturais nas formas de ação política protagonizadas pelos segmentos organizados da população, com base “em processos participativos, no exercício do controle social das políticas públicas e na ética da defesa e promoção de direitos” (Conanda & Cnas, 2006, p. 74). A sociedade civil organizada é chamada a contribuir, de modo mais incisivo, para a proteção das prerrogativas infantojuvenis e o monitoramento do processo de implementação da política de atenção aos anseios desse público, no entanto, tal participação social tem perdido cada vez mais suas características reivindicativas,

participativas e militantes em proveito da formação de alianças com o Estado e da realização de ações sociais isoladas ou solidárias, de caráter voluntário (Gohn, 2016).

A sociedade precisa estar à frente do “processo de discussão [...] dos problemas que afligem a população infantojuvenil” (Conanda & Cnas, 2006, p. 74), em busca de soluções para as suas demandas específicas, sem as quais se torna difícil a consolidação das diretrizes da política de atendimento às suas necessidades fundamentais. Mais uma vez, os segmentos sociais recebem destaque no debate de questões referentes à infância e adolescência, devido a sua maior proximidade com os interesses atinentes a esse grupo, ao mesmo tempo que autores como Crestani e Rocha (2018) e A. C. O. L. Souza e Dias (2022) invertem essa discussão e problematizam a contribuição dos elementos ligados às crianças e adolescentes para a implantação de projetos políticos direcionados à organização da sociedade civil.

Acompanhar o alcance da política de atendimento aos anseios de crianças e adolescentes e sua operacionalização através de programas e serviços é uma das funções pertinentes aos conselhos deliberativos, aos quais também compete incentivar a participação social no controle das políticas públicas, em busca de sua “integração [...] nos níveis federal, estadual e municipal” (Conanda & Cnas, 2006, p. 74). São atribuídos alguns papéis aos conselhos de direitos da criança e do adolescente, como monitorar a implantação da política de atenção aos interesses desse público e estimular o envolvimento de segmentos organizados da sociedade nesse processo, já que tais ações fazem parte da essência desses instrumentos representativos do movimento de institucionalização da participação social na gestão pública (Gohn, 2016).

Outro ponto essencial de atenção dos conselhos é a administração integrada dos investimentos públicos “entre os Conselhos de Direitos da Criança e Setoriais nas três esferas de governo” (Conanda & Cnas, 2006, p. 82), viabilizada pelos orçamentos gerais e fundos específicos de incentivo, cujo manejo depende a concretização das políticas voltadas ao atendimento das necessidades do público infantojuvenil. Cabe às entidades deliberativas dos interesses de crianças e adolescentes e das políticas públicas gerenciarem a distribuição de recursos entre seus polos de intervenção, no sentido de aprimorar a atenção aos anseios daquele segmento e a assistência às suas famílias, visto que a manutenção dos vínculos afetivos e sociais depende do repasse de subsídios públicos para a execução dessas políticas (Mastroianni et al., 2018).

Superação das Situações de Violação de Direitos

Essa classe temática compreende o compromisso partilhado entre os operadores da rede de proteção de zelarem pelo bem-estar do segmento infantojuvenil no ambiente familiar, pelo resguardo de seus interesses fundamentais e, em casos de ameaça ou violação, agirem no sentido de reverter essas situações de violência por meio de políticas públicas apropriadas.

Vislumbra-se “a corresponsabilidade do Estado, da família e da sociedade diante dos direitos de crianças e adolescentes” (Conanda & Cnas, 2006, p. 35), os quais assumem o papel não só de protegê-los contra situações de ameaça, mas também de ajudá-los a enfrentar, junto aos demais membros familiares, contextos adversos de violações das garantias constitucionais e legais. Os agentes sociais governamentais, não governamentais e a instituição familiar partilham o dever de auxiliar a população infantojuvenil na superação dos contextos de vulnerabilidade social aos quais está exposta, tanto que a legislação prevê a aplicação de medidas de proteção também direcionadas aos integrantes familiares, a fim de minimizar os prejuízos ao desenvolvimento infantojuvenil, relacionados à ruptura dos vínculos afetivos e sociais (Gabatz et al., 2019; Mastroianni et al., 2018).

Diante de ocorrências que ameacem ou violem as prerrogativas de crianças e adolescentes, as autoridades responsáveis devem considerar, em suas decisões, “a condição sócio-econômica e o contexto de vida das famílias bem como a sua inclusão em programas sociais e políticas públicas” (Conanda & Cnas, 2006, p. 36), fatores que podem estar por trás das formas de violência cometidas no ambiente familiar e da comunidade. Espera-se que os operadores da rede de proteção, durante as suas práticas, ponderem os determinantes implicados no afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias em razão de situações que afrontem os seus direitos fundamentais, contudo, tal como observam Crestani e Rocha (2018) e Nascimento (2017), a perda do poder familiar motivada por condições de pobreza, prática proibida pela legislação vigente, tem sido camuflada pela justificativa de negligência cometida por parte das figuras parentais.

Considerações finais

Com base nos pressupostos, nas questões apontadas e nos resultados discutidos neste estudo, faz-se necessário tecer algumas considerações a respeito dos papéis atribuídos aos operadores da rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes pela política nacional

de convivência familiar e comunitária. No que se refere aos interesses que circundam a manutenção ou extinção do poder familiar, foi visto que a preservação dos vínculos familiares naturais requer a implementação de políticas públicas de apoio sociofamiliar, cuja efetivação depende de ações intersetoriais e descentralizadas do Estado, da sociedade e da família.

Acerca dos obstáculos para o exercício do direito ao convívio familiar, foi possível notar que as situações de violação das prerrogativas infantojuvenis estão atreladas às dificuldades de acesso aos bens públicos, enquanto os programas sociais de preservação de vínculos não funcionam como deveriam, uma vez que não parecem ser priorizados nas agendas de governo e nos orçamentos públicos. Quanto à importância da intersectorialidade nesse processo, merece destaque a divisão de responsabilidades entre o Estado e a sociedade pela provisão de condições objetivas às famílias para que essas possam cumprir seu papel constitucional de proteção e cuidado perante seus membros e enfrentar as situações que ameaçam sua integridade enquanto instituição social.

Acerca das configurações que assume a incidência política exercida pela sociedade civil sobre o Estado, convém ressaltar que os segmentos sociais organizados têm cumprido, em meio a dificuldades e obstáculos, o papel de fiscalizar as ações governamentais, gerenciar os recursos públicos e compartilhar a responsabilidade pela proteção dos interesses do segmento infantojuvenil nos espaços de formulação de políticas públicas e deliberação. Sobre os desdobramentos da formação de alianças público-privadas, foi observado que essa prática, herdada das reformas neoliberais do Estado brasileiro na década de 1990 não condiz com a concepção vigente de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, pois seu foco reside no vácuo estatal das doações e prestações de serviços, em detrimento das políticas sociais de caráter universal e integrado.

Entre as limitações apresentadas por este trabalho, destacam-se a impossibilidade de incluir outras fontes documentais, tais como as leis nºs 12.010/2009 e 13.509/2017, que também regulam o direito ao convívio em família e na comunidade no país, e a dificuldade em definir agentes sociais, pois esses aparecem, na literatura pertinente, ora como indivíduos, ora enquanto instituições representantes dos interesses da população. Espera-se que os resultados deste estudo contribuam para responder a alguns dilemas acerca das atribuições dos operadores da rede de proteção na política nacional de convivência familiar, como os obstáculos para o exercício desse direito

e os interesses que circundam o poder familiar, e também para incentivar o desenvolvimento de investigações futuras a respeito dos determinantes da atuação dos agentes sociais junto às políticas de proteção aos anseios de crianças e adolescentes e de suas famílias.

Referências

- Bardin, L. (2015). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Behring, E. R. (2014). *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez.
- Conselho Nacional de Justiça. (2021). *Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento*. Brasília: Autor.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente & Conselho Nacional de Assistência Social. (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília: Autor.
- Crestani, V., & Rocha, K. B. (2018). Risco, vulnerabilidade e o confinamento da infância pobre. *Psicologia & Sociedade*, 30, 1-11. doi: 10.1590/1807-0310/2018v30i177502
- Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente. (2017). *Plano Municipal para a Infância e a Adolescência: elaboração e revisão*. São Paulo: Autor.
- Gabatz, R. I. B., Schwartz, E., & Milbrath, V. M. (2019). Vivências do cuidador institucional no acolhimento infantil. *Escola Anna Nery*, 23(2), 1-9. doi: 10.1590/2177-9465-EAN-2018-0195
- Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Gohn, M. G. (2016). Gestão Pública e os Conselhos: revisitando a participação na esfera institucional. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 10(3), 1-15. doi: 10.21057/repam.v10i3.21868
- Kappler, S. R., & Mendes, D. M. L. F. (2019). Trocas afetivas de crianças em acolhimento institucional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 1-13. doi: 10.1590/1982-3703003184527
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Lima Junior, E. B., Oliveira, G. S., Santos, A. C. O., & Schneckenberg, G. F. (2021). Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da Fucamp*, 20(44), 36-51. Recuperado de <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>
- Mastroianni, F. C., Sturion, F. R., Batista, F. S., Amaro, K. C., & Ruim, T. B. (2018). (Des)acolhimento institucional de crianças e adolescentes: aspectos familiares associados. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30(2), 223-233. doi: 10.22409/1984-0292/v30i2/5496
- Minayo, M. C. S. (Org.). (2012). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Ministério da Cidadania. (2019). *Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa – Guia 4: como fazer um plano de ação*. Brasília: SNPDI/Seds/Autor.
- Nascimento, M. L. (2017). *Proteção e negligência: pacificando a vida de crianças e adolescentes*. Niterói: Lamparina.
- Resolução n. 113*. (2006, 19 de abril). Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Resolução n. 510*. (2016, 07 de abril). Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde.
- Souza, A. C. O. L., & Dias, C. M. S. B. (2022). Casais de genitores procuram o Judiciário para entregar criança para adoção. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, 1-15. doi: 10.1590/1982-3703003239768
- Souza, M. L. N., Brito, L. M. T., & Monteiro, C. A. S. (2021). Adoção como solução: o cenário atual no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(spe3), 1-14. doi: 10.1590/1982-3703003190115
- Yazbek, M. C., Serra, R. M. S., Andrade, R. A., Tavares, M. A., Trigo, G., & Andrade, J. G. (2012). Serviço Social, demandas no âmbito do terceiro setor e a questão do voluntariado. In R. M. S. Serra (Org.), *Espaços ocupacionais e Serviço Social: ensaios críticos* (pp. 117-132). Jundiaí: Paco Editorial.

Leonam Amitaf Ferreira Pinto de Albuquerque, Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Integrante do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA) e Bolsista nível doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Endereço para correspondência: Residencial Fortaleza, Avenida Maximiano de Figueiredo, 675, apto. 206. Centro, João Pessoa/PB, CEP 58.013-470. Telefone: (83) 99880-1041. Email: leonamamitaf2@hotmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1075-8344>

Maria de Fátima Pereira Alberto, Pós-doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Coordenadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA) e Pesquisadora 1D do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Email: jfalberto89@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2515-9571>

Recebido em 24.dez.21
Revisado em 30.nov.22
Aceito em 10.dez.22

Narrativas sobre conjugalidade, feminilidade e vínculos familiares de mulheres de homens encarcerados¹

Sabrina Daiana Cúnico. Universidade Feevale
Frederico Pereira Balestro. Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Helena Salgueiro Lermen. Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Adolfo Pizzinato. Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

O objetivo do estudo foi compreender, a partir das narrativas de três mulheres que tiveram diferentes tipos de aproximação com o cárcere, de que modo elas constroem discursivamente os arranjos conjugais e identitário com os parceiros que têm ou tiveram trajetórias marcadas pelo aprisionamento. Através de entrevistas realizadas nas residências das participantes, analisadas por meio da Análise Crítica do Discurso, quatro aspectos emergiram em comum nos discursos: o sacrifício, a resistência, a responsabilização e a solidão. O papel de mulheres cuidadoras que se sacrificam em nome da relação conjugal coexistiu com as narrativas que estabeleciam a fronteira até onde seus esforços poderiam ir. A responsabilização feminina - em que as mulheres se sentem culpadas ou culpam outras mulheres pelos desvios legais e morais dos homens - também ficou evidente. O fato de serem as únicas visitantes de seus parceiros desvelou a solidão cotidiana e a sobrecarga social e parental dessas mulheres.

Palavras-chave: relações conjugais, feminilidade, família, mulheres, prisão.

Abstract

Narratives about conjugality, femininity, and family bonds of imprisoned men's female partners. This study aimed to understand, based on narratives of three women who had different types of connections with imprisonment, the way they discursively express marital and identity arrangements with partners who have or had trajectories marked by imprisonment. By analyzing interviews carried out in the participants' homes, based on the Critical Discourse Analysis, four aspects were identified as common in the speeches: sacrifice, resistance, accountability, and loneliness. The role of women caregivers who sacrifice themselves in the name of the marital relationship coexisted in the narratives which established the limit to their efforts. Women's accountability - in which women feel guilty or blame other women for men's legal and moral deviations - was also evident. The fact of being the only visitors their partners had revealed these women's daily loneliness, and social and parental overload

Keywords: marital relations, femininity, family, women; prison.

Resumen

Narrativas sobre conyugalidad, feminidad y vínculos familiares de mujeres de hombres encarcerados. Este estudio ha buscado comprender, a partir de las narrativas biográficas de tres mujeres que han tenido diferentes tipos de acercamiento con la cárcel, de qué modo construyen, discursivamente las relaciones conyugales e identitarias con las parejas que tienen - o han tenido - trayectorias marcadas por el encarcelamiento del compañero. A través de entrevistas realizadas en las residencias de las participantes y, analizadas bajo el Análisis Crítico del Discurso, cuatro ejes organizan un discurso común: el sacrificio, la resistencia, la responsabilidad y la soledad. El rol de las mujeres en cuanto cuidadoras, que se sacrifican en nombre de la relación conyugal, coexistió con las narrativas que buscaban establecer la frontera hasta donde sus esfuerzos podrían ir. La responsabilidad femenina - en la que las mujeres se sienten culpables o culpan a otras mujeres por las desviaciones legales y morales de los hombres - también se hizo evidente, así como el hecho de que sean las únicas visitadoras de sus parejas desveló la soledad cotidiana y la sobrecarga social y parental de esas mujeres.

Palabras-clave: relaciones conyugales, feminidad, mujeres, prisión.

Os familiares das pessoas presas integram-se ao espaço da prisão especialmente por meio das visitas, momento em que entram em contato com os procedimentos, os constrangimentos e as violências operadas nas instituições prisionais (Duarte, 2013; Lago, 2019; Padovani, 2017; Telles, Godoi, Brito, & Mallart, 2020). Mesmo quando estão distantes do cárcere, os familiares compartilham sentimentos de aprisionamento, uma vez que o estigma e o preconceito se estendem a todos com quem as pessoas presas possuem laços de parentesco (Cúnico, Strey, & Costa, 2019; Wallace, 2018).

Dentro do conjunto de pessoas que transitam nas prisões, as “mulheres de presos”, ou seja, aquelas que têm companheiros encarcerados, têm despertado maior interesse acadêmico no Brasil, especialmente nos estudos sobre gênero e sexualidade no sistema prisional (Cúnico et al., 2019; Lago & Zamboni, 2017). De modo geral, são pesquisas realizadas em dias de visitas aos cárceres masculinos, abrangendo diferentes cenários percorridos e experiências vividas por mulheres para poder encontrar os parceiros dentro das cadeias (Bassani, 2016; Duarte, 2013; Ferraz de Lima, 2013; Lago, 2017).

Entre as mulheres visitantes que têm relacionamentos com homens encarcerados, muitas se dizem motivadas a manter os relacionamentos conjugais e a ir às prisões pelo sentimento de comprometimento e lealdade para com seus parceiros (Ferraz de Lima, 2013; Stockman et al., 2021), além do amor e compaixão sentido por eles (Duarte, 2013; Ferraz de Lima, 2013; Lermen, 2015). O abandono do parceiro, nesse momento, seria uma quebra de vínculo afetivo e, muitas vezes, uma exposição moral dentro de suas comunidades e frente às facções criminosas que também julgam e monitoram os comportamentos de famílias de pessoas implicadas em atividades criminosas.

Aliado a isso, há um posicionamento de seus companheiros como sendo dependentes, necessitados de auxílios para sobreviver ao período de encarceramento (Barcinski, Lermen, Campani, & Altenbernd, 2014). Há também uma aposta na fidelidade do parceiro, uma vez que, supostamente, por estarem presos, não poderiam se relacionar com outras mulheres (Duarte, 2013). Além disso, o sentimento de satisfação frente ao acréscimo de atenção recebida quando do aprisionamento do companheiro também aparece na narrativa dessas mulheres (Stockman et al., 2021). Em contrapartida, há aquelas que narram o medo que sentem de seus companheiros, não tendo coragem, portanto, de os abandonarem (Ferraz de Lima, 2013; Lago, 2017), demonstrando uma

relação de submissão para com eles (Guimarães et al., 2006; Lago, 2017; Lermen, 2015).

Devido às precárias condições do sistema penitenciário brasileiro, os sujeitos que têm sua liberdade cerceada acabam encontrando-se num contexto de re-vulnerabilização. Assim sendo, não é de se estranhar o receio e a preocupação que suas famílias demonstram com as condições em que seu ente encarcerado está aprisionado (Telles et al., 2020). No entanto, dentre os familiares que exercem a função de apoio ao longo da privação de liberdade, é fato que a maioria deles seja mulheres. Situação essa que está diretamente relacionada com as expectativas sociais de gênero que situam as mulheres como seres que cuidam e os homens como seres que são cuidados (Brun & Leite, 2021).

Destacamos, portanto, que a manutenção do vínculo conjugal das visitantes com os privados de liberdade está intimamente conectada às expectativas atribuídas às mulheres, a saber: o cuidado do cônjuge preso. Tal cuidado é expresso pela frequência e assiduidade nas visitas e pelo transporte de insumos - legalizados ou não - para dentro das cadeias. A exaustiva rotina prisional dessas visitantes exige empenho, pois elas usualmente assumem exclusivamente a responsabilidade de acompanhar e apoiar emocional e financeiramente seus companheiros durante o período de privação de liberdade, não contando - frequentemente - com o apoio de outras pessoas nas tarefas de visitação e cuidado (Ferraz de Lima, 2013; Guimarães et al., 2006; Lago, 2017; Lermen, 2015).

A desassistência Estatal na provisão de materiais para população prisional é evidente, de modo que os privados de liberdade ficam, de fato, dependentes de suas famílias e necessitados de auxílios externos para sobreviver ao período de encarceramento. Esse panorama reforça a atribuição de cuidado às mulheres, contribuindo para o acúmulo de responsabilidades imposto às suas famílias, o que gera uma sobrecarga de gestão delas, tanto para o suporte material, quanto para o apoio emocional contínuo. A elas também se atribui a responsabilidade de preparação do ambiente para quando houver a retomada de liberdade do encarcerado (Barcinski et al., 2014).

Vale pontuar, no entanto, que dentro desse modo de subjetivação feminina enquanto cuidadora, também se encontram alternativas de exercício de poder nas relações. O conceito de Marianismo, por exemplo, explica porque o auto sacrifício e a resiliência frente ao sofrimento imposto podem ser interpretados como uma demonstração da superioridade moral e espiritual

da mulher, além de em certos contextos - e aí inclui-se o ambiente carcerário - poder servir como ponto de acesso para posições de controle e poder (Consoli & Unzueta, 2017). Isso equivale dizer que quanto mais as mulheres disponibilizam sua energia e tempo para dedicar-se ao cuidado do outro, mais valorosas se tornam. Seu protagonismo passa a ser exercido nos modos como esse cuidado ocorre, e em como enfrentam as adversidades associadas ao sistema prisional.

Por essa razão que alguns estudos (Cúnico et al., 2019) apontam o paradoxo envolvido na manutenção de um relacionamento com um homem em situação de prisão, uma vez que a prisão pode proporcionar mais autonomia, gerência e ganhos identitários para as mulheres. Isso porque, em muitos casos, elas são deslocadas de uma posição de subalternas, sofredoras e vítimas do abandono e do descaso do companheiro para a posição de mulheres fortes, autônomas e que enfrentam todas as adversidades em nome da família e do relacionamento.

Pensando nas questões apresentadas, o presente artigo propõe dar continuidade aos estudos sobre mulheres que mantêm um relacionamento com homens que estão ou já estiveram privados de liberdade. Para tanto, procuramos compreender, a partir das narrativas biográficas de três mulheres que tiveram diferentes tipos de aproximação com o cárcere, de que modo elas constroem discursivamente os arranjos conjugais com os parceiros que têm ou tiveram a trajetória marcada pela situação de prisão.

Método

Trata-se de um estudo qualitativo, aprovado pelos Comitês de Ética em Pesquisa das universidades a que os autores estão vinculados (CAEE: 01390918.0.0000.5348 e 01390918.0.3001.5334). Os dados foram produzidos a partir de entrevistas semiestruturadas, cujas respondentes foram três mulheres, companheiras de homens que estavam ou já estiveram em privação de liberdade. As perguntas versaram sobre os sentimentos despertados no momento da prisão do companheiro e como se deu a reorganização familiar nuclear e extensa, a partir da prisão. Também se questionou a motivação para a visita e o relacionamento dos filhos com o pai antes, durante e após a prisão, quando possível.

Tendo em vista que o estudo tinha por objetivo entrevistar as mulheres em suas próprias residências e não nas filas de visita como usualmente os estudos com mulheres de presos são realizados, entrou-se em

contato com uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de uma região de reconhecida vulnerabilidade em Porto Alegre/RS-Brasil para que atuasse como intermediária na localização de possíveis participantes. Os critérios de inclusão eram terem filhos e serem ou terem sido visitantes de um indivíduo em privação de liberdade. Em posse desses critérios, o convite para participar da pesquisa se deu, portanto, pela equipe da UBS que, ao obter o aceite das mulheres, agendou as entrevistas.

As entrevistas ocorreram nas residências das participantes em horário conveniente a elas. Por questões de segurança, os pesquisadores foram acompanhados por um integrante da equipe da UBS até a residência da participante. Tal integrante, no entanto, não participou do momento da entrevista, de modo a garantir a privacidade da participante. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas para posterior análise. Os encontros também foram relatados em um diário de campo. Salienta-se que as três mulheres concordaram com sua participação no estudo por meio de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A análise das entrevistas se deu conforme preconizado pela Análise Crítica do Discurso (ACD), a qual busca não apenas descrever estruturas de discurso, mas também focar os modos como essas estruturas produzem, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam as relações de poder e dominação existentes na sociedade (Van Dijk, 2010). As entrevistas, portanto, foram analisadas de modo a destacar as particularidades das histórias de cada participante, bem como os aspectos comuns presentes em suas trajetórias.

Resultados

As histórias apresentadas tratam da vida de três mulheres: Jane, Neusa e Vera. Os nomes são fictícios de modo a garantir o sigilo da identidade das participantes. Elas são mulheres negras, moradoras de um bairro periférico de uma região de reconhecida vulnerabilidade social e que tiveram sua vida marcada pela aproximação com o cárcere. Tal descrição corresponde ao descrito pela literatura que aponta que as experiências das mulheres que frequentam o espaço da prisão são determinadas pelo seu posicionamento social mais amplo, sendo elas, em sua maioria, pobres, negras e com histórias de vida marcadas por privações estruturais marcantes (Barcinski et al., 2014). Para melhor identificação das histórias, apresenta-se, a seguir, um breve resumo de cada uma.

Jane

Jane tem 28 anos, tem ensino médio completo e sua renda advém prioritariamente do auxílio financeiro recebido de seu companheiro detento José, com quem está junto há dois anos e tem um filho de 1 ano. O companheiro de Jane, José, atua como “plantão” ou “prefeito” de uma galeria na instituição prisional onde está encarcerado. Um “plantão” é um preso que assume a função de chefe da galeria, escolhido de forma autocrática, por exercer algum tipo de liderança no grupo. Como chefe, dita as regras, organiza o espaço e faz a comunicação da galeria com a direção da casa prisional, num processo de gestão compartilhada. A ocupação garante a José uma renda que possibilita que ajude financeiramente a companheira. O repasse dos valores à Jane se dá nas visitas. Das três participantes, somente Jane relatou não levar nenhum item ao parceiro na prisão, o que configura uma exceção no meio prisional, uma vez que assumir o cuidado afetivo e material do ente encarcerado é comum no cotidiano das mulheres (Barcinski et al., 2014).

No momento da prisão, Jane e José não estavam juntos. Segundo a participante, ela o teria “liberado para tomar um ar na rua”, isto é, lhe dando mais espaço, e logo após isso ele teria iniciado outro relacionamento. Jane culpa a outra mulher pelo crime de José, pois como relata:

[José] Queria dinheiro, essas coisas fáceis, luxo, foi aí que aconteceu isso aí, por isso que ele está preso. Porque ela botou ele em cana, não que ele queria... tudo bem que ninguém faz nada que não queira, mas quem ajudou mais a botar pilha foi ela, na cabeça dele.

É perceptível, na narrativa assumida por Jane, uma destituição da agência de José. Além de se colocar como responsável pelo término da relação, pois não teria monitorado José como julgava ser necessário, Jane também pressupõe a incapacidade do companheiro de cometer um crime por iniciativa própria, sendo a realização desse decorrente de sua suscetibilidade à influência de uma terceira. Ele é colocado condescendentemente numa posição moralmente ambígua. Pela perspectiva da participante, fica implícito que José necessitaria de cuidado e vigilância constantes, do contrário ele não agiria conforme a conduta desejada por ela e pela moral social.

Jane iniciou as visitas tacitamente um ano após a prisão de José, já que a ex-companheira dele não foi visitá-lo nenhuma vez. Jane visita-o duas vezes por semana sem faltas, sendo a única exceção um dia em que estava doente. Jane não esconde o orgulho que sente ao falar sobre sua assiduidade nos momentos de visitação.

Devido à frequência das visitas e da comunicação via telefonia móvel que ocorre entre eles, ela diz não se sentir tão sozinha. Segundo ela, o período de separação foi triste, mas agora sempre que o vê se sente renovada.

Nas visitas, ela diz preferir ficar mais reservada, não tendo muito contato com outras mulheres, pois sente ciúmes, e tem receio de alguém se aproximar demais de José e ocorrer uma outra infidelidade. A única exceção é Rosane, mãe de um amigo do casal que também está encarcerado, com quem ela conversa nas saídas dos dias de visitação. Frequentemente, Jane diz solicitar para Rosane que “fique de olho” em José, pois teme que nos momentos em que eles não estão juntos, José possa estar conversando com outra pessoa via telefone celular. Somado ao sentimento que Jane diz ter por José – o que, segundo ela, justifica sua visitação frequente – a frequência de visitas também parece servir para exercer uma vigilância sobre ele.

Quando estão juntos, as conversas tratam sobre as crianças e sobre os planos do casal para quando José sair da prisão. Jane possui uma filha de 8 anos de um relacionamento anterior, a quem José sempre tratou como filha biológica. Jane, inclusive, contou ter solicitado uma ordem judicial para que a filha pudesse ir visitá-lo, uma vez que ele refere sentir muitas saudades da menina.

Para Jane, José diz que irá mudar, que “as coisas não serão mais como eram e que ele não dará as costas” para Jane, pois ele não irá ignorar quem o ajudou tanto nesse período. Ela tem receio que esse discurso decorra da situação de encarceramento, e não seja cumprido por José quando sair da cadeia. Por isso diz sempre frisar para ele que o real motivo de o ajudar no período de encarceramento é porque José é pai de seu filho. Jane menciona deixar claro para José que não quer que fiquem juntos por um sentimento de obrigação dele para com ela, que “se ele fica tem que ser porque quer e sempre é livre para sair caso não queira”. O discurso acolhedor e de liberdade proferido por Jane contradiz com as atitudes de controle e vigilância que assume frente ao marido em outros momentos.

De acordo com seu relato, o amor é o motivador maior para ela continuar vendo José. Falando sobre o parceiro, ela comenta: “Gosto, senão não voltava, né. Se eu sou outra pegava e fazia só a carteira pro gurizinho [filho de ambos]... e não ia mais”. Jane pontua veementemente como ela se diferencia de outras mulheres a partir da sinceridade de seu sentimento por José, passando por situações desagradáveis no ambiente prisional rotineiramente para poder estar com ele. Caso fosse outra

mulher, ela pressupõe que não haveria o mesmo empenho. Quando José foi preso, o filho de ambos ainda não havia nascido. Porém, José já estava ciente da gravidez. De acordo com Jane, se o companheiro não soubesse da gestação, certamente a paternidade do bebê seria questionada tanto por ele quanto pela comunidade, o que não pareceu ser algo que a tenha incomodado.

Somente Jane visita José. A mãe dele apenas se comunica com o filho via celular. O fato de a mãe dele não o visitar é atribuído por Jane à idade. O contato que ela tem com sua sogra, e o restante da família do seu companheiro, é escasso. Quando precisa que alguém cuide de algum de seus filhos, ela conta com o auxílio de sua afilhada ou sua vizinha, mas sempre mediante pagamento, pois Jane crê ser de “má índole” querer que outras pessoas efetuem esse cuidado gratuitamente. O cuidado parece ser algo que Jane considera exclusivo seu, preferindo não ter participação de outros – nem no cuidado exercido com o companheiro nem com os filhos.

Para Jane, a prova de que o companheiro a ama é o fato de ele ter ciúmes dela, não querendo que ela saia de casa nem para fazer compras, a orientando que solicite ajuda aos vizinhos para que façam as compras por ela. Se sair da residência, José pede para que ela leve uma criança da comunidade junto, pois essa – por ser criança – faria relatos honestos, caso algo acontecesse. Inclusive, Jane conta que durante as ligações de José, ele pede para falar com alguém que estiver próximo de Jane, de modo a conferir se ela está “se comportando”. Jane diz que não segue todas essas orientações do marido à risca para não se sentir sufocada, embora ela própria deseje também monitorar o parceiro o máximo que pode. Assim, o relacionamento de Jane e José, ainda que ela mesma não esboce essa crítica, parece estar sustentado no monitoramento constante um do outro, sendo o ciúme e o controle as condições primordiais para “medir” o amor sentido entre ambos.

Vera

Vera tem 32 anos, ensino fundamental incompleto e trabalha como auxiliar de serviços gerais. Ela é mãe de quatro meninas, de 17, 11, 8 e 4 anos, todas fruto da relação com Gustavo, seu companheiro há 18 anos. Ao longo da relação com Gustavo, Vera presenciou três períodos de privação de liberdade do companheiro, sendo o primeiro em 2006. Ele cumpre sua pena atual há seis anos, tendo ainda mais três anos para cumprir em regime fechado. A última condenação de Gustavo foi uma surpresa para Vera, pois acreditava que ele já havia abandonado o tráfico de drogas no momento em que foi detido.

Ao narrar o início da vinculação de Gustavo com o tráfico, Vera comenta que esse se deu em função de uma outra mulher: Betina. Betina era filha de um “patrão” do tráfico e teria sido, segundo Vera, a responsável pelo ingresso do companheiro no crime. Em contraste com esse relato, Vera coloca que quando eles estavam juntos, Gustavo trabalhava, dando a entender que ela seria responsável por ele seguir uma conduta mais desejável, e outras mulheres teriam envolvimento em sua conduta indesejável. Tal como Jane na história anterior, Vera também busca discursivamente se diferenciar de outras mulheres, demarcando sua importância na vida de Gustavo, a quem retira toda a agência no envolvimento com a criminalidade.

Questionada sobre como Gustavo era como pai quando estava em liberdade, Vera declara não ter reclamações, pois além de afetuoso, ele era, segundo ela, o responsável pelas tarefas de casa. Ao falar do cuidado exercido por Gustavo no ambiente doméstico, Vera diz que ele era “a mulher da casa”, afinal “[...] ele fazia tudo, eu não fazia nada”, associando a função doméstica ao papel de gênero feminino. Foi pensando na boa relação de seu companheiro com suas filhas que Vera decidiu levá-las nas visitas, pois não queria apagar a imagem que as meninas tinham do pai, ao mesmo tempo que queria formar o vínculo paterno das que nasceram durante o período de encarceramento. Em função da demora de uma das filhas do casal, nascida durante uma das privações de liberdade de Gustavo, de chamá-lo de pai, Vera conta que passou a levar as meninas com ainda mais frequência na visitação. Além disso, ao longo de suas privações de liberdade, Gustavo diariamente contatava suas filhas por meio de ligações ou vídeo chamadas, o que, para Vera, mostra como ele sempre esteve presente na relação familiar.

A relação de Gustavo com as filhas foi afetada recentemente, no entanto, quando o casal se separou devido a uma infidelidade de Gustavo com Vânia, vizinha de ambos, com quem Gustavo já havia traído Vera anteriormente. A nova infidelidade se deu quando Gustavo já estava privado de liberdade. Devido ao seu trabalho, Vera só conseguia visitá-lo aos domingos. Isso permitiu que Vânia ocupasse o segundo dia possível de visitação na semana. Quando descobriu a traição, Vera afastou-se de Gustavo, que por sua vez consolidou a relação com Vânia. Embora separados, Vera seguiu levando as filhas para visitar o pai, mesmo Gustavo contatando-as cada vez menos por telefone. Segundo Vera, o afastamento do pai, nesse período, trouxe muito sofrimento para as

filhas, que seguiram esperando pacientemente as ligações diárias do pai.

Vera fala que, durante a separação do casal, embora Gustavo seguisse encontrando com Vânia, ele nunca deixou de tentar uma reaproximação com Vera, reforçando como necessitava dela pois, como declarava, ela era seu “alicerce”. A palavra alicerce, com efeito, foi usada por Vera incontáveis vezes na entrevista, sempre que era questionada sobre sua relação com Gustavo. Vera mencionava com orgulho e prazer que Gustavo a procurava insistentemente, pedindo desculpas e afirmando que nenhuma mulher com quem ele já se relacionou foi tão importante quanto ela em sua vida.

Diante de toda a insistência, Vera aceitou se reaproximar de Gustavo. No momento em que a entrevista foi realizada, o casal estava buscando reconciliar-se, já que Gustavo havia terminado seu relacionamento com Vânia. Para Vera, no entanto, as palavras de Gustavo ainda geravam desconfiança e, mais de uma vez, reforçou na entrevista que ele precisará se esforçar muito para compensá-la pelas angústias que a fez passar. As visitas de Vera a ele voltaram, embora no momento ela não saiba justificar bem o que a motiva a ir. Em contraste com o que havia dito anteriormente, quando relatou que as filhas e seu afeto pelo companheiro eram os maiores motivadores, agora ela menciona que talvez seja uma questão apenas de costume, embora reconheça que ainda nutre um sentimento por ele:

Eu também não entendo porque que... que me motiva [a ir visita-lo]. Eu não sei se é porque é tanto tempo que tu já tem essa tua rotina [...] Se fosse antigamente eu poderia dizer ‘Ah, porque eu gostava... gosto muito dele, né. Que ele é o pai das minhas filhas’. Não vou te dizer que eu não goste dele, eu posso te dizer assim ó, que eu tenho um... uma afinidade [...].

Diversas contradições apareceram no relato de Vera. Uma delas referente ao relacionamento afetivo com Gustavo. Seu discurso de um relacionamento duradouro e feliz com o marido coexistiu com relatos de infidelidades, abandono, desvalorização e manipulação. Em uma das vezes que Gustavo foi preso, por exemplo, Vera não foi visitá-lo. Gustavo, então, a ameaçou de morte. A respeito disso, Vera somente mencionou que ficou aliviada que Gustavo não cumpriu sua promessa de atentar contra sua vida no momento de sua liberdade, reatando o relacionamento com o marido sem maiores críticas sobre a ameaça feita.

Ainda que as narrativas tratem de situações graves e estressantes que viveu com o marido, Vera parece ter orgulho em contar que sempre buscou superar, seja em nome das filhas ou então em nome do amor. Vera diz que seguirá visitando Gustavo, mas não sabe até quando porque diz não conseguir se imaginar morando novamente com ele, já que são anos separados pela prisão. Ela menciona que compartilha todos esses receios com o companheiro, deixando claro que ele precisará convencê-la de que está arrependido e que merece seu perdão para que as visitas não sejam interrompidas.

Narrativamente, ela demonstra segurança em exercer um “poder” de decidir se ou quando perdoará o companheiro. Simultaneamente, Vera se coloca numa posição discursiva de quem está cansada, magoada e sem gerência total de sua vida e do futuro de sua relação com Gustavo. Na prática, no entanto, segue o visitando regularmente, levando mantimentos e dando suporte emocional a ele, mesmo depois de todos os traumas que diz que Gustavo deixou nela e na relação.

Neusa

Neusa tem 37 anos, ensino fundamental incompleto e também é auxiliar de serviços gerais. É mãe de três filhas, de 18, 11 e 4 anos, sendo as duas últimas filhas também de seu marido, Ricardo. Em 2018, Ricardo ficou duas semanas privado de liberdade em uma delegacia por uma acusação de roubo. Enquanto os companheiros de Jane e Vera seguem privados de liberdade em uma instituição prisional, o marido de Neusa goza de liberdade condicional. Essa última, ao contrário das outras duas participantes, nunca visitou o marido enquanto havia a privação de sua liberdade, uma vez que sua detenção se deu em uma delegacia. Ainda assim, cumpria a rotina de levar mantimentos para ele três vezes ao dia, mesmo que não lhe fosse permitido conversar com o companheiro nesse período.

Neusa considerava boa sua relação com Ricardo antes desse evento, ainda que tenha relatado um episódio de violência doméstica que sofreu. O marido a agrediu e ela se defendeu usando uma faca. Logo após o ocorrido, ela fez uma denúncia contra ele. Assim, quando ocorreu o episódio do roubo, Ricardo já tinha antecedentes criminais por conta da agressão. Segundo ela, até hoje ele comenta que ela “chama a polícia por qualquer coisa”, deslegitimando a gravidade de sua denúncia e, ainda que indiretamente, a responsabilizando pela prisão.

A notícia da prisão de Ricardo por roubo foi um baque para Neusa, pois ela diz que ambos eram

trabalhadores e nunca tiveram problemas com a polícia – exceto por conta da violência doméstica. Aparentemente, o executor do roubo fora o irmão de Ricardo, mas em função dos objetos roubados terem sido encontrados na casa de Neusa, Ricardo foi implicado no crime. Até então, Neusa acreditava que o envolvimento do marido era superficial. Entretanto, descobriu que ele teve um papel ativo no crime junto com seu irmão.

Durante as duas semanas de detenção, Neusa levava mantimentos para Ricardo três vezes ao dia, todos os dias. Ela não tinha contato direto com ele. Todas as informações, poucas e vagas, vinham dos policiais. Podemos conjecturar que o grau de dependência dos presos em relação à família se torna ainda maior quando a detenção se dá em uma delegacia, uma vez que – tal qual nos conta Neusa – ela precisava ir levar mantimentos nos três turnos para garantir a alimentação do parceiro. Ela sentia angústia nesse período, mas dizia a si mesma que era preciso manter o foco, pois era necessário cuidar da casa, das filhas e do marido. Cuidar dos outros era o que estava em primeiro plano.

A mãe de Neusa foi de grande auxílio para ela nesse período, ajudando com as crianças. O cuidado, para ela, é visto como algo mais intimamente ligado às mulheres da família nuclear, e quando ele advém de pessoas externas, incluindo aí parentes próximos, é visto como algo pontual, sem substituir o cuidado principal, como é demonstrado nessa fala:

O que eu faço aqui, o que a gente passa aqui, a gente não comenta com eles [família do marido], e nem com a minha família. Então a gente fica aqui, a minha mãe que vinha aqui vê se as gurias estavam bem, modo de assim, de ajudar. [...] mas eu sempre deixei comida pronta, eu saía e deixava tudo pronto e ia trabalhar.

O suporte não é algo que associe à família do marido, com quem Neusa não tem contato. A entrevistada também relata que sua sogra lhe culpa pela prisão de Ricardo, pois diz que seu filho cometeu o crime por influência de Neusa. Da mesma forma que nas histórias anteriores, o envolvido com o crime também aparece como destituído de sua autonomia, ficando a mercê da influência da mulher com quem mantém algum tipo de relacionamento amoroso e que acaba por “desvirtuá-lo”. Neusa complementa dizendo que Ricardo teria internalizado o pensamento de sua mãe, e também parece achar que ela teria contribuído para sua prisão, possivelmente devido à denúncia por agressão. Mais uma vez, Ricardo é posto na posição de influenciável,

seja no cometimento do crime seja na reflexão sobre a culpa de sua prisão. Ao confrontar o marido sobre essa questão, Neusa responde às acusações dizendo: “Quem te tirou de dentro da cadeia fui eu, porque quem comeu o pão que o diabo amassou fui eu, eu que tinha que passar com as gurias gato e sapato”, indicando o lugar de destaque que se atribui na soltura do marido.

No dia em que Ricardo foi solto, porém, Neusa descobriu que o marido estava sendo infiel. A amante teria inclusive buscado Ricardo na delegacia e o levado até a casa em que ele divide com Neusa, causando surpresa e revolta em Neusa que não tinha ciência nem que o marido estava prestes a ser liberado. O envolvimento de Ricardo no crime e sua infidelidade conjugal abalaram a confiança de Neusa na relação. Ela diz que hoje, avaliando a situação, não teria se esforçado tanto para manter o contato com o parceiro na privação de liberdade, pois sentiu que seu esforço não foi valorizado, em especial por causa da traição. De todo modo, ela afirma que se Ricardo tivesse sido encaminhado para um presídio, ela não o teria visitado, nem teria levado as filhas para serem poupadas da humilhação sofrida naquela instituição. Narrativamente, Neusa estabelece uma fronteira até onde seus esforços e sacrifícios poderiam ir.

Após descobrir a traição conjugal, Neusa e Ricardo se separaram por um tempo, e ela adoeceu. Para reatarmos, Neusa impôs uma nova conduta para seu companheiro, exigindo saber sobre seus passos diários, e aumentando sua participação nas tarefas de cuidado da casa. Neusa estabelece o monitoramento cotidiano do companheiro como pré-requisito para a manutenção da conjugalidade, uma vez que Ricardo – pelo seu julgamento – não poderia ficar desassistido de controle, ou poderia uma vez mais iniciar uma relação extraconjugal e/ou se envolver novamente em algum ato criminal. Ademais, ao realizar a renegociação de funções domésticas, podemos notar como a condição de cuidadora, em sua narrativa, está diretamente ligada à sua posição como mãe e mulher: “Eu cansei de ser mulher... de ser mãe dentro de casa, chegar do serviço, lavar a roupa, limpar a casa, deixar a comida pronta todinha”. A escolha das condições do perdão, que aliviaram a carga cotidiana que exerce na função de cuidado, parece agir, ainda que de modo limitado, como exercício de poder de Neusa.

Discussão

Embora as histórias de Jane, Neusa e Vera tenham particularidades no que se refere ao relacionamento

estabelecido e a forma com que encararam o encarceramento do companheiro, quatro aspectos emergem em campo comum em suas trajetórias: o *sacrifício*, a *resistência*, a *responsabilização* e a *solidão*. A partir de relacionamentos marcados pela infidelidade, pela desconfiança e pela falta de apoio de outras pessoas para lidar com a rotina imposta pelo cárcere, as três mulheres entrevistadas desvelam como aspecto central em suas narrativas o papel de mulheres “guerreiras” que superam sacrifícios constantes advindos do relacionamento com um homem privado de liberdade. Ainda que sutilmente esbocem alguma crítica sobre a toxicidade e as violências das relações que vivem, as quais são marcadas pelo controle e pela dominação, ao assumirem os cuidados desses homens, parecem esperar ao final que sejam reconhecidas e retribuídas por todo o esforço cometido em nome de suas relações.

A questão já havia sido observada anteriormente na literatura. Em seu estudo sobre as mulheres de presos, Ferraz de Lima (2013) também destaca os sacrifícios advindos da exaustiva rotina de visitas, descritos como “elementos que compunham a imagem da mulher fiel” e que conferem “sacralidade às famílias” nos âmbitos conjugais, familiares e comunitários - incluindo a própria estrutura prisional. Para as “fiéis”, os sacrifícios são enfrentados pelas mulheres “por desejarem estar com o preso”, em um compromisso semanalmente reforçado de “não abandonar o preso” (p. 76). Similarmente, Lago (2017) aponta para as diferenças discursivas contidas na expressão “mulher de preso”. Ao mesmo tempo em que não ser reconhecida como mulher de preso pode significar maior capacidade de trânsito e comunicação com as pessoas que não fazem parte da rotina prisional, ser reconhecida como tal é importante para se diferenciar das amantes e das garotas de programa. Essas últimas são mal vistas pelas “fiéis”, que questionam os reais motivos que circundam as entradas dessas outras mulheres na prisão. Ademais, ser “mulher de preso” é um meio de legitimação social em suas comunidades de origem, em especial quando elas têm contato com as estruturas do crime organizado.

Ainda que façam questão de nomear e vangloriar-se de todos os sacrifícios para acompanhar os parceiros nas prisões, as três entrevistadas buscam, ao mesmo tempo, indicar que têm agência e que estabelecem limites aos seus parceiros. São narrativas que tratam de formas de resistência dessas mulheres diante de um contexto que tanto exige delas. Jane parece se sentir lisonjeada com o controle estabelecido por seu marido

de dentro da cadeia, uma vez que esse monitoramento estaria a serviço de reafirmar a sua posição de objeto de desejo desse homem (Guimarães et al., 2006). Contudo, ela informa que não segue totalmente as orientações de seu parceiro, por se sentir sufocada.

Nas demais histórias, Neusa e Vera expressam a possibilidade de abandono definitivo dos maridos. Ambas tiveram um período de rompimento do relacionamento conjugal, mas reataram a relação. Para isso, Neusa impôs condições e atribuiu mais responsabilidades domésticas ao companheiro, dividindo com ele o papel de “mulher da casa”, reiterando certa estereotipia de gênero frente aos afazeres domésticos e de cuidado da família, ao mesmo tempo em que os subverte. Já Vera é financeiramente independente do parceiro e embora tenha reatado a relação, parece ser a entrevistada que mais vislumbra o término do casamento, quando da liberação do mesmo. Podemos conjecturar que o fato de as entrevistas terem acontecido nas casas das participantes, e não no contexto do dia da visita como em outros estudos anteriormente citados, pode ter favorecido com quem as mulheres tivessem maior liberdade para contar sobre os momentos de divergências e de distanciamento dos parceiros, além de assumirem a possibilidade de finalizar de vez suas relações conjugais.

Por outro lado, esse poder de escolha pelo abandono do parceiro parece algo restrito, considerando que as narrativas também tratam da vigilância, ameaça, agressão, e/ou dependência financeira dos homens e das comunidades. Não por acaso, suas histórias são marcadas - recorrentemente - pela ultrapassagem dos limites que elas dizem impor aos parceiros. Desse modo, a autonomia delas parece cerceada pelas regulações morais e de gênero, como também pelas variadas formas de violências descritas nos relatos.

Notamos ainda o alto grau de responsabilização feminina manifesto nos relatos. Para além do cuidado que socialmente é esperado delas, notamos casos em que as mulheres se sentem culpadas, de alguma forma, pela privação de liberdade dos homens que vão visitar, em função da conduta que tiveram quando eles estavam em liberdade. São narrativas nas quais elas teriam falhado em dar limites ou terem dado demasiado espaço, permitindo que seus parceiros cometessem erros ou crimes. Até mesmo a traição do homem poderia ser entendida como culpa da mulher, que teria “dado espaço” demais a ele, como pontuou Jane. É uma produção discursiva que infantiliza e inocenta os homens, desresponsabilizando-os por seus atos. Por outro lado,

é também uma forma constrangida de exercício de poder dessas mulheres, que se posicionam como reguladoras do comportamento masculino, responsáveis por manter os parceiros dentro da moralidade e da legalidade, mediante suas constantes vigilâncias.

Tal vigilância não pode diminuir nem durante o período de confinamento, pois outras visitantes poderiam utilizar brechas deixadas por elas para iniciar relações afetivas/sexuais com seus companheiros presos. O medo de que os maridos consigam amantes também foi descrito pelas mulheres participantes do estudo de Lago (2017). A possibilidade de que os companheiros presos passem a conversar com outras mulheres por telefone, e que as cadastrem como visitantes de outros presos para poderem conhecê-las pessoalmente, fez com que as esposas analisassem e desconfiassem de outras mulheres na fila de visitação (Lago, 2017). A esse respeito, chama atenção como o cárcere não atua como um meio de garantir a fidelidade dos parceiros como supostamente idealizado por algumas mulheres que se envolvem com homens em situação de prisão (Duarte, 2013). A narrativa descrita por Vera, por exemplo, indica episódios de traição do parceiro durante a pena privativa de liberdade.

As participantes procuraram se posicionar moralmente superiores às mulheres com quem seus parceiros tiveram outras relações. Trata-se de uma produção em que constroem discursivamente suas imagens em comparação ao comportamento que elas observam, ou esperam, de outras mulheres. De modo semelhante, Ferraz de Lima (2013, p. 22), pontua que as mulheres “fiéis” são “produzidas contrastivamente às ‘talaricas’, ‘recalcadas’, mulheres que gostam de cadeia, de ladrão, do crime” (p. 44). As “fiéis” também se diferenciam das mulheres nomeadas de “gadinho”, que seriam apenas “diversão dos presos”, ou seja, mulheres com quem os homens privados de liberdade estabelecem relações sexuais superficiais e não estáveis ou “verdadeiras”.

As interlocutoras – Jane e Vera – pontuam que essas “outras mulheres” não apenas ameaçariam suas relações conjugais, como também seriam motivadoras de condutas delitivas de seus parceiros. A questão figura como outro elemento de responsabilização feminina, mas desta vez as entrevistadas atribuem culpa a outras mulheres pelos desvios dos homens. A culpabilização feminina pelas atitudes masculinas se estende para as próprias entrevistadas, como a sogra de Neusa, que a acusa de ter sido responsável pelos crimes cometidos por seu filho. Nas narrativas, os homens novamente são colocados pelas mulheres como sujeitos sem agência ou poder de decisão, incapazes de

agirem de acordo com a lei, caso estejam sob a má influência de suas cônjuges. Simultaneamente, a fala de Neusa, única entrevistada que não era mais visitante, informa que por meio de seus esforços desmedidos, ela teria sido a responsável pela soltura do parceiro da prisão. Trata-se de uma fala ativa, que também funciona como modo de se diferenciar das mulheres que apenas colocam homens na prisão, mas não os tiram de lá.

Outra forma de responsabilização feminina é a de mantenedora do contato entre pais e filhos. O desejo idealizado de que pais e filhos convivam – mesmo que em situação de aprisionamento – foi descrito por Jane e Vera como motivador para que as visitas ocorram. As qualidades dos companheiros enquanto pais foram enaltecidas pelas participantes, ainda que os relatos também trouxessem situações como as de Gustavo, que se afastou das filhas no momento em que assumiu outra relação dentro da cadeia.

Diante desse contexto, é por óbvio dizer que uma relação conflituosa entre o casal poderia ser motivadora para um afastamento entre o pai e a prole, já que as mães são as principais responsáveis por levarem as crianças nas visitas. Essa situação coloca nas mulheres a responsabilidade de salvaguardar os laços familiares, sendo que esquiva os homens de sua responsabilidade pelo tipo de relação que construíram com a mãe dos filhos, pois se despojam do dever de ter sido um bom pai e de ter estabelecido seu lugar independente da relação com aquela mulher (Cúnico, Strey, & Costa, 2020).

As histórias também mostram que as participantes têm pouco contato com as famílias de seus parceiros. Esse afastamento, por sua vez, gera novos componentes de responsabilização feminina no cárcere, uma vez que as entrevistadas carregam para si a tarefa exclusiva da visitação. A rede de apoio é circunscrita às suas próprias famílias de origem e, ainda sim, é um apoio descrito como restrito ou circunstancial. A solidão parece acompanhar Jane, Neusa e Vânia. Isso porque, diferentemente do trazido por outros estudos (Guimarães et al., 2006; Pereira, 2016), as entrevistadas não mencionam o estabelecimento de relações e redes de apoio nem com familiares próximos e nem com outras mulheres que também possuem um relacionamento com um indivíduo privado de liberdade.

Considerações finais

O presente artigo teve por objetivo compreender, a partir das narrativas biográficas de três mulheres que

tiveram diferentes tipos de aproximação com o cárcere, de que modo elas constroem discursivamente os arranjos conjugais e identitários com os parceiros que têm ou tiveram trajetórias marcadas pela situação de prisão. Trata-se de três mulheres negras, jovens e moradoras de um bairro periférico de uma região de reconhecida vulnerabilidade no Brasil.

Ainda que com particularidades que atravessam suas histórias, as três mulheres entrevistadas expressaram seu comprometimento e lealdade com os companheiros privados de liberdade. Mesmo vinculadas em relações marcadas pela infidelidade, pela desconfiança, necessidade de monitoramento e pela falta de rede de apoio, essas mulheres assumiram o papel quase que exclusivo de cuidado e de assistência do parceiro. A (re) produção desse modelo de feminilidade que cuida e que está relacionado à abnegação, ao sofrimento e a resiliência como “prova de caráter” configura o ideal do feminino que é reproduzido socialmente e que encontra espaço numa realidade em que a desassistência Estatal impera. Não por acaso, as entrevistadas buscaram em suas narrativas se diferenciarem de outras mulheres, que seriam supostamente responsáveis pelo envolvimento dos seus companheiros em atividades criminosas. Seriam mulheres que apenas “colocam” homens na prisão, mas não os apoiam e tampouco os auxiliam durante a privação de liberdade.

A feminilização do cuidado bem como a desresponsabilização dos homens tanto no que se refere à infidelidade quanto ao cometimento de atos criminosos esteve presente nas três narrativas apresentadas. Ao narrarem esses homens como desprovidos de agência, em posições de fragilidade, uma vez que necessitam de vigilância, controle e cuidado constantes, as mulheres buscam subverter – ainda que discursivamente – as posições estereotipadas de gênero, assumindo uma posição de poder. De acordo com as narrativas apresentadas, foi possível identificar que os processos de manutenção da conjugalidade, de manutenção financeira e dos vínculos familiares se entrelaçam em uma complexa teia que envolve sacrifício, resistência, responsabilização e solidão. São processos que contribuem na manutenção de discursividades vitimizadoras tanto para essas mulheres, como para seus companheiros encarcerados. É nessa trama discursiva de companheiras de homens ingênuos, que o eixo do ideal de feminilidade – de mulheres abnegadas e resilientes – recobra poder simbólico.

A trajetórias das mulheres entrevistadas ilustra vidas marcadas por intenso sofrimento ao mesmo tempo

que demarca identidades fortes e potentes, as quais foram construídas tendo como base esse mesmo sofrimento. A história de vida das mulheres entrevistadas deve ser vista, por fim, a partir de seu posicionamento social mais amplo – mulheres negras, pobres, moradoras de área de intensa vulnerabilidade social – para quem a invisibilidade social limita as formas de protagonismo feminino, sendo o posicionamento vitimizado uma das poucas oportunidades de exercício de poder.

Impende mencionar, mais uma vez, que as entrevistas foram realizadas na residência das participantes e não nas filas de visitação, tal como usualmente os estudos com foco em mulheres visitantes são realizados. Poder adentrar a casa dessas mulheres e ouvi-las em um espaço de conforto e segurança para elas, não permeado pela desconfiança e vigilância características das instituições prisionais e seus arredores, certamente possibilitou que trouxessem elementos adicionais em suas narrativas, como os receios da manutenção do relacionamento conjugal e o vislumbre de um possível término.

Pode-se afirmar que o campo comum entre as narrativas das participantes deste estudo foi a intersecção de elementos como a solidão, a resistência, e a responsabilização. Aspectos comuns em suas trajetórias e que são, certamente, compartilhadas por outras mulheres que mantêm um relacionamento com um homem que está ou esteve privado de liberdade, mas não só. Mulheres vivenciando outras situações de isolamento e/ou de afastamento forçado como os processos migratórios, por exemplo, também podem compartilhar vivências semelhantes, em que a prescrição normativa do cuidado coexiste paradoxalmente com posições de poder e agência assumido por elas.

Como limitações do estudo, salienta-se que, devido a pandemia da Covid-19, a pesquisa precisou ser encerrada antes do previsto e outras entrevistas não puderam ser realizadas. Algumas possíveis participantes não contavam com internet ilimitada, o que inviabilizou que as entrevistas ocorressem por vídeo-chamada. Ademais, a Unidade Básica de Saúde que atuou como mediadora permaneceu em sistema de plantão por muitos meses, sendo todos os trabalhos externos realizados em parceria com o local suspensos sem prognóstico de retorno. Sugere-se, portanto, que outras pesquisas sejam realizadas com mulheres que vivenciam o afastamento forçado de seus cônjuges, investigando, inclusive, como a pandemia afetou suas relações conjugais e parentais.

Referências

- Barcinski, M., Lermen, H. S., Campani, C., & Altenbernd, B. (2014). Guerreiras do cárcere: uma rede virtual de apoio aos familiares de pessoas privadas de liberdade. *Temas em Psicologia, 22*(4), 929-940. doi: 10.9788/TP2014.4-19
- Bassani, F. (2016). *Visita íntima: sexo, crime e negócios nas prisões*. Porto Alegre, RS: Bestiário.
- Brun, A. B. B., & Leite, K. C. (2021). A mercantilização da mulher visitante no sistema prisional: o que a sociedade não vê. *Humanidades em Perspectivas, 3*(6), 89-105. Recuperado de <https://www.revista-suninter.com/revista-humanidades/index.php/revista-humanidades/article/view/145>
- Consoli, M., & Unzueta, E. (2017). Marianismo. In A. Wenzel (Org.), *The sage encyclopedia of abnormal and clinical psychology* (Vol. 1, p. 2050). SAGE Publications, Inc. doi: 10.4135/9781483365817.n823
- Cúnico, S. D., Strey, M. N., & Costa, A. B. (2019). Quem está no comando? Mulher de bandido e os paradoxos da submissão. *Revista Estudos Feministas, 27*(2), 1-11. doi: 10.1590/1806-9584-2019v27n254483
- Cúnico, S. D., Strey, M. N., & Costa, A. B. (2020). The implication of deprivation of freedom on fathering: A qualitative study. *Ciencias Psicológicas, 14*(1), e-2192. doi: 10.22235/cp.v14i1.2192
- Duarte, T. L. (2013). Amor, fidelidade e compaixão: “sucata” para os presos. *Sociologia & Antropologia, 3*(6), 621-641. doi: 10.1590/2238-38752013v3612
- Ferraz de Lima, J. S. (2013). *Mulher fiel: as famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo). Recuperado de <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/230>
- Guimarães, C. F., Meneghel, S. N., Zwetsch, B. E., Silva, L. B. D., Grano, M. D. S., Siqueira, T. P., & Oliveira, C. S. D. (2006). Homens apenados e mulheres presas: estudo sobre mulheres de presos. *Psicologia & Sociedade, 18*(3), 48-54. doi: 10.1590/S0102-71822006000300007
- Lago, N. (2017). Mulher de preso nunca está sozinha: gênero e violência nas visitas à prisão. *ARACÊ – Direitos Humanos em Revista, 5*, 35-53. Recuperado de <https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/viewFile/132/68>
- Lago, N. (2019). Dias e noites em Tamara – prisões e tensões de gênero em conversas com “mulheres de preso”. *Cadernos Pagu, 55*(1), 1-26. doi: 10.1590/18094449201900550006
- Lago, N., & Zamboni, M. (2017). Políticas sexuais e afetivas da prisão: gênero e sexualidade em tempos de encarceramento em massa. In F. Mallart & R. Godoi (Orgs.), *BR 111: a rota das prisões brasileiras* (pp. 71-86). São Paulo: Veneta.
- Lermen, H. S. (2015). *Amor e maternidade no cárcere: mulheres que têm filhos com homens encarcerados* (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre). Recuperado de <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/908>
- Padovani, N. C. (2017). Tráfico de mulheres nas portarias das prisões ou dispositivos de segurança e gênero nos processos de produção das “classes perigosas”. *Cadernos Pagu, 51*(e175103), 1-45. doi: 10.1590/18094449201700510003
- Pereira, E. L. (2016). Famílias de mulheres presas, promoção da saúde e acesso às políticas sociais no Distrito Federal, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva, 21*(7), 2123-2134. doi: 10.1590/1413-81232015217.16792015
- Stockman, D., Uzieblo, K., & Verhofstadt, L. (2021). Relational commitment toward a partner in prison: An investment model analysis. *International Journal of Forensic Mental Health, 20*(3), 227-237. doi: 10.1080/14999013.2020.1861135
- Telles, V. S., Godoi, R., Brito, J. M., & Mallart, F. (2020). Combatendo o encarceramento em massa, lutando pela vida. *Caderno CRH, 33*(e020024), 1-16. doi: 10.9771/ccrh.v33i0.32931
- Van Dijk, T. A. (2010). *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto.
- Wallace, S. L. (2018). Prison wives: Providing a voice to the women behind incarcerated men. In K. A. Foss (Org.), *Demystifying the big house: Exploring prison experience and media representations* (pp. 111-132). Carbondale, Illinois: Southern Illinois University Press.

¹A pesquisa contou com apoio financeiro do Cnpq através de bolsa de pós-doutorado concedida à primeira autora e da Fapers – edital ARD 04/2019.

Sabrina Daiana Cúnico, Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), é Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Feevale. Endereço para correspondência: Universidade Feevale, ERS-239, 2755, Novo Hamburgo/RS. CEP 93.525-075. Telefone:+55 51 3586.8800 ramal 8632. Email: sabrinacunico@yahoo.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2198-9957>

Frederico Pereira Balestro, Graduando em Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: fredericobalestro@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8849-6893>

Helena Salgueiro Lermen, Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), é Pesquisadora colaboradora no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: hslermen@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7148-6760>

Adolfo Pizzinato, Doutor em Psicologia pela Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha, é Professor dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) e Política Social e Serviço Social (PPGPSSS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Email: adolfofizzinato@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1777-5860>

Recebido em 05.mai.22

Revisado em 21.nov.22

Aceito em 07.dez.22

Adaptação transcultural de uma Escala de Satisfação dos moradores com os serviços das Residências Terapêuticas

Francisca Lucimar Pinheiro Parente. Instituto Casa de Gui (ONG), Clínica Dr. Dias Jr
Marina Bandeira. Universidade Federal de São João del-Rei
Mário César Rezende Andrade. Universidade Federal de São João del-Rei
Carlos Eduardo Leal Vidal. Faculdade de Medicina de Barbacena
Leandra Mara de Vilhena Melo Vidal. Secretaria Municipal de Saúde de Juiz de Fora

Resumo

A satisfação dos usuários constitui um dos critérios da qualidade dos serviços de saúde mental. Entretanto, há uma carência de estudos avaliando a satisfação dos moradores de residências terapêuticas (RTs) e ausência de instrumento de medida específico para este fim, no Brasil. Neste estudo, foi feita a adaptação transcultural do Questionnaire sur la Satisfaction de la Clientèle en Résidence D'Accueil (QSHS-21), para avaliar a satisfação dos moradores das RTs. O procedimento incluiu: tradução da escala original, retradução, revisão por Comitê de Especialistas e Estudo Piloto com 30 moradores de RTs do município de Barbacena/MG. Os resultados incluíram correções a partir das traduções e retraduições e adaptação da escala pelo Comitê de Especialistas, assim como modificações na redação de algumas questões, no Estudo Piloto. A versão final possui equivalência semântica e conceitual com a escala original e está adaptada ao contexto brasileiro, sendo de fácil compreensão para a população-alvo.

Palavras-chave: assistência à saúde mental, pesos e medidas, serviços de assistência domiciliar, qualidade da assistência à saúde, satisfação pessoal.

Abstract

Transcultural Adaptation of a Satisfaction Scale for the residents of therapeutic residences. Users' satisfaction is a measure of mental health services quality. However, few studies evaluated residents' satisfaction regarding the Therapeutic Residences (TR) and there is no specific instrument in brazilian context for this evaluation. In this study, we made the transcultural adaptation of the Questionnaire sur la Satisfaction de la Clientèle en Résidence D'Accueil (QSHS-21), to evaluate the residents' satisfaction in the TR. The procedure included: translation of the original scale, re-translation, analyses by an Expert Committee and a Pilot Study with 30 TR residents in the city of Barbacena-MG. Results showed corrections of the translations and retranslations and adaptation of the scale by the Expert Committee and modifications in the questions wording during the Pilot Study. The final version of the scale has semantic and conceptual equivalence with the original scale, is adapted to the brazilian context and is easy to understand by the target population.

Keywords: mental health assistance, weights and measures, therapeutic residence services, home care services, quality of health care, personal satisfaction.

Resumen

Adaptación transcultural de una escala de satisfacción de residentes en cuanto a los servicios de Residencias Terapéuticas. La satisfacción de los usuarios es un criterio de calidad de los servicios de salud mental. Sin embargo, faltan estudios que evalúen la satisfacción de los residentes de residencias terapéuticas (RTs) y en Brasil hay ausencia de un instrumento de medición específico para este fin. Este estudio adaptó el Questionnaire sur la Satisfaction de la Clientèle en Résidence D'Accueil (QSHS-21), para evaluar la satisfacción de los residentes de las RTs. El procedimiento incluyó: traducción de la escala original, retraducción, revisión por el Comité de Especialistas y Estudio Piloto con 30 residentes en Barbacena-MG. Los resultados mostraron correcciones de traducciones y retraducciones, y adaptación de la escala por parte del Comité de Especialistas, y cambios en la redacción de las preguntas, en el Estudio Piloto. La versión final tiene equivalencia semántica y conceptual con la escala original y está adaptada al contexto brasileño, siendo de fácil comprensión para el público de RTs.

Palabras-clave: atención a la salud mental, pesos y medidas, servicios de Residencias Terapéuticas, servicios de atención de salud a domicilio, indicadores de calidad de la atención a salud, satisfacción personal.

Na Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB) foram desenvolvidos diferentes serviços comunitários de saúde mental, dentre eles o Serviço Residencial Terapêutico (SRT), conhecido como Residência Terapêutica (RT), que faz parte da Política Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde. Este serviço visa a reinserção social das pessoas com problemas de saúde mental na comunidade, de forma que possam reconquistar espaços na vida em sociedade (Portaria nº 106/2000). O SRT acolhe os usuários, egressos ou não de hospitais psiquiátricos que, por falta de suporte social ou familiar, não têm condições de garantir uma moradia adequada (Ministério da Saúde [MS], 2004). Trata-se de espaços para morar e para viver, articulados à rede de atenção psicossocial de cada município (MS, 2004).

Para garantir a qualidade dos serviços de saúde mental, a realização de pesquisas de avaliação é essencial, no âmbito do desenvolvimento da saúde mental (Bandeira, Lima, & Barroso, 2014; Contandriopoulos, Champagne, Denis, & Pineault, 1997; Thornicroft & Tansella, 2010). No caso das residências terapêuticas, existem poucos estudos avaliativos, havendo, portanto, necessidade de focar nesta temática (Gutwinski et al., 2021; Maluf, Bandeira, & Oliveira, 2017).

Nas avaliações de serviços de saúde mental, a satisfação dos usuários tem sido enfatizada como um dos critérios de qualidade dos serviços (Bandeira, 2014; Miglietta, Belessiotis-Richards, Ruggeri, & Priebe, 2018; Ruggeri, 1994, 2010; Silva, 2014; Silva, Lima, & Ruas, 2018). No caso das residências terapêuticas, esta avaliação visa verificar a satisfação dos usuários com as condições de moradia e de sua inserção na comunidade, com base em um modelo de atenção à saúde mental voltado para a inclusão social das pessoas com problemas de saúde mental na comunidade (Maluf et al., 2017).

O conceito de satisfação com os serviços, segundo Ruggeri (1994, 2010), não é tão claro, visto que pouca atenção tem sido dada para a elaboração deste construto. Porém, há um consenso de que este conceito é multidimensional, envolvendo a percepção dos usuários com relação a diversas dimensões dos serviços. No caso das RTs, estas dimensões se referem a aspectos das moradias, tais como o ambiente físico e conforto, a atmosfera social na residência, os serviços e atividades oferecidas na residência, a organização interna, a relação com os cuidadores e com os outros residentes, as atividades externas de tratamento, reabilitação e reinserção social e as relações com a comunidade.

Segundo Silva (2014), há diversos modelos teóricos sobre a satisfação, sendo o mais utilizado o modelo da expectativa, o qual pressupõe que a satisfação é determinada pela diferença entre o que os usuários esperam e sua vivência concreta com o serviço. Vários estudos já demonstraram que a satisfação dos usuários com os serviços de saúde mental contribui para a sua adesão ao tratamento prescrito, favorece sua disposição de fornecer informações importantes e de continuar usando os serviços, além de contribuir para uma melhor qualidade de vida dos usuários (Bandeira, 2014; Esperidião, 2006, Silva et al., 2018).

A avaliação da satisfação dos moradores com as residências terapêuticas permite garantir a qualidade destes serviços e identificar aspectos passíveis de aprimoramento. Para isto, há necessidade de instrumentos de medida disponíveis e com propriedades psicométricas aferidas para avaliar a satisfação destes usuários. Este instrumento necessita ser multifatorial, tendo em vista a natureza multidimensional do conceito de satisfação (Bandeira, 2014).

Em uma busca na literatura, não foi encontrado nenhum instrumento validado para o Brasil, especificamente para avaliar a satisfação dos moradores das residências terapêuticas. Uma escala disponível de avaliação da satisfação (SATIS-BR) foi validada com usuários de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) (Bandeira & Silva, 2012). Torna-se importante, portanto, obter um instrumento específico para avaliar a satisfação dos usuários com as RTs.

No contexto internacional, foram encontrados três instrumentos de medida: o *Client's Assessment of Treatment Scale for Supported Accommodation- CAT-SA* (Sandhu et al, 2016), o *Housing Satisfaction Scale - SAMHSA* (Tsemberis, Rogers, Rodis, Dushuttle, & Skryha, 2003) e o instrumento canadense *Questionnaire sur la Satisfaction de la Clientèle en Résidence D'Accueil - QSHS-21* (Piat, Perreault, & Bloom, 2006). O primeiro instrumento consiste em uma escala unifatorial, não sendo adequada para avaliar o construto multidimensional de satisfação (Bandeira, 2014). O segundo instrumento é multidimensional, mas o conteúdo de alguns itens não é condizente com a realidade das RTs. O terceiro instrumento é multidimensional e avalia aspectos mais condizentes com as características das RTs. Além disso, ele abrange um maior número de dimensões, podendo avaliar de forma mais completa a satisfação dos moradores. Por esses motivos, este último instrumento foi

escolhido para fazer a adaptação transcultural para o contexto brasileiro, objetivo desta pesquisa.

Método

Delineamento

Esse estudo consiste em uma Pesquisa de Desenvolvimento que, segundo Contandriopoulos, Champagne, Potvin, Denis, e Boyle, (1994), busca utilizar os conhecimentos científicos para desenvolver uma intervenção ou para construir, adaptar ou validar um instrumento de medida. Os procedimentos de adaptação transcultural adotados aqui seguiram as recomendações da literatura internacional (Beaton, Bombardier, Guillemin, & Ferraz, 2000; Morisk, Green, & Levine, 1986), que visam garantir a qualidade do instrumento de medida adaptado e sua equivalência semântica e cultural com a escala original, além de aplicabilidade e facilidade de compreensão pela população-alvo.

Descrição do Local de Pesquisa

Esta pesquisa foi realizada nas Residências Terapêuticas (RTs) do município de Barbacena, Minas Gerais. A implantação das RTs teve início em 2000 e, atualmente, 29 delas estão em funcionamento. Estes serviços abrigam, em média, oito moradores, mas há RTs com uma, duas ou quatro pessoas.

Os moradores são pessoas com problemas de saúde mental que não possuem outras opções de moradia, estão sendo acompanhados na rede de saúde mental de referência e apresentam diferentes graus de dependência. Ao todo, 200 usuários são atendidos e a maioria foi submetida anteriormente a internações de longa permanência em hospitais psiquiátricos.

Um total de 140 cuidadores presta assistência aos usuários. As 29 RTs estão distribuídas em 14 bairros, sendo que, em quatro bairros, estão instaladas mais de uma RT. Todas as RTs estão na área de cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e os moradores fazem acompanhamento nas mesmas quando necessário, inclusive renovação das receitas psiquiátricas. Cada uma é referenciada pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do município e todos os moradores são atendidos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) das ESF.

População-Alvo e Amostra

A população-alvo era constituída pelos 200 moradores das RTs. Os critérios de inclusão foram: ter a idade mínima de 18 anos concluída e ambos os sexos. O

critério de exclusão foi ter dificuldade de compreender as questões dos instrumentos de medidas.

A técnica de amostragem adotada foi do tipo Probabilístico e do subtipo Conglomerado. Esta amostragem consiste em selecionar aleatoriamente unidades de agrupamento de uma população alvo e, em seguida, selecionar aleatoriamente subunidades. Este tipo de amostragem é recomendado quando a população-alvo está distribuída em agrupamentos, como as RTs (Contandriopoulos et al., 1994). Na primeira etapa, foram selecionadas aleatoriamente 15 residências. Em seguida, foram sorteados, em cada uma delas, dois usuários que preenchiam os critérios de inclusão e exclusão.

A amostra foi composta de 30 moradores. Segundo Beaton et al. (2000), para os procedimentos de Adaptação Transcultural de instrumentos de medida, este tamanho de amostra é suficiente, pois as entrevistas com os moradores visam avaliar apenas a compreensão das questões da escala, na etapa de Estudo Piloto (Guillemin, Bombardier, & Beaton, 1993; Vallerand, 1989).

Instrumento de Medida

Questionnaire sur la Satisfaction de la Clientèle em Résidence D'Accueil – QSHS-21. Este instrumento foi desenvolvido pela equipe de pesquisa de Piat et al. (2006), no Canadá. O QSHS-21 é um instrumento multifatorial, que avalia a satisfação dos moradores em relação aos serviços residenciais terapêuticos. A escala possui 21 itens, distribuídos em sete dimensões: Ambiente físico, Serviços oferecidos, Organização interna, Relação com o responsável, Tratamento, Relação com os outros residentes e comunidade e Ambiente. As alternativas de resposta são distribuídas em escala do tipo Likert de 4 pontos: 1. Nem um pouco de acordo; 2. Um pouco de acordo; 3. De acordo; 4. Totalmente de acordo.

A análise da consistência interna do instrumento original apresentou um valor de alfa de 0,867. As correlações item-total estavam acima de 0,20, variando entre 0,217 e 0,612. A análise da validade convergente, por meio da correlação com a escala CSQ-8, que avalia a satisfação dos usuários com serviços de saúde mental, obteve um coeficiente de correlação de $= 0,742$ ($p = 0,00$) (Piat et al., 2006). A Análise Fatorial Exploratória, pelo método dos Componentes Principais, feita para cada dimensão, apresentou cargas fatoriais dos itens variando de 0,539 a 0,845.

Procedimento

A adaptação transcultural seguiu os procedimentos recomendados para garantir a equivalência da versão adaptada em relação à versão original da escala e a facilidade de compreensão da população-alvo, descritos a seguir (Guillemin et al., 1993; Reichenheim, Moraes, & Hasselmann, 2000).

Tradução. Nesta etapa, foram produzidas duas traduções independentes da escala original, por dois tradutores bilíngues qualificados (francês/português), visando facilitar a detecção de erros e interpretações ambíguas ou divergentes. Os tradutores compreendiam os conceitos envolvidos nas questões da escala e tinham como língua materna o português.

Retradução. As duas versões em português produzidas na etapa anterior foram retraduzidas para a língua original (francês), de forma independente, por dois tradutores cuja língua materna era o francês. O objetivo desta etapa era detectar erros ou divergências nas traduções. Esses tradutores não conheciam os conceitos avaliados, de forma a evitar possíveis interferências deste tipo de conhecimento na retradução.

Revisão por Comissão de Especialistas. A Comissão consistiu de uma equipe multidisciplinar, incluindo dois tradutores bilíngues português/francês, dois profissionais de saúde mental, um psiquiatra e uma assistente social com conhecimento e experiência sobre a realidade das RTs e dois psicólogos com experiência em adaptação transcultural de instrumentos de medida em saúde mental. A comissão analisou as versões produzidas nas etapas anteriores, comparando-as com a escala original, e produziu uma Versão Preliminar da escala. Esta análise incluiu duas etapas. Na primeira, foi analisada a equivalência semântica, verificando se os termos das escalas traduzidas mantinham o significado referencial da escala original e corrigindo erros observados. Na segunda etapa, analisou-se a equivalência cultural dos termos e conceitos utilizados, realizando sua adaptação ao contexto da vivência concreta dos moradores das RTs. Foi analisada, ainda, a familiaridade dos termos para a população-alvo de nível de escolaridade baixo. Após a análise de cada item, foram mantidos os termos que alcançaram 100% de consenso entre os membros da Comissão de Especialistas.

Estudo Piloto. Consistiu na aplicação da Versão Preliminar em uma amostra da população-alvo, visando avaliar a compreensão das questões pelos sujeitos e obter uma versão plenamente compreensível. As entrevistas eram feitas individualmente, utilizando a “Técnica

de Sondagem” (Guillemin et al, 1993). Seguindo esta técnica, o entrevistador lia cada questão da escala para os respondentes e verificava se eles a entendiam. Caso o entrevistado não compreendesse uma palavra, o entrevistador o estimulava a esclarecer sua compreensão da questão, de forma a obter um termo mais familiar. As questões eram corrigidas após cada entrevista, de forma a incorporar cumulativamente as correções, até que não houvesse mais nenhuma dificuldade de entendimento (Guillemin et al., 1993). Após essa etapa, obteve-se uma Versão Final da escala.

Análise de Dados

Foi feita uma análise quantitativa de dados para descrição da amostra, utilizando estatísticas descritivas, referentes às variáveis sociodemográficas, clínicas e de condições de vida. As análises foram realizadas por meio do *software Statistical Package For Social Sciences (SPSS)* para *Windows*, versão 20.0.

Uma análise qualitativa foi realizada para a adaptação transcultural da escala, por meio da obtenção de consenso por parte dos membros da Comissão de Especialistas, com relação aos dados obtidos nos procedimentos descritos acima. Foram analisados e adaptados os seguintes aspectos: o significado do conteúdo das questões, as expressões linguísticas, o formato gramatical da redação, o nível de dificuldade das questões, a familiaridade dos termos para a população alvo, a redação das alternativas de resposta, o formato e aparência da apresentação da escala, a estrutura das frases empregadas, evitando palavras com duplo significado ou palavras pouco familiares, conforme as recomendações de Hambleton e Zenisky (2016).

Os critérios recomendados por Pasquali (1998) foram igualmente utilizados na análise qualitativa, a respeito da redação de itens de um instrumento de medida. Estes critérios são: Comportamental, de Objetividade, da Simplicidade, de Clareza, de Relevância, de Precisão, da Variedade, de Modalidade, de Tipicidade e da Credibilidade (Pasquali, 1998). A última fase envolveu a discussão dos dados coletados no Estudo Piloto. As dificuldades de compreensão dos moradores de alguns termos utilizados nos itens da escala foram discutidas, até obter-se um consenso para a redação da versão final da escala.

Considerações Éticas

Este estudo foi aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da instituição de origem (Parecer 4.019.543, de 11 de maio de 2020) e pela Secretaria de Saúde Mental do município

de Barbacena, responsável pela coordenação das Residências Terapêuticas. A pesquisa foi desenvolvida respeitando a Resolução Nacional nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde. Para realização das entrevistas, os sujeitos foram informados sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa e sobre o sigilo das informações dadas por eles. Os sujeitos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), caso concordassem em participar da pesquisa.

Resultados

Descrição da Amostra

A maioria dos sujeitos era do sexo feminino (53,3%), tinha idade média de 60,63 anos, sendo a idade mínima de 40 e a máxima de 86 anos e era solteiro (90,0%). A maior parte dos sujeitos era alfabetizada (66,7%). Nenhum dos sujeitos da amostra trabalhava, mas todos possuíam uma fonte de renda, a maioria proveniente de benefícios (83,3%).

Quanto às características clínicas, metade (50,0%) dos moradores tinha diagnóstico principal na categoria da Esquizofrenia, Transtornos Esquizotípicos e Transtornos Delirantes da CID-10 (OMS, 1993), e a maioria (86,7%) não possuía comorbidades psiquiátricas. Todos os sujeitos faziam uso de algum medicamento e a maioria (93,3%) usava medicamentos psicotrópicos. A média do número de medicamentos psicotrópicos utilizados era de 3,33, com o máximo de seis, todos de utilização oral. A maioria da amostra (93,3%) recebia acompanhamento psiquiátrico no ambulatório de psiquiatria do Hospital Escola Vilela e todos os sujeitos tiveram internação psiquiátrica. Vários dentre eles (60,0%) faziam outros tipos de tratamento adicionais, em média 1,43, com o máximo de dois, tais como tratamento da diabetes ou tratamentos com especialistas em pneumologia, fonoaudiologia, fisioterapia, dentre outros. Nenhum dos sujeitos fazia uso de bebida alcoólica ou de drogas ilícitas.

Quanto às condições de vida, uma mesma residência era compartilhada por, no mínimo cinco e no máximo nove moradores. Cada quarto era compartilhado, no máximo, por três moradores. Apenas 36,7% dos moradores recebiam visitas de familiares e amigos. Grande parte (70,0%) participava das decisões da residência. A maioria (93,3%) não participava das atividades do CAPS. Todos os moradores participavam de alguma atividade de lazer dentro da residência, como assistir TV, ouvir rádio, cuidar do jardim, dentre

outras. A maioria (53,3%) fazia alguma atividade fora da residência, como caminhadas, ir às missas, frequentar academias, fazer cursos no Centro de Convivência e Cultura anexo à instituição “Bom Pastor”, geralmente de cursos de “fuxico” e crochê.

Resultados da Comissão de Especialistas

As Tabelas 1, 2 e 3 apresentam as modificações realizadas no processo de adaptação transcultural da escala QSHS-21. São apresentadas a escala original, a versão preliminar construída pela Comissão de Especialistas e a versão final, após o Estudo Piloto. A versão adaptada recebeu o título de Escala de Satisfação dos Moradores com as Residências Terapêuticas, com a sigla SATIS-RT.

A modificação mais importante realizada na adaptação da escala para o contexto das RTs se refere ao formato de aplicação. A escala original era de autorrelato, requerendo que o sujeito lesse as perguntas e redigisse suas respostas, portanto, adequada para uma população-alvo escolarizada. As questões estavam redigidas em forma de afirmações, que os sujeitos deveriam indicar se eram verdadeiras ou não e em que grau, segundo sua opinião. No caso de usuários de serviços de saúde mental e de baixa escolaridade, que constituem o perfil do público-alvo do instrumento em questão, considerou-se que o formato mais apropriado seria o de entrevista, na qual o entrevistador lê as questões para os sujeitos e anota suas respostas, conforme recomendado na literatura da área para esta população-alvo (Herdman, Fox-Rushby, & Badia, 1998; Perreault et al., 1993). Embora esta modificação resulte em uma diferenciação operacional em relação à escala original, ela oferece um ganho essencial para sua adaptação ao contexto cultural no qual será aplicada. Consequentemente, os itens da escala passaram a ser redigidos como perguntas e não como afirmações.

Algumas adaptações dos termos da escala foram feitas para torná-la compatível com a realidade das RTs (ver Tabelas 1 a 3). A questão E13, que se referia à participação em programas de tratamento em um hospital, foi modificada para se referir à participação dos moradores em tratamentos ou atividades em outros locais, o que é condizente com as práticas das moradias, como: tratamentos em serviços de saúde (consultas médicas, fisioterapia, outras terapias), atividades de reabilitação em centros de convivência (atividades físicas, aulas, artesanato) e atividades que contribuem para a reinserção social dos moradores, como atividades de lazer (passeios, ida a restaurantes, visitas a sítios), religiosas

(assistir missas) e atividades físicas (ex. danças). Foi adicionado um parêntese, nesta questão, contendo exemplos, para facilitar a compreensão.

A questão E14, sobre as visitas do médico à residência, foi modificada para se referir às visitas dos moradores aos serviços de saúde para consultas médicas, que é mais condizente com as práticas das moradias. Na questão B5, sobre a opinião dos moradores com relação à frequência das atividades realizadas dentro das residências, foram citadas, entre parênteses, as atividades mais comuns nas moradias. Por exemplo, atividades de lazer (ex. ver TV, ouvir música, jogos, atividades na horta) e tarefas domésticas (ex. arrumação dos quartos/armários, ajuda na cozinha, limpeza do local). Os títulos destas duas dimensões foram modificados, em acordo com os ajustes feitos.

Algumas traduções de palavras usadas na escala foram ajustadas, em conformidade com termos mais usuais em nosso contexto. A expressão “residência de acolhimento” foi modificada para apenas “residência” e a designação de “o responsável” pelos moradores foi substituída por “o cuidador”. A palavra “regras”, referente à organização das visitas à residência, foi mantida, mas com um acréscimo, entre parênteses, da palavra “combinados”, pois esta última era utilizada usualmente nas RTs, significando “regras”. Decidiu-se manter as duas expressões, pois ambas podem ser utilizadas em moradias de diferentes regiões.

Foram feitas modificações com base nos critérios recomendados por Pasquali (2008), já citados. Foi respeitado o Critério da Variedade, nos seus dois aspectos, conforme a escala original. O primeiro aspecto recomenda variar os termos usados, por exemplo, alternar o uso dos termos “contente” e “satisfeito”, evitando a repetição de uma mesma palavra. O segundo aspecto deste critério se refere à recomendação de variar o conteúdo da redação dos itens, com frases positivas e negativas, como na escala original, de forma a avaliar a satisfação e a insatisfação, evitando focalizar sempre a satisfação. Este critério é particularmente importante no caso da avaliação da satisfação de usuários de serviços de saúde mental, de forma a evitar o viés da aquiescência ou da deseabilidade social, ou seja, a tendência de afirmar sempre sim, às perguntas sobre satisfação.

Com relação ao Critério da Modalidade, que se refere a usar termos que não sejam extremos, mas sim moderados, foi necessário fazer alguns ajustes na escala original. Na questão C8, foi necessário trocar a expressão extrema “excelente trabalho do cuidador” pela forma mais moderada “bom trabalho do cuidador”. Da mesma forma, na questão B4, foi utilizada a expressão “comida de boa qualidade” em vez da expressão mais extrema “comida de muito boa qualidade”. Termos moderados não entram em conflito com as alternativas de resposta, nas quais há um contínuo de opções variadas.

Algumas modificações foram feitas seguindo o Critério da Simplicidade e da Clareza, utilizando termos de maior familiaridade para os moradores. Por exemplo, optou-se por uma pergunta sobre a maneira como a residência é “cuidada”, em vez de “mantida” e preferiu-se a expressão “atende a” em vez de “provê”. Quando havia discordância entre as versões de tradução e retradução, foram escolhidas expressões adaptadas ao nosso contexto, porém próximas da versão original. Por exemplo, entre as palavras “adoraria” e “gostaria” foi mantida esta última, por ser mais próxima da palavra usada na escala original, além de ser menos extrema. Entre as palavras “repouso” e “sonecas” foi mantido o primeiro termo por ser mais familiar. Com relação às palavras “residentes” e “pensionistas”, nenhuma das duas foi retida, sendo preferida a palavra “moradores”, condizente com a prática das RTs. Foi preferida a palavra “desconfortável” em vez de “inconfortável” e a palavra “comida” em vez de “alimentação”, por serem mais simples e familiares.

Quanto às alternativas de resposta, foi necessário fazer adaptações para que elas se tornassem mais adequadas ao novo formato de entrevistas, adotado para a versão brasileira. No que se refere às instruções gerais, foi necessário fazer apenas uma adaptação. Na escala original, solicitava-se que o entrevistado expressasse sua opinião, “tanto positiva quanto negativa”, em relação às afirmações da escala. Na versão adaptada, solicita-se a opinião do entrevistando sobre “o que você gosta e o que você não gosta”, mais simples e familiar. Quanto aos aspectos formais, foram mantidas as mesmas características da escala original, como os negritos, distribuição e posição dos títulos e a disposição das alternativas de resposta.

Tabela 1. Seções A e B da escala original, da versão preliminar após análise pela comissão de especialistas e da versão final após o estudo piloto

Escala Original	Versão preliminar após análise pela Comissão de Especialistas	Versão final após o Estudo Piloto
<p>Titre Questionnaire de satisfaction sur l'hébergement supervisé (QSHS-21)</p> <p>Instructions Les questions suivantes portent sur votre satisfaction, face à divers aspects de la résidence d'accueil dans laquelle vous vivez présentement. Nous sommes particulièrement intéressés à connaître votre opinion, en toute franchise, qu'elle soit positive ou négative. Veuillez s'il vous plaît répondre à toutes les questions. Nous vous remercions de votre collaboration.</p>	<p>Título Escala de Satisfação dos Moradores com as Residências Terapêuticas (SATIS-RT)</p> <p>Instruções Eu vou fazer algumas perguntas a você sobre vários aspectos da residência onde você está morando agora. Gostaria de saber sua opinião, com toda franqueza, sobre o que você gosta e o que você não gosta nesta residência. Agradeço sua colaboração.</p>	<p>Título Escala de Satisfação dos Moradores com as Residências Terapêuticas (SATIS-RT)</p> <p>Instruções Eu vou fazer algumas perguntas a você sobre vários aspectos da residência onde você está morando agora. Gostaria de saber sua opinião, com toda franqueza, sobre o que você gosta e o que você não gosta nesta residência. Agradeço sua colaboração.</p>
A. Environnement physique	A. Ambiente físico	A. Ambiente físico
<p>1. Je suis content(e) de la façon dont ma résidence est maintenue.</p> <p>2. Je suis content(e) de la propreté de ma résidence d'accueil.</p> <p>3. Je trouve que ma résidence est très inconfortable.</p>	<p>1. Você está contente com a maneira como sua residência é cuidada?</p> <p>2. Você está contente com a limpeza da sua residência?</p> <p>3. Você acha que sua residência é muito desconfortável?</p>	<p>1. Você está contente com a maneira como sua residência é cuidada?</p> <p>2. Você está contente com a limpeza da sua residência?</p> <p>3. Você acha que sua residência não tem conforto (os móveis, os cômodos, a construção, a circulação do ar, etc)?</p>
B. Services offerts	B. Serviços oferecidos/atividades	B. Serviços oferecidos/atividades
<p>4. Je trouve que la nourriture est de très bonne qualité</p> <p>5. Je suis content(e) du nombre d'activités qui sont données par mon responsable dans la résidence d'accueil.</p> <p>6. Je suis content(e) des collations offertes à la résidence.</p>	<p>4. Você acha que a comida é de boa qualidade?</p> <p>5. Você está contente com o número de atividades na sua residência (Ex. Ver TV, ouvir música, jogos, arrumar quarto, fazer limpeza, ajudar na cozinha, na horta, etc.)?</p> <p>6. Você está contente com as refeições oferecidas na residência?</p>	<p>4. Você acha que a comida é de boa qualidade?</p> <p>5. Você está contente com o número de atividades na sua residência (Ex. Ver TV, ouvir música, jogos, arrumar quarto, fazer limpeza, ajudar na cozinha, na horta, etc.)?</p> <p>6. Você está contente com a quantidade de refeições oferecidas na residência?</p>

Tabela 2. Seções C, D e E da escala original, da versão preliminar após análise pela comissão de especialistas e da versão final após o estudo piloto

Escala Original	Versão preliminar após análise pela Comissão de Especialistas	Versão final após o Estudo Piloto
C. Organisation interne	C. Organização interna	C. Organização interna
<p>7. Je suis satisfait(e) des règlements concernant la possibilité d'inviter ma famille et mes amis à ma résidence d'accueil.</p> <p>8. Mon responsable fait un excellent travail de supervision des pensionnaires de la résidence.</p> <p>9. Je suis satisfait(e) du règlement concernant les siestes durant la journée.</p>	<p>7. Você está satisfeito com as regras ('combinados') para convidar sua família ou amigos a virem na residência?</p> <p>8. Você acha que seu cuidador faz um bom trabalho de supervisão dos moradores da residência?</p> <p>9. Você está satisfeito com as regras ('combinados') para os repouso durante o dia?</p>	<p>7. Você está satisfeito(a) com as regras ('combinados') para receber visitas na residência?</p> <p>8. Você acha que seu cuidador faz um bom trabalho de ajudar os moradores da residência?</p> <p>9. Você está satisfeito(a) com as regras ('combinados') para os repouso durante o dia?</p>
D. Relation avec le responsable	D. Relação com o cuidador	D. Relação com o cuidador
<p>10. Je suis content(e) de la façon dont mon responsable subvient à mes besoins.</p> <p>11. Je sens que mon responsable comprend vraiment mes problèmes de santé mentale.</p> <p>12. Je sens que mon responsable se soucie vraiment de moi.</p>	<p>10. Você está contente com a maneira como seu cuidador atende as suas necessidades?</p> <p>11. Você sente que seu cuidador entende verdadeiramente seus problemas de saúde mental?</p> <p>12. Você sente que seu cuidador se preocupa verdadeiramente com você?</p>	<p>10. Você está contente com a maneira como seu cuidador atende as coisas que você precisa? (dentro e fora da casa)</p> <p>11. Você sente que seu cuidador entende verdadeiramente seus problemas de saúde mental? (problemas de cabeça, de nervo)</p> <p>12. Você sente que seu cuidador se preocupa verdadeiramente com você?</p>

continua...

Tabela 2. Continuação

E. Traitement	E. Tratamento/Reabilitação/Reinserção	E. Tratamento/Reabilitação/Reinserção
13. J'aimerais que les programmes de l'hôpital me soient rendus plus facile d'accès.	13. Você gostaria de participar mais das atividades fora da residência? (Ex. tratamentos, atividades físicas, religiosas, artesanatos, aulas, passeios, etc.)	13. Você gostaria de participar mais das atividades fora da residência? (Ex. tratamentos, atividades físicas, religiosas, artesanatos, aulas, passeios, etc.)
14. J'aimerais que mon médecin me rende visite plus souvent à la résidence d'accueil.	14. Você gostaria de poder consultar os médicos mais vezes?	14. Você gostaria de poder consultar os médicos mais vezes?
15. J'aimerais avoir plus d'aide pour résoudre mes problèmes de la part de mon responsable.	15. Você gostaria de ter mais ajuda de seu cuidador para resolver seus problemas?	15. Você gostaria de ter mais ajuda de seu cuidador para resolver alguns problemas? (compras, atividades, tratamentos, relacionamento)

Tabela 3. Seções F e G da escala original, da versão preliminar após análise pela comissão de especialistas e da versão final após o estudo piloto

Escala Original	Versão preliminar após análise pela Comissão de Especialistas	Versão final após o Estudo Piloto
F. Relation avec les autres résidents et la communauté	F. Relação com os outros residentes e a comunidade	F. Relação com os outros residentes e a comunidade
16. Je suis déçu(e) du nombre de contacts que j'ai avec mes voisins.	16. Você está decepcionado com o número de contatos que você tem com seus vizinhos?	16. Você está insatisfeito (a) com o número de contatos que você tem com seus vizinhos?
17. Je suis insatisfait (e) de la façon dont les autres résidents s'entendent avec moi.	17. Você está decepcionado com as amizades que você fez na sua residência?	17. Você está insatisfeito(a) com as amizades que você fez na sua residência?
18. Je suis déçu(e) des amitiés que je me suis faites dans ma résidence d'accueil.	18. Você está insatisfeito com a maneira como os outros residentes se dão com você?	18. Você está insatisfeito(a) com a maneira como os outros residentes (moradores) se dão com você?
G. Ambiance	G. Atmosfera Social	G. Atmosfera Social
19. Ma résidence est aussi tranquille que je le voudrais.	19. Você acha que sua residência é tão tranquila quanto você gostaria?	19. Você acha que sua residência é tão tranquila quanto você gostaria?
20. Je trouve qu'il y a trop de chicanes dans ma résidence d'accueil.	20. Você acha que há brigas demais na sua residência?	20. Você acha que há brigas demais na sua residência?
21. Je suis satisfait(e) de pouvoir faire partie d'un groupe dans ma résidence d'accueil?	21. Você está satisfeito de poder fazer parte de um grupo dentro de sua residência?	21. Você está satisfeito(a) de poder fazer parte dessa residência?
Alternatives de réponses		
Pas du tout d'accord	Não, de jeito nenhum	Não, de jeito nenhum
Un peu d'accord	Sim, um pouco	Sim, um pouco
Plutôt d'accord	Sim, bastante	Sim, bastante
Entièrement d'accord	Sim, totalmente	Sim, totalmente

Resultados do estudo piloto

Os resultados do Estudo Piloto indicaram que a maioria dos itens da escala foi de boa compreensão por todos. Porém, 10 itens precisaram ser revistos, por conter algumas palavras não compreendidas. Segue abaixo uma descrição dos resultados obtidos (ver Tabelas 1 a 3).

Na tabela 1, no item 3, "Você acha que sua residência é muito desconfortável?", a palavra "desconfortável" não foi compreendida por todos, sendo substituída pela expressão "tem pouco conforto", que foi bem compreendida. O item 6, "Você está contente com as refeições oferecidas na residência?", gerou dúvida, pois este conteúdo se confundia com o de um item anterior. Decidiu-se, então, direcionar o item para "a quantidade de refeições na residência" (Tabela 1).

Na tabela 2, no item 7, "Você está satisfeito(a) com as regras ('combinados') para convidar sua família ou amigos a virem na residência?", não se aplicava à situação familiar e social de todos os moradores. O item foi modificado para se referir a visitas dos moradores em geral. No item 8, "Você acha que seu cuidador faz um bom trabalho de supervisão dos moradores da residência?", a palavra "supervisão" gerou dúvidas, sendo substituída por "ajudar". No item 10, "Você está contente com a maneira como seu cuidador atende as suas necessidades?", a palavra "necessidade" gerou dúvidas, sendo substituída por "as coisas que você precisa", o que foi bem compreendido. Além disso, foi incluído um parêntese nesta questão, citando exemplos de situações usuais nas residências. No item 11, "Você sente que seu cuidador entende verdadeiramente seus problemas de saúde

mental?”, a expressão “problemas de saúde mental” gerou dúvidas, por isto foi acrescentado um parêntese nesta questão para esclarecer o termo saúde mental, com a expressão “problema de cabeça ou nervo”, que era mais usual e familiar para os moradores. No item 15, “Você gostaria de ter mais ajuda de seu cuidador para resolver seus problemas?”, a expressão “seus problemas” foi trocada por “alguns problemas”, que foi mais bem compreendida. Além disso, foi acrescentado um parêntese neste item, com exemplos de possíveis problemas.

Na tabela 3, nos itens 16 e 17, a palavra “decepcionado” não foi compreendida por alguns usuários, tendo sido trocada pela palavra “insatisfeito”, que foi compreendida. O item 21, “Você está satisfeito(a) de poder fazer parte de um grupo dentro de sua residência?”, gerou problemas, pois os moradores foram unânimes em expressar imediatamente que não havia grupos dentro da residência. Por isso, a questão foi modificada para se referir a um sentido mais geral, se referindo à satisfação de fazer parte daquela residência. As instruções dadas no início da escala, assim como as alternativas de resposta foram bem compreendidas pelos moradores, não gerando dúvidas.

Discussão

Este estudo realizou a adaptação transcultural da escala QSHS-21, para avaliar a satisfação dos moradores com os serviços residenciais terapêuticos. Esta escala é inovadora, pois ainda não havia no Brasil um instrumento de medida específico para este fim.

O perfil da amostra neste estudo se assemelha, em geral, às características de outras amostras de serviços residenciais. Por exemplo, no presente estudo, 53,33% dos moradores eram do sexo feminino, o que se assemelha ao estudo de Oliveira (2018), nas RTs de Juiz de Fora, com 53,30% dos participantes do sexo feminino e no estudo de Maluf et al. (2017), nas Rts de Barbacena, com 53,33% do sexo feminino. No que se refere à idade dos moradores, na presente amostra a idade média (60, 63 anos) se assemelha à do estudo de Maluf et al. (2017), com média de 59,35 anos, mas está acima da idade média obtida no estudo de Oliveira (2018), que foi de 51,92 anos. Quanto ao grau de escolaridade, houve semelhança entre os estudos, pois 66,7% dos sujeitos eram alfabetizados na presente amostra, sendo 65% no estudo de Oliveira (2018) e 57,33% no estudo de Maluf et al. (2017). Os diagnósticos variaram significativamente entre os estudos, porém, a maioria

das categorias se enquadra dentro do mesmo tipo: “Esquizofrenia, Transtornos Esquizotípicos e Transtornos Delirantes”. No estudo de Oliveira (2018), esta categoria atingiu 68,30%, superior aos 50% do presente estudo. Porém no estudo de Maluf et al. (2017), apenas 20% apresentavam diagnósticos, pois para a maioria dos usuários não havia essa informação nos prontuários.

O processo de adaptação transcultural seguiu as diretrizes mais citadas da literatura científica (Avanci, Assis, Santos, & Oliveira, 2007; Guillemin, Bombardier, & Beaton, 1993; Machado et al., 2018; Reichenheim & Moraes, 2007), que recomendam a realização das quatro fases do procedimento adotado aqui. A Comissão de Especialistas realizou uma análise qualitativa das versões da escala e da redação de cada item obtendo, por meio do consenso, uma versão preliminar da escala brasileira, equivalente à versão original e adaptada às condições de vida dos moradores das RTs. Nessa análise, foram utilizados também os critérios recomendados por Pasquali (1998, 2016), para redação dos itens de um instrumento de medida, descritos anteriormente. Outros estudos de adaptação transcultural de escalas de medida em saúde mental utilizaram também os procedimentos descritos aqui, garantindo assim sua equivalência com relação às escalas originais e sua aplicabilidade à população-alvo de baixa escolaridade (Bandeira et al., 2005; Bandeira et al., 2009; Moreira, Bandeira, Pollo, & Oliveira, 2014).

A Comissão de Especialistas estabeleceu uma mudança na aplicação da escala para o formato de entrevista, que é mais apropriado à população-alvo de moradores das residências terapêuticas, tendo sido recomendado internacionalmente (Herdman et al., 1998; Perreault et al., 1993). Segundo Perreault et al. (1993), questionários autoadministrados seriam difíceis para muitos usuários e, por este motivo, eles correriam o risco de serem excluídos das amostras. Os autores argumentam que essa “seletividade instrumental” resultaria em amostras menos representativas dos serviços de saúde mental, pois os usuários mais graves ficariam sub-representados. Os autores priorizaram o formato de entrevista, na qual o pesquisador lê as questões e anota as respostas. Herdman et al. (1998) também apontaram para a dificuldade de utilização de escalas auto aplicadas para a população-alvo de pessoas pouco alfabetizadas.

Este formato de escala, elaborado para entrevistas, se mostrou eficaz no presente trabalho, pois nem mesmo o morador com menor grau de escolaridade deixou de responder. Outros estudos também adotaram este procedimento, tal como o estudo de validação de

uma escala de satisfação (SATIS-BR) no contexto dos CAPS (Bandeira, Pitta, & Mercier, 1999), o estudo de adaptação da Escala de Sobrecarga de Familiares de usuários de serviços de saúde mental (FBIS-BR) (Bandeira et al., 2005), o estudo de adaptação da Escala de Percepção de Mudanças, nas duas versões para usuários de serviços de saúde mental e para seus familiares (Bandeira et al., 2009) e o estudo de adaptação da Escala de Adesão a Psicofármacos MARS (Moreira et al., 2014).

No Estudo Piloto, a maioria dos itens da escala foi de boa compreensão por todos os moradores, não havendo dúvidas quanto ao significado dos termos, mas alguns itens precisaram ser modificados. A “Técnica de Sondagem” utilizada durante a realização do Estudo Piloto, recomendada por Guillemín et al. (1993), permitiu identificar as palavras menos compreendidas, buscar termos mais adequados à população-alvo e reformular os itens, contribuindo para a adaptação da escala ao contexto brasileiro. Esta técnica também foi utilizada em outros estudos de adaptação transcultural de escalas de medida em saúde mental, para usuários dos serviços (Bandeira et al., 2005; Bandeira et al., 2009; Moreira et al., 2014).

A adaptação da escala foi realizada buscando a sua equivalência com a escala original (Huggerbühler & Wang, 2016). A equivalência semântica foi estabelecida, sendo que os itens das versões, original e adaptada, apresentaram o mesmo significado das palavras, conforme estabelecido pela Comissão de Especialistas.

No que se refere à equivalência conceitual, os itens usados para avaliar a satisfação dos moradores na escala original contemplaram adequadamente os aspectos da satisfação no contexto brasileiro. A equivalência de experiências foi mantida, pois a escala apresentou poucos aspectos cotidianos diferentes da realidade dos RTs e estes poucos aspectos foram adequadamente adaptados.

Além disso, não foi encontrada nenhuma expressão idiomática necessitando de uma adaptação e a população-alvo não apresentou compreensão inusitada de nenhum termo apresentado pelos itens. Este cuidado em garantir as equivalências entre a escala original e a escala adaptada foi igualmente respeitada em outros estudos de adaptação transcultural de escalas de medida (Bandeira et al., 2005; Bandeira et al., 2009; Moreira et al., 2014).

Conclusões

Pode-se concluir que a versão brasileira da escala QSHS-21 possui equivalência semântica e conceitual

com a escala original, está adaptada ao nosso contexto cultural e à realidade das moradias RTs e se mostrou de fácil compreensão pela população-alvo. O formato de aplicação da escala, em situação de entrevista, garante sua adequação a pessoas de baixo nível de escolaridade.

Esta escala deverá ser submetida, posteriormente, a estudos de avaliação das evidências das propriedades psicométricas de validade e fidedignidade, no contexto brasileiro. Após esta avaliação, a escala poderá ser utilizada para avaliar a satisfação dos moradores dos SRTs, podendo identificar aspectos a serem melhorados nas moradias, de forma a contribuir para melhor qualidade de vida dos moradores.

Por ser uma inovação no nosso contexto, a versão brasileira da escala QSHS-21 contribui para o desenvolvimento científico, nesta área. A utilização desta escala permitirá, ainda, desenvolver comparações entre os resultados de pesquisas brasileiras e internacionais, facilitando a compreensão das semelhanças e diferenças no acolhimento dos usuários em diversas moradias. Este estudo pretende disponibilizar este novo instrumento de avaliação da satisfação dos moradores das residências terapêuticas aos seus administradores e aos pesquisadores.

Referências

- Avanci, J. Q., Assis, S. G., Santos, N. C., & Oliveira, R. V. C. (2007). Adaptação transcultural de escala de autoestima para adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 397-405. doi: 10.1590/S0102-79722007000300007
- Bandeira, M. (2014). Princípios norteadores para a avaliação de serviços de saúde mental. In M. Bandeira, L. A. Lima, & S. Barroso (Orgs.), *Avaliação de serviços de saúde mental: princípios metodológicos, indicadores de qualidade e instrumentos de medida* (pp. 19-54). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bandeira, M., Calzavara, M. G. P., Costa, C. S., & Cesari, L. (2009). Avaliação de serviços de saúde mental: adaptação transcultural de uma medida da percepção dos usuários sobre os resultados do tratamento. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 58(2), 107-114. doi: 10.1590/S0047-20852009000200007
- Bandeira, M., Calzavara, M. G. P., & Varella, A. A. B. (2005). Escala de sobrecarga dos familiares de pacientes psiquiátricos: adaptação transcultural para o Brasil (FBIS-BR). *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 54(3), 206-214. Recuperado de https://ufsj.edu.br/lapsam/sobrecarga_familiar.php
- Bandeira, M., Pitta, A. M. F., & Mercier, C. (2000). Escala de avaliação da satisfação dos usuários em serviços de saúde mental: Satis-br. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 49(8), 293-300. doi: 10.1590/S0047-20852012000300002
- Bandeira, M., & Silva, M. (2012). Escala de Satisfação dos Pacientes com os Serviços de Saúde Mental (SATIS-BR): estudo de validação. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 61(3), 124-132. doi: 10.1590/S0047-20852012000300002

- Beaton, D. E., Bombardier, C., Guillemin, F., & Ferraz, M. B. (2000). Guidelines for the process of cross-cultural adaptation of self-reports measures. *Spine*, 25(24), 3186-3191. Recuperado de https://journals.lww.com/spinejournal/Citation/2000/12150/Guidelines_for_the_Process_of_Cross_Cultural.14.aspx
- Contandriopoulos, A. P., Champagne, F., Denis, J. L., & Pineault, R. (1997). A avaliação na área de saúde: conceitos e métodos. In Z. M. A. Hartz (Org.), *Avaliação em saúde: dos modelos conceituais à prática na análise de implantação de programas* (pp. 29-47). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Contandriopoulos, A. P., Champagne, F., Potvin, L., Denis, J. L., & Boyle, P. (1994). *Saber preparar uma pesquisa. Definição. Estrutura. Financiamento*. São Paulo: Hucitec Abrasco.
- Esperidião, M., & Trad, L. A. B. (2006). Avaliação de satisfação de usuários: considerações teórico-conceituais. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(6), 1267-1276. doi: 10.1590/S0102-311X2006000600016
- Guillemin, F., Bombardier, C., & Beaton, D. (1993). Cross-cultural adaptation of health-related quality of life measures: Literature review and proposed guidelines. *Journal of Clinical Epidemiology*, 46(12), 1417-1432. doi: 10.1016/0895-4356(93)90142-n
- Gutwinski, S., Westerbarkey, E., Schouler-Ocak, M., Moran, J. K., & Schreiter, S. (2021). Housing satisfaction of psychiatric patients in different forms of housing: a cross-sectional study in Berlin, Germany. *Frontiers in Psychiatry*, 848. doi: 10.3389/fpsy.2021.652565
- Hambleton, R. K., & Zenisky, A. L. (2016). Translating and adapting tests for cross-cultural assessments. In D. Matsumoto & F. Van de Vijver (Orgs.), *Cross-cultural research methods in Psychology* (pp. 46-70). Cambridge: Cambridge University Press.
- Herdman, M., Fox-Rushby, J., & Badia, X. (1998). A model of equivalence in the cultural adaptation of HRQoL instruments: The universalist approach. *Quality of Life Research*, 7, 323-335. doi: 10.1023/a:1024985930536
- Hungerbühler, I., & Wang, Y. P. (2016). Aspectos transculturais na adaptação de instrumentos. In C. Gorenstein, Y. P. Wang, & I. Hungerbühler (Orgs.), *Instrumento de avaliação em saúde mental* (pp. 12-17). Porto Alegre: Artmed.
- Machado, R. D. S., Fernandes, A. D. D. B. F., Oliveira, A. L. C. B. D., Soares, L. S., Gouveia, M. T. D. O., & Silva, G. R. F. D. (2018). Cross-cultural adaptation methods of instruments in the nursing area. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 39, e20170164. doi: 10.1590/1983-1447.2018.2017-0164
- Maluf, R., Bandeira, M., & Oliveira, D. (2017). Psychiatric patients' satisfaction in the therapeutic residence services: A positive experience of psychiatric deinstitutionalization. *Estudos de Psicologia*, 22(3), 274-284. doi: 10.22491/1678-4669.20170028
- Miglietta, E., Belessiotis-Richards, C., Ruggeri, M., & Priebe, S. (2018). Scales for assessing patient satisfaction with mental health care: A systematic review. *Journal of Psychiatric Research*, 100, 33-46. doi: 10.1016/j.jpsychires.2018.02.014
- Ministério da Saúde. (2004). *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Recuperado de http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf
- Moreira, Í. C., Bandeira, M., Pollo, T. C., & Oliveira, M. S. (2014). Cross-cultural adaptation to Brazil of Medication Adherence Rating Scale for psychiatric patients. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 63(4), 273-80. doi: 10.1590/0047-2085000000035
- Morisky, D. E., Green, L. W., & Levine, D. M. (1986). Concurrent and predictive validity of a self-reported measure of medication adherence. *Medical Care*, 24(1), 67-74. doi: 10.1097/00005650-198601000-00007
- Oliveira, W. G. (2018). *Avaliação da satisfação dos moradores com os serviços residenciais terapêuticos* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São João del Rei, Minas Gerais). Recuperado de <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgps/DISSERTACAO%20FINAL%20Wellely%20Gouvea%20oliveira.pdf>
- Organização Mundial da Saúde. (1993). *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Pasquali, L. (1998). Princípios de elaboração de escalas psicológicas. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 25(5), 206-213. Recuperado de <http://ppget.ifam.edu.br/wp-content/uploads/2017/12/Principios-de-elaboracao-de-escalas-psicologicas.pdf>
- Pasquali, L. (2006). Princípios de elaboração de escalas. In C. Gorenstein, Y-P Wang, & I. Hungerbühler (Orgs.), *Instrumentos de avaliação em saúde mental* (1ª ed., pp. 4-11). Porto Alegre: Artmed.
- Perreault, M., Leichner, P., Sabourin, S., & Gendreau, P. (1993). Patient satisfaction with outpatients psychiatric services. Qualitative and quantitative assessments. *Evaluation and Program Planning*, 16, 109-118. doi: 10.1016/0149-7189(93)90022-z
- Piat, M., Perreault, M., & Bloom, D. (2006). Évaluation des services offerts em résidences d'accueil selon la perspective des usagers présentant des troubles sévères et persistants de santé mentale (Projet #49618). Montréal: Institut Universitaire en Santé Mentale Douglas. Projet subventionné par Les Instituts de Recherche em Santé Mentale du Canada (IRSC). ISBN 2-923185-03-X.
- Portaria nº 106. (2000, 11 de fevereiro). Dispõe sobre caracterização, organização e funcionamento dos Serviços Residenciais Terapêuticos. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Reichenheim, M. E., Moraes, C. L., & Hasselmann, M. H. (2000). Equivalência semântica da versão em português do instrumento Abuse Assessment Screen para rastrear a violência contra a mulher grávida. *Revista de Saúde Pública*, 34(6), 610-616. doi: 10.1590/S0034-89102000000600008
- Resolução nº 510. (2016, 7 de abril). Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde.
- Ruggeri, M. (1994). Patients' and relatives' satisfaction with psychiatric services: The state of the art of its measurement. *Social Psychiatry Epidemiology*, 29(5), 212-227. doi: 10.1007/BF00796380
- Ruggeri, M. (2010). Satisfaction with mental health services. In G. Thornicroft & M. Tansella (Orgs.), *Mental health outcome measures* (pp. 99-115). Londres: RCPsych Publications.
- Sandhu, S., Killaspy, H., Krotofil, J., McPherson, P., Harrison, I., Dowling, S., ... Priebe, S. (2016). Development and psychometric properties of the client's assessment of treatment scale for supported accommodation CAT-SA. *BMC Psychiatry*, 16(43). doi: 10.1186/s12888-016-0755-3
- Silva, M. A. (2014). Satisfação dos usuários com os serviços de saúde mental. In M. Bandeira, L. A. Lima, & S. Barroso (Orgs.), *Avaliação de serviços de saúde mental: Princípios metodológicos, indicadores de qualidade e instrumentos de medida* (pp. 55-86). Petrópolis, RJ: Vozes.

Silva, S. N., Lima, M. G., & Ruas, C. M. (2018). Avaliação de Serviços de Saúde Mental Brasileiros: satisfação dos usuários e fatores associados. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23, 3799-3810. doi: 10.1590/1413-812320182311.25722016

Thornicroft, G., & Tansella, M. (2010). Saúde Mental da população e cuidado comunitário. In G. Thornicroft & M. Tansella (Orgs.), *Boas práticas em Saúde Mental Comunitária* (pp. 6-19). Barueri: Manole.

Tsemberis, S., Rogers, E. S., Rodis, E., Dushuttle, P., & Skryha, V. (2003). Housing satisfaction for persons with psychiatric disabilities. *Journal of Community Psychology*, 31(6), 581-590. doi: 10.1002/jcop.10067

Vallerand, R. J. (1989). Vers une méthodologie de validation trans-culturelle de questionnaires psychologiques: Implications pour la recherche en langue française. *Psychologie Canadienne*, 30(4), 662-680. doi: 10.1037/h0079856

Francisca Lucimar Pinheiro Parente, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), é Psicóloga no Instituto Casa de Gui (ONG) e Psicóloga na Clínica Dr. Dias Jr. Endereço para correspondência: Rua Professor Edgar de Arruda, 1143 Henrique Jorge, Fortaleza/CE, CEP 60.510-350. Telefone: (85) 9 8190-0788. Email: lucimarppsico@gmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7029-3273>

Marina Bandeira, Doutora em Psicologia Experimental pela Université de Montréal, Canadá, é Professora aposentada da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), Docente atuante na Pós-graduação em Psicologia. Email: bandeira@ufsj.edu.br ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7778-6078>

Mário César Rezende Andrade, Doutor em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), é Professor adjunto da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Email: mariocesar@ufsj.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2784-5209>

Carlos Eduardo Leal Vidal, Doutor em Saúde Pública/Epidemiologia pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é Professor da Faculdade de Medicina de Barbacena - Fundação José Bonifácio Lafayette de Andrada (FAME-FUNJOBE). Email: celv@uol.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9766-5847>

Leandra Mara de Vilhena Melo Vidal, Especialista em Assistência Social -Gestão de Pessoas pela Universidade de Uberaba (UNIUBE), é Supervisora Clínico-Institucional em Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Juiz de Fora. Email: vilhena2008@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2715-1795>

Recebido em 23.jun.21
Revisado em 31.ago.22
Aceito em 25.out.22

As ruínas da Velha Jaguaribara: Impactos e prejuízos do deslocamento compulsório

Maria Lívia Pinheiro de Freitas. Centro de Apoio ao Sujeito no Luto
Renata Bezerra de Holanda Bessa. Hospital Monte Klinikum – Hospital Unimed Sul
Karla Patrícia Martins Ferreira. Universidade de Fortaleza
Luiza de Andrade Braga Farias. Clínica Espaço Grão

Resumo

Este estudo visou investigar os efeitos do processo de deslocamento compulsório vivenciado pelos moradores de Nova Jaguaribara decorrente da construção da barragem do Castanhão no estado do Ceará. Tratou-se de uma pesquisa exploratória, descritiva e qualitativa. O estudo contou com 08 participantes, de ambos os sexos, moradores da Velha Jaguaribara. Estes responderam a uma Entrevista Narrativa, que possibilita compreender como o participante percebe e vivencia o ambiente ao seu redor. As entrevistas foram compreendidas por meio da análise textual no *software* Iramuteq. Os resultados apontam que populações afetadas por deslocamentos compulsórios são expostas a situações extremamente danosas. Percebe-se a manifestação de sofrimento psíquico e dificuldade de vinculação ao novo lugar, que pode culminar em um luto prolongado. Discute-se como o entendimento das relações humano-ambientais pode auxiliar no estabelecimento de intervenções que favoreçam comunidades deslocadas.

Palavras-chave: psicologia ambiental, relação pessoa-ambiente, deslocamento compulsório, comunidades, apego ao lugar.

Abstract

The ruins of Velha Jaguaribara: Impacts and damages of compulsory displacement. This study aimed to investigate the effects of the programmed compulsory displacement process experienced by the residents of Nova Jaguaribara as a result of the construction of the Castanhão dam in the state of Ceará. It was an exploratory, descriptive, and qualitative research. The study had 08 participants of both sexes, residents of Velha Jaguaribara. They responded to an instrument: the Narrative Interview, which makes it possible to understand how the participants perceive and experience their environment. The interviews were understood through textual analysis in the Iramuteq software. The results show that populations affected by compulsory displacement are exposed to extremely harmful situations. The manifestation of psychic suffering and difficulty in linking to the new place can be seen, which can culminate in prolonged grief. It discusses how the understanding of human-environmental relations can help in the establishment of interventions that favor displaced communities.

Keywords: environmental psychology, person-environment relationship, compulsory displacement, communities, place attachment.

Resumen

Las ruinas de Velha Jaguaribara: Impactos y daños del desplazamiento forzoso. Este estudio tuvo como objetivo investigar los efectos del proceso de desplazamiento forzoso programado experimentado por los habitantes de Nova Jaguaribara como resultado de la construcción de la represa Castanhão en el estado de Ceará. Fue una investigación exploratoria, descriptiva y cualitativa. El estudio contó con 08 participantes, de ambos sexos, residentes de Velha Jaguaribara. Estos respondieron a un instrumento: la Entrevista Narrativa, que permite comprender cómo el participante percibe y vive al entorno que lo rodea. Las entrevistas se entendieron a través del análisis textual en el *software* Iramuteq. Los resultados muestran que las poblaciones afectadas por el desplazamiento forzoso están expuestas a situaciones extremadamente dañinas. Se aprecia la manifestación del sufrimiento psíquico y la dificultad para vincularse al nuevo lugar, que puede culminar en un duelo prolongado. Se discute cómo la comprensión de las relaciones humano-ambientales puede ayudar en el establecimiento de intervenciones que favorezcan a las comunidades desplazadas.

Palabras clave: psicología ambiental, relación persona-entorno, desplazamiento forzoso, comunidades, apego al lugar.

Com o intuito de diminuir o impacto gerado pela irregularidade das chuvas no estado do Ceará, em 1985, o Governo Federal lançou recursos para a construção da barragem do Castanhão. A barragem garantiria o abastecimento hídrico do Estado do Ceará nos períodos de seca. Contudo, a construção da barragem demandaria a aniquilação de toda uma cidade, a Velha Jaguaribara, e o deslocamento em massa da população para outra cidade, recém-construída, totalmente planejada, nomeada de Nova Jaguaribara (Frota Junior & Duarte Junior, 2016).

No planejamento do empreendimento, um terço da cidade de Jaguaribara seria inundada, incluindo a sede do município. A Nova Jaguaribara seria então a primeira cidade planejada do Estado do Ceará. O sentido etimológico da palavra Jaguaribara significa moradores do Rio das Onças, uma referência à tribo Tupi que habitava naquela região. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Nova Jaguaribara localiza-se no Vale do Jaguaribe, mais precisamente na Região do médio Jaguaribe, sua população estimada em 2018 era de 11.359 habitantes (IBGE, 2020).

Na antiga cidade, o modelo de organização das casas eram as conjugadas. Bancos e calçadas eram pontos de encontro dos seus moradores. Cadeiras de balanço eram dispostas pelas calçadas como parte habitual do dia a dia da cidade. Esse aspecto favorecia ainda mais o estreitamento das relações sociais, a sensação de pertencimento e a construção de vínculos com o lugar. A praça principal era tida como um lugar de prestígio, onde aconteciam as festas tradicionais, como a Festa da Padroeira e a Festa do Município (Frota Junior & Duarte Junior, 2016). Havia também uma forte ligação com o Rio Jaguaribe, que passava bem próximo à Cidade Velha, e as suas águas eram fonte de renda, alimentação e diversão para os moradores. A economia da cidade girava em torno do plantio, colheita, pesca e o comércio de alguns produtos. Seus moradores possuíam uma relação de dependência com a antiga cidade, que se configurava como parte da identidade coletiva desta população (Leite, 2018).

A construção da “Nova Jaguaribara” teve como base o planejamento feito por entidades governamentais. As quadras foram dispostas em um formato espacial bem mais definido, amplo e homogêneo. Esse aspecto similar foi utilizado também no planejamento das casas, onde se percebiam poucas modificações entre os modelos. As novas casas se assemelhavam aos modelos de conjuntos habitacionais. Outro grande desafio era o fato de a nova cidade ser mais distante do Rio Jaguaribe, fonte de renda, subsistência e lazer.

Fator que acarretou grandes perdas sociais, econômicas e afetivas (Braz, 2005; Leite, 2018).

As ruas da nova cidade possuíam pavimentação e as avenidas eram sinalizadas. Havia um pequeno aeroporto, infraestrutura de água e esgotamento sanitário, energia elétrica e telefonia. Como forma de tentar reduzir os impactos, na delimitação da distribuição das casas, deu-se a tentativa de manutenção da mesma vizinhança. Outro esforço para minimizar os danos foi a construção de réplicas de pontos simbólicos da antiga cidade, como a Igreja Matriz e a Igreja do Poço Comprido, antigo distrito do município (Braz, 2005; IBGE, 2020).

Todo o processo de planejamento e transição ocorreu entre resistência e luta da população. Os moradores se organizaram em uma associação (Associação de Moradores de Jaguaribara). Essa organização possibilitou que os moradores participassem de assuntos importantes, como a escolha do local da nova sede do município e o modelo das igrejas. Puderam também participar das reuniões do Grupo Multi-participativo do Castanhão. Havia uma forte sensação de recusa e oposição entre os moradores. Apesar da relutância, em 1997 se deu o início da construção da nova cidade, que seria o lugar de habitação de cerca de oito mil moradores da zona rural e urbana. Em julho de 2001 se inicia o processo de mudança, e em setembro do mesmo ano, Nova Jaguaribara torna-se habitação para a população da antiga sede. Trata-se do nascimento de uma cidade nova, inteiramente planejada, desde o seu traçado urbano até os seus edifícios públicos (Martins, 2020; Perote, 2006).

Vale destacar que a inundação de uma cidade ultrapassa o seu aspecto físico. A inundação da Velha Jaguaribara resultaria na aniquilação histórica, social e cultural de toda uma população (Leite, 2018). O deslocamento compulsório é entendido como um processo de desterritorialização. Entende-se desterritorialização como um processo de perda de controle e de acesso ao território impactado. Trata-se da perda do espaço concreto de moradia e sobrevivência, e, por conseguinte, das referências culturais, econômicas, sociais e espaciais. Desterritorializações, mesmo as programadas, resultam em impactos e perturbações a nível individual e coletivo (Feitosa et al. 2018; Mercês, Castro, & Cañete, 2019).

Ertzogue, Ferreira, e Marques (2017), afirmam que o deslocamento forçado ocasionado pela construção da usina hidroelétrica de Estreito, no estado do Tocantins (TO), suscitou perdas funcionais e simbólicas, assim como a desterritorialização de populações tradicionais. Verificou-se que as consequências desse processo na vida das populações afetadas se manifestaram

em forma de sentimentos de saudade, dor, bem como depressão (Ertzogue et al., 2017; Mercês et al., 2019; Santos, Sol, & Modena, 2021).

Sendo assim, compreende-se que o processo de deslocamento compulsório da população da Velha Jaguaribara ocasionou tanto a desarticulação territorial quanto vivencial de toda a comunidade, e, portanto, é assunto de interesse da Psicologia Ambiental, sendo esta, uma área interdisciplinar que se debruça sobre as relações humano-ambientais e os desdobramentos comportamentais, psicológicos e sociais dessa interação (Freitas et al. 2021). O ambiente é composto por dimensões físicas, sociais, culturais, afetivas, políticas. No planejamento de construções, como uma cidade, além da estrutura física, as produções afetivas envolvidas na relação pessoa-ambiente devem ser respeitadas e levadas em consideração (Bomfim, Delabrida, & Ferreira, 2018; Feitosa et al. 2018).

Para que se compreenda esse fenômeno, faz-se necessário entender a noção de Lugar e de Espaço para a Psicologia Ambiental. O Espaço é a matéria exterior ao indivíduo. A ele não se atribui significado, ou seja, ele é neutro. Já o Lugar é um espaço que possui identificação. É onde moramos, trabalhamos, nos divertimos e vivemos. Pode-se definir seus limites, e ele é reconhecido, pois possui referência. A ele atribuímos significado, através da vivência e dos sentimentos. Um espaço só se transforma em lugar a depender das marcas geradas na relação humano-ambientais (Cavalcante & Nóbrega, 2017; Feitosa et al. 2018).

Compreende-se ainda que, uma vez este “lugar” criado, mesmo que ele deixe de existir fisicamente, poderá permanecer no plano simbólico. A Psicologia Ambiental também aponta que, quanto maior for o tempo de permanência em um lugar, maior a possibilidade de criação de vínculos e de enraizamento com o ambiente. O processo de enraizamento é responsável pela sensação de “estar em casa”, e tem forte relação com o tempo de habitação. Contudo, deve-se considerar os aspectos individuais da relação (Massola & Svartman, 2018).

Outro aspecto importante apontado pela Psicologia Ambiental diz respeito a relação de Apego/Vínculo com o Lugar. O apego ao lugar pode ser compreendido como o vínculo emocional firmado com cenários físicos. Uma das características da relação de apego ao lugar é a vinculação positiva, que favorece o bem-estar e a sensação de pertencimento (Elali & Medeiros, 2017; Freitas et al. 2021; Mourão, & Cavalcante, 2017).

Deslocamentos compulsórios podem gerar rupturas profundas na vida das populações. As manifestações físicas e emocionais são comparadas a sinais de

manifestação de luto, com sentimento de perda intensa e sofrimento (Mercês et. al., 2019; Santos et al., 2021). O deslocamento compulsório representou para moradores perdas significativas, uma vez que o ambiente é permeado por signos, afetos e memórias, e comporta além de uma dimensão física, uma dimensão simbólica (Bomfim et. al., 2018; Mourão & Cavalcante, 2017).

Rompimentos físicos e/ou emocionais podem gerar processos de luto. O termo luto refere-se a uma vivência singular, e é percebido como uma experiência habitual diante de uma situação de perda ou ruptura. A vivência do luto envolve processos de aprendizagem e elaborações que nem sempre estão relacionados à morte concreta. A quebra de um vínculo que a pessoa considera essencial em sua vida, a perda de um emprego, rompimentos de relacionamentos podem gerar um processo de luto (Franco, 2021).

Apesar de singular, o processo de luto pode ser vivenciado de forma coletiva. No geral, o luto coletivo é desencadeado por catástrofes naturais e/ou catástrofe humana, que acarretam sentimentos de profunda angústia, e que abala a forma como uma comunidade vive. Ele expõe a vulnerabilidade da sociedade e mostra como o mundo pode ser um lugar imprevisível. Perdas simbólicas são geradoras de luto e não devem ser desconsideradas ou invalidadas. A vivência da população de Jaguaribara pode ser comparada a um processo de luto coletivo devido ao alto grau de rompimento a que a população foi exposta (Torlai, 2010).

Lidar com perdas é um processo imprevisível, que pode ou não ter um desfecho favorável. Tendo em vista a complexidade de fatores que dizem respeito ao comportamento humano, a Psicologia Ambiental pretende através deste artigo discutir os efeitos do deslocamento compulsório para a população de Nova Jaguaribara. Consequentemente, analisar as repercussões que os grandes empreendimentos produzem em outras populações realocadas. Considera-se fundamental o estudo e aprofundamento no tema, para o desenvolvimento de intervenções que possibilitem uma melhor adequação e enfrentamento destes processos pelas populações afetadas.

Metodologia

Desenho do Estudo

Realizou-se uma pesquisa exploratória, descritiva de abordagem qualitativa. A natureza qualitativa do estudo possibilitou apreensão dos significados e das vivências dos entrevistados. A fase exploratória teve como objetivo a imersão dos pesquisadores no campo

de estudo, a fim de favorecer o percurso teórico e metodológico (Pesce & Abreu, 2013).

Amostra

A pesquisa de campo ocorreu na cidade de Nova Jaguaribara, e contou com a participação de oito pessoas, três homens e cinco mulheres, com idades entre 30 e 60 anos, que vivenciaram o deslocamento compulsório da Velha Jaguaribara para a nova cidade planejada. Utilizou-se o método bola de neve (*snowball sampling*) para a seleção dos participantes (Vinuto, 2014). Inicialmente ocorreu a seleção do primeiro participante, e este indicou o próximo, e assim sucessivamente. Após o primeiro contato com os participantes, deu-se a apresentação do TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como as orientações quanto ao objetivo da pesquisa, procedimentos de coleta e sigilo de dados. Logo em seguida, realizou-se a coleta das assinaturas, a fim de garantir a realização da pesquisa.

Instrumento

Foram realizadas entrevistas individuais com os todos participantes. Estes responderam a um instrumento: a Entrevista Narrativa, que possibilita compreender como o participante percebe e vivencia o ambiente ao seu redor (Batista, Matos, & Nascimento, 2017). Os discursos foram gravados num tempo médio de 1 hora para cada participante. As entrevistas tiveram como ponto de partida a seguinte frase deflagradora: "Gostaria que você me falasse sobre a sua experiência com a cidade de Jaguaribara".

Procedimentos de Coleta e Aspectos Éticos

O presente artigo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), CAEE: 09454919.9.0000.5052. Após a aprovação, foram contatados os participantes e solicitado que esses lessem e assinassem o TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cujo modelo foi elaborado de acordo com as Resoluções nºs 466/12 e 510/16. Os objetivos da pesquisa, a garantia do anonimato, e os procedimentos adotados foram detalhados. Neste trabalho, todos os aspectos éticos referentes a pesquisas envolvendo seres humanos foram considerados.

Análise dos Dados

As entrevistas narrativas foram analisadas por meio do software Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), que possibilita a análise por classificação hierárquica

descendente (CHD) e nuvem de palavras (Camargo & Justo, 2013), e complementada por uma análise de conteúdo. Nesta o pesquisador constrói o conhecimento analisando o discurso, a disposição e os termos utilizados pelos participantes (Castro, Abs, & Sarriera, 2011).

Resultados

Análises Lexicográficas Clássicas e Classificação Hierárquica Descendente

O corpus foi constituído por oito textos, separados em 402 segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 305 STs (75,87%). Emergiram 14.131 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 2.317 palavras distintas e 1.351 com uma única ocorrência. O conteúdo analisado foi categorizado em quatro classes: Classe 1 - "Relação de Apego com a Velha Jaguaribara", com 81 ST (26,56%); Classe 2 - "O processo de luto decorrente do deslocamento compulsório", com 76 ST (24,92%); Classe 3 - "Desdobramentos do processo de desenraizamento", com 87 ST (28,52%); Classe 4 - "Memórias e afetos: comparações entre as duas cidades", com 61 ST (20,0%) (Figura 1).

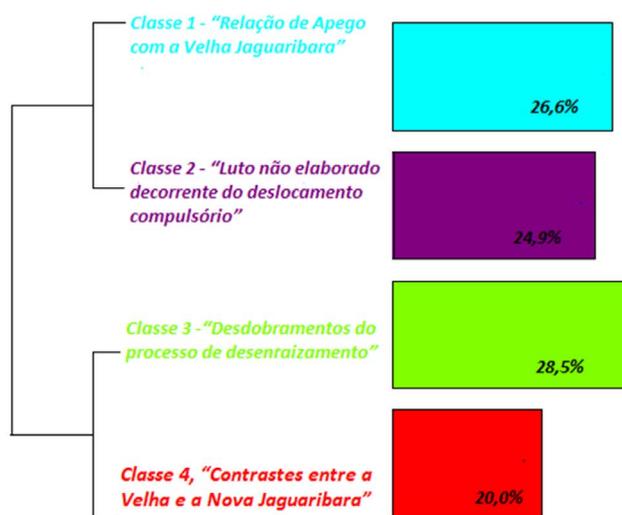


Figura 1. Dendrograma de classificação hierárquica descendente.

Para atingir uma melhor visualização da distribuição do corpus, elaborou-se um diagrama com a lista de palavras de cada classe gerada a partir do teste qui-quadrado. Nele emergem as evocações que apresentam vocabulário semelhante entre si e vocabulário diferente das outras classes. A seguir serão descritas, operacionalizadas e exemplificadas cada uma dessas classes emergidas na Classificação Hierárquica Descendente (Figura 2).

Corpus do texto 305 ST - Aproveitamento 75,87%											
CLASSE 1 (26,6%)			CLASSE 2 (24,9%)			CLASSE 3 (28,5%)			CLASSE 4 (20,0%)		
"Relação de Apego com a Velha Jaguaribara"			"Luto não elaborado decorrente do deslocamento compulsório"			"Desdobramentos do processo de desenraizamento"			"Contrastes entre a Velha e a Nova Jaguaribara"		
palavra	f	x	palavra	f	x	palavra	f	x	palavra	f	x
cidade velha	18	22,50%	viver	25	40,94%	acabar	12	23,54%	chegar	19	53,38%
associar	6	16,93%	construir	8	20,28%	morto	8	16,57%	casa	16	38,20%
forte	5	14,60%	mudar	9	19,75%	cidade	24	12,89%	morar	9	20,57%
novo	11	13,43%	doloroso	5	15,32%	querer	17	11,72%	festa	5	23,33%
amor	4	11,21%	sofrimento	5	15,32%	embora	6	11,49%	lembrar	16	20,11%
identificar	4	11,21%	processo	10	14,70%	sistema	3	7,59%	conhecer	6	12,62%
sentimento	7	10%	mudança	11	13%	vínculo	3	8%	esquisito	3	12%
coletivo	3	8,38%	terra	4	12,21%	cuidado	3	7,59%	só	16	11,51%
lugar	10	7,60%	historia	8	11,64%	origem	3	7,59%	triste	4	11,44%
dificuldade	4	5,05%	vivo	5	11,16%	ruim	3	7,59%	trabalhar	8	9,50%
lembrança	4	5,05%	preso	3	9,13%	Jaguaribara	15	7,53%	Velha Jaguaribara	4	8,32%
luto	3	4,88%	essencia	4	8,24%	praça	6	6,62%	diferente	6	5,81%
violencia	3	4,88%	luta	4	8,24%	laço	6	5,02%	conhecido	2	4,12%
memória	3	4,88%	apego	4	5,70%	perder	5	4,65%	realidade	2	4,12%
tristeza	3	4,88%	partir	3	5,43%	morrer	4	4,43%	terminar	2	4,12%
cidade nova	7	4,13%	vida	11	4,59%	cultura	3	4,29%	falar	6	3,94%

Figura 2. Diagrama de Classes.

Classificação Hierárquica Descendente

Classe 1 - "Relação de Apego com a Velha Jaguaribara". Compreende 26,56 % ($f = 81$ ST) do corpus total analisado. Constituída por palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2 = 4,13$ (cidade nova) e $\chi^2 = 22,50$ (cidade velha). Essa classe é composta por palavras como "cidade velha" ($\chi^2 = 22,50$); "amor" ($\chi^2 = 11,21$); "lembrança" ($\chi^2 = 5,05$); "luto" ($\chi^2 = 4,88$); "violência" ($\chi^2 = 4,88$); "memória" ($\chi^2 = 4,88$); "tristeza" ($\chi^2 = 4,88$).

Emergem discursos que apontam para uma relação de apego/vinculação com a antiga cidade. Percebe-se reações de apatia em relação a mudança e dificuldade de adaptação a novas práticas e ao novo lugar. Nessa classe percebe-se que a relação de apego ao lugar que os participantes mantêm com a Antiga Jaguaribara reforça a dificuldade de vinculação com a nova cidade.

Eu sinto que a Cidade Velha, assim como eu falo ela é bem mais presente, bem mais forte para mim do que a Cidade Nova, tendo em vista um sentimento que eu classifico assim como meio egoísta, por ter a questão das referências, que Jaguaribara por ser uma cidade pequena e que assim era uma só família. (Participante 5)

A partir dos discursos, percebe-se que o processo de ruptura gerou profundas perdas físicas, sociais, identitárias e culturais. Não foi somente a cidade antiga que deixou de existir, mas o "eu" de antes também não existe mais. Histórias, construções e memórias foram inundadas no processo. A dimensão simbólica dos ambientes, que é permeada por afetos, memórias, significados e valores, se constitui como parte do eu individual e coletivo (Bomfim et. al., 2018). A calçada que antes era ponto de encontro agora encontra-se vazia, e os velhos hábitos se pedem na Cidade Nova. Percebe-se sinais que indicam um processo de luto pela perda da cidade que não mais existe.

Então a gente desenvolvia a forma, a linguagem que era muito forte na Cidade Velha e esse era o grupo de quadrilha: o nosso Lampião e Maria Bonita, onde a gente desenvolvia isso com muito amor, com muito apego, para que a gente pudesse fazer aquela cidade, é, viver as lindas noites de São João!. (Participante 5)

Porque eu lembro muito bem que o processo de mudança foi até visto como um pouco de entusiasmo por ser algo novo para os mais jovens,

mas para as pessoas mais velhas foi muito sofrido. Imagine você, uma pessoa de 70, 80 anos deixar para trás tudo que viveu? Alguns adoeceram, outros nem suportaram, chegando a falecer antes da mudança acontecer ou até mesmo a falecer assim que chegou aqui. (Participante 8)

Classe 2 - “O Processo de Luto Decorrente do Deslocamento Compulsório”. Compreende 24,9 % (f = 76 ST) do corpus total analisado. Pertence a um sub-eixo com uma proximidade maior da classe 1. Constituída por palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2 = 4,59$ (vida) e $\chi^2 = 40,94$ (viver). Essa classe é composta por palavras como “construir” ($\chi^2 = 20,28$); “mudar” ($\chi^2 = 19,75$); “sofrimento” ($\chi^2 = 15,32$); “mudança” ($\chi^2 = 13,0$); “terra” ($\chi^2 = 12,21$); “história” ($\chi^2 = 11,64$); “luta” ($\chi^2 = 8,24$); “apego” ($\chi^2 = 5,70$); “partir” ($\chi^2 = 5,43$).

Os discursos demonstram de forma mais explícita que entre os mais jovens houve uma melhor aceitação do processo de mudança. Em contrapartida, essa classe reforça a dificuldade que os moradores idosos tiveram em aceitar a transição e adaptarem-se a mudança. Demonstrações de perda profunda, que dificultam o processo de apropriação do novo lugar. Apropriar-se é um processo necessário para que alguém se identifique com um entorno. No processo de apropriação, o homem deixa sua marca no lugar (Feitosa et al. 2018). As repercussões psicológicas negativas e o aspecto da ruptura vivenciada pelos moradores podem ser comparados a um processo de luto, um luto dual, hora voltado para a perda, hora voltado para a recuperação da vida, e uma dificuldade de apropriação desse novo lugar (Franco, 2020).

Mas foi um processo bem difícil para os mais adultos e idosos e assim, nosso povo ainda vive uma ideia de apego ao passado, as crenças, costumes tudo gira em torno do que já não pode mais ser vivido, até alguns ainda jovens tem essa ideia eu acho, eu já prego que é, e sempre será Jaguaribara agora um pouco mais expandida, porém não desenvolvida, mas Jaguaribara. (Participante 4)

Aspectos relacionados a temporalidade e a intergeracionalidade são evidenciados nessa classe. O luto do idoso é passado aos mais jovens através dos relatos e das vivências contadas. Repercussões psicológicas negativas que se iniciaram antes dos deslocamentos, reverberam até os dias atuais. Observa-se a manutenção da dor pela perda da sua cidade, característica de uma profunda ligação com o lugar, que revela um profundo nível de investimento no objeto perdido (Alves, 2014; Massola & Svartman, 2018; Mercês et. al., 2019). Os discursos

demonstram também que a geração mais nova ansiava por melhorias, e para eles foi mais fácil a transição.

Na sua grande maioria, eles vêm Jaguaribara de uma forma negativa, não tem muito atrativo para eles, não sei se é porque é por conta da visão dos mais velhos ou da essência de cada um deles, eu percebo isso e é muito interessante. (Participante 5)

Mas, foi doloroso! Algo muito doloroso, principalmente para alguns, mas para uns nem tanto, porque eu acho que tinha gente que já tinha essa ideia de mudança fixa da cidade, de querer realmente o novo, mas nas pessoas mais velhas eu percebi que era bem mais difícil eles aceitarem. (Participante 2)

Além dos impactos na saúde mental dos moradores, o processo de mudança produziu consequências econômicas na população. Antes estavam localizados próximo ao Rio Jaguaribe, que era fonte de subsistência, agora não mais. Os discursos reforçam a ideia de vulnerabilidade social e redução da autonomia dessa população. Negligência e abandono por parte das entidades governamentais quanto ao suporte necessário para o cuidado dos moradores e para a retomada das atividades econômicas na cidade reduzem os mecanismos de enfrentamento, e tornam escassas as redes de apoio (Freitas et al. 2021; Santos et al. 2021).

Eu acho que é dividido em faixa etária, porque aqueles outros, os mais velhos, talvez ela não significa tanto quanto para as pessoas mais novas, até pela forma de cultura que eles levavam lá na Cidade Velha, viviam de forma diferente, porque tinha idosos que viviam lá na Cidade Velha, até como forma de subsistência na plantação, na pesca e aqui eles ficaram presos dentro de casa, muitos sem ter realmente como ganhar o pão e outros, já aposentados vivendo de uma forma mais aprisionada. (Participante 2)

Demonstrações de ressentimento e mágoa que obstaculizam o processo de apropriação da nova cidade. Todo esse ressentimento gera dificuldades de elaboração do luto e tem como pano de fundo o fato de não terem sido considerados de forma satisfatória no planejamento decisório, e por não usufruírem dos benefícios da nova barragem. Na vivência singular do luto dessa população, percebe-se uma alternância na intensidade e na maneira de viver a perda, contudo, ela é sempre percebida nos discursos.

Classe 3 - “Desdobramentos do Processo de Desenraizamento”. Compreende 28,5 % (f = 87 ST) do corpus total analisado. Pertence a um sub-eixo diferente

das Classes 01 e 02, mas com uma proximidade maior da classe 4. Constituída por palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2 = 4,29$ (cultura) e $\chi^2 = 23,54$ (acabar). Essa classe é composta por palavras como “morto” ($\chi^2 = 16,57$); “cidade” ($\chi^2 = 12,89$); “vínculo” ($\chi^2 = 8,0$); “cuidado” ($\chi^2 = 7,59$); “origem” ($\chi^2 = 7,59$); “Jaguaribara” ($\chi^2 = 7,59$); “laço” ($\chi^2 = 5,02$); “perder” ($\chi^2 = 4,65$); “morrer” ($\chi^2 = 4,43$).

Essa classe traz conteúdos sobre as dificuldades de vinculação à nova cidade. Percebe-se um enraizamento profundo com a antiga cidade. Como consequência, não há investimento afetivo. Verifica-se que, mesmo após 20 anos, ao narrarem a mudança, sentimentos de dor e desamparo ainda se encontram presentes. Esses sinais corroboram com o aspecto traumático dos deslocamentos compulsórios e do processo de desenraizamento. Este consiste em expulsar ou afastar alguém de seu local de origem (Massola & Svartman, 2018).

Assim, eu vim para cá, eu venho para cá, mas a minha origem não é aqui, é lá! Então, se a minha origem é lá, e lá não existe mais, então tanto faz eu está aqui como está em qualquer outro lugar, para mim é a mesma coisa, porque meu laço, a minha origem, era de lá. (Participante 7)

E quando eu lembro que eu tive que me despedir da minha casa, armaria, eu me senti muito! Eu olhava tanto para as coisas, se dependesse de mim jamais eu tinha saído de lá, porque era muito triste, a gente era saindo e o pessoal demolindo nossas casas, com medo das pessoas voltarem e não quererem vir para cá, e se cortava logo a água, energia e a gente tinha que vir mesmo né?. (Participante 3)

O resultado do desenraizamento é percebido na maneira como os moradores lidam afetivamente com a nova cidade. Desenraizar-se é visto como uma situação desagradável e penosa, na qual o indivíduo é apartado de suas origens sócio-históricas e culturais. Acreditam que, como consequência, a cidade perdeu sua vitalidade. Devido à forte vinculação que conservam com a antiga cidade, resistem a ideia de abrir-se ao novo. Vê-se uma sensação de indiferença aos espaços coletivos. A Cidade Velha, mesmo inundada permanece cheia de vida e de movimento, porém a Cidade Nova em seus discursos está morta (Freitas et al. 2021).

Também, porque a gente vê dificuldade de trazer de novos costumes culturais das pessoas para as pessoas, até mesmo para nova geração que está surgindo. Porque eles não têm alimentado o sentimento de pertença daqui, de sentir que afeta em todos os cenários. Eu acho que as relações, as formas como

a gente vê as praças sem ser habitadas, sem serem movimentadas, a dificuldade que a gente tem de fazer algum projeto aqui e levar para frente, como um grupo cultural. (Participante 2)

Classe 4 - “Memórias e Afetos: Comparações entre as Duas Cidades”. Compreende 20,0 % ($f = 61$ ST) do corpus total analisado. Constituída por palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2 = 3,94$ (falar) e $\chi^2 = 23,54$ (chegar). Essa classe é composta por palavras como “casa” ($\chi^2 = 38,20$); “morar” ($\chi^2 = 20,57$); “lembrar” ($\chi^2 = 20,11$); “conhecer” ($\chi^2 = 12,62$); “triste” ($\chi^2 = 11,44$); “Velha Jaguaribara” ($\chi^2 = 8,32$); “diferente” ($\chi^2 = 8,81$); “realidade” ($\chi^2 = 4,12$); “terminar” ($\chi^2 = 4,12$).

Essa classe é permeada por memórias em relação à antiga cidade. Apesar da aniquilação física da Velha Jaguaribara, identifica-se ainda estabelecidos nos relatos uma ligação profunda com o lugar, vivida de forma saudosa e dolorosa. Percebe-se nitidamente a relação da classe 4 com a classe 3. Sentimentos nostálgicos e uma forte ligação a lugares específicos da antiga cidade, especialmente ao Rio. A casa perdida, “minha casa” ocupa um papel importante nessa classe. A última lembrança de como a deixaram desperta lembranças dolorosas. Bomfim et. al., (2018) afirma que a “casa” é uma extensão do eu. A manutenção dessa nostalgia fortalece de atitudes de resistência e de comparação com a nova cidade.

E eu lembro que quando vim para Cidade Nova, passando uma semana, eu retornei para Cidade Velha, e quando eu percorri lá pela rua onde eu morava, quando eu cheguei lá em casa, a gente deixou tudo fechadinho e eu encontrei as portas abertas. Só o rangido da janela e os pássaros cantando e aquela cena me marcou muito!. (Participante 5)

A lembrança é tanta que lá na Cidade Velha, tinha para gente um banco, que era conhecido como o banco das coroas, na saída de quem saía para igreja, e era muito respeitado. Nosso banco era um de madeira e lá ninguém se sentava enquanto a gente não chegasse. Aí, só quando a gente não ia se sentar aí enchia de gente! E eu adorava lá! Aqui, não gosto muito, só moro aqui porque... é o jeito. (Participante 3)

Possivelmente, em decorrência da tecnologia e violência urbana, transformações teriam ocorrido também na Velha Cidade. Contudo, os relatos comportam uma dose de romantização em relação ao lugar perdido. A Velha Cidade é lembrada e apresentada como o lugar sossegado, o familiar, o lugar de pertença, já a Nova Cidade é exposta como o lugar de dúvidas, receios e incertezas. Compreender o vínculo que o indivíduo possui com o ambiente, possibilita

e a cidade pode ser definido como uma relação de Apego ao lugar (Elali & Medeiros, 2017).

De acordo com a Psicologia Ambiental, uma das características da relação de apego ao lugar é a sensação de “estar em casa”, que é percebida na forma como os moradores descrevem a Velha Cidade. O oposto da sensação de se sentir em casa viabiliza conflitos e inseguranças em relação ao ambiente. Os relatos classe 01 corroboram essa concepção. Apesar de residirem há quase 20 anos na “Nova Cidade”, a casa que é descrita com afeto positivo e pertencimento ficou na Cidade Velha. Elali e Medeiros (2017) afirmam que a relação de apego ao lugar é essencial para o desenvolvimento do *Self* e para as relações sociais. Contudo, fatores como idade, tempo de residência, *status* devem ser considerados. A compreensão da importância que o lugar tem para a formação do eu e para a construção do sentimento de comunidade demonstram o caráter nocivo dos deslocamentos compulsórios.

Aproximando a concepção de apego ao lugar e identidade de lugar, que de acordo com Mourão e Cavalcante (2017) é uma subestrutura da identidade pessoal, desenvolvida a partir da vinculação do indivíduo com o ambiente, seja ele físico ou social. A construção da identidade de lugar depende da relação de pertencimento e do estabelecimento de vínculos emocionais do indivíduo com o lugar. Uma das funções principais da identidade de lugar é possibilitar a criação de um contexto interno que possibilite proteção e sustentação da autoidentidade. Os discursos e aspectos dessa classe expressa a formação de uma identidade coletiva vinculada a Velha Jaguaribara (Mourão & Cavalcante, 2017).

A Classe 02 (O processo de luto decorrente do deslocamento compulsório) versa sobre as manifestações de sofrimento e as dificuldades de elaborar a perda sofrida. Repercussões negativas decorrentes das construções de grandes barragens são frequentes. O deslocamento populacional é consideravelmente um dos mais significativos em termos de efeitos negativos sobre o ecossistema e sobre a saúde das populações atingidas. Transformam a relação das comunidades com o ambiente e seus modos de vida. Enfraquecem as relações sociais e fragilizam o senso de pertença do indivíduo para com a comunidade (Martins, 2020).

Em contexto dos deslocamentos programados forçados é comum a manifestação de sinais e sintomas de perda intensa e dolorosa, ansiedade, inadequação, sensação de desamparo, tom depressivo, sintomas psicossomáticos similares ao estresse e auto exigência

em adaptar-se ao novo ambiente (Silva, 2018). Verifica-se sinais que indicam que ainda há um processo de luto. Percebe-se alterações na forma e na força que cada pessoa experiencia esse momento singular, contudo, a dor é algo sempre presente (Alves, 2014; Braz, 2005).

Além destes fatores, identificou-se sinais de luto coletivo, muito comum em deslocamentos compulsórios, e em casos de desastres naturais. Torlai (2010), pesquisadora em situações de desastres naturais, sinaliza que a intervenção psicológica em emergência nesse tipo de luto é possibilitar a restauração e a adequação das capacidades adaptativas. Sendo assim, oferecer à comunidade a oportunidade de avaliarem e utilizarem suas redes de apoio familiar e social. Destaca-se que a demora ou a ineficiência nas intervenções tendem a agravar os efeitos da crise (Martins, 2020; Torlai, 2010).

As evocações da Classe 03 (Desdobramentos do processo de desenraizamento) demonstram os desdobramentos existentes decorrentes da mudança de cidade. Devido à ideia literal de pertencimento à antiga Jaguaribara, os moradores se depararam com grandes dificuldades de apropriar-se do novo lugar. Enraizar-se implica em vincular-se ao lugar. O inverso de enraizar-se é denominado de desenraizamento, que implica em separar o indivíduo de suas origens pessoais, históricas e sociais. Trata-se de um processo desagradável, doloroso e com repercussões danosas ao indivíduo. As consequências do desenraizamento são percebidas em especial nos moradores mais velhos. Justifica-se isso ao fato de terem vivido o processo de desterritorialização em sua totalidade, associado ao tempo de habitação na antiga cidade (Ertzogue et al., 2017; Leite, 2018; Massola & Svartman, 2018; Silva, 2018).

Nos mais jovens, verifica-se uma maior facilidade de adaptação e até mesmo expectativas positivas direcionadas a Nova Jaguaribara. O modelo e ordenamento da nova cidade possui uma estrutura física mais adequada e maior que a Velha Jaguaribara, o que possibilitou a muitos moradores uma melhoria em suas condições de vida (Leite, 2018; Perote, 2006). Entretanto, a distância das quadras e o aspecto homogêneo das ruas e das casas torna-se desfavorável ao processo de vinculação ao lugar, pois viabiliza a sensação de desorientação espacial entre os mais idosos.

As evocações da Classe 04 (Memórias e afetos: comparações entre as duas cidades) demonstram ligação profunda com o lugar, vivida de forma saudosa. Após o processo de deslocamento compulsório, deu-se a demolição de todos os edifícios da Velha Jaguaribara. As ruínas

e ruas foram cobertas pelas águas, não restando resíduo físico das memórias coletivas desse povo. Todavia, a Velha Cidade, apesar de submersa, permanece viva na memória e na saudade daqueles que viveram nela. A Velha Cidade é descrita nessa classe como o lugar seguro, lugar de pouso e de pertencimento (Leite, 2018). Observa-se que aqui o lugar que é nomeado como “minha casa” é a habitação que agora se encontra submersa. A “casa” é compreendida como um lugar privado, que oferece proteção e descanso. Pode ser percebida como ambiente desejado, o abrigo central, enraizador, lugar da vida. Por não estar mais ao alcance, torna-se memória viva na lembrança (Leite, 2018; Massola & Svartman, 2018).

Pode-se identificar também nessa classe comparações entre a Velha Jaguaribara e a Nova Jaguaribara. A relação de apego e de enraizamento com a Velha Jaguaribara, associados ao processo de desapropriação, são fatores que intensificam dificuldade de vinculação com a nova cidade. O fato de a Nova Jaguaribara não ter sido beneficiada com a construção da barragem potencializa ainda mais a sensação vulnerabilidade social, e acarreta a redução da autonomia. Apesar dos benefícios da Nova Jaguaribara, a vinculação dos moradores com a Velha Cidade inundada permanece, mesmo após anos da mudança ocorrida (Bomfim et. al., 2018; Elali & Medeiros, 2017; Feitosa et al. 2018).

Considerações finais

Algumas contribuições da presente pesquisa precisam ser destacadas. A primeira se refere à realização de um estudo que evidencia a vivência das populações que experienciam o processo de deslocamento compulsório. Essa análise se revela muito adequada para compreender as implicações socioambientais e culturais que os grandes empreendimentos produzem a curto, médio e longo prazo nas comunidades afetadas. Outro ponto importante diz respeito à contribuição que o estudo fornece ao campo de pesquisa da Psicologia Ambiental, ao exemplificar o processo de construção da subjetividade humana na relação com os lugares.

Os resultados obtidos representam uma contribuição significativa para o diálogo entre a Psicologia Ambiental e a Psicologia da Saúde. É possível entender melhor o surgimento de transtornos mentais e comportamentais que impactam de forma prolongada a vida e a saúde das populações afetadas por deslocamentos compulsórios. Sendo assim, o aporte da Psicologia Ambiental nestas avaliações torna-se imprescindível,

uma vez que empreendimentos de grande magnitude possuem o potencial de impactar de modo duradouro a vida e a saúde de toda uma comunidade.

Quanto ao estudo, compreende-se que há limitações. A amostra e suas características foram selecionadas de forma não probabilística, todos pertencentes a uma mesma comunidade. Considera-se, portanto, particularidades, vieses e aspectos singulares dessa população, nos aspectos obtidos. Não deve, portanto, ser considerada como representativa da população brasileira. Contudo, enfatiza-se que não é o propósito desse estudo não é a generalização dos resultados, mas a exploração da experiência.

Torna-se oportuno novos estudos, por parte da Psicologia Ambiental e da Psicologia da Saúde, que possibilitem uma melhor avaliação dos impactos humanos-ambientais em decorrências de processos de deslocamentos forçados, mesmo os que possuam caráter programado. Conceitos como “Apego/Vinculação com o lugar”, “Enraizamento”, “Apropriação” e outros, tornam-se norteadores para a compreensão dos elementos causadores de estresse a adoecimento. São, portanto, essenciais para a projeção de intervenções e de modelos futuros que possibilitem uma melhor restauração e adequação das comunidades afetadas, bem como a prevenção de doenças e a promoção da saúde dessas populações.

Referências

- Alves, E. G. R. (2014). Desastres: intervenções em luto coletivo. In F. S. Santos, A. L. Schilemann, & J. P. C. Solano (Orgs.), *Tratado brasileiro sobre perda e luto* (pp. 415-423). São Paulo, SP: Atheneu.
- Batista, E. C., Matos, L. A. L., & Nascimento, A. B. (2017). A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 11(3), 23-38. Recuperado de <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/17910>
- Bomfim, Z. A. C., Delabrida, Z. N. C., & Ferreira, K. P. M. (2018). Emoções e afetividade ambiental. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.), *Psicologia Ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente* (pp. 75-88). Petrópolis RJ: Vozes.
- Braz, M. M. A. (2005). *Nova Jaguaribara: representações sobre o modo de vida urbano* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza). Recuperado de <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/6332>
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. doi: 10.9788/TP2013.2-16
- Castro, T. G. D., Abs, D., & Sarriera, J. C. (2011). Análise de conteúdo em pesquisas de Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31, 814-825. doi: 10.1590/S1414-98932011000400011

- Cavalcante, S., & Nóbrega, L. M. A. (2017). Espaço e Lugar. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.), *Temas básicos em psicologia ambiental* (pp. 182-190). Petrópolis RJ: Vozes.
- Elali, G. A., & Medeiros, S. T. F. (2017). Apego ao lugar. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.), *Psicologia Ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente* (pp. 53-62). Petrópolis: Vozes.
- Ertzogue, M. H., Ferreira, D. T. A. M., & Marques, E. E. (2017). “É a morte do Rio Tocantins, eu sinto isso”: desterritorialização e perdas simbólicas em comunidades tradicionais atingidas pela hidrelétrica de Estreito, TO. *Sociedade & Natureza*, 29, 53-62. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/sn/a/SfzrjXBRYzvKxZ6WB6kVYh/abstract/?lang=pt#>
- Feitosa, M. Z. D. S., Sousa, L. C. A., Paz, A. F. C., Barreto, E. H. F. L., & Bomfim, Z. Á. C. (2018). Afetividade, território e vulnerabilidade na relação pessoa-ambiente: um olhar ético político. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30, 196-203. doi: 10.22409/1984-0292/v30i2/5505
- Franco, M. H. (2021). *O luto no século XXI: uma compreensão abrangente do fenômeno*. São Paulo, SP: Summus Editorial.
- Freitas, M. L. P., Bessa, R. B. H., Ferreira, K. P. M., Vieira, H. A. C., & Mourão, A. R. T. (2021). Deslocamento compulsório: relatos de um luto não elaborado. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 12(2), 38-56. doi: 10.5433/2236-6407.2021v12n2p38
- Frota Junior, M. B., & Duarte Junior, R., (2016). *A velha e a nova Jaguaribara (CE): memórias submersas e novas memórias* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza). Recuperado de <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/48806>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Cidades*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/jaguaribara/historico>
- Leite, L. S. (2018) *O novo ordenamento sócio-espacial em Jaguaribara e a percepção do lugar* (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza). Recuperado de <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoacademicopublico.jsf?id=83220>
- Martins, C. M. D. S. S. (2020). *Afetividade em contextos de desapropriação: impactos psicossociais das obras do Cinturão das Águas do Ceará em comunidades rurais do município do Crato-CE* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza). Recuperado de <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/53589>
- Massola, G. M., & Svartman, B. P. (2018). Enraizamento. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.), *Psicologia Ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente* (pp. 75-88). Petrópolis RJ: Vozes.
- Mercês, J. A. S., Castro, F. F., & Cañete, V. R. (2019). Memória do excesso: vivência do deslocamento compulsório pela Hidrelétrica de Tucuruí. *Novos Cadernos NAEA*, 22(2). doi: 10.5801/ncn.v22i2.6215
- Mourão, A. R. T., & Cavalcante, S. (2017). Identidade de lugar. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.), *Temas básicos em psicologia ambiental* (pp. 182-190). Petrópolis RJ: Vozes.
- Perote, L. T. R. (2006). *Jaguaribara: a cidade submersa, história de uma cidade planejada no sertão do Ceará* (Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Campinas, São Paulo). Recuperado de <http://tede.bibliotecadigital.puc.campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/33>
- Pesce, L., & Moura Abreu, C. B. (2013). Pesquisa qualitativa: considerações sobre as bases filosóficas e os princípios norteadores. *Revista da FAEBA-Educação e Contemporaneidade*, 22(40), 19-29. doi: 10.21879/faeaba2358-0194.2013.v22.n40.p19-29
- Resolução n.º 466*. (2012, 12 de dezembro de 2012). Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde.
- Resolução n.º 510*. (2016, 07 de abril 2016). Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde.
- Santos, M. A. D. L., Sol, N. A. A., & Modena, C. M. (2021). Território e desterritorialização: o sofrimento social por desastre ambiental decorrente do rompimento de barragens de mineração. *Saúde em Debate*, 44, 262-271. doi: 10.1590/0103-11042020E218
- Silva, J. C. (2018). *Impactos individuais e contextuais do deslocamento forçado na comunidade* (Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília). Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35093>
- Torlai, V. C. (2010). *A vivência do luto em situações de desastres naturais* (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo.). Recuperado de <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/14965/1/Viviane%20Cristina%20Torlai.pdf>
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. doi: 10.20396/tematicas.v22i44.10977

Maria Lívia Pinheiro de Freitas, Pós-graduada em Psicologia Infantil pela Universidade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), Psicóloga Clínica no espaço CASULU Centro de Apoio ao Sujeito no Luto e Psicóloga Escolar no Projeto Aprender, Brincar e Crescer. Endereço para correspondência: Universidade de Fortaleza, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Avenida Washington Soares, 1321, Bloco B, Edson Queiroz. CEP 60.811-341, Fortaleza/CE. Telefone: (85) 3477-3219. Email: livia.p.freitas@outlook.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0939-9954>

Renata Bezerra de Holanda Bessa, Mestre em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), é Funcionária Celetista do Hospital Monte Klinikum – Hospital Unimed Sul. Email: renataholandab@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0402-327X>

Karla Patrícia Martins Ferreira, Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), é Professora da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Email: karlaferreira@unifor.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9374-4890>

Luiza de Andrade Braga Farias, Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), atua como Psicóloga clínica na Clínica Espaço Grão. Email: luizabf@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3778-9303>

Recebido em 06.jan.22

Revisado em 30.nov.22

Aceito em 10.dez.22

Relacionamentos afetivo-sexuais de jovens rurais no Sertão de Pernambuco: Entre modos de subjetivação e resistências cotidianas

Fernanda Sardelich Nascimento. Universidade Federal de Pernambuco
Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro. Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar como os jovens rurais vivenciam os valores rurais nos seus relacionamentos afetivo-sexuais no Sertão de Pernambuco. O desenho metodológico foi pautado na pesquisa no cotidiano, por meio da observação participante, e de entrevistas com jovens estudantes de uma escola pública da região. Apesar das mudanças nas áreas rurais, os jovens vivenciam valores camponeses alicerçados no interconhecimento, no *valor-família*, honra familiar e nas hierarquias intergeracional e de gênero. No cotidiano, criam resistências que objetivam outras possibilidades de existência e de vivências afetivo-sexuais, por meio de deslocamentos, linhas de fugas e recusas parciais desses valores.

Palavras-chave: juventude rural, relações afetivo-sexuais, psicologia rural, ruralidades.

Abstract

Affective-sexual relationships of rural youth in the rural area of Pernambuco: Between modes of subjectivation and everyday resistance. This article aims to analyze how rural youth experience rural values in their affective-sexual relationships in the rural area of Pernambuco. The methodological design was based on daily research, through participant observation, and interviews with young students from a public school in the region. Despite changes in rural areas, young people experience peasant values based on inter-knowledge, family value, family honor and intergenerational and gender hierarchies. In everyday life, they create resistance, which aim at other possibilities of existence and affective-sexual experiences, through displacements, lines of escape and partial refusals of these values.

Keywords: rural youth, affective-sexual relationships, rural psychology, rurality.

Resumen

Relaciones afectivo-sexuales de la juventud rural en el área rural de Pernambuco: Entre modos de subjetivación y resistencia cotidiana. Este artículo tiene como objetivo analizar cómo los jóvenes rurales experimentan los valores rurales en sus relaciones afectivo-sexuales en el área rural de Pernambuco. El diseño metodológico se basó en la investigación diaria, a través de la observación participante, y entrevistas con jóvenes estudiantes de una escuela pública de la región. A pesar de los cambios en las zonas rurales, los jóvenes experimentan valores campesinos basados en el interconocimiento, el valor familiar, el honor familiar y las jerarquías intergeneracionales y de género. En la vida cotidiana crean resistencias, que apuntan a otras posibilidades de existencia y vivencias afectivo-sexuales, a través de desplazamientos, líneas de escape y rechazos parciales de estos valores.

Palabras-clave: juventud rural, relaciones afectivo-sexuales, psicología rural, ruralidades.

A escassez de debates sobre o meio rural na formação acadêmica de psicólogos/as ainda permite que prevaleça na Psicologia a ideia do mundo rural como homogêneo, atrasado, precário, pobre e sem acesso a bens e serviço (Landini, 2015; Leite, Macedo, Dimenstein, & Dantas, 2013; Zambenedetti & Sidoski, 2021). Poderíamos acrescentar a classificação problemática e arbitrária das áreas urbanas brasileiras, a qual considera apenas a dimensão político-administrativa e promove a falsa ideia de que o Brasil é predominantemente urbano e o rural é tomado como lugar de atraso (Veiga, 2003).

Fernando Landini (2015) nos lembra que espaços rurais têm potencialidade para gerar processos subjetivos específicos e que nem sempre as generalizações realizadas pela psicologia, como ciência centrada no urbano, são possíveis nesses contextos. Reforçar as especificidades dos contextos rurais não significa afirmar a existência de dicotomia entre rural e urbano, há aproximações e distanciamento. Ambos espaços são compreendidos como singulares, multifacetados e inter-relacionados, de forma dialética, com continuidades e descontinuidades (Wanderley, 2009).

É preciso atentar para a não idealização dos espaços rurais brasileiros, considerar sua formação histórica, social e econômica, demarcada por desigualdades, herança escravocrata e por relações paternalistas, “responsável por um processo de modernização e pela construção de um capitalismo excludente [...] que ainda hoje são determinantes para as condições de precariedade que marca grande parte do meio rural” (Paulo, 2011, p. 95).

O mundo rural brasileiro é complexo, heterogêneo e desigual. A modernizadora conservadora do campo acentuou a concentração fundiária, a monocultura e a pobreza rural. Nas últimas décadas houve o delineamento de pelo menos dois modelos de agricultura em disputa no País. De um lado, apoiado por grandes grupos econômicos, o agronegócio patronal, inserido no mercado internacional de commodities, baseado em grandes extensões de terra e no trabalho assalariado. O segundo modelo tem como foco a defesa da agricultura familiar, da reforma agrária e das comunidades tradicionais (Noronha & Falcón, 2018), defendido pelos inúmeros movimentos sociais rurais. As lutas no campo expressam não só disputas territoriais, econômicas e socioambientais, como manifestam conflitos sobre modos de existência no campo e na floresta. Essas disputas foram agravadas desde a posse do atual presidente, que incentivou o agronegócio, as mineradoras e o desmatamento na Amazônia.

Carlos Brandão (2007) trabalha com as categorias de tempos e espaços para circunscrever a pluralidade das áreas rurais. O autor identifica três formas - e suas diversas variações - de vida e de trabalho no mundo rural brasileiro: 1) comunidades indígenas, comunidades quilombolas e as comunidades regionais camponesas semi-isoladas, em que a reprodução da vida coletiva é obtida da natureza; 2) comunidades camponesas ainda tradicionais, nas quais o trabalho é dirigido para o consumo e comercialização do excedente, o lugar central é o sítio, pequena propriedade e a posse camponesa; e 3) racionalidade empresarial no campo, que é representada pelos espaços vazios uniformizantes e pela monocultura do agronegócio. Essa racionalidade, muitas vezes, vai impregnar pequenos e médios produtores rurais, especialmente os mais jovens.

Neste artigo estamos trabalhando com a noção de comunidades rurais em que ainda persistem traços de camponesidade nos moldes de Klass Woortmann (1988), que é descrita com detalhes no artigo de Brandão referido acima, um mundo rural como espaço de vida integrado ao conjunto de preceitos dessa sociedade, que engloba tanto um espaço físico diferenciado, quanto um lugar de vida “de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional)” (Wanderley, 2006, p. 13). Essas comunidades, em que predominam a agricultura familiar, possuem características específicas, entre elas: 1) são sociedades de interconhecimento, as pessoas se conhecem e estabelecem relações de proximidade e reciprocidade; 2) têm uma tradição passada de geração a geração, com foco na manutenção dos bens culturais; 3) as pessoas estão inseridas em uma teia relacional que abarca casa (família) e vizinhança (comunidade), localizada entre o passado e o presente das tradições familiares. É no interior das relações de interconhecimento que as representações das pessoas sobre espaço de vida e trabalho, tempo e família são desenvolvidas (Wanderley, 2000, 2009).

A noção de família nas áreas rurais não diz respeito apenas a laços de consanguinidade, é composta também pela comunidade afetiva e é em seu interior que o/a jovem constrói modos de ser e se compreender no mundo e apreende os valores que regem a ordem moral própria daquela família. Woortmann (1988) defende como importante a compreensão subjetiva da sociedade camponesa, que tem no parentesco e na família enquanto *valor-família* seus pontos centrais. O *valor-família* é mantido pela tradição e hierarquia, que se refere desde a forma de ser dos indivíduos até as formas de sucessão e herança da terra, organização

familiar, lugar de trabalho e morada (Maciazeki-Gomes, Toneli, Nogueira, & Grave, 2019; Woortmann, 1988).

Portanto, é importante que a Psicologia amplie o olhar e a escuta para as áreas rurais, compreendendo que, mesmo quando os ambientes rurais compartilham de elementos comuns com os urbanos, apresentam especificidades de acordo com as características econômicas, políticas, sociais e culturais das localidades. Para discutir o objetivo deste trabalho, que é analisar como os jovens rurais vivenciam os valores rurais nos seus relacionamentos afetivo-sexuais no Sertão de Pernambuco, este artigo, fruto da pesquisa de doutoramento da primeira autora, sob a orientação da segunda, intitulada “Juventude, sexualidade e relações afetivo-sexuais: uma análise interseccional de jovens rurais e urbanos/as”, está dividido em quatro partes: vivências juvenis nos contextos rurais; desenho metodológico; discussão e análise dos dados no item relacionamentos afetivo-sexuais de jovens rurais, e considerações finais.

Vivências juvenis nos contextos rurais

A categoria analítica adolescente/jovem surgiu com foco nos jovens urbanos, isso porque, além da crença de que o rural iria acabar, os estudos dos contextos rurais privilegiaram a família ficando os/as jovens invisibilizados/as em seu interior (Castro, 2008; Oliveira & Prado, 2013; Wanderley, 2006).

Estudos sobre a juventude rural (Stropasolas, 2005, 2014) destacam que a interação entre rural e urbano é significativa nessa geração, seja pela migração para o trabalho, seja para qualificação educacional em outras cidades. Esses/as jovens têm maior contato com os valores urbanos, o que propicia uma reconstrução cultural e, em certa medida, uma ruptura com os moldes tradicionais existentes na sociedade local. Mais recentemente, pesquisadores (Izquierdo, Paulo, & Santos, 2020; Schwendler & Vieira, 2022; Vettorassi, Ferreira, & Sofiati, 2021) ressaltaram a aceleração dos processos de mudanças nessa geração, frutos do maior acesso às tecnologias, aos espaços de socialização por onde transitam e à convivência em instituições educativas.

Para Nazareth Wanderley (2000), a juventude rural vive o paradoxo entre ruptura e continuidade dos valores rurais, compartilha de um modo de vida que tem na hierarquia familiar, na vida comunitária, e na tradição passada entre as gerações valores característicos, ao mesmo tempo em que tem acesso ao mundo globalizado e com a cidade. Maria A. de L. Paulo (2014) afirma

que a identidade do jovem rural é construída, de maneira tensionada, na relação com o/a jovem morador das áreas urbanas, e não se restringe apenas à localização da moradia, mas também ao trabalho na agricultura com os pais, as vestimentas, e o modo de vida rural.

O fato de os/as jovens rurais experimentarem, simultaneamente, a quebra e a manutenção das tradições rurais, a inserção numa cultura camponesa em que ainda persistem o *valor-família* e a ideia de honra familiar, vai produzir modos de ser jovem e processos de subjetividade que diferenciam a vivência juvenil nos espaços rurais dos urbanos. Esses aspectos articulados com os marcadores sociais da diferença (gênero, geração, classe social, pertencimento), que devem ser analisados nos contextos específicos de desigualdades, vão delinear os relacionamentos afetivos-sexuais dos jovens, pois, como destacado por Avtar Brah (2006, p. 341), “vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões”.

Desenho metodológico

A pesquisa aqui apresentada teve caráter qualitativo (Denzin & Lincoln, 2006) e foi desenvolvida no município de Santa Cruz da Baixa Verde, localizado na microrregião do Pajeú, ao norte do estado de Pernambuco, a 500km de distância da capital, aproximadamente. Segundo o censo de 2010, o município tinha 11.768 habitantes, dos quais 5.277 residem na área urbana e 6.491 na área rural, sendo 5.956 mulheres residentes com 10 anos ou mais de idade e com 5.812 homens com a mesma faixa etária (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2010). Como em outros municípios rurais, é caracterizado pelo trabalho na agricultura, e pelo processo de migração, principalmente de jovens em busca de emprego e melhores oportunidades de renda (Stropasolas, 2005). Há entre o *sítio* e a *rua* uma intensa troca, muitos moradores da *rua* vieram dos sítios e mantêm relações de proximidade. Vale ressaltar que a *rua* é considerada como a sede do município, a área urbana, enquanto o *sítio* é o espaço rural, como encontrado na pesquisa de Paulo (2011).

A escolha da escola ocorreu principalmente pela proximidade com uma moradora do sítio da região, que tinha estudado na escola e se propôs a colaborar na abertura do campo. Ser apresentada por uma jovem da região, conhecida da diretora, foi importante para a inserção no campo. A escola Estadual Santa Cruz está localizada na *rua*; entretanto, a maior parte dos/

as alunos/as eram dos sítios da região e vinham para escola em conduções fornecidas pela prefeitura.

A pesquisa utilizou duas metodologias: observação participante (Cordona, Cordeiro, & Brasilino, 2014; M. J. Spink, 2007) e entrevistas semiestruturadas. A compreensão de observação participante é a de “prática social, dialógica e reflexiva”, produto de negociações, as quais impõem limites e possibilidades, e como prática discursiva, técnica e estratégia metodológica, que implica o processo de construção e coconstrução de sentidos (Cordona et al., 2014, p. 123). Assim, sempre se refere a uma participação mútua e implicada, logo, nunca é neutra.

Durante o período de observação, em que a pesquisadora ficava no pátio próxima à cantina, inicialmente os/as jovens mantiveram uma postura de distanciamento, porém, conforme se acostumaram com a presença da pesquisadora e tiveram seus questionamentos respondidos, foram se aproximando e convidando a pesquisadora a participar das rodas de conversa entre eles/elas. Os limites éticos, as relações de poder existentes e a “etiqueta social” do local foram pontos de constante atenção durante a pesquisa.

As entrevistas semiestruturadas, realizadas com oito jovens (dois homens e seis mulheres), tiveram como objetivo aprofundar questões relativas à sexualidade, que não eram faladas nas rodas, dada as especificidades do contexto rural pesquisado. Para a realização das entrevistas todos os preceitos éticos normativos, orientados pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), foram realizados.

A pesquisa de campo é tomada aqui a partir do referencial de campo-tema trazido por P. K. Spink (2003, p. 36) como um processo multifacetado que não se refere a um lugar “onde o tema pode ser visto [...], mas são as redes de causalidade intersubjetiva que se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes, que não são necessariamente conhecidos uns dos outros”.

A análise das entrevistas e das notas do diário de campo foi feita à luz dos estudos de Maria Magliano (2015) e Avtar Brah (2006), visando compreender quais categorias se articulam e quais sentidos diferenciados recebiam a partir dos contextos específicos.

Os relacionamentos afetivo-sexuais de jovens rurais

Para compreender como os/as jovens rurais vivenciam nos seus relacionamentos afetivo-sexuais os valores rurais, que têm no *valor-família* um de seus elementos

centrais, lançamos mão da reflexão sobre resistência cotidiana (J. C. Scott, 2011). James C. Scott (2011, p. 223) destaca que as “resistências cotidianas”, conceito pensado para as sociedades camponesas, dizem respeito às pequenas fugas, desvios e recusas parciais, “informais, muitas vezes dissimuladas, e em grande medida preocupadas com ganhos de *factos* imediatos”. São deslocamentos que permitem a criação de linhas de fuga e que ocorrem no campo da micropolítica. Segundo o autor, essa forma de resistência permite uma penetração nas entranhas das hierarquias e poder, se torna uma forma de *r-existência* e, embora não traga uma mudança no *status quo*, permite outras formas de existir, para pessoas que ocupam um lugar de subalternidade.

Na comunidade rural pesquisada, assim como em outras pesquisas (Maciazeki-Gomes et al., 2019; Schwendler, 2020; Schwendler & Vieira, 2022), as hierarquias sociais posicionam os/as jovens como subalternos (Castro, 2008); entretanto, o entrelaçamento dos marcadores sociais da diferença, de gênero, raça e contexto de pertencimento (ser do *sítio* ou da *rua*) possibilitava que os/as jovens tivessem maior ou menor condição de resistência (Brah, 2006).

As hierarquias de gênero, no contexto pesquisado, impõem às mulheres maior controle sobre seus corpos e principalmente de sua sexualidade. Já com os homens é diferente, há liberdade de circulação e de vivência de sua sexualidade (Izquierdo et al., 2020). Na entrevista, Ketly retrata esse controle, ela só saía acompanhada da irmã, que, ao noivar, não podia mais sair, pois a família do noivo controlava a jovem enquanto ele estava em outra cidade trabalhando, logo ao perder a companhia da irmã, não podia sair só.

Ketly: (...) nós nunca sai só. Até que agora eu tô sem sair de casa por causa dela. Mas, porque é assim, sempre que uma sai, pai só deixa sair se a outra for (...). Meu irmão é mais liberal. (...) Eu falo sempre em casa, porque é assim, homem eles trata diferente, até o mais novo, diferente do que nós duas. (...)

Como forma de resistências cotidianas (J. C. Scott, 2011), as jovens utilizam o horário da escola, a rede de amigas ou mesmo a casa de familiares e/ou amigos para os encontros amorosos, para se manterem longe dos olhares da comunidade. Entretanto, há a manutenção dos valores rurais e da honra da jovem e, conseqüentemente, da família, pelo uso do dispositivo do segredo.

A jovem do *sítio* conta como conheceu seu namorado, por telefone, na casa da tia. (...) Ficaram durante um tempo pequeno e logo ele foi para a casa dela,

no sítio, pedir ela em namoro. (...). Perguntei como ela fazia para ficar no sítio e ela explicou que ela ficava na *rua*, na casa da tia, que permitia os encontros para que ela ficasse mais protegida. Essa tia é casada há 3 anos e hoje tem 19 anos, é irmã de sua mãe (...). (Diário de Campo, 8 de Novembro de 2013)

Importante ressaltar que não são todas as jovens que conseguem esse recurso de driblar o controle social de seus corpos, principalmente para as jovens pertencentes aos *sítios*, já que a própria escola aderiu a mecanismos de controle dos corpos dos/as jovens, por meio da colocação de grades nas janelas das salas de aulas, do guarda municipal no portão e do trancamento dos banheiros com as chaves, que precisam ser retiradas na secretaria da escola.

Klass e Ellen Woortmann (1990) destacam que os ordenamentos moral e social, que fazem parte das comunidades rurais norteiam também as concepções amorosas e influenciam a escolha do/a cônjuge para os/as filhos/as, privilegiando a endogamia (casamento no interior da própria família consanguínea ou de pessoas do mesmo lugar), pois casar entre “iguais” garantiria a manutenção da herança e da tradição. Os casamentos endogâmicos estavam presentes na região pesquisada, a justificativa era de que quando eram da mesma família, tinham o “pensamento igual” o que, em muitos momentos, foi o motivo inicial para a relação.

A influência da família na escolha do/a parceiro/a para namorar, e do incentivo de relações endogâmicas, aparece no caso de Silvana, 16 anos, moradora do sítio, estudante do 4º ano do Ensino Normal. Segundo ela, sua mãe sempre quis que ela namorasse primos, o que chegou a fazer, porém, acabou terminando e começou a namorar outro homem quando tinha 14 para 15 anos e ele 27 para 28 anos. Namoraram escondido por um ano e um mês, sua mãe não aceitava a relação, após esse período fugiu para casar, conforme trecho do diário: “Silvana contou que ficou fora por três dias com o namorado, quando voltou foi para a casa dos pais, que ainda tentaram convencê-la a não casar, mas não adiantou” (Diário de Campo, 01 de Novembro de 2013). Hoje vive com seu companheiro, na *rua*, não oficializou a união porque sua mãe não assinou os papéis necessários, ela ainda é “menor”, nos termos da lei, e não emancipada.

O relato de Ketly, 16 anos, moradora da *rua*, também apresenta essa interferência da família na escolha e manutenção das relações de namoro, quando fala sobre seu primeiro namoro sério:

Ketly: (...) meu primeiro namoro foi com meus 13 anos. Só que foi assim, é porque pai não queria,

que dizia que eu era muito nova pra ele. Porque eu tinha 13 e ele tinha 23 (...), mas mesmo assim ele pediu a pai, e pai deixou. Só que depois com dois meses pai botou pra eu terminar. (...) aí eu terminei. Só que depois nós voltamos e ficamos um mês escondido. ((risos))

Os relatos apresentam dois elementos muito comuns na região: a influência da família na escolha do namorado, e a diferença de idade que não é problematizada. Contudo, embora as jovens respeitem a hierarquia existente, nem sempre se submetem a essas escolhas, às vezes resistem ou buscam estratégias para driblar o controle, como já destacado anteriormente.

Os conflitos com os familiares é algo presente também entre os/as jovens participantes da pesquisa, seja por não sentirem suas opiniões respeitadas, seja pela postura de controle dos pais em relação aos caminhos que os/as jovens devem seguir, as pessoas com quem devem namorar e casar, a forma como o namoro deve acontecer, o tempo de duração, e as amizades que podem ter. Esse controle, bem como os conflitos, são diferentes a depender do recorte de gênero. Esses achados também aparecem em outros estudos realizados (Aguiar & Stropasolas, 2010; Paulo, 2014; Wanderley, 2006, 2009).

Parry Scott (2010) destaca que as hierarquias de gênero, geração e família pautadas na tradição e ordenamento moral estão imbricadas e são preservadas não apenas pela família, mas pela comunidade de interconhecimento, que busca a manutenção da tradição e da honra familiar. A responsabilidade sobre a manutenção da honra recai sobre o/a jovem (Rohden, 2006), entretanto, o entrelaçamento entre honra, gênero e geração tem um desdobramento diferente para os jovens e as jovens.

O jovem carrega a honra da família por meio do trabalho, que ocorre no espaço fora da casa, a partir da divisão sexual do trabalho (Schwendler, 2020), enquanto a jovem carrega a honra pelo controle de sua sexualidade, a virgindade é “uma espécie de dote simbólico”, por meio do qual “a honra de sua família de origem” é garantida (Woortmann & Woortmann, 1992, pp. 101-102), observado também em outras pesquisas (Izquierdo et al., 2020; Maciazeki-Gomes, Schwendler, & Vieira, 2022; Toneli, Nogueira, & Grave, 2019). Esse entrelaçamento posiciona e subjetiva os/as jovens, a partir de classificações sociais historicamente situadas, e se insere nas complexas relações sociais de poder produzidas nas desigualdades (Magliano, 2015).

Também é por causa da honra que o segredo é instaurado em relação à vida sexual da jovem. Família,

comunidade e vizinhança contribuem para o controle da jovem, seja por meio da fofoca ou contando aos pais, quando descobrem algo sobre o/a jovem. Sobre o dispositivo da fofoca, Vanda Silva (2007) destaca que este pode ser pensado a partir de dois eixos: como um “entretenimento”, que ocorre de forma coletiva; como “instrumento de regulação social” e neste sentido funciona como algo que “corrige os costumes”, pode causar a desonra de alguém, intrigas (p. 187). Uma jovem estudante do 3º ao do Ensino Normal, de 17 anos e residente no sítio, ressalta o quanto a fofoca controla as jovens ao dizer que é preciso cuidado com o que se faz, principalmente na frente das pessoas, pois na região valia o ditado “cidade pequena, língua grande” (Diário de Campo 07 de Novembro de 2013).

Woortmann e Woortmann (1990), ao pesquisarem sobre amor e celibato no universo camponês, destacam que, embora exista uma cobrança para que a jovem permaneça virgem, conforme ela vai envelhecendo essa cobrança passa a ser menor. Na entrevista de Isabela, de 19 anos e de Tainara de 20 anos, ambas moradoras da *rua*, essa suposta “flexibilização” aparece. Ambas já tiveram uma primeira relação sexual, com seus respectivos namorados atuais, e quando questionadas sobre o que os pais pensariam se soubessem, disseram que não haveria problemas, pois são “de maior”. Entretanto essa suposta “flexibilização” não parece se sustentar, uma vez que, no caso de Isabela, segundo ela, todas as amigas pensam que ela ainda é virgem e os pais não sabem, e no caso de Tainara, quando os pais dele souberam, “obrigaram” o rapaz a casar com ela. Outro elemento que também propicia a flexibilização, segundo as jovens da escola, é o recorte de classe social: Madalena explica que há exceções, quando a jovem tem dinheiro, ela tem mais liberdade para fazer o que quer e Isabela complementa com a seguinte afirmação “isso é fogo, se tem dinheiro as pessoas diz assim, é namoradeira, mas se não tem, o povo já vai logo dizendo assim, é uma vadia, fez isso, fez aquilo” (Diário de Campo, 08 de Setembro de 2013).

Vale destacar que mesmo na área estudada, em que há maior homogeneidade, o recorte de classe e o local de moradia (*rua* ou *sítio*) apontam para as diferenças e complexidades de ser jovem rural (Brah, 2006). É possível afirmar que, embora exista uma aparente liberdade em relação à sexualidade da jovem, a depender de sua faixa etária e de sua condição social, ainda assim, estão submetidas ao controle de sua sexualidade e às normatizações de gênero.

Em entrevista com Eduardo, jovem do *sítio*, fala sobre a forma como o pai de sua ex-namorada mantém o controle do namoro e tentou determinar o tempo que poderia durar:

[...] aí comecei a namorar, fui na casa dela, falei com o pai dela. Aí o pai dela disse assim, era liberado, mas só que lá não esquentava banco. Era tudo muito rápido. Começar a namorar, com um mês poderia noivar. Aí eu só namorei ela um mês. (...) ele (pai da jovem) disse que o rapaz lá não namora com a filha dele muito tempo. (...) Aí assim pouco tempo não dá pra se conhecer bem (riso). (...) Eu terminei assim, porque não dava certo. (riso) O pai dela pegava muito no pé dela pra apressar ela. Pra me apressar (...).

Eduardo traz outro elemento importante, há um “ritual” a ser seguido no namoro, que faz parte da tradição dessa área, pelo menos no namoro sério. O jovem precisa pedir para os pais da jovem para namorar. Esse é um momento de tensão para ambos, pois os pais podem negar o pedido e no caso a relação pode nem acontecer, ou dependendo do sentimento existente entre eles, ou do enfrentamento e resistência à ordem moral, o namoro pode acontecer às escondidas. O pedido, em geral, acontece quando a jovem acredita que o pai dará a permissão, mas isso não é uma regra, pois durante o período de convivência os/as jovens participaram de situações em que no momento do pedido o pai da jovem negou, ou mesmo após ter aceitado voltou atrás na decisão e exigiu o término da relação.

Deslocando os valores rurais no ficar e no namoro sério.

As diferentes formas de resistir cotidianamente ao controle exercido sobre os/as jovens produzem também uma multiplicidade na maneira de os/as jovens se relacionarem. Na pesquisa, os/as jovens falaram de diferentes maneiras de se relacionar, as quais denominamos de “tipologia de relacionamentos”: 1) ficar, caracterizada pelos/as jovens como um período de experimentação; 2) namoro escondido, que, em geral, ocorre antes de os pais saberem do relacionamento, sendo uma estratégia utilizada para driblar as regras dos pais para o relacionamento; 3) namoro sério, que é aquele no qual o jovem oficializa o pedido ao pai da jovem e recebe a autorização para acontecer dando-se em geral, em casa, sob a regulamentação dos pais. Por último, há ainda o namoro moído, que é aquele

relacionamento pautado por idas e vindas, términos, ciúmes e controle.

Antes do *ficar* em si, é comum na região uma intermediação de uma terceira pessoa que pode ser amigo/a ou algum familiar (primo/a, tio/a, irmão/irmã), no que eles/elas chamam de *ajeitar*, *agitar*¹ ou *arrumar*. Em relação a isso, há duas posições que os/as jovens assumem: 1) há aqueles/as que sempre *ajeitam* e pedem para o/a outro/a *ajeitar*, porque na opinião deles/delas já vai falar com a pessoa “na certeza” para *ficar*. Em geral, é uma estratégia utilizadas por jovens tímidos/as; 2) e há os que são contra o *ajeitar*. No caso dos jovens, porque eles não são tímidos e preferem ir direto conversar com a jovem; e no caso das jovens, há duas questões envolvidas; primeiro porque consideram que é o rapaz que tem que mostrar o interesse primeiro, e segundo, porque quando o rapaz vem diretamente, mostra que tem mais iniciativa, algo que é valorizado pelas jovens.

Durante o período de observação participante, nas conversas com os/as jovens compreendemos que o *ficar* apresenta diferentes significados: 1) diversão – neste caso, fica e se sentir vontade, pode repetir esse *ficar* outras vezes, porém a intenção não é de namorar futuramente com aquela pessoa; 2) período de experimentação – neste caso, a intenção é *ficar* com a pessoa por um tempo para ver se vale a pena namorar; 3) etapa para o namoro em geral, depois de *ficar* algumas vezes, existe o envolvimento emocional e o objetivo passa a ser namorar. Esses significados não são fixos, há momentos em que os/as jovens começam por diversão, mas acabam namorando, ou consideram como um período de experimentação, mas não seguem adiante, ficando apenas uma vez ou outra. Porém, quase todos/as os/as jovens consideram uma etapa importante antes do namoro. De forma geral, o que vai definir que tipo de *ficar* a pessoa vai ter tem relação com a forma de ser da pessoa, o tipo de criação e liberdade que tem, segundo os/as jovens da pesquisa.

Um ponto comum era que, independentemente de ser no *ficar* ou no namoro, o mais importante é a confiança com quem se fica, e que o segredo sobre o que acontece no momento da intimidade do casal seja mantido. Isso porque *ficar* “falada” é algo que afeta não apenas a honra da jovem, mas a de sua família, e pode ser, e em geral é, um empecilho para futuras relações, podendo levar a família a exigir reparação. Esses elementos corroboram com os achados de outras pesquisas (Izquierdo et al., 2020; Paulo, 2011). Já sobre o namoro, essa relação é “permeada pelo desejo de

ficarem juntos, com regras estabelecidas de compromisso e fidelidade, no qual cada um reside em um lar diferente, podendo ou não ser uma relação que preceda um casamento” (Nascimento, 2009, p. 45). Um fator importante que diferencia o namoro do *ficar* é o pedido de namoro, que pode ser feito de maneira espontânea pelo jovem, ou a partir de uma cobrança da jovem para que a relação tenha maior compromisso. Na área rural, a jovem explicita seu desejo de oficializar a relação com o pedido e isso é considerado como demonstração de afeto e de que o jovem a valoriza, como uma jovem de “respeito” (Izquierdo et al., 2020).

O namoro escondido tem nuances em seu interior e para compreendê-lo é necessário o convívio com os/as jovens. O namoro pode ser escondido dos amigos mais distantes, dos conhecidos, da família e/ou dos pais, ou apenas do pai da jovem, quando a mãe sabe da existência do namoro e o acoberta. Independentemente de quem sabe sobre o namoro, ele só deixa de ter o status de escondido quando o jovem pede permissão ao pai da jovem para namorá-la. O pedido de permissão ao pai da jovem faz parte do protocolo do namoro na região, da tradição que normatiza as formas de relação, demonstrando a importância da figura do patriarca nesse contexto, o que está alinhado a outros achados de pesquisas (Maciazeki-Gomes et al., 2019; Schwendler, 2020; Schwendler & Vieira, 2022).

Essa forma de namoro ocorre por diferentes razões, segundo os/as jovens: porque ainda não tem certeza dos sentimentos e se o namoro irá durar, então, neste caso, esperam para apresentar o jovem aos pais; porque o jovem ainda não pediu a jovem para “assumir” o namoro como sério, o que implica em obrigatoriamente o rapaz ir falar com o pai da jovem; porque os pais não permitiram o namoro, mesmo depois de o jovem pedir permissão; para evitar o controle dos pais sobre o namoro, ou seja, para evitar as regras e, no caso da jovem, para que ela tenha mais liberdade para encontrar o namorado e circular pelos lugares.

Tanto no *ficar* quanto no namoro escondido os/as jovens estabelecem uma rede de apoio ao relacionamento. Embora os/as amigos/as estejam presentes nessa rede de apoio, há três outras figuras com maior destaque: a tia, a prima e a/o irmã/irmão. Em geral, essa tia é uma jovem com a idade próxima a da jovem, que, em geral, já é casada e mora em outra casa.

O namoro sério é aquele em que há a permissão dos pais para acontecer e no qual a família, principalmente na figura dos pais, participa de forma mais ativa,

determinando regras para a relação, como local onde deve acontecer (em casa, na sala com a presença dos pais, ou na calçada, no claro, para que possa ser vigiado pela janela), dias e horário. Essas regras fazem parte do manual do namoro e tanto os jovens quanto as jovens se submetem a elas (Nascimento-Gomes, 2016).

Esse é um dos motivos que faz a escola ser um importante espaço para os/as jovens, segundo relataram durante o período de observação participante e nas entrevistas. Outros motivos são: ser um dos espaços de lazer desses/as jovens, privilegiado para encontrar pessoas para ficar e namorar; onde conseguem acesso à internet para o uso das redes sociais, e em muitos momentos, é o lugar no qual conseguem intimidade com seu/sua namorado/a, quando estudam juntos, o que também apareceu em outras pesquisas (Paulo, 2011; Silva, 2007).

O namoro sério carrega elementos muito próximos ao que Thales de Azevedo (1986) denominou de “namoro à antiga”, com elementos do namoro que se estabeleceu no século XX, em que este poderia ser precedido de um período às escondidas, e, com o amadurecimento da relação, ser assumido para a família. Essa relação não se resume no pedido de namoro aos pais, e o assumir a relação, significa também maior compromisso, intenção em casar, mas isso não é algo consensual entre os/as jovens. Se para o jovem assumir o namoro como sério implica em ter condições de assumir um compromisso maior, para a jovem o assumir o namoro leva a uma mudança não só de status, que passa de solteira para namorando, mas também uma mudança na forma que a jovem é tratada, como relatado por Beatriz:

Pesquisadora: (...) você falou disso daí, quando você namora a tua rotina muda?

Beatriz: No domingo eu não saía muito mais, porque geralmente ele ia lá pra casa. E também nas festas, na maioria, eu só ia quando ele ia. Porque eu ir pra uma festa, certo que dançar eu podia dançar mais qualquer um, mas eu acho desanimado uma festa, você ter um namorado e ir sem ele (...).

Pesquisadora: ah, entendi. E seus pais, eles ficam diferente quando você está namorando?

Beatriz: ficam. (risos) Eles mudam bastante. Porque quando a pessoa vai sair já ficam recomendando um monte de coisa (...). Também ficam diferente, ficam dando conselho direto, (...) ficam perguntando pra onde eu vou. Se eu vou demorar. Na escola aí é que ele pega no pé. (...).

Quando o namoro é assumido, e o jovem está em um período de migração, o controle sobre a jovem é ainda mais rigoroso, e exercido não apenas pela sua família, mas também pela família do namorado e da comunidade. Natasha, jovem de 16 anos, moradora do sítio, que namora um rapaz do mesmo sítio, tem vida controlada pelo namorado, que liga diariamente para falar com ela e saber de seu dia, e também liga para parentes do sítio que contam sobre a conduta dela, e pela família dele, com quem ela mantém uma convivência (Diário de Campo 03 de Dezembro de 2013).

Pesquisas (Paulo, 2011; Silva, 2007) demonstram que o namoro nas áreas rurais tem como objetivo o casamento. O jovem deve ser o provedor do lar, enquanto a jovem deve cuidar da casa e dos futuros filhos. Neste sentido, assumir o namoro publicamente demonstra a intenção de uma união. Talvez por esse elemento de responsabilidade, assumir o namoro compreenda assumir um compromisso maior publicamente, e permanece como algo desejado, muito embora carregue também elementos negativos, como algo “não tão bom”, já que aumenta o controle pela família, o cerceamento da circulação para a jovem e as regras de conduta.

Na escolha do/a jovem para namorar, o contexto de pertencimento (*rua* ou *sítio*) também é importante, pois os/as jovens do *sítio*, embora sejam caracterizados como “matutos”, como também na pesquisa de Paulo (2011), por outro lado, são considerados como mais sérios, trabalhadores, respeitadores, e, no caso das jovens, “para casar”. Sobre os jovens do *sítio*, isso fica evidenciado no trecho abaixo do diário de campo, durante diálogo com três jovens:

Perguntei se achavam que tinha diferença em namorar rapaz do *sítio* ou da *rua*. Logo disseram que sim. Duas jovens afirmaram que “os do *sítio* são mais reservados, matuto”. A terceira que já tinha morado em *sítio* e que namora um do *sítio* responde: “ôxe, eu era do *sítio* e não era matuta, os do *sítio* são mais reservados, trabalhadores, sérios”; uma das jovens complementa: “é trabalhador, mas logo quer casar” (Diário de Campo, 11 de Outubro de 2013).

Assim, a depender do tipo de relacionamento que se deseje, a escolha da pessoa para namorar também perpassa pelo pertencimento dela, que engloba não apenas o local de moradia, mas todo o modo de vida, que produz formas de ser desse/a jovem.

Considerações finais

A Psicologia precisa olhar para as áreas rurais como um campo que produz processos subjetivos específicos. O pertencimento à família, enquanto *valor-família* – mantido pela tradição e hierarquia, que se refere desde a forma de ser dos indivíduos até as formas de sucessão e herança da terra, organização familiar, lugar de trabalho e morada – significa carregar a produção cultural e a honra familiar, seja mediante o controle de sua sexualidade, no caso das jovens, seja pelo trabalho no roçado ou fora dele, no caso dos jovens. Gênero, *valor-família*, pertencimento, estão articulados, marcados histórico e socialmente, e em alguns contextos essas diferenças produzem opressão e desigualdade, mas também possibilidade de resistência (Brah, 2006).

A manutenção da honra é garantida tanto pela família quanto pela comunidade, tanto pelo dispositivo da fofoca, quanto pela manutenção do segredo. Como forma de garantir a manutenção dos valores familiares e sociais desse contexto, as famílias tendem a preferir relações endogâmicas. Porém, as resistências cotidianas ocorrem para driblar o controle existente, ainda que não rompam com o *status quo*. Entre as estratégias de resistências temos: a vivência de diferentes tipos de relacionamento (ficar, namoro escondido), as fugas para casar, o uso de uma rede de amigos e/ou família para acobertar o/a jovem, as saídas antes de entrar na escola, o segredo.

É importante compreender que o paradoxo entre ruptura e continuidade dos valores rurais, apontado na literatura, se atualiza nas vivências dos relacionamentos afetivo-sexuais entre os/as jovens. É possível observar não apenas pela multiplicidade de relacionamentos existentes, mas também pela preocupação em manter o protocolo esperado para o namoro sério. Nesse sentido, a escolha da pessoa para se relacionar é importante, e o/a jovem do *sítio* é visto como possuindo características que propiciam o namoro sério. Entretanto, vale ressaltar que há resistências cotidianas, que objetivam outras possibilidades de existência e de vivências afetivo-sexuais, por meio de deslocamentos, fugas e recusas parciais. Tornar o namoro sério implica na aceitação do “protocolo do namoro”: o pedido para que o pai da jovem dê a permissão oficial ao jovem para namorar sua filha, em que implícita a aceitação das regras do namoro rural (controle do horário, dias e local em que o namoro deve ocorrer); as jovens ficam cientes de que o controle sobre elas

irá se intensificar, e passará a ser feito não apenas pela família; os jovens também se comprometem com o pai da jovem de que o namoro terá uma intenção mais séria, com o desejo de uma união futura.

Referências

- Aguiar, V. V. P., & Stropasolas, V. L. (2010). As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In R. P. Scott, R. M. Cordeiro, & M. Menezes (Orgs.), *Gênero e geração em contextos rurais* (pp. 159-183). Ilha de Santa Catarina, SC: Mulheres.
- Azevedo, T. (1986). *As regras do namoro à antiga: aproximações socio-culturais*. São Paulo: Ática.
- Brah, A. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, 26, 329-376. doi: 10.1590/S0104-83332006000100014
- Brandão, C. R. (2007). Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. *Ruris*, 1(1), 37-64. doi: 10.53000/rr.v1i1.643
- Castro, E. G. (2008). As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais. In V. L. S. B. Ferrante & D. C. A. Whitaker (Orgs.), *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais* (pp. 112-130). Brasília, DF: MDA, São Paulo, SP: Uniara.
- Cordona, M. G., Cordeiro, R. M., & Brasilino, J. (2014). Observação no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em psicologia social. In M. J. P. Spink, I. M. Brigagão, V. L. V. Nascimento, & M. P. Cordeiro (Orgs.), *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas* (pp. 123-148). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2006). Introdução. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Orgs.), *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens* (pp. 16-41). Porto Alegre: Artmed.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo 2010*. Recuperado de <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=261247&corhomem=3d4590&cornulher=9cdbfc>
- Izquierdo, J. M. J., Paulo, M. A. L., & Santos, V. B. (2020). Juventude rural e vivências da sexualidade. *História, Ciências, Saúde (Manguinhos)*, 27(4), 1265-1283. doi: 10.1590/S0104-59702020000500013
- Landini, F. P. (2015). La noción de Psicología Rural y sus desafíos en el contexto Latino Americano. In F. P. Landini et al. (Orgs.), *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana* (1ª ed., pp. 21-32). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- Leite, J. F., Macedo, J. P. S., Dimenstein, M., & Dantas, C. (2013) A formação em Psicologia para a atuação em contextos rurais. In J. F. Leite & M. Dimenstein (Orgs.), *Psicologia e Contextos Rurais* (pp. 27-56). Natal: UFRN.
- Maciazeki-Gomes, R. C., Toneli, M. J. F., Nogueira, C., & Grave, R. (2019). Ação política e produção de subjetividade: a herança de terra, trabalho e participação política na produção de um étnos agricultora. *Estudos de Psicologia*, 24(3), 305-316. doi: 10.22491/1678-4669.20190031
- Magliano, M. J. (2015). Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos. *Estudios Feministas*, 23(3), 691-712. doi: 10.1590/0104-026X2015v23n3p691

- Nascimento, F. S. (2009). *Namoro e violência: um estudo sobre amor, namoro e violência para jovens de grupos populares e camadas médias* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife). Recuperado de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/8416>
- Nascimento-Gomes, F. S. (2016). *Juventude, sexualidade e relações afetivo-sexuais: uma análise interseccional de jovens rurais e urbanos/as* (Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife). Recuperado de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25957>
- Noronha, G. S., & Falcón, M. L. O. (2018). A disputa entre modelos para o campo: apontamentos sobre a questão agrária no Brasil em busca de um novo paradigma. *Saúde em Debate*, 42(spe3), 183-198. doi: 10.1590/0103-11042018S314
- Oliveira Jr., O., & Prado, M. A. M. (2013) A categoria juventude em contextos rurais: o dilema da migração. In J. F. Leite & M. Dimenstein (Orgs.), *Psicologia e Contextos Rurais* (pp. 57-88). Natal: UFRN.
- Paulo, M. A. L. (2010). Juventude rural, sexualidade e gênero: uma perspectiva para pensar a identidade. In R. P. Scott, R. Cordeiro, & M. Menezes (Orgs.), *Gênero e geração em contextos rurais*. (pp. 343-366). Ilha de Santa Catarina, SC: Mulheres.
- Paulo, M. A. L. (2011). *Juventude rural: suas construções identitárias*. Recife: UFPE.
- Paulo, M. A. L. (2014). Juventudes rurais do Nordeste: as múltiplas realidades numa região de contrastes. In M. A. Menezes, V. L. Stropasolas, & S. Barcelos (Orgs.), *Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil* (pp. 234-250). Brasília: Presidência da República, coedição NEAD/MDA e IICA.
- Rohden, F. (2006). Para que serve o conceito de honra, ainda hoje? *Campos*, 7(2), 101-120. doi: 10.5380/cam.v7i2.7436
- Schwendler, S. F. (2020). A divisão sexual do trabalho no campo sob a perspectiva da juventude camponesa. *Revista Estudos Feministas (Florianópolis)*, 28(1), e58051. doi: 10.1590/1806-9584-2020v28n158051
- Schwendler, S. F., & Vieira, E. R. P. (2022). Diversidade de gênero e educação nas áreas rurais do Brasil. *Cadernos Pagu*, (64), 1-17. doi: 10.1590/18094449202200640004
- Scott, J. C. (2011). Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política (Brasília)*, 5(1), 217-243. doi: 10.1590/S0103-33522011000100009
- Scott, R. P. (2010). Gênero e Geração em contextos rurais: algumas considerações. In R. P. Scott, R. Cordeiro, & M. Menezes (Orgs.), *Gênero e geração em contextos rurais*. (pp. 17-35). Ilha de Santa Catarina, SC: Mulheres.
- Silva, V. A. (2007). *As flores do pequi: sexualidade e vida familiar entre jovens rurais*. Campinas, SP: Unicamp/CMU Publicações; Arte Escrita.
- Spink, M. J. (2007). Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade (Porto Alegre)*, 19(1), 7-14. doi: 10.1590/S0102-71822007000100002
- Spink, P. K. (2003). Pesquisa de Campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista. *Revista Psicologia & Sociedade*, 15(2), 18-42. doi: 10.1590/S0102-71822003000200003
- Stropasolas, V. L. (2005). Juventude Rural: uma categoria social em construção. In *Sociedade Brasileira de Sociologia (Org.), XII Congresso Brasileiro de Sociologia* (Resumos, pp. 1-28), Belo Horizonte, MG: Autor. Recuperado de https://portal.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=64&Itemid=171
- Stropasolas, V. L. (2014). A dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para a juventude rural. In M. A. Menezes, V. L. Stropasolas, & S. Barcelos (Orgs.), *Juventude rural e políticas públicas no Brasil* (pp. 178-199). Brasília, DF: Presidência da República, coedição NEAD/MDA e IICA.
- Veiga, J. E. (2003). *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula* (2ª ed.). Campinas, São Paulo: Autores Associados.
- Vettorassi, A., Ferreira, L. S., & Sofiati, F. (2021). Juventudes entre o rural e o urbano: o caso dos agrobóys e agrogirls de Bela Vista de Goiás. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 23, 1-26. doi: 10.22296/2317-1529.rbeur.202112pt
- Wanderley, M. N. (2000) A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 8(2), 87-145. Recuperado de <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178/174>
- Wanderley, M. N. (2006). “*Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro*” (Relatório final de Pesquisa não publicado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Wanderley, M. N. (2009). *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre, RS: UFRGS.
- Woortmann, K. (1988). “Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. Universidade de Brasília: *Anuário Antropológico*, 12(1), 11-73. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6389/7649>
- Woortmann, K., & Woortmann, E. F. (1990). *Amor e celibato no universo camponês*. Campinas: NEPO: UNICAMP.
- Woortmann, K., & Woortmann, E. F. (1992). Fuga a três vozes. *Anuário Antropológico*, 16(1), 89-137. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6467/7588>
- Zambenedetti, G., & Sidoki, V. (2021). Modulações entre Psicologia, saúde pública e contextos rurais. *Estudos de Psicologia*, 26(1), 82-93. doi: 10.22491/1678-4669.20210009

¹Dayane define o “agitar” sinônimo do ajeitar e do arrumar, como “dar uma de cupido, chegar e falar ‘olha ele quer ficar com você, ela também’ e segundo ela, Isabela precisava disso no primeiro ano, pois era muito devagar” (Diário de Campo, 11 de Outubro de 2013).

Fernanda Sardelich Nascimento, Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco, Campus Agreste (UFPE/CAA). Endereço para correspondência: Avenida Campina Grande, Bairro Nova Caruaru. 3ª Etapa - Blocos 27, 28, 29 e 30. Curso de Pedagogia, NFD/UFPE/CAA. Caruaru - PE. CEP 55.014-900. Telefone: (81) 2103-9208. Email: fernanda.sardelich@ufpe.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4032-2202>

Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro, Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), é Professora Aposentada do Departamento de Serviço Social e Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: rocordeirope@gmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6487-4012>

Recebido em 30.dez.21

Revisado em 22.mai.22

Aceito em 25.out.22